

PROSPECTO DEFINITIVO DA 1ª DISTRIBUIÇÃO DE COTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE DE EMISSÃO DO
“FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA – VEÍCULOS II”
CNPJ/MF: 09.343.597/0001-41

CEDENTE



no montante de

R\$ 100.000.000,00

Classificação preliminar de risco Moody's América Latina Ltda. – Aaa.br

Código ISIN para cotas seniores da 1ª série: BRPLVDCTF003

Oferta de cotas seniores da 1ª série (“Cotas Seniores da 1ª Série”) de emissão do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II” (“Fundo”), deliberada pela instituição administradora deste, em 13 de junho de 2008. O Fundo e a distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série (“Oferta”) foram registrados na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em [DIA] de [COMPLETAR] de 2008, sendo que a Oferta foi registrada sob o nº CVM/SRE/RFD/2008/[COMPLETAR].

A primeira emissão de cotas do Fundo compreende a emissão de (i) 100.000 (cem mil) Cotas Seniores da 1ª Série, com valor inicial de R\$1.000,00 (mil reais) para cada cota, perfazendo o total inicial de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), as quais são objeto de distribuição pública junto a Investidores Qualificados, conforme definidos neste prospecto (“Prospecto”). Os direitos e características das Cotas Seniores da 1ª Série estão descritos neste Prospecto e no regulamento do Fundo (“Regulamento”), que integra este Prospecto como o Anexo I; e (ii) 30.000 (trinta mil) cotas subordinadas (“Cotas Subordinadas”), com valor inicial de R\$1.000,00 (mil reais) para cada cota, perfazendo o total de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), as quais não serão objeto de distribuição pública e serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo Cedente.

A deliberação de constituição do Fundo e o Regulamento foram registrados sob o nº 1833855 no 10º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 24 de janeiro de 2008. O instrumento de primeira alteração do Regulamento foi registrado no mesmo cartório sob o nº 1.860.538, em 16 de junho de 2008. O Fundo é administrado pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior nº 999, 10º andar, Vila Gertrudes, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 03.384.738/0001-98.


O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do fundo emissor, bem como sobre as cotas seniores a serem distribuídas.

Os investidores devem ler a seção fatores de risco, nas páginas 34 a 45.

Este prospecto estará disponível para os investidores durante o período de distribuição nas sedes dos distribuidores e da instituição administradora.

VEJA OUTROS AVISOS IMPORTANTES NA PÁGINA 1 DESTE PROSPECTO.

Somente investidores qualificados, conforme definidos na regulamentação vigente, podem adquirir Cotas Seniores da 1ª Série.

 “Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste Fundo de Investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de sua Instituição Administradora e demais instituições prestadoras de serviços.”

Quaisquer solicitações de esclarecimentos sobre a oferta e o fundo devem ser feitas exclusiva e diretamente com os distribuidores e a instituição administradora.

Instituição Líder



Instituição Intermediária



Instituição Administradora



Custodiante



Auditoria



Agência de Rating



Moody's América Latina Ltda.

Assessores Legais do Cedente

LEVY & SALOMÃO
ADVOGADOS

Assessores Legais dos Distribuidores



AVISOS DA ANBID E OUTROS AVISOS IMPORTANTES

Este Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas.

O investimento no Fundo de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Instituição Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Além disso, qualquer rentabilidade que venha a ser obtida pelo Fundo não representará garantia de rentabilidade futura.

O Fundo de que trata este Prospecto não conta com garantia da Instituição Administradora, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Ainda, não há compromisso ou garantia por parte da Instituição Administradora de que o objetivo de investimento do Fundo será atingido.

Todo Cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de ciência de risco e de adesão ao Regulamento e a este Prospecto, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do fundo, de sua política de investimento, da composição da carteira, da taxa de administração devida pelo Fundo, dos riscos associados ao seu investimento no fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, bem como, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido no Fundo.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas e disposições relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

Este Fundo busca manter uma carteira de ativos financeiros com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da Cota se comparada à de fundos similares com prazo médio inferior.

O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do imposto de renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor. Não há garantias de que o tratamento tributário aplicável aos investidores quando da amortização e/ou resgate de suas Cotas Seniores será o mais benéfico entre os previstos na legislação tributária vigente.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

Avisos da ANBID e outros avisos importantes	1
Glossário	9
Identificação da Instituição Administradora, dos Distribuidores, e demais entidades envolvidas na Oferta	18
Sumário dos termos e condições da Oferta e do funcionamento do Fundo	21
Informações relativas à Oferta	21
Informações relativas ao Fundo	23
Fluxograma da securitização.....	23
Termos e condições da Oferta	25
Características da Oferta.....	25
A Oferta.....	25
Público alvo.....	25
Registro da Oferta	25
Quantidade de Cotas Seniores objeto da Oferta	25
Preço de emissão das Cotas Seniores da 1ª Série	25
Preço de subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série durante o prazo de colocação.....	25
Procedimento de distribuição.....	26
Cronograma de etapas da Oferta.....	27
Coleta de intenções (bookbuilding)	27
Garantia firme	27
Início e encerramento da distribuição.....	28
Divulgação de anúncios relacionados à Oferta.....	28
Manifestação de aceitação ou de revogação da aceitação	28
Modificação, suspensão, cancelamento e prorrogação da Oferta	28
Devolução e reembolso aos investidores	28
Distribuição, subscrição e integralização das Cotas Seniores da 1ª Série	29
Negociação das Cotas	30
Demonstrativo do custo da Oferta	30
Outras informações	31
Declaração da Instituição Administradora e da Instituição Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03:	32
Fatores de risco	34
Riscos de mercado	34
Descasamento de taxas.....	34
Baixa valorização dos ativos.....	34
Flutuação de preços dos ativos	34
Sujeição dos ativos a oscilações diversas	35
Efeitos da política econômica do governo federal.....	35
Riscos de crédito.....	35
Inexistência de garantia das aplicações do Fundo	35
Inadimplência dos emissores dos Ativos Financeiros	35
Fatores macroeconômicos.....	35

Transferência da reserva do gravame no SNG	36
Veículos garantidos por alienação fiduciária	36
Modificação de créditos por decisão judicial.....	36
Riscos decorrentes dos critérios adotados pelo Cedente para concessão de crédito	36
Riscos de liquidez	37
Inexistência de mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios.....	37
Falta de liquidez dos Ativos Financeiros	37
Fundo fechado e mercado secundário	37
Liquidação antecipada e Amortização Compulsória	37
Reserva de pagamento não constitui garantia de pagamento.....	37
Insuficiência de recursos no momento da liquidação antecipada	38
Riscos provenientes do uso de derivativos	38
Efeitos negativos para a rentabilidade do Fundo	38
Oscilações no PL.....	38
Riscos específicos	38
Riscos operacionais.....	38
Auditoria por amostragem.....	38
Falhas do Agente de Recebimento, do Custodiante e do Agente de Cobrança	39
Forma de pagamento dos Direitos Creditórios.....	39
Falha operacional do Cedente	39
Guarda dos Documentos Comprobatórios pelo Cedente	39
Risco de descontinuidade	40
Liquidação antecipada.....	40
Observância da Alocação Mínima	40
Riscos do Cedente.....	40
Descumprimento do Contrato de Cessão	40
Resilição do Contrato de Cessão pelo Cedente.....	40
Descontinuidade da cessão.....	40
Conflito de interesses	41
Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Cedente.....	41
Não pagamento, pelo Cedente, de valores devidos na hipótese de pagamento antecipado dos Financiamentos	41
Regulamentação das atividades do Cedente	41
Outros riscos	42
Invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios	42
Concentração em modalidade de investimento.....	42
Intervenção no ou liquidação do Agente de Recebimento.....	42
Intervenção no ou liquidação do Custodiante	42
Alteração do Regulamento	42
Ausência de notificação aos Devedores	43
Modalidade recente de investimento.....	43
Dação em pagamento de Direitos Creditórios	43
Inexistência de rendimento pré-determinado	43
Percimento ou roubo do veículo objeto do Financiamento	43
Carteira de contratos recente	44
Repasse de valores recuperados por escritórios de cobrança.....	44
Dificuldades na execução.....	44
Conflito de interesses da Instituição Administradora	44

Pré-pagamento dos Direitos Creditórios	44
Conflito de interesses dos Distribuidores de Cotas Seniores	45
Existência de outros fundos de investimento em direitos creditórios	45
Preferência na aquisição de direitos creditórios	45
Despesas com a defesa dos Direitos dos Cotistas Seniores	45
Características gerais do Fundo	46
Base legal e classificação ANBID	46
Objeto	46
Forma de constituição	46
Prazo de duração	46
Objetivo de investimento	46
Política de investimento	47
Aplicação em Direitos Creditórios	47
Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão	47
Aplicação da parcela remanescente do PL	50
Limites de concentração da carteira do Fundo	50
Operações com derivativos	51
Operações vedadas	51
Outras informações relevantes acerca da política de investimento do Fundo	51
Pré-pagamento, renegociação e refinanciamento dos Direitos Creditórios	52
Preço de Cessão	53
Termo de Cessão	53
Mecanismos de reforço de créditos e garantias existentes	54
Ordem e aplicação dos recursos	54
Regras de movimentação	55
Cotas	56
Características gerais	56
Classes de Cotas	56
Relação mínima entre o PL e o valor das Cotas Seniores	56
Classificação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série	57
Novas emissões	57
Valorização das Cotas Seniores da 1ª Série	57
Amortização das Cotas	60
Amortização das Cotas Seniores da 1ª série	60
Amortização Compulsória das Cotas Seniores da 1ª Série	61
Amortização das Cotas Subordinadas	61
Outras informações a respeito da amortização de Cotas	61
Reserva de Pagamento e Reserva de Liquidez	62
Metodologia de avaliação dos ativos do Fundo e das Cotas de cada classe	62
Metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios	62
Metodologia de avaliação das Cotas	63
Metodologia de avaliação dos outros ativos	64
Etapas do tratamento contábil dado aos Direitos Creditórios inadimplidos até suas efetivas baixas	64
Assembleia Geral	64
Competência	64
Procedimento de convocação e instalação	66
Nomeação de representante dos Cotistas	67
Direito de voto e critérios para apuração das deliberações	67

Deliberações especiais	68
Divulgação e eficácia das deliberações da Assembléia Geral	69
Liquidação do Fundo	69
Eventos de Avaliação.....	70
Eventos de Revisão	72
Procedimentos adotados na ocorrência de Eventos de Avaliação	74
Eventos de Liquidação	75
Procedimentos adotados na ocorrência de Eventos de Liquidação.....	76
Pagamento de prêmio em virtude da liquidação antecipada.....	77
Hipóteses e procedimentos de resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros	78
Informações complementares	79
Despesas e encargos do Fundo	79
Informações obrigatórias e periódicas	80
Publicações.....	82
Atendimento aos Cotistas.....	83
Direitos Creditórios	84
Características	84
Natureza	84
Processo de originação.....	84
Política de concessão de crédito.....	85
Cobrança dos Direitos Creditórios.....	86
Acréscimo, remoção, recompra e substituição dos Direitos Creditórios	88
Taxa de Desconto	89
Possibilidade de o Cedente promover o saneamento do Fundo.....	89
Valor e número de Financiamentos na carteira do Fundo.....	90
Perfil da carteira de Direitos Creditórios do Cedente.....	90
Características relevantes dos direitos creditórios	91
Inadimplementos, perdas e Pré-pagamentos	91
Metodologia	93
Prazos de vencimento, períodos de amortização e taxas de juros dos direitos creditórios	93
Existência de outros fundos de investimento em direitos creditórios e preferência na aquisição de Direitos Creditórios.....	94
Prestadores de serviços.....	95
Distribuidores.....	95
Banco Itaú BBA (Instituição Líder).....	95
Histórico	95
Banco ABC	96
Histórico	96
Remuneração dos Distribuidores	97
Instituição Administradora e gestora	97
Histórico.....	98
Obrigações, vedações e responsabilidades da Instituição Administradora.....	98
Contratação de terceiros prestadores de serviço	101
Remuneração da Instituição Administradora.....	101
Substituição da Instituição Administradora	101
Custodiante e agente escriturador	102

Histórico.....	102
Responsabilidades.....	102
Verificação do lastro dos Direitos Creditórios.....	104
Remuneração do Custodiante.....	105
Substituição do Custodiante.....	105
Auditor	105
Remuneração do Auditor	105
Substituição do Auditor	105
Agência Classificadora de Risco	105
Remuneração da Agência Classificadora de Risco.....	105
Substituição da Agência Classificadora de Risco.....	105
Fiel depositário.....	106
Remuneração do Fiel Depositário.....	106
Substituição do Fiel Depositário.....	106
Agente de Cobrança.....	106
Remuneração do Agente de Cobrança.....	106
Substituição do Agente de Cobrança	106
Agente de Recebimento	106
Remuneração do Agente de Recebimento	107
Substituição do Agente de Recebimento	107
Remuneração dos prestadores de serviço	108
Taxa de administração	108
Taxa de custódia	108
Outras despesas.....	109
Sumário dos contratos relevantes	110
Contrato de Cessão	110
Contrato de Custódia.....	113
Contrato de Colocação.....	113
Contrato de Cobrança Escritural.....	117
Valores dos contratos relevantes e respectivos responsáveis pelos pagamentos.....	118
Gerenciamento de riscos.....	119
Risco de mercado.....	119
Risco de crédito.....	120
Risco de liquidez.....	120
Risco operacional.....	121
Operações com Partes Relacionadas e conflitos de interesse.....	122
Regulamentação aplicável e tributação	124
Tributação do Fundo	124
Tributação dos Cotistas.....	124
Informações relativas ao Banco Paulista	126
Sumário.....	126
Histórico.....	126
Política de negócios	127
Política de crédito.....	127
Política de risco de mercado e liquidez.....	127

Política de prevenção à lavagem de dinheiro.....	127
Público alvo	128
Performance financeira	128
Atividades	128
Desconto bancário.....	130
Câmbio	130
Crédito consignado	130
Financiamento de veículos novos e usados e crédito pessoal com garantia fiduciária de veículos	131
Composição da carteira de créditos	132
Tesouraria	134
Estrutura organizacional	135
Administração.....	135
Diretoria	135
Pessoal.....	136
Demonstrações financeiras	136
Experiência prévia em outras operações de securitização	136
 ANEXOS	 143
Anexo I	
Regulamento	145
Anexo II	
Informações sobre a classificação de risco do Fundo.....	251
Anexo III	
Relatório da KPMG relativo à carteira de direitos creditórios do Banco Paulista	263
Anexo IV	
Estatuto social do Banco Paulista	397
Anexo V	
Demonstrações financeiras do Banco Paulista relativas aos exercícios sociais encerrados em 2005, 2006 e 2007 e aos trimestres encerrados em 31 de março de 2007 e 2008.....	405
Anexo VI	
Declarações dos Distribuidores e da Instituição Administradora	437
Anexo VII	
Contrato de Cessão.....	441
Anexo VIII	
Suplemento da 1ª Série de Cotas Seniores.....	495

GLOSSÁRIO

Agência Classificadora de Risco	Moody's América Latina Ltda, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.551, 16º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.101.919/0001-05, ou quem vier a lhe suceder.
Agente de Cobrança	O Cedente foi contratado como Agente de Cobrança e poderá subcontratar terceiros para o exercício de atividades relacionadas à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos.
Agente de Recebimento	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, sem número, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.820.817/0001-09.
Alocação Mínima	Percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do PL a ser mantido em Direitos Creditórios, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades.
Amortização Compulsória	Faculdade atribuída à Instituição Administradora de realizar a amortização compulsória e antecipada de Cotas Seniores da 1ª Série.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta.
Arquivo SNG	É o arquivo eletrônico "Acervo Chassis SNG", gerado pelo SNG mediante solicitação do Cedente, do qual consta relação dos chassis de todos os veículos alienados fiduciariamente em favor do Cedente.
Ativos Financeiros	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Banco Central e moeda corrente.
Auditor	KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, ou quem vier a lhe suceder.
Aviso ao Mercado	Aviso ao mercado sobre a disponibilização do Prospecto Preliminar ao público, e sobre as condições da Oferta.

Banco ABC	Banco ABC Brasil S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, 1.400, 4º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 28.195.667/0001-06.
Banco Central	Banco Central do Brasil
Banco Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.400, 4º andar (parte), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30.
Banco Paulista	Banco Paulista S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.820.817/0001-09.
Banco Votorantim	Banco Votorantim S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Roque Petroni Jr., 999, 16º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.588.111/0001-03.
BM&F	Bolsa de Mercadorias e Futuros.
CCB	Cédula de Crédito Bancário, conforme definida pela Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e regulamentação aplicável.
CCF	Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo
CDC Veículos	Crédito direto ao consumidor, concedido pelo Banco Paulista a pessoas físicas e jurídicas, para aquisição de veículos, com a alienação da propriedade fiduciária em garantia do veículo financiado em seu favor.
Cedente	Banco Paulista.
Cessão Parcial de Direitos Creditórios	Cessão de parcelas vincendas de cada Financiamento que não correspondam à totalidade das parcelas vincendas deste, desde que observadas as condições definidas no item “Características gerais do Fundo – Política de investimento – Aplicação em Direitos Creditórios – Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão”.

CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
Condições de Cessão	Requisitos dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo pelo Cedente, estabelecidos no item 10.2 do Regulamento e descritos no item “Características gerais do Fundo – Política de investimento do Fundo – Aplicação em Direitos Creditórios - Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão” deste Prospecto.
Conta de Arrecadação	Conta escritural, mantida no Agente de Recebimento, que deverá receber os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos, conforme orientação da Instituição Administradora, e que somente poderá ser movimentada por ordem da Instituição Administradora ou do Custodiante, devidamente constituído como procurador da Instituição Administradora para este fim.
Contrato de Cessão	Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, a ser celebrado entre o Fundo, a Instituição Administradora, o Custodiante e o Cedente.
Contrato de Cobrança Escritural	Contrato para Prestação de Serviços - Cobrança Escritural Bradesco, a ser celebrado entre o Fundo, a Instituição Administradora, o Cedente, o Custodiante e o Agente de Recebimento.
Contrato de Colocação	Contrato de Coordenação e Colocação de Quotas Seniores da Primeira Série do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista - Veículos II, celebrado entre o Fundo, o Banco ABC, a Instituição Líder e o Cedente.
Contrato de Custódia	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Direitos de Crédito, Valores Mobiliários e Ativos Financeiros para Fundos de Investimento em Direitos de Crédito, celebrado entre o Custodiante e a Instituição Administradora, com a interveniência do Cedente.
Cota	Significa, sem distinção, Cota Sênior e Cota Subordinada.

Cota Sênior	Aquela que não se subordina às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotas Seniores da 1ª Série	As Cotas Seniores integrantes da primeira série de Cotas emitidas pelo Fundo.
Cotas Seniores em Circulação	A totalidade das Cotas Seniores emitidas e não resgatadas.
Cota Subordinada	Aquela que se subordina às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotista	Significa, sem distinção, tanto o titular de Cotas Seniores como o titular de Cotas Subordinadas.
Cotista Dissidente	O Cotista Sênior que não concordar com a decisão da Assembléia Geral de deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, a quem será concedido o resgate antecipado de suas Cotas, conforme regras a serem definidas na Assembléia Geral.
Cotista Sênior	Titular de Cota Sênior em Circulação.
Cotista Subordinado	Titular de Cota Subordinada.
Crédito Pessoal	Empréstimos de recursos realizados pelo Banco Paulista a pessoas físicas e jurídicas, garantidos pela alienação fiduciária de veículos ao respectivo mutuante.
Critérios de Elegibilidade	São as características necessárias dos Direitos Creditórios para sua aquisição pelo Fundo, cuja observância deverá ser verificada pelo Custodiante.
Custodiante	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 1.111, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização	Significa a data de amortização das Cotas de uma determinada classe ou Série, conforme as condições previstas no Regulamento e no Suplemento da respectiva Série.

Data de Amortização das Cotas Seniores	Datas das amortizações programadas das Cotas Seniores, na data prevista no respectivo Suplemento.
Data de Verificação	Data de apuração obrigatória dos limites de concentração e Excesso de Spread, a ser realizada pelo Custodiante sempre no último dia útil de cada mês.
Devedor	Pessoas físicas ou jurídicas, tomadoras dos Financiamentos, devedoras dos Direitos Creditórios Cedidos.
Dia Útil	Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado na Cidade de São Paulo ou na Cidade do Rio de Janeiro, feriado nacional ou, ainda, dias em que não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro.
Direitos Creditórios	São as parcelas dos Financiamentos.
Direitos Creditórios Cedidos	São os Direitos Creditórios cedidos pelo Cedente ao Fundo.
Disponibilidades	Compreendem (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata, o que inclui títulos públicos.
Distribuidores	Em conjunto, a Instituição Líder e o Banco ABC.
Documentos Comprobatórios	Ficha cadastral do Devedor, a CCB, em que constam as condições de contratação de Financiamento e os documentos pessoais do Devedor, se pessoa física, ou documentos societários do Devedor, se pessoa jurídica, e do veículo alienado fiduciariamente em garantia, entre outros, se houver, que foram analisados para a concessão do Financiamento.
Eventos de Avaliação	Aqueles definidos no item 24.1 do Regulamento e reproduzidos no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo – Eventos de Avaliação” deste Prospecto, cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios bem como convocação imediata de Assembléia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como Evento de Liquidação.

Eventos de Liquidação	Aqueles definidos no item 24.2 do Regulamento e reproduzidos no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo – Eventos de Liquidação” deste Prospecto, cuja ocorrência enseja a convocação de Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos Cotistas e a interrupção da aquisição de Direitos Creditórios.
Eventos de Revisão	São os eventos definidos no item 13.1 do Contrato de Cessão e reproduzidos no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo – Eventos de Avaliação – Eventos de Revisão”.
Excedente de Liquidez Máximo	Valor das Disponibilidades que exceder o valor da Reserva de Pagamento, limitado ao percentual máximo de 15% (quinze por cento) do PL.
Excesso de Spread	5% (cinco por cento) ao ano, base 252 dias úteis.
Financiamento	Financiamentos concedidos pelo Banco Paulista a pessoas físicas ou jurídicas nas modalidades de CDC Veículos ou Crédito Pessoal, que originarão os Direitos Creditórios que poderão ser ofertados ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão. Os Financiamentos serão representados por CCBs.
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II.
Instituição Administradora	Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.384.738/0001-98.
Instituição Autorizada	Instituição financeira, classificada entre as 10 (dez) maiores instituições financeiras do Brasil, com base em volume de ativos, de acordo com a última classificação divulgada pelo Banco Central, com a qual o Fundo poderá contratar operações com instrumentos derivativos em mercado de balcão e/ou diretamente na BM&F, sob a modalidade "com garantia".

Instituição Líder	Banco Itaú BBA.
Instrução nº 356/01	Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM, conforme alterada.
Instrução nº 400/03	Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da CVM, conforme alterada.
Investidor Qualificado	Corresponde aos investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução nº 409/04, da CVM, e demais investidores autorizados a adquirir Cotas, nos termos da legislação em vigor.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30.
Lista de Direitos Creditórios	Lista de Direitos Creditórios oferecidos à cessão, a ser preparada em arquivo eletrônico.
Oferta	A presente distribuição de Cotas Seniores da 1ª Série de emissão do Fundo.
Partes Relacionadas	Em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa jurídica; e/ou (iv) sociedades sob o mesmo controle que tal pessoa jurídica.
PL	Patrimônio líquido do Fundo.
Pré-pagamento	Refere-se à liquidação antecipada da totalidade dos Direitos Creditórios relacionados a um mesmo Financiamento.
Prospecto	O presente prospecto definitivo de distribuição de Cotas Seniores da 1ª Série.
Prospecto Preliminar	O prospecto preliminar de distribuição de Cotas Seniores da 1ª Série.

Razão Mínima	Relação mínima admitida entre o PL e o valor das Cotas Seniores em Circulação que será equivalente a 130% (cento e trinta por cento), que representa aproximadamente a proporção de 23% (vinte e três por cento) de Cotas Subordinadas em relação ao total do PL.
Razão Mínima para Amortização	Relação mínima entre o PL e o valor das Cotas Seniores em Circulação que será equivalente a 130% (cento e trinta por cento), que deverá ser observada a cada amortização das Cotas Subordinadas.
Reserva de Liquidez	Reserva constituída na forma do item 17.5 do Regulamento, descrita no item “Características gerais do Fundo - Reserva de Pagamento e Reserva de Liquidez” deste Prospecto.
Reserva de Pagamento	Reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores, descrita no item “Características gerais do Fundo - Reserva de Pagamento e Reserva de Liquidez” deste Prospecto.
Regulamento	Regulamento do Fundo.
Resolução nº 2.907/01	Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN.
SERASA	Serasa S.A., sociedade que realiza a inserção dos nomes de pessoas físicas ou jurídicas inadimplentes no cadastro do Serviço de Proteção ao Crédito.
Série	Qualquer série de Cotas Seniores emitida nos termos do Regulamento e do respectivo Suplemento.
Sisbacen	Sistema de Informações do Banco Central.
SNG	Sistema Nacional de Gravames.
Sobretaxa	<i>Spread</i> aplicado sobre a Taxa DI, definido no Suplemento de cada Série.

Suplemento	Documento que contém as características de cada Série que eventualmente venha a ser emitida pelo Fundo, nos termos do Regulamento e que, uma vez assinado e averbado pela Instituição Administradora no registro do Regulamento em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, constituirá parte integrante do Regulamento.
Taxa DI	Variação da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros Over Extra-Grupo de um dia, calculada e divulgada pela CETIP, calculados de forma exponencial com base em um ano de 252 Dias Úteis.
TED	Transferência Eletrônica Disponível.
Termo de Cessão	Instrumento mediante o qual os Direitos Creditórios serão cedidos ao Fundo pelo Cedente e que deve ser elaborado de acordo com o modelo do Anexo II do Contrato de Cessão, que integra este Prospecto como seu Anexo VII.
Valor de Mercado	É o valor médio de mercado do veículo financiado segundo estabelecido pelas tabelas Molicar ou FIPE ou, na falta destes, pela cotação apurada pelo Banco Paulista.
Veículos Leves	São considerados veículos leves os automóveis (veículo de passageiros com capacidade até oito pessoas, exclusive o condutor), camionetas (veículo de transporte de carga até 1 500 kg) e reboques com peso bruto total de até 750 kg (veículo com um ou mais eixos, que se move tracionado por veículo automotor).
Veículos Pesados	São considerados veículos pesados os microônibus (veículo de transporte coletivo com capacidade de até vinte passageiros), ônibus (veículo de transporte coletivo com capacidade para mais de vinte passageiros), misto (veículo destinado ao transporte de carga e passageiro), reboque com peso bruto total acima de 750 kg (veículo de um ou mais eixos, que se move tracionado por veículo automotor), semi-reboque (veículo de um ou mais eixos traseiros, que se move articulado e apoiado na unidade tratora), caminhão (veículo para transporte de carga superior a 1.500 kg) e caminhão trator (veículo automotor destinado a tracionar ou arrastar outro).

**IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DOS DISTRIBUIDORES, E DEMAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA
OFERTA**

Instituição Administradora	<p>Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda.</p> <p>At.: Paulo Geraldo Oliveira Filho</p> <p>Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar</p> <p>04707-910 – São Paulo – SP</p> <p>Telefone: 0800-701-8881</p> <p>Fax : (11) 5185-1757</p> <p>Correio eletrônico: paulo.filho@vam.com.br</p> <p>www.vam.com.br</p>
Distribuidores	<p>Banco Itaú BBA S.A. (Instituição Líder)</p> <p>At.: Gustavo Bellon</p> <p>Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar (parte)</p> <p>04538-132 – São Paulo - SP</p> <p>Telefone: (11) 3708-8715</p> <p>Fax: (11) 3708-8107</p> <p>Correio eletrônico: gtbellon@itaubba.com.br</p> <p>www.itaubba.com.br</p> <p>Banco ABC Brasil S.A.</p> <p>At.: João Carlos Gonçalves da Silva</p> <p>Avenida Juscelino Kubitschek, 1.400, 4º andar</p> <p>04543-000 - São Paulo - SP</p> <p>Telefone: (11) 3170-2289</p> <p>Fax: (11) 3170-2082</p> <p>Correio eletrônico: joão.silva@abcbrasil.com.br</p> <p>www.abcbrasil.com.br</p>
Custodiante e escriturador das Cotas	<p>Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.</p> <p>At.: Pedro Guerra</p> <p>Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar</p> <p>01311-920 – São Paulo – SP</p> <p>Telefone: (11) 4009-3203</p> <p>Fax: (11) 4009-7029</p> <p>Correio eletrônico: pedro.guerra@citi.com</p> <p>www.citibank.com.br</p>

Auditor	<p>KPMG Auditores Independentes At.: Pedro Zago Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar 04530-904 – São Paulo – SP Telefone: (11) 2183-3000 Fax: (11) 2183-3001 Correio eletrônico: pzago@kpmg.com.br www.kpmg.com.br</p>
Agência Classificadora de Risco	<p>Moody's América Latina Ltda. At.: Norton Bastos Avenida das Nações Unidas, 12.551, 16º andar - cj. 1601 04578-903 - São Paulo - SP Telefone: (011) 3043-7300 Fax: (011) 3043-7311 Correio eletrônico: norton.bastos@moodys.com www.moodys.com.br</p>
Consultores legais do Cedente	<p>Levy & Salomão Advogados At.: Rubens Vidigal Neto Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.601 – 12º andar 01452-924 – São Paulo – SP Telefone: (11) 3555-5050 Fax: (11) 3555-5048 www.levysalomao.com.br</p>
Consultores legais dos Distribuidores	<p>Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados At.: Marina Anselmo Schneider Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447 01403-001 – São Paulo – SP Telefone: (11) 3147-7600 Fax: (11) 3147-7770 www.mattosfilho.com.br</p>
Entidade reguladora	<p>Comissão de Valores Mobiliários Rua Sete de Setembro, nº 111 20050-901 – Rio de Janeiro – RJ Telefone e Fax: (21) 3233-8686 www.cvm.gov.br</p>

Mercado de negociação primária e secundária

Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP
Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar
20031-919 - Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 2276-7474 / 2223-6464
Fax: (21) 2276-7435 / 2223-6435

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar
01009-000 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 3111-1400 / 3365-4925
Fax: (11) 3111-1563
www.cetip.com.br

SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA E DO FUNCIONAMENTO DO FUNDO

O presente capítulo contém informações sobre a colocação pública das Cotas Seniores da 1ª Série pelos Distribuidores. Para informações adicionais e mais completas, veja o capítulo “Características gerais do Fundo” abaixo.

Informações relativas à Oferta

Emissor das Cotas	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II.
Forma de Constituição	Condomínio fechado.
Distribuidores	Banco Itaú BBA (Instituição Líder) e Banco ABC.
Regime de distribuição	Garantia firme de colocação para a totalidade das Cotas Seniores da 1ª Série, na proporção de 2/3 (dois terços) pelo Banco Itaú BBA e 1/3 (um terço) para o Banco ABC.
Cedente dos Direitos Creditórios	Banco Paulista S.A.
Direitos Creditórios	Parcelas dos financiamentos concedidos pelo Cedente a pessoas físicas ou jurídicas nas modalidades de CDC Veículos ou Crédito Pessoal, garantidos pela alienação fiduciária de veículos.
Volume de emissão e valor unitário de Cotas Seniores da 1ª Série	Emissão de 100.000 (cem mil) Cotas Seniores da 1ª Série no valor de R\$1.000,00 (mil reais) cada, perfazendo o volume total de emissão de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais)
Valor mínimo de aplicação em Cotas Seniores da 1ª Série	R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Volume de emissão e valor unitário de Cotas Subordinadas	Emissão de 30.000 (trinta mil) Cotas Subordinadas da 1ª Série no valor de R\$1.000,00 (mil reais) cada, perfazendo o volume total de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais). As Cotas Subordinadas não serão objeto da presente Oferta.
Remuneração alvo das Cotas Seniores da 1ª Série	Taxa DI + 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 Dias Úteis, sendo que esse percentual foi definido em procedimento de coleta de intenções (<i>bookbuilding</i>).
Pagamento da remuneração alvo das Cotas Seniores da 1ª Série	Mensal, a partir do 6º (sexto) mês contado da Data de Subscrição Inicial.

Amortizações das Cotas Seniores da 1ª Série	Mensal, a partir do 6º (sexto) mês contado da Data de Subscrição Inicial.
Resgate das Cotas Seniores da 1ª Série	O resgate ocorrerá na data da última amortização das Cotas Seniores da 1ª Série, que se dará no 42º (quadragésimo segundo) mês contado da Data de Subscrição Inicial, ou em data anterior, no caso de liquidação antecipada do Fundo.
Reforços de créditos e garantias existentes	O Fundo adotará os seguintes mecanismos de reforço de crédito: (i) manutenção de Razão Mínima entre o PL e o valor das Cotas Seniores em Circulação equivalente a 130% (cento e trinta por cento), que representa aproximadamente a proporção de 23% (vinte e três por cento) de Cotas Subordinadas em relação ao total do PL, a qual deverá ser recomposta, em caso de desenquadramento, através de (a) subscrição de Cotas Subordinadas pelo Cedente, ou (b) amortização compulsória das Cotas Seniores com Evento de Avaliação; (ii) aplicação de Excesso de Spread equivalente 5% (cinco por cento) na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo; (iii) manutenção de Reserva de Pagamentos, mecanismo pelo qual a Instituição Administradora interrompe a aquisição de Direitos Creditórios, equivalente a (a) 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado da amortização a ser realizada mantida em Disponibilidades, no período de 60 (sessenta) a 45 (quarenta e cinco) dias anterior à Data de Amortização de Cotas Seniores respectiva, e (b) 100% (cem por cento) do valor futuro estimado da amortização a ser realizada mantida em Disponibilidades, no período de 30 (trinta) dias anterior à Data de Amortização de Cotas Seniores respectiva; e (iv) manutenção de Reserva de Liquidez equivalente a 3% (três por cento) do PL mantidos em Disponibilidades. Adicionalmente, os Direitos Creditórios são garantidos por alienação fiduciária dos veículos, cujo Valor de Mercado corresponde a (i) 110% (cento e dez por cento) do valor financiado na data da concessão dos Financiamentos, para veículos com até 5 (cinco) anos contatos a partir de 31 de dezembro do ano do modelo; ou (ii) 120% (cento e vinte por cento) do valor financiado na data da concessão dos Financiamentos, para veículos com mais de 5 (cinco) anos contatos a partir de 31 de dezembro do ano do modelo.
Publicações	Valor Econômico.
Negociação	As Cotas Seniores da 1ª Série serão negociadas na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.
Público Alvo	Investidores Qualificados, conforme definidos na Instrução nº 409/04, da CVM.

Informações relativas ao Fundo

O Fundo tem como objeto e prioridade a aquisição de Direitos Creditórios. O Fundo pode manter o remanescente de seu PL em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo exclusivamente, em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central. O investidor interessado, antes de adquirir Cotas Seniores da 1ª Série, deve ler cuidadosamente a seção “Características gerais do Fundo – Política de investimento”, na página 47.

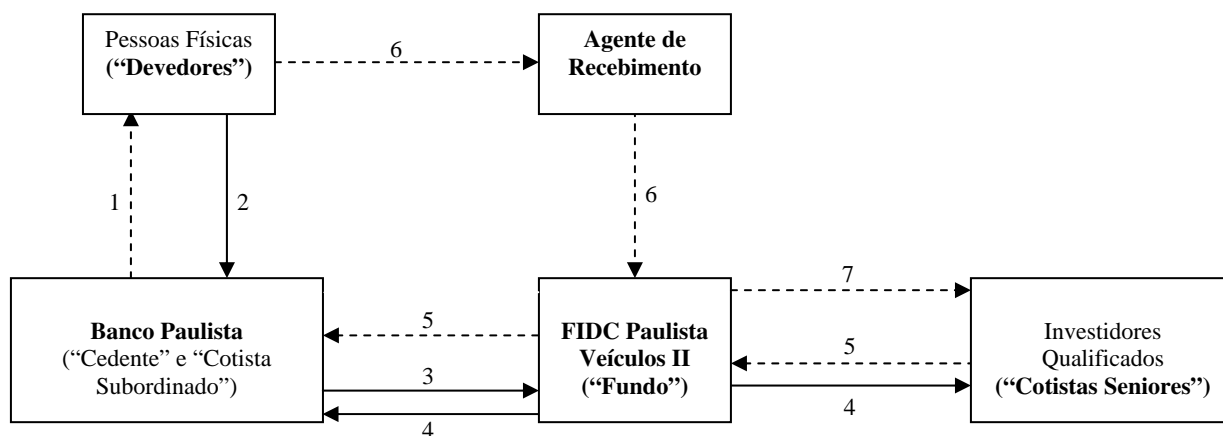
O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração de cada Série ou classe de Cotas ou em virtude de sua liquidação, sendo admitida a amortização das Cotas, conforme disposto na seção “Características gerais do Fundo – Amortização das Cotas” na página 60.

O Fundo terá duração até 31 de dezembro de 2020, podendo ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo – Eventos de Liquidação” na página 75.

Cada Série de Cotas Seniores poderá ter prazo de duração distinto, mas não superior àquele estabelecido para o Fundo, o qual será estabelecido no respectivo Suplemento. O Suplemento relativo às Cotas Seniores da 1ª Série encontra-se no Anexo VIII deste Prospecto.

A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, está sujeita a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no capítulo “Fatores de Risco”, na página 34, que deve ser lido cuidadosamente pelo investidor interessado em aplicar seus recursos no Fundo.

Fluxograma da securitização



1. O Cedente concede financiamentos a pessoas físicas ou jurídicas, nas modalidades CDC de Veículos ou Crédito Pessoal, garantidos pela alienação fiduciária de veículos.
2. Os Financiamentos são formalizados por meio de CCBs, emitidas pelos Devedores em favor do Cedente.

3. Desde que atendidos os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão previstos no Regulamento, e observada a disponibilidade de recursos, o Fundo adquirirá os Direitos Creditórios oferecidos à cessão pelo Cedente. O preço de cessão dos Direitos Creditórios é definido conforme fórmula descrita no item “Características gerais do Fundo – Preço de cessão” abaixo.
4. O Fundo emite Cotas Seniores, as quais são objeto de distribuição pública junto a Investidores Qualificados, e Cotas Subordinadas, as quais não serão objeto de distribuição pública e serão subscritas exclusivamente pelo Cedente.
5. Com os recursos obtidos pela integralização das Cotas Seniores, o Fundo paga o Cedente pela cessão dos Direitos Creditórios.
6. Até o vencimento das parcelas dos Financiamentos, os Devedores poderão efetuar o pagamento do boleto bancário nas agências de qualquer instituição integrante do “Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis”, sendo que os recursos recebidos serão direcionados para a conta corrente de titularidade do Fundo. Até 10 (dez) dias, inclusive, contados do vencimento das parcelas dos Financiamentos, o Devedor poderá pagar o boleto bancário apenas nas agências do Agente de Recebimento, o qual direcionará os recursos recebidos para a conta corrente de titularidade do Fundo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia, inclusive, contados do vencimento das parcelas dos Financiamentos, o Devedor não poderá efetuar o pagamento do boleto bancário, sendo então iniciado o procedimento de cobrança extrajudicial do crédito pelo Cedente, na qualidade de Agente de Cobrança. Os recursos arrecadados pelo Cedente serão direcionados para a conta corrente de titularidade do Fundo.
7. A partir do 6º (sexto) mês contado da Data de Subscrição Inicial, o Fundo amortizará as Cotas Seniores da 1ª Série.

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

Características da Oferta

A Oferta

As Cotas Seniores da 1ª Série serão objeto de distribuição pública. A Oferta será conduzida pelos Distribuidores, contratados pelo Fundo, representado pela Instituição Administradora, e pelo Cedente.

Público alvo

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados quer sejam pessoa natural, jurídica e/ou investidores institucionais, que busquem retorno no médio e longo prazos, de rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas Seniores da 1ª Série, bem como o prazo de maturação do investimento.

Registro da Oferta

A Oferta foi registrada na CVM em [DATA] de 2008, sob o nº [COMPLETAR], nos termos da Instrução nº 356/01 e da Instrução nº 400/03.

Quantidade de Cotas Seniores objeto da Oferta

A Oferta compreende o total de 100.000 (cem mil) Cotas Seniores da 1ª Série.

Adicionalmente, serão emitidas 30.000 (trinta mil) Cotas Subordinadas, as quais serão subscritas exclusivamente pelo Cedente, e que não serão objeto da Oferta.

Preço de emissão das Cotas Seniores da 1ª Série

O preço de emissão das Cotas Seniores da 1ª Série foi fixado em R\$1.000,00 (mil reais) por cota, na Data de Subscrição Inicial, totalizando o montante de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na referida data. Os procedimentos para subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série estão descritos no item “Termos e condições da Oferta - Distribuição, subscrição e integralização das Cotas Seniores da 1ª Série” abaixo.

Preço de subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série durante o prazo de colocação

As Cotas Seniores da 1ª Série subscritas após a Data de Subscrição Inicial serão subscritas pelo preço de emissão atualizado de acordo com o disposto no item “Características gerais do Fundo – Cotas – Valorização das Cotas Seniores da 1ª Série” deste Prospecto.

Procedimento de distribuição

Os Distribuidores colocarão publicamente junto aos Investidores Qualificados, exclusivamente no mercado brasileiro, sob o regime de garantia firme, 100.000 (cem mil) Cotas Seniores da 1ª Série, no valor total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Subscrição Inicial.

A colocação pública prevista será realizada na forma e condições seguintes:

- i) a colocação e subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série somente terá início após (a) o registro da Oferta na CVM; (b) a disponibilização deste Prospecto ao público; e (c) a publicação do Anúncio de Início;
- ii) iniciada a Oferta, os investidores interessados poderão manifestar a sua intenção de adquirir Cotas Seniores da 1ª Série no âmbito da Oferta, aos Distribuidores, a qualquer momento durante o prazo de colocação; a subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série será formalizada por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição;
- iii) a colocação será pública, realizada em mercado brasileiro de balcão organizado, por meio da CETIP, não havendo recebimento de reservas antecipadas, devendo ser assegurado tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da Oferta;
- iv) a colocação visará exclusivamente a Investidores Qualificados;
- v) a integralização das Cotas Seniores da 1ª Série deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de assinatura do respectivo boletim de subscrição;
- vi) o prazo de colocação pública das Cotas Seniores da 1ª Série será de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar do 1º (primeiro) Dia Útil seguinte à data da publicação do Anúncio de Início;
- vii) não serão constituídos fundos de liquidez nem celebrados contratos de estabilização de preços e/ou de garantia de liquidez para as Cotas Seniores da 1ª Série; e
- viii) o resultado da Oferta será divulgado ao seu término, por meio da publicação do Anúncio de Encerramento.

O Fundo autorizou a Instituição Líder a organizar plano de distribuição, que poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, devendo a Instituição Líder assegurar que o tratamento aos destinatários e aceitantes da Oferta seja justo e equitativo e a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes.

Cronograma de etapas da Oferta

Encontra-se abaixo cronograma tentativo das etapas da distribuição, informando seus principais eventos a partir do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM:

EVENTOS		DATA ⁽¹⁾
1.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	9 de maio de 2008
2.	Publicação do Aviso ao Mercado	20 de maio de 2008
3.	Disponibilização do Prospecto Preliminar nos sites	20 de maio de 2008
4.	Início das apresentações a potenciais investidores	20 de maio de 2008
5.	Coleta de intenções e fixação da remuneração (<i>bookbuilding</i>)	13 de junho de 2008
6.	Obtenção do registro da Oferta na CVM	2 de julho de 2008
7.	Publicação do Anúncio de Início	3 de julho de 2008
8.	Disponibilização deste Prospecto	3 de julho de 2008
9.	Liquidação da Oferta	4 de julho de 2008*
10.	Publicação do Anúncio de Encerramento	8 de julho de 2008

(1) Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério dos Distribuidores.

* Não obstante o disposto acima, os participantes da Oferta envidarão os melhores esforços para que a liquidação ocorra em data anterior à prevista.

Coleta de intenções (*bookbuilding*)

Foi realizada coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*), em 13 de junho de 2008, na qual se definiu que a remuneração alvo para as Cotas Seniores da 1ª Série será equivalente à sobretaxa de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano, a ser acrescida a 100% (cem por cento) da variação da Taxa DI.

Não foi admitido o recebimento de reservas para subscrição de Cotas Seniores da 1ª Série durante o procedimento de coleta de intenções (*bookbuilding*).

Garantia firme

Esta Oferta será realizada sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Cotas Seniores da 1ª Série, na proporção de 2/3 (dois terços) pelo Banco Itaú BBA e 1/3 (um terço) para o Banco ABC. Dessa feita, o volume de Cotas Seniores da 1ª Série emitidas e não subscritas por Investidores Qualificados na data de liquidação deverá ser subscrito e integralizado pelos Distribuidores, na proporção acima referida.

Início e encerramento da distribuição

A colocação e subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série somente terá início após: (i) o registro da Oferta na CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a divulgação deste Prospecto aos investidores.

A colocação das Cotas Seniores da 1ª Série deverá ser efetuada inicialmente no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação do Anúncio de Início. A Oferta será encerrada com a colocação da totalidade das Cotas Seniores da 1ª Série ou após o exercício da garantia firme pelos Distribuidores. Após o encerramento da Oferta deverá ser publicado Anúncio de Encerramento.

Frise-se que a Instituição Líder deverá suspender a Oferta a qualquer momento na ocorrência de qualquer fato, ato ou irregularidade que chegue a seu conhecimento que venha a justificar a suspensão ou o cancelamento do registro.

Divulgação de anúncios relacionados à Oferta

Todos os avisos, atos e decisões decorrentes desta Oferta que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos investidores, serão publicados no jornal “Valor Econômico”.

Manifestação de aceitação ou de revogação da aceitação

A aceitação da Oferta se dá com a assinatura do boletim de subscrição pelo investidor. A revogação da aceitação pelo investidor, por sua vez, somente poderá ocorrer nas hipóteses expressamente previstas na Instrução nº 400/03, e deverá se dar mediante carta protocolada na sede da Instituição Líder até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente (i) à publicação do aviso informando sobre a modificação ou suspensão da Oferta, ou (ii) ao recebimento de comunicação sobre a modificação ou suspensão da Oferta.

Modificação, suspensão, cancelamento e prorrogação da Oferta

A presente Oferta poderá ter seus termos modificados ou ser revogada, conforme previsto pela Instrução nº 400/03. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

Qualquer modificação da presente Oferta deverá ser divulgada imediatamente mediante publicação de aviso nos mesmos jornais utilizados para a publicação do Anúncio de Início. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta, porém, deverão ser diretamente comunicados pela Instituição Líder a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio. Adicionalmente, a Instituição Líder deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A presente Oferta poderá ser suspensa ou cancelada pela CVM, a qualquer tempo, caso esteja se processando em condições diversas das constantes na legislação aplicável ou no registro concedido pela CVM ou caso seja considerada ilegal ou fraudulenta, ainda que obtido o respectivo registro. A Oferta poderá, ainda, ser cancelada em outras situações, incluindo, mas não se limitando, em caso de rescisão do Contrato de Colocação. Neste caso, o Fundo deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a Oferta mediante carta com aviso de recebimento, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar sua aceitação no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da carta. Não obstante, a divulgação ao mercado da suspensão ou cancelamento da Oferta deverá ser efetuada por meio de publicação de aviso.

Devolução e reembolso aos investidores

Observado o disposto no parágrafo subsequente, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Cotas Seniores da 1ª Série subscritas: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão ou

modificação da Oferta. Para a restituição referida acima, serão utilizados os procedimentos adotados pela CETIP. A restituição dos valores devidos aos investidores deverá ocorrer em até 10 (dez) Dias Úteis contados da notificação aos investidores ou da publicação do Aviso ao Mercado informando sobre a modificação, suspensão ou cancelamento da Oferta, conforme o caso, e que deverá conter o procedimento de restituição.

Caso a Oferta não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Cotas Seniores da 1ª Série deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, ficando, porém, estabelecido que esses recursos serão devolvidos aos investidores sem adição de juros ou correção monetária, e deduzidos os encargos e tributos devidos.

Distribuição, subscrição e integralização das Cotas Seniores da 1ª Série

Os investidores interessados em adquirir Cotas Seniores da 1ª Série devem contatar os Distribuidores e tomar as providências definidas pelos mesmos.

No ato de subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série, o investidor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pela pelos Distribuidores; e (ii) receberá exemplar deste Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

As Cotas Seniores da 1ª Série serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da respectiva subscrição. A integralização das Cotas Seniores da 1ª Série será efetuada por meio e de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, cabendo aos Distribuidores assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas Seniores da 1ª Série.

Na subscrição de Cotas Seniores da 1ª Série em data diversa da Data de Subscrição Inicial, caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados até as 15h00 (quinze horas) de determinado Dia Útil, será utilizado o valor da Cota Sênior da 1ª Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos. Caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados após as 15h00 (quinze horas) de determinado Dia Útil, ou em dia que não seja útil, será utilizado o valor da Cota Sênior da 1ª Série no 1º (primeiro) Dia Útil subsequente.

Para o cálculo do número de Cotas Seniores da 1ª Série a que tem direito o investidor, não será deduzido do valor entregue quaisquer taxas ou despesas.

O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), por investidor.

A totalidade das Cotas Seniores da 1ª Série será colocada publicamente pelos Distribuidores sob regime de garantia firme, de modo que os Distribuidores estarão obrigados à subscrição de eventual saldo não liquidado.

A colocação das Cotas Seniores da 1ª Série será realizada exclusivamente pelos Distribuidores. Isso é, nem a Instituição Administradora nem o Fundo poderão contratar outra instituição para distribuir as Cotas Seniores 1ª Série durante o prazo de duração do Fundo.

Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores da 1ª Série, não havendo, portanto, requisitos de dispersão.

Negociação das Cotas

As Cotas Seniores da 1ª Série serão admitidas à negociação no Sistema de Fundos Fechados - SFF da CETIP.

Na hipótese de negociação das Cotas Seniores da 1ª Série em operações no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será responsável por comprovar a qualificação de Investidor Qualificado do investidor que estiver adquirindo tais Cotas Seniores da 1ª Série.

Demonstrativo do custo da Oferta

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série:

CUSTOS	MONTANTE (EM R\$)	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO
Despesas de registro na CVM	82.870,00	0,083%
Agência Classificadora de Risco	34.000,00	0,034%
Auditores	50.000,00	0,05%
Assessores legais	190.000,00	0,19%
Comissão de estruturação	276.701,72	0,277%
Comissão de colocação	276.701,72	0,277%
Comissão de garantia firme	442.722,74	0,443%
Comissão de sucesso*	0,00	0,0%
Impressões, publicações e material publicitário	110.000,00	0,110%
Outros**	20.000,00	0,02%
Total	1.482.996,18	1,48%

* Comissão devida pelo Cedente aos Distribuidores, equivalente a 30% (trinta por cento) da diferença a menor entre a taxa inicial da coleta de intenções (Taxa DI acrescida de 1,5% ao ano, base 252 Dias Úteis) e a taxa final obtida, multiplicada pelo valor total de Cotas Seniores da 1ª Série distribuídas e pelo prazo médio da Oferta. A referida comissão não será devida pelo Cedente em razão da taxa final da coleta de intenções ser igual à taxa inicial.

** Estão incluídas nesta categoria despesas como realização de apresentações, locomoção de pessoas, dentre outros.

CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO

Custo total da Oferta	1.482.996,18
Número de Cotas Seniores emitidas na 1ª Série	100.000
Custo da Oferta por Cota	14,8299618
Custo percentual unitário	0,0015%

*Tendo em vista que os custos incorridos com a Oferta serão integralmente pagos pelo Cedente, o Fundo receberá o valor total da Oferta.

Ressalte-se que os Distribuidores foram contratados para realizar a distribuição pública das Cotas Seniores da 1ª Série por meio de contrato de coordenação e colocação pública de Cotas Seniores, sob regime de garantia firme, celebrado entre os Distribuidores, o Fundo e o Cedente. Mais informações sobre o referido contrato encontram-se na seção “Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Colocação” deste Prospecto. Cópia do Contrato de Colocação encontra-se disponível para consulta na sede da Instituição Administradora.

Informações sobre o relacionamento entre as partes envolvidas na distribuição de Cotas Seniores da 1ª Série encontram-se no capítulo “Operações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses” abaixo.

Outras informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à sede da Instituição Administradora, dos Distribuidores ou da CETIP, nos endereços indicados abaixo, sendo que o Prospecto encontra-se à disposição dos investidores na CVM para consulta e reprodução apenas.

Instituição Administradora:

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda.

Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar

04707-910 – São Paulo – SP

At.: Sr. Paulo Geraldo de Oliveira Filho

www.vam.com.br

Telefone: 0800-701-8881

Fax : (11) 5185-1757

Correio eletrônico: paulo.filho@vam.com.br

Banco Itaú BBA

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar (parte)

04538-132 – São Paulo – SP

At.: Gustavo Bellon

www.itaubba.com.br

Telefone: (11) 3708-8715

Fax: (11) 3708-8107

Correio eletrônico: gtbellon@itaubba.com.br

Banco ABC

Avenida Juscelino Kubitschek, 1.400, 4º andar

04543-000 - São Paulo – SP

At.: João Carlos Gonçalves da Silva

www.abcbrasil.com.br

Telefone: (11) 3170-2289

Fax: (11) 3170-2082

Correio eletrônico: joão.silva@abcbrasil.com.br

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Rua Sete de Setembro, n.º 111 - 5º andar
20050-901 - Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, 340 - 2º, 3º e 4º andares
Edifício Delta Plaza
01333-010 - São Paulo – SP
www.cvm.gov.br

Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar
20031-919 - Rio de Janeiro – RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar
01009-000 - São Paulo - SP
www.cetip.com.br

O prospecto em versão eletrônica também está disponível na página do Cedente, a saber:
<http://www.bancopaulista.com.br/produtosservicosframe.asp>.

Declaração da Instituição Administradora e da Instituição Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03:

A Instituição Administradora declara que: (i) este Prospecto (a) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; (b) contém as informações relevantes sobre a Oferta, o Fundo e suas atividades e situação econômico-financeira, bem como sobre os riscos inerentes ao investimento nas Cotas Seniores da 1ª Série, necessárias ao conhecimento pelos investidores; e (ii) as informações relativas ao Fundo prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, conforme declaração anexa ao presente, a qual foi firmada pelo diretor estatutário da Instituição Administradora, Sr. Paulo Geraldo Oliveira Filho.

A Instituição Líder declara que (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (a) as informações prestadas pelo Fundo e pela Instituição Administradora sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o período de distribuição, inclusive aquelas que integram este Prospecto, sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (ii) este Prospecto contém as informações necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Cotas Seniores da 1ª Série, do Fundo, do Cedente, de suas atividades, situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e ao investimento no Fundo; (iii) este Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, firmada pelos diretores da Instituição Líder, Srs. Fernando Fontes Iunes e Antonio Calheiros.

Independentemente do disposto acima, determinadas informações sobre o Brasil e o setor de atuação do Cedente incluídas neste Prospecto foram compiladas a partir de fontes públicas disponíveis ao mercado.

Assunções, previsões e eventuais expectativas futuras constantes deste Prospecto estão sujeitas a incertezas de natureza econômica, política e competitiva e não devem ser interpretadas como promessa ou garantia de resultados futuros ou desempenho do Fundo. Os potenciais investidores deverão conduzir suas próprias investigações acerca de eventuais tendências ou previsões discutidas ou inseridas neste Prospecto, bem como acerca das metodologias e assunções em que se baseiam as discussões dessas tendências e previsões.

FATORES DE RISCO

O investimento em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios envolve uma série de riscos que devem ser observados pelo potencial investidor. Esses riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, regulamentação específica, entre outros, que se relacionam tanto ao fundo como às próprias cotas. O potencial investidor deve ler cuidadosamente todas as informações deste Prospecto e do Regulamento antes de tomar a decisão de investimento em Cotas Seniores da 1ª Série

Riscos de mercado

Descasamento de taxas

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores da 1ª Série tem como parâmetro a Taxa DI. Ademais, a Instituição Administradora não está obrigada a contratar operações de swap de taxas prefixadas por DI over. Assim, há a possibilidade de a Instituição Administradora não contratar tais operações de swap, bem como de, caso contrate referidas operações, a outra parte (ou a instituição garantidora) não cumprir o contratado. Nestes casos, se a taxa de remuneração do DI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores da 1ª Série. O Cedente, o Fundo e a Instituição Administradora não prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

Baixa valorização dos ativos

A parcela do PL não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em Ativos Financeiros. No entanto, tais ativos podem apresentar valorização efetiva inferior às taxas médias diárias dos DI, o que pode fazer com que os recursos do Fundo se tornem insuficientes para pagar parte ou a totalidade da meta de rentabilidade prevista para as Cotas Seniores da 1ª Série (uma vez que a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores da 1ª Série tem como parâmetro a Taxa DI). Nessa hipótese, os Cotistas Seniores poderão ter a rentabilidade de suas Cotas afetadas negativamente, sendo certo que nem o Fundo, nem o Cedente e nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

Flutuação de preços dos ativos

Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que componham a carteira do Fundo, inclusive derivativos. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial. Se isso ocorrer, a rentabilidade das Cotas Seniores da 1ª Série poderá ser afetada negativamente.

Sujeição dos ativos a oscilações diversas

Os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função das alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Como decorrência de tais oscilações, poderão ocorrer variações negativas no valor do PL, o que poderá afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores da 1ª Série.

Efeitos da política econômica do governo federal

O Fundo, seus ativos e o Cedente estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outras. Tais medidas, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, podendo afetar adversamente o interesse de investidores na aquisição de Cotas Seniores da 1ª Série e na liquidação dos Direitos Creditórios pelos Devedores.

Riscos de crédito

Inexistência de garantia das aplicações do Fundo

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, do Fundo Garantidor de Créditos ou do Cedente. Igualmente, nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram aos Cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas Seniores da 1ª Série. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos, e cujo desempenho é incerto.

Inadimplência dos emissores dos Ativos Financeiros

A parcela do PL do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em Ativos Financeiros. Tais Ativos Financeiros podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, de modo que o Fundo teria que suportar tais prejuízos, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores da 1ª Série.

Fatores macroeconômicos

Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da

inflação, baixos índices de crescimento econômico, entre outros. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios Cedidos, provocando perdas patrimoniais aos Cotistas.

Transferência da reserva do gravame no SNG

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de Financiamentos cujos veículos dados como garantia têm a reserva do gravame devidamente registrada no SNG em favor do credor. A reserva do gravame no SNG permite a transferência da propriedade fiduciária do veículo para o credor, e a consequente execução mais célere em caso de inadimplemento. A reserva do gravame dos veículos no SNG, porém, permanece com o Cedente, e não é transferida ao Fundo no momento da cessão dos Direitos Creditórios. O Cedente outorgará procuração ao Fundo para que este transfira para o seu nome ou de qualquer terceiro, quando e se for o caso, ou dê baixa na reserva de gravame dos veículos no SNG, conforme o caso, oportunamente. É possível que o procedimento de transferência da reserva ou baixa do gravame no SNG seja moroso, ou mesmo inviável, o que dificultaria a execução de eventuais Devedores inadimplentes.

Veículos garantidos por alienação fiduciária

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de Financiamentos e são garantidos por alienação fiduciária de veículos. Contudo, é possível que, em eventual execução de Devedor inadimplente, o veículo objeto de alienação fiduciária não seja encontrado, ou o seu valor de venda seja insuficiente para o pagamento integral da dívida. Nessa hipótese, ocorrerá a redução do PL e o rendimento das Cotas Seniores da 1ª Série poderá ser negativamente afetado.

Modificação de créditos por decisão judicial

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de Financiamentos que poderão ter suas condições questionadas em juízo pelos respectivos Devedores. Não pode ser de todo afastada a possibilidade de os Devedores lograrem êxito nas demandas ajuizadas. Nessa hipótese, os Direitos Creditórios Cedidos podem ter seus valores reduzidos ou até serem anulados em decisão judicial, o que afetaria negativamente o PL.

Riscos decorrentes dos critérios adotados pelo Cedente para concessão de crédito

A aprovação dos Financiamentos depende de análise da adequação das condições pessoais dos Devedores à política interna de concessão de crédito do Cedente, a qual se encontra descrita de forma resumida no item “Direitos Creditórios – Características – Política de concessão de crédito” abaixo. Contudo, ainda que o Cedente submeta todas as propostas recebidas aos procedimentos constantes de sua política interna de concessão de crédito, e a referida proposta seja ao final aprovada por satisfazer critérios objetivos, não há garantia que os Devedores honrarão seus compromissos assumidos para com o Cedente.

Riscos de liquidez

Inexistência de mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios

O Fundo se enquadra em modalidade de investimento específica, que investe prioritariamente em Direitos Creditórios, devendo os potenciais investidores avaliar minuciosamente suas peculiaridades, que podem eventualmente trazer consequências negativas para o PL, ou que podem tornar o investimento ilíquido. Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para negociação de direitos creditórios. Portanto, caso por qualquer motivo seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda ao PL.

Falta de liquidez dos Ativos Financeiros

A parcela do PL não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em Ativos Financeiros. Tais títulos e ativos podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor), o que poderia, eventualmente, afetar pagamentos de amortização e/ou resgate a Cotistas, afetando a liquidez esperada de suas Cotas Seniores da 1ª Série.

Fundo fechado e mercado secundário

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação. Assim, o Cotista não terá liquidez em seu investimento no Fundo, exceto (i) por ocasião das amortizações programadas ou eventuais, ou (ii) por meio da alienação de suas Cotas no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de Cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao investidor. Não há qualquer garantia da Instituição Administradora, do Cedente, do Custodiante, ou de qualquer outra Parte Relacionada, em relação à possibilidade de venda das Cotas Seniores da 1ª Série no mercado secundário, preço obtido pelas Cotas Seniores da 1ª Série, ou mesmo garantia de saída ao investidor.

Liquidação antecipada e Amortização Compulsória

As Cotas Seniores da 1ª Série serão amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido no suplemento da respectiva Série. No entanto, há eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo, bem como Amortização Compulsória de Cotas. Assim, há a possibilidade de os titulares de Cotas Seniores da 1ª Série receberem valores antecipadamente, e eventualmente inferiores aos esperados.

Reserva de pagamento não constitui garantia de pagamento

Será constituída Reserva de Pagamento, destinada ao pagamento das amortizações das Cotas Seniores da 1ª Série. No entanto, eventualmente o Fundo poderá não ter recursos sequer para a constituição da Reserva de Pagamento. É também possível que, não obstante a devida constituição da Reserva de Pagamento, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de tais amortizações. Desse modo, a existência da Reserva de Pagamento não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas de Cotas Seniores da 1ª Série.

Insuficiência de recursos no momento da liquidação antecipada

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente em certas hipóteses, descritas no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo – Eventos de Liquidação” abaixo. Ocorrendo tal liquidação antecipada, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios Cedidos ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os Cotistas teriam suas Cotas Seniores da 1ª Série resgatadas em Direitos Creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das Cotas Seniores da 1ª Série ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios Cedidos; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios Cedidos a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos Cotistas.

Riscos provenientes do uso de derivativos

Efeitos negativos para a rentabilidade do Fundo

Somente com vistas a proteger posições detidas à vista pelo Fundo serão contratadas operações no mercado de derivativos. Tais operações, entretanto, poderão afetar negativamente a rentabilidade do Fundo de tal forma que os Cotistas poderão suportar prejuízos em decorrência da utilização de instrumentos derivativos.

Oscilações no PL

A Instituição Administradora poderá contratar operações de swap de taxas prefixadas pela Taxa DI ou ainda operações envolvendo contratos futuros atrelados à referida taxa, para evitar o risco de descasamento de taxas. No entanto, há a possibilidade de a Instituição Administradora não conseguir contratar tais operações, ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Além disso, a realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode ocasionar variações no PL que levem a perdas patrimoniais ao Fundo e conseqüentemente aos seus Cotistas. Ainda, há a possibilidade de o Fundo auferir PL negativo em decorrência das operações realizadas, o que poderá acarretar na necessidade de realizar aportes adicionais de recursos no Fundo por seus Cotistas.

Riscos específicos

Riscos operacionais

Auditoria por amostragem

A verificação documental (física) da regularidade da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos é realizada apenas por amostragem previamente às primeiras cessões ou por meio de auditoria bimestral. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente por amostragem, e em parte considerável após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos.

Falhas do Agente de Recebimento, do Custodiante e do Agente de Cobrança

A cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos depende da atuação diligente do Agente de Recebimento, do Custodiante e do Agente de Cobrança, uma vez que lhes cabe aferir, conforme o caso, o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência dos Devedores. Assim, qualquer falha de procedimento do Agente de Recebimento, do Custodiante e do Agente de Cobrança poderá acarretar em menor recebimento dos recursos devidos pelos Devedores. Isso levaria à queda da rentabilidade do Fundo, ou até a perda patrimonial.

Forma de pagamento dos Direitos Creditórios

O pagamento referente aos Financiamentos cujos Direitos Creditórios tenham sido cedidos ao Fundo pode ser feito (i) em qualquer instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional até a data de seu vencimento, (ii) em qualquer agência do Agente de Recebimento em até 10 (dez) dias após o vencimento, e (iii) diretamente ao Cedente após o 10º (décimo) dia contado do vencimento. Caso os recursos em atraso sejam pagos diretamente ao Cedente, a subsequente transferência ao Fundo, nos termos descritos no item “Direitos Creditórios - Cobrança dos Direitos Creditórios” abaixo, que é dever legal e obrigacional, dependerá de ato do próprio Cedente. Por diversos motivos, a transferência de recursos do Cedente ao Fundo poderá atrasar, como, por exemplo, por problemas operacionais ou por intervenção, liquidação, falência ou procedimentos similares. Nessa hipótese, a rentabilidade do Fundo poderá ser afetada negativamente.

Falha operacional do Cedente

A concessão de Financiamentos é realizada mediante verificação prévia do risco de crédito do Devedor. É possível que ocorra alguma falha operacional no momento de análise do risco de crédito do Devedor, ou da formalização do Financiamento cujos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo (como não inclusão dos contatos do Devedor, ausência de assinatura da CCB, não inclusão da reserva do gravame do veículo financiado no SNG). Essas falhas operacionais poderiam dificultar, ou mesmo impedir a efetiva cobrança dos Direitos Creditórios, o que poderia afetar negativamente o PL.

Guarda dos Documentos Comprobatórios pelo Cedente

O Cedente é, na qualidade de fiel depositário, responsável pela guarda física dos Documentos Comprobatórios. Embora o Cedente tenha a obrigação de permitir ao Fundo e ao Custodiante livre acesso à referida documentação, a guarda de tais documentos pelo Cedente, ou por qualquer subcontratado, poderá representar dificuldade à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios Cedidos, podendo gerar perdas ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus Cotistas.

Risco de descontinuidade

Liquidação antecipada

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por diversas razões. Mesmo que o Fundo disponha de recursos para pagamento aos Cotistas, o que não é garantido pela Instituição Administradora, pelo Custodiante, pelo Cedente ou por quaisquer terceiros, é possível que não haja, disponíveis no mercado, aplicações com mesmas características de prazo, risco e rentabilidade, o que frustraria a expectativa que o investidor possuía no momento em que adquiriu Cotas Seniores da 1ª Série.

Observância da Alocação Mínima

O Fundo deve observar a Alocação Mínima. Entretanto, não há garantia de que o Cedente conseguirá (ou desejará) originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para fazerem frente a esta exigência da Alocação Mínima. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima pode inclusive levar à Amortização Compulsória.

Riscos do Cedente

Descumprimento do Contrato de Cessão

Em virtude do disposto no Contrato de Cessão, o Cedente está obrigado a ceder Direitos Creditórios ao Fundo, de acordo com as condições mínimas ali estabelecidas. Caso o Cedente, por qualquer motivo, interrompa a cessão de Direitos Creditórios pactuada nos termos do Contrato de Cessão, é possível que o Fundo passe a apresentar excesso de liquidez, ou/e deixe de observar a Alocação Mínima. Quaisquer dessas hipóteses poderiam levar à liquidação antecipada do Fundo, ou à Amortização Compulsória.

Resilição do Contrato de Cessão pelo Cedente

. É possível ao Cedente resilir o Contrato de Cessão em diversas hipóteses. A resilição do Contrato de Cessão pode levar à liquidação antecipada do Fundo ou à Amortização Compulsória, o que pode ser contrário aos interesses dos titulares de Cotas Seniores.

Descontinuidade da cessão

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de Financiamentos, e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento do Fundo bem como atender aos Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais empréstimos; e/ou (ii) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade, as Condições de Cessão e a política de investimento, poderá ocorrer a liquidação do Fundo, ou ainda Amortização Compulsória. Ressalte-se que alterações da política econômica do governo e aumento da concorrência no setor de crédito direto ao consumidor para aquisição de bens duráveis também podem levar à diminuição da quantidade, ou até à inexistência, de Direitos Creditórios elegíveis.

Conflito de interesses

O Cedente foi contratado como Agente de Cobrança, tendo, por conta desse fato, a obrigação de efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos após o 11º (décimo primeiro) dia, inclusive, contados do vencimento do respectivo Direito Creditório. É possível que o correto desempenho das funções de Agente de Cobrança conflite os interesses do Banco Paulista na qualidade de Cedente dos Direitos Creditórios, o que poderá afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores da 1ª Série.

Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Cedente

O Cedente é o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, responsável pela cobrança judicial e extrajudicial dos Devedores inadimplentes. No exercício dessa função, em diversos casos, os Direitos Creditórios recebidos pelo Devedor são antes recebidos pelo Cedente que então os repassa ao Fundo. Na hipótese de intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Cedente, há a possibilidade de os recursos recebidos pelo Cedente e ainda não transferidos ao Fundo serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que poderia afetar sua rentabilidade e levá-lo a perdas patrimoniais. Adicionalmente, a intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Cedente poderá interromper a geração de Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo, o que poderá culminar no desenquadramento Alocação Mínima, levando à liquidação antecipada do Fundo, o que pode não atender aos interesses dos Cotistas.

Não pagamento, pelo Cedente, de valores devidos na hipótese de pagamento antecipado dos Financiamentos

Na hipótese de pagamento antecipado dos Financiamentos, o Cedente deverá, nos termos estabelecidos no Contrato de Cessão, além de transferir ao Fundo os recursos recebidos em virtude de referido pagamento em até 5 (cinco) dias úteis, ressarcir o Fundo da diferença positiva, se houver, entre o valor a receber da parcela relativa ao Direito Creditório liquidado antecipadamente (trazido a valor presente pela taxa de cessão aplicada ao valor de face do Direito Creditório) e a quantia efetivamente recebida do Devedor na liquidação antecipada. Ocorrendo a liquidação antecipada dos Financiamentos e havendo o descumprimento, por qualquer motivo, pelo Cedente, de referida obrigação, a rentabilidade do Fundo poderá ser afetada. Ademais, o descumprimento pelo Cedente de obrigação estabelecida no Contrato de Cessão pode levar ao término desse contrato e, conseqüentemente, à liquidação antecipada do Fundo, o que pode não atender aos interesses dos Cotistas.

Regulamentação das atividades do Cedente

As atividades do Cedente estão sujeitas à legislação brasileira e à regulamentação específica editada pelo CMN e pelo Banco Central. Mudanças na legislação aplicável aos financiamentos bancários ou nas normas que regulam a concessão de crédito por instituições financeiras poderão afetar negativamente as operações do Cedente, podendo levar à diminuição da quantidade, ou até à inexistência, de Direitos Creditórios elegíveis.

Outros riscos

Invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios

Com relação ao Cedente, a cessão de Direitos Creditórios poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o PL, caso fosse realizada em:

- i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão o Cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios Cedidos pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
- iii) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

Concentração em modalidade de investimento

O Fundo aplicará em Direitos Creditórios exclusivamente originados de Financiamentos. Nesse contexto, não será possível ampla diversificação dos investimentos realizados pelo Fundo, sendo estes concentrados em uma espécie primordial de investimento (Direitos Creditórios). A concentração das aplicações em um ou em poucos tipos de investimento eleva as possibilidade de que os Cotistas venham a sofrer perda patrimonial.

Intervenção no ou liquidação do Agente de Recebimento

Na hipótese de intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Agente de Recebimento, há a possibilidade de os recursos recebidos e ainda não transferidos ao Fundo serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que poderia afetar sua rentabilidade e levá-lo a perdas patrimoniais.

Intervenção no ou liquidação do Custodiante

O Fundo terá conta corrente junto ao Custodiante. Na hipótese de intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Custodiante, há a possibilidade de os recursos recebidos e ainda não transferidos ao Fundo serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que poderia afetar sua rentabilidade e levá-lo a perdas patrimoniais.

Alteração do Regulamento

O Regulamento pode ser alterado em consequência de normas legais ou regulamentares, por determinação da CVM ou por deliberação da Assembléia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais ao Fundo.

Ausência de notificação aos Devedores

Inicialmente, a cessão de Direitos Creditórios objeto do Contrato de Cessão não será precedida pela notificação dos Devedores. No entanto, caso seja necessário alterar os mecanismos de cobrança, os Devedores não estão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios Cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão. Nessa hipótese, o PL e a rentabilidade das Cotas Seniores da 1ª Série poderiam ser afetados negativamente.

Modalidade recente de investimento

De acordo com a sua política de investimentos, o Fundo investirá seus recursos, preponderantemente, em modalidade de investimentos recentemente instituída no Brasil, consistente em direitos creditórios, sobre os quais inexistem dados históricos e estatísticos que possibilitem estimativa de retorno e previsão de desempenho do Fundo a médio e longo prazo para os investidores.

Dação em pagamento de Direitos Creditórios

No caso de liquidação do Fundo, ordinária ou antecipada, em que a Assembléia Geral deliberar o resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios Cedidos, os titulares de Cotas Seniores da 1ª Série poderão encontrar dificuldades para (i) negociar os Direitos Creditórios recebidos; e/ou (ii) cobrar os Direitos Creditórios inadimplentes.

Inexistência de rendimento pré-determinado

As Cotas Seniores da 1ª Série serão valorizadas todo Dia Útil, conforme os critérios estabelecidos no Regulamento e descritos no item “Características gerais do Fundo – Cotas – Valorização das Cotas Seniores da 1ª Série”. Tais critérios visam a definir qual parcela do PL deve ser prioritariamente alocada aos titulares de Cotas Seniores da 1ª Série na hipótese de amortização ou resgate de suas Cotas Seniores da 1ª Série e não representam nem deverão ser considerados promessa ou garantia de rentabilidade aos Cotistas. Portanto, os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Perecimento ou roubo do veículo objeto do Financiamento

Para a concessão dos Financiamentos aos Devedores não se exige que o veículo dado em garantia tenha seguro contra roubo ou acidentes. As chances de recuperação de valores inadimplidos em processos de execução de dívidas garantidas por alienação fiduciária estão diretamente relacionadas à localização e ao valor do bem dado em garantia. Sendo assim, o roubo, furto ou perecimento de veículos dados em garantia de Direitos Creditórios cujos Devedores estejam inadimplentes poderá afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores da 1ª Série.

Carteira de contratos recente

O Cedente passou a atuar no ramo de financiamento de veículos, e concessão de crédito mediante alienação fiduciária de veículos a partir de novembro de 2005. Por conta desse fato, é reduzido o histórico do desempenho da carteira dessa modalidade de crédito do Cedente, o que dificulta a previsão do desempenho e das taxas de inadimplência da carteira a ser cedida. Como um dos elementos que balizará a definição do preço de cessão é a previsão de desempenho da carteira, é possível que se tal desempenho for avaliado de forma imprecisa, o preço de cessão poderá ser menor do que o necessário para garantir o rendimento esperado do Fundo, o que causaria prejuízo aos Cotistas.

Repasse de valores recuperados por escritórios de cobrança

Conforme descrito no item “Direitos Creditórios - Cobrança dos Direitos Creditórios” abaixo, em caso de inadimplência, poderão ser acionados terceiros (geralmente escritórios de cobrança) para localizar os Devedores e empreender tentativa de negociação com os mesmos, com o fim de obter valores em atraso. Em caso de sucesso, os valores recuperados são recebidos pelos próprios terceiros que, periodicamente, repassam tais valores ao Agente de Cobrança ou ao Fundo. O repasse de valores está sujeito a fraudes, desvios de valores, atrasos e problemas operacionais. A ocorrência de quaisquer desses eventos poderia dificultar o recebimento do pagamento referente a Direitos Creditórios inadimplidos de titularidade do Fundo, ocasionando a redução do PL.

Dificuldades na execução

Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo são garantidos por alienação fiduciária de veículos. Havendo inadimplemento, os Devedores serão executados judicialmente. É possível que o veículo que garanta a dívida não seja encontrado, ou ainda que se encontrado, o preço obtido na venda seja insuficiente para cobrir o débito com o Fundo. Nesses casos, ainda restaria ao Fundo executar o restante do patrimônio do Devedor, o que, além de demorado, é na maioria dos casos pouco eficiente. Em virtude do disposto acima, o PL poderia ser afetado negativamente.

Conflito de interesses da Instituição Administradora

Na data deste Prospecto, o Cedente mantém contratadas com o Banco Votorantim S.A., instituição financeira integrante do grupo econômico da Instituição Administradora, operações de cessão de créditos, com coobrigação, decorrentes de Financiamentos, a taxas usuais de mercado. Diante desse quadro, não se pode afastar eventual conflito entre os interesses da Instituição Administradora, na qualidade de integrante de grupo econômico credor do Cedente, e como Instituição Administradora de Fundo no qual o Banco Paulista figura como cedente de Direitos Creditórios.

Pré-pagamento dos Direitos Creditórios

Não existe vedação ao pagamento antecipado dos Direitos Creditórios pelos Devedores. Caso um número significativo de Devedores decida adimplir os respectivos Direitos Creditórios antes da data de vencimento prevista, ocasionando alteração do volume esperado de Pré-pagamentos, o fluxo de caixa do Fundo será afetado e, conseqüentemente, a rentabilidade das Cotas Seniores da 1ª Série será afetada negativamente.

Conflito de interesses dos Distribuidores de Cotas Seniores

Na data deste Prospecto, o Cedente mantém contratadas com o Banco Itaú BBA, com sociedades integrantes do grupo econômico do Banco Itaú BBA e com o Banco ABC, diversas operações de cessão de créditos, com coobrigação, decorrentes de Financiamentos, a taxas usuais de mercado. Diante desse quadro, não se pode afastar eventual conflito entre os interesses do Banco Itaú BBA e do Banco ABC como credores do Cedente, e como Distribuidores das Cotas Seniores da 1ª Série de Fundo que adquirirá créditos do mesmo Cedente.

Existência de outros fundos de investimento em direitos creditórios

O Cedente também aliena Direitos Creditórios a outro fundo registrado na CVM, a saber, o “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos”. Durante o início das atividades do Fundo, o Cedente prevê que, do total de Direitos Creditórios originados pelo Cedente, 15% (quinze por cento) serão cedidos ao “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos” e 70% (setenta por cento) serão cedidos ao Fundo. Não há garantia, porém, de que este percentual será alcançado e de que haverá Direitos Creditórios suficientes para suprir as necessidades de ambos os fundos acima referidos.

Preferência na aquisição de direitos creditórios

O “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos” tem preferência na aquisição de Direitos Creditórios em relação ao Fundo. Nesse sentido, na hipótese de diminuição do nível das atividades do Banco Paulista a ponto de comprometer significativamente o volume de originação de Direitos Creditórios, o Banco Paulista poderá não ter Direitos Creditórios em quantidade suficiente para atender o Fundo. Como resultado, caso a redução do volume de originação leve o Cedente a reduzir o volume de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo de tal forma que comprometa os níveis mínimos de composição e diversificação de sua carteira, é possível que o Fundo tenha que ser liquidado antecipadamente. Adicionalmente, é possível que durante o período de redução do percentual de Direitos Creditórios em sua carteira, o Fundo não encontre ativos passíveis de investimento com rentabilidade equivalente àquela proporcionada pelos Direitos Creditórios, o que pode se refletir em efeitos negativos no PL e na rentabilidade de suas Cotas.

Despesas com a defesa dos Direitos dos Cotistas Seniores

O Cedente realizará a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos em situação de inadimplência há 11 (onze) dias ou mais, contado do vencimento da parcela do Financiamento, não fazendo jus a qualquer remuneração ou mesmo ao reembolso de despesas e custas relacionados ao exercício dessa função. É facultado ao Fundo, porém, a qualquer tempo, contratar outro Agente de Cobrança. Nessa hipótese, o Fundo passaria a ser o exclusivo responsável pelas despesas e custos relacionados à cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios, e pode não possuir recursos suficientes para adoção e manutenção dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos outros ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas. É possível que a maioria dos Cotistas Seniores reunidos em Assembléia Geral não aprove aporte de recursos ao Fundo necessários para assegurar eventual adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Também é possível que os Cotistas Seniores aprove o aporte de recursos para adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos, mas que eles não atinjam os resultados mínimos almejados. Em qualquer das hipóteses, o PL do Fundo e a rentabilidade das Cotas Seniores da 1ª Série podem ser afetados negativamente.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

Base legal e classificação ANBID

O Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, regulado pela Resolução nº 2.907/01, e pela Instrução nº 356/01, conforme alterada.

Objeto

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, nos termos de sua política de investimento.

Forma de constituição

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração de cada Série ou classe de Cotas, ou em virtude da liquidação do Fundo. É admitida a amortização das Cotas, conforme disposto no Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral.

Prazo de duração

O Fundo terá duração até 31 de dezembro de 2020, podendo ser liquidado antecipadamente por deliberação da Assembleia Geral ou, no caso de não haver Cotas em circulação, por deliberação da Instituição Administradora. Cada Série terá a duração especificada no respectivo Suplemento, observado o prazo de duração do Fundo. O prazo de duração das Cotas Seniores da 1ª Série é de 42 (quarenta e dois) meses contados da Data de Subscrição Inicial.

Objetivo de investimento

O Fundo tem por objetivo proporcionar rendimento de longo prazo aos Cotistas por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição dos Direitos Creditórios, os quais serão originários de Financiamentos.

Desde que o patrimônio do Fundo permita, após o pagamento e o provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor das Cotas Seniores, de forma proporcional e simultânea para cada Série, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, relativos ao Dia Útil imediatamente anterior, o valor equivalente calculado como a variação acumulada das Taxas DI, base 252 dias úteis, na forma percentual, ou conforme estabelecido no respectivo Suplemento, para o respectivo período.

Para as Cotas Seniores da 1ª Série, o referido valor será calculado de acordo com o item “Características Gerais do Fundo – Cotas - Valorização das Cotas Seniores da 1ª Série”, e com a fórmula definida no item “Características Gerais do Fundo – Amortização das Cotas - Amortização das Cotas Seniores da 1ª Série” abaixo, e terá *spread* equivalente a 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano, o qual foi definido em processo de coleta de intenções.

Após a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Cotas Subordinadas.

Política de investimento

Após 90 (noventa) dias contados da Data da Subscrição Inicial, o Fundo deverá manter a Alocação Mínima, correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu PL em Direitos Creditórios.

Aplicação em Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem necessariamente observar os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão. Não haverá coobrigação do Cedente em relação ao pagamento dos Direitos Creditórios. Não obstante, o Cedente é responsável pela existência dos respectivos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão

Somente poderão integrar a carteira do Fundo os Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, os seguintes Critérios de Elegibilidade:

- i) os Direitos Creditórios devem ser originários de Financiamentos:
 - a) que tenham prazo de até 60 (sessenta) meses;
 - b) cuja primeira parcela já tenha sido integralmente paga;
 - c) cujo valor de cada parcela seja inferior a 31% (trinta e um por cento) do rendimento ou faturamento bruto mensal dos respectivos Devedores;
 - d) que sejam garantidos por alienação fiduciária do veículo, devidamente registrada no SNG em favor do Cedente;
 - e) cujo Valor de Mercado do veículo objeto da garantia na data de concessão dos Financiamentos represente pelo menos: (a) 110% (cento e dez por cento) do valor financiado na data da concessão dos Financiamentos, para veículos com até 5 (cinco) anos contatos a partir de 31 de dezembro do ano do modelo; ou (b) 120% (cento e vinte por cento) do valor financiado na data da concessão dos Financiamentos, para veículos com mais de 5 (cinco) anos contatos a partir de 31 de dezembro do ano do modelo; e

- f) cujo veículo financiado em garantia não seja motocicleta.
- ii) a aquisição de Direitos Creditórios não poderá fazer com que a totalidade do débito de determinado Devedor para com o Fundo seja superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);
- iii) a aquisição de Direitos Creditórios não poderá fazer com que a totalidade do débito de determinado Devedor para com o Fundo seja superior a 0,4% (quatro décimos por cento) do valor total dos Direitos Creditórios Cedidos que integrem o PL na respectiva data de cessão;
- iv) a aquisição de Direitos Creditórios não poderá fazer com que a totalidade dos débitos de Financiamentos de Veículos Pesados seja superior a 60% (sessenta por cento) do PL;
- v) os Devedores dos Direitos Creditórios não devem estar, no momento de aquisição de tais Direitos Creditórios pelo Fundo, inadimplentes em relação a outros Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;
- vi) o vencimento dos Direitos Creditórios adquiridos não pode ser posterior ao prazo de resgate das Cotas Seniores em Circulação;
- vii) os Devedores dos Direitos Creditórios não apresentem, na data da cessão dos Direitos Creditórios, qualquer registro de inadimplência superior a R\$ 100,00 (cem reais) junto ao CCF e à SERASA; e
- viii) verifique-se, em cálculo *pro forma* previamente a cada cessão, no momento imediatamente subsequente a cada uma das cessões, que o total de Direitos Creditórios originados de Crédito Pessoal integrantes da carteira do Fundo não passaria a representar percentual superior a 20% (vinte por cento) do PL.

O enquadramento dos Direitos Creditórios que o Fundo pretenda adquirir aos Critérios de Elegibilidade será verificado pelo Custodiante previamente à cessão com base nos arquivos eletrônicos fornecidos pelo Cedente, nos dados relativos ao Fundo mantidos pelo Custodiante, bem como informações externas obtidas através do SNG, do CCF e SERASA.

Posteriormente à cessão, o Custodiante realizará a verificação, ao final de cada bimestre calendário, de lastro dos Direitos Creditórios Cedidos, por amostragem, com base nos Documentos Comprobatórios.

A alteração dos Critérios de Elegibilidade é de competência exclusiva da Assembléia Geral.

Caso o Custodiante, por qualquer motivo, não concorde com as alterações promovidas pela Assembléia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade, deverá requerer à Instituição Administradora, por escrito, o término do Contrato de Custódia, em até 20 (vinte) Dias Úteis contados do recebimento da notificação que o informe sobre a alteração dos Critérios de Elegibilidade.

Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia, o Custodiante não será responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados ou incluídos sem a sua expressa concordância, desde a data de tal alteração ou inclusão até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços de custódia ao Fundo.

Caso não requeira o término do Contrato de Custódia, no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis contados do recebimento da notificação que o informe sobre a alteração dos Critérios de Elegibilidade, serão considerados aceitos tacitamente pelo Custodiante as alterações promovidas pela Assembléia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade. Não obstante, o Custodiante somente terá a obrigação de verificação dos Critérios de Elegibilidade alterados ou incluídos após o decurso do prazo de 20 (vinte) Dias Úteis referido acima.

O Cedente somente poderá ofertar ao Fundo Direitos Creditórios quando atendidas as seguintes Condições de Cessão:

- i) os Direitos Creditórios devem ser originários de Financiamentos:
 - a) que foram concedidos pelo Cedente aos Devedores, e formalizados por meio de CCBs;
 - b) cujo veículo alienado fiduciariamente tenha, na data da cessão, no máximo 18 (dezoito) anos, para Veículos Leves, e 26 (vinte e seis) anos, para Veículos Pesados, contados a partir de 31 de dezembro do ano do modelo; e
 - c) cujas taxas de juros sejam pré-fixadas;
- ii) os Direitos Creditórios não devem ter sido originados de qualquer tipo de renegociação, acordo ou transação entre o Cedente e os Devedores ou terceiros de outro(s) contrato(s) de financiamento de veículo(s) de um mesmo Devedor;
- iii) os Direitos Creditórios não devem ser ou ter sido objeto de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, por parte dos respectivos Devedores, independentemente da alegação ou mérito, que possa direta ou indiretamente comprometer sua liquidez e certeza, de que o Cedente tenha conhecimento;
- iv) os Direitos Creditórios devem ser originados de Financiamentos cujos Devedores não estejam inadimplentes em relação a quaisquer créditos devidos ao Cedente;
- v) os Direitos Creditórios tenham sido originados de Financiamentos que possuam, no momento da cessão (a) pelo menos 12 (doze) parcelas vincendas, ou (b) número de parcelas vincendas idêntico ao número de meses restantes para a liquidação das Cotas Seniores em Circulação, caso os Financiamentos possuam menos de 12 (doze) parcelas vincendas no momento da cessão; e

vi) quando se tratar de Cessão Parcial de Direitos Creditórios, deverão ser atendidos, ainda, os seguintes requisitos adicionais:

- a) tenham decorrido, no mínimo, 18 (dezoito) meses da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série; e
- b) sejam cedidas ao Fundo a parcela do Financiamento com vencimento imediatamente seguinte à data da respectiva cessão e demais parcelas subsequentes, até a parcela com vencimento imediatamente anterior à data de vencimento da totalidade das Cotas Seniores que estejam em circulação, observada a disponibilidade de recursos do Fundo.

Caso, por qualquer motivo, não seja possível ao Fundo adquirir todas as parcelas referidas no subitem “b” acima, o Cedente não poderá ceder a terceiros as parcelas cujo vencimento ocorra previamente à data de vencimento da totalidade das Cotas Seniores que estejam em circulação.

As Condições de Cessão constantes dos subitens “i”, “iv”, “v” e “vi” serão verificadas por amostragem, pelo Custodiante, previamente às cessões de Direitos Creditórios ao Fundo, até que o volume de Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo atinja o volume de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) e ao final de cada bimestre calendário. Caso algum Direito Creditório Cedido não satisfaça as Condições de Cessão, será resolvida de pleno direito a cessão de tal Direito Creditório Cedido, nos termos do Contrato de Cessão.

A aquisição e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo e o recebimento dos valores deles decorrentes serão realizados com base nos termos e condições estabelecidos (i) no Contrato de Cessão, cuja cópia faz parte integrante do prospecto de distribuição de Cotas Seniores; (ii) no Contrato de Custódia; e (iii) no Contrato de Cobrança Escritural.

Aplicação da parcela remanescente do PL

O Fundo poderá manter a parcela do seu PL que não for aplicada em Direitos Creditórios, isolada ou cumulativamente, em moeda corrente ou nos seguintes títulos e ativos:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional; e
- ii) títulos de emissão do Banco Central.

Limites de concentração da carteira do Fundo

O Fundo poderá aplicar no máximo 10% (dez por cento) de seu PL em ativos de emissão e/ou coobrigação de um mesmo devedor, excetuando-se os Ativos Financeiros.

Até 100% (cem por cento) do PL do Fundo poderá ser representado por Direitos Creditórios originados pelo Cedente.

Operações com derivativos

O Fundo pode:

- i) realizar operações compromissadas lastreadas nos Ativos Financeiros; e
- ii) realizar operações em mercados de derivativos, observadas as disposições do parágrafo seguinte, e desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

A Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, poderá realizar operações com instrumentos derivativos com o objetivo de eliminar descasamentos de taxas de juros entre as posições detidas à vista, até o limite destas e as obrigações do Fundo para com os Cotistas. As operações contratadas pelo Fundo com instrumentos derivativos, se realizadas, deverão ocorrer (i) em mercado de balcão, sendo que (a) tais operações deverão ser necessariamente registradas na BM&F sob a modalidade “com garantia” em favor do Fundo, e (b) a contraparte deverá ser Instituição Autorizada; e/ou (ii) diretamente na BM&F, sob a modalidade “com garantia”.

Operações vedadas

É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade* ou realizar operação de renda variável.

É vedado ao Fundo realizar operações nas quais a Instituição Administradora atue na condição de contraparte do Fundo.

Outras informações relevantes acerca da política de investimento do Fundo

A carteira do Fundo, e por consequência seu PL, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no capítulo “Fatores de risco” acima. O investidor, antes de adquirir Cotas Seniores da 1ª Série, deve ler cuidadosamente este capítulo para que a tomada de decisão de investimento em Cotas Seniores da 1ª Série seja adequadamente fundamentada.

O Fundo poderá negociar com terceiros os Direitos Creditórios integrantes de sua carteira, mediante autorização da Assembléia Geral, observado o quórum qualificado de deliberação descrito no item “Características gerais do Fundo – Assembléia Geral – Deliberações especiais” abaixo.

Os percentuais de composição, concentração e diversificação da carteira do Fundo serão cumpridos diariamente, com base no PL do Dia Útil imediatamente anterior à data de cada cálculo dos percentuais de composição, concentração e diversificação da carteira do Fundo.

Serão considerados, para efeito de cálculo do PL, os dispêndios efetivamente incorridos com operações no mercado de derivativos a título de prestação de margens de garantia em espécie, se for o caso, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, do Fundo Garantidor de Créditos, do Cedente, do Custodiante, dos prestadores de serviço do Fundo, ou de outro qualquer mecanismo de seguro.

Pré-pagamento, renegociação e refinanciamento dos Direitos Creditórios

Uma vez cedidos ao Fundo, há possibilidade de alteração do cronograma de pagamento dos Direitos Creditórios em função de: (i) pré-pagamento; e (ii) renegociação dos Financiamentos que lhes deram origem.

É permitido aos Devedores, a qualquer tempo, pagar antecipadamente os Financiamentos obtidos, inclusive os que originaram Direitos Creditórios Cedidos. O pagamento antecipado de Financiamentos que deram origem a Direitos Creditórios que sejam de titularidade do Fundo é conceituado como pré-pagamento. Nos termos do Contrato de Cessão, o Cedente será responsável pelo pagamento da diferença positiva, se houver, entre o valor a receber da parcela relativa ao Direito Creditório liquidado antecipadamente (trazido a valor presente pela taxa de cessão aplicada ao valor de face dos Direitos Creditórios Cedidos para determinar seu preço de cessão ao Fundo) e a quantia paga na liquidação antecipada. O pré-pagamento dos Financiamentos que deram origem aos Direitos Creditórios Cedidos importará em recebimento adiantado pelo Fundo dos recursos.

O Cedente, na qualidade de Agente de Cobrança, poderá renegociar os Financiamentos, o que deve ser entendido como a concessão de moratória, abatimento, desconto, alteração da data de vencimento e/ou dos termos, condições e procedimentos de pagamento relativos aos Financiamentos cujos Direitos Creditórios sejam, na totalidade ou em parte, de titularidade do Fundo. Na renegociação das condições do Financiamento, não é permitido ao Cedente elevar a taxa de juros ou as penalidades estabelecidas na respectiva CCB.

Nos termos do Contrato de Cessão, o Cedente deverá recomprar os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo originados dos Financiamentos que pretende renegociar, previamente à renegociação, ou em no máximo 10 (dez) dias úteis contados da data da respectiva renegociação.

Como a renegociação leva à obrigação de recompra e o preço de recompra é no mínimo equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios, conclui-se que, desde que o Cedente cumpra suas obrigações, a renegociação de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo terá efeito similar ao pré-pagamento, isto é, levará à antecipação do cronograma de recebimento de Direitos Creditórios pelo Fundo.

Conceitua-se refinanciamento como a celebração de um novo financiamento com determinado Devedor no qual se repactua dívida deste que esteja em aberto, sendo que o financiamento que deu origem à dívida refinanciada é, por sua vez, cancelado. É vedado ao Fundo celebrar refinanciamentos com os Devedores.

Preço de Cessão

A contraprestação pela cessão dos Direitos Creditórios devida pelo Fundo será paga à vista, no momento da aquisição dos Direitos Creditórios, e será calculada pelo Custodiante de acordo com a fórmula abaixo salvo se diversamente estabelecido no Termo de Cessão:

$$PC = \sum_{i=1}^n \frac{VN_i}{TC_i}$$

onde,

PC = preço de cessão;

VN_i = valor nominal de cada Direito Creditório;

TC_i = taxa da cessão, calculada da seguinte forma:

$$TC_i = \left[\left(1 + TDI_i\right)^{\frac{n}{252}} * \left(1 + Sobretaxa\right)^{\frac{n}{252}} * \left(1 + EE\right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

TDI_i = cotação da Taxa DI futura divulgada pela CETIP mais próxima ao prazo de cada parcela do Financiamento e expressa na forma de percentual ao ano, na respectiva data de cessão, com duas casas decimais;

n = dias úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório e a data de cessão.

$Sobretaxa$ = Spread aplicado sobre a Taxa DI, definido no Suplemento de cada Série.

EE = Excesso de Spread

A fórmula estabelecida acima considera a menor taxa de cessão que poderá ser praticada pela Instituição Administradora na aquisição de Direitos Creditórios do Cedente. Não obstante, é facultado à Instituição Administradora e ao Cedente, desde que em comum acordo, estabelecer taxa de cessão mais elevada na cessão de Direitos Creditórios, a qual deverá constar no respectivo Termo de Cessão. Em qualquer hipótese, a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo deverá ser realizada a taxas de mercado, nos termos do disposto no artigo 8º, parágrafo 3º, inciso II da Instrução nº 356/01.

Termo de Cessão

Para formalizar cada uma das cessões de Direitos Creditórios ao Fundo, será celebrado entre o Fundo e o Cedente Termo de Cessão do qual constará a listagem dos Direitos Creditórios cedidos.

De cada Termo de Cessão constará também procuração outorgada pelo Cedente ao Fundo, constituindo mandato “em causa própria” nos termos do artigo 685 do Código Civil, conferindo-lhe poderes para (i) requerer e/ou retirar os documentos relacionados aos Direitos Creditórios ora cedidos, que se encontrem sob a custódia do Cedente,

ou de quaisquer outras empresas, podendo o Fundo utilizá-los para qualquer finalidade, especialmente a cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos Creditórios ora cedidos; (ii) endossar, a qualquer tempo, em favor do Fundo ou de quem este indicar, as cédulas de crédito bancário que tenham originado os Direitos Creditórios ora cedidos; (iii) transferir a titularidade da alienação fiduciária de automóveis em garantia dos Direitos Creditórios cedidos neste ato para conta no SNG do Fundo ou de quem este indicar; (iv) efetuar, perante o SNG, a baixa do registro que esteja em nome do Cedente da alienação fiduciária de automóveis dados em garantia dos Direitos Creditórios ora cedidos; e (v) representar o Cedente perante o SNG, podendo executar todos os atos que se façam necessários ao exercício dos poderes aqui conferidos e aos direitos conferidos por lei, pelo Contrato de Cessão e pelo Regulamento.

Os Termos de Cessão devem ser elaborados de acordo com o modelo de Termo de Cessão constante do Anexo II do Contrato de Cessão, que integra este Prospecto como seu Anexo VII.

Mecanismos de reforço de créditos e garantias existentes

O Fundo adotará os seguintes mecanismos de reforço de crédito: (i) manutenção de Razão Mínima entre o PL e o valor das Cotas Seniores em Circulação equivalente a 130% (cento e trinta por cento), que representa aproximadamente a proporção de 23% (vinte e três por cento) de Cotas Subordinadas em relação ao total do PL, a qual deverá ser recomposta, em caso de desenquadramento, através de (a) subscrição de Cotas Subordinadas pelo Cedente, ou (b) amortização compulsória das Cotas Seniores com Evento de Avaliação; (ii) aplicação de Excesso de Spread equivalente 5% (cinco por cento) na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo; (iii) manutenção de Reserva de Pagamentos, mecanismo pelo qual a Instituição Administradora interrompe a aquisição de Direitos Creditórios, equivalente a (a) 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado da amortização a ser realizada mantida em Disponibilidades, no período de 60 (sessenta) a 45 (quarenta e cinco) dias anterior à Data de Amortização de Cotas Seniores respectiva, e (b) 100% (cem por cento) do valor futuro estimado da amortização a ser realizada mantida em Disponibilidades, no período de 30 (trinta) dias anterior à Data de Amortização de Cotas Seniores respectiva; e (iv) manutenção de Reserva de Liquidez equivalente a 3% (três por cento) do PL mantidos em Disponibilidades. Adicionalmente, os Direitos Creditórios são garantidos por alienação fiduciária dos veículos, cujo Valor de Mercado corresponde a (i) 110% (cento e dez por cento) do valor financiado na data da concessão dos Financiamentos, para veículos com até 5 (cinco) anos contatos a partir de 31 de dezembro do ano do modelo; ou (ii) 120% (cento e vinte por cento) do valor financiado na data da concessão dos Financiamentos, para veículos com mais de 5 (cinco) anos contatos a partir de 31 de dezembro do ano do modelo.

Ordem e aplicação dos recursos

A partir da primeira Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento de recursos provenientes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- i) pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo;
- ii) formação da reserva equivalente ao montante estimado dos encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente;

- iii) amortização e/ou resgate das Cotas Seniores em Circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- iv) constituição da Reserva de Pagamento;
- v) constituição da Reserva de Liquidez;
- vi) pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional;
- vii) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- viii) amortização e/ou resgate de Cotas Subordinadas observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem:

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) na amortização das Cotas Seniores, observados os termos e as condições do Regulamento; e
- iii) na amortização de Cotas Subordinadas observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

Os valores recebidos a título de pagamento antecipado de Direitos Creditórios, ou que tenham sido pagos após a data de vencimento, deverão ser alocados, exclusivamente, nos termos dos subitens (i), (ii) e (iii) acima.

Regras de movimentação

Somente poderão adquirir Cotas os Investidores Qualificados.

As Cotas Seniores da 1ª Série serão subscritas e integralizadas a partir da respectiva Data de Subscrição Inicial, e até a publicação do Anúncio de Encerramento, nos termos do capítulo “Termos e Condições da Oferta” acima.

O resgate das Cotas Seniores da 1ª Série ocorrerá na data da última amortização. Admite-se o resgate de Cotas Seniores em Direitos Creditórios somente na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. A amortização ou o resgate das Cotas Subordinadas em Direitos Creditórios pode ocorrer a qualquer tempo, observado o disposto no Regulamento.

O Cotista poderá obter informações referentes a valores de movimentação no endereço da Instituição Administradora, constante do item “Informações Complementares – Atendimento aos Cotistas”.

Cotas

Características gerais

As Cotas correspondem a frações ideais do PL e somente serão resgatadas ao término dos respectivos prazos de duração, ou em virtude da liquidação do Fundo, ou ainda por decisão da Assembléia Geral.

As Cotas serão escriturais e mantidas em contas de depósitos em nome de seus respectivos titulares junto ao Custodiante, na qualidade de agente escriturador das Cotas. A qualidade de Cotista caracteriza-se, justamente, pela abertura de conta de depósitos em nome do Cotista.

Classes de Cotas

As Cotas serão divididas em 2 (duas) classes, sendo uma classe de Cotas Seniores e uma classe de Cotas Subordinadas. As Cotas Seniores poderão ser divididas em Séries.

As Cotas Seniores ofertadas publicamente serão avaliadas pela Agência Classificadora de Risco e tal avaliação será atualizada trimestralmente. Não haverá classificação de risco das Cotas Subordinadas.

Todas as Cotas de mesma classe e Série terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto.

As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às Cotas Subordinadas para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Cotistas titulares de Cotas Seniores.

As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo nos termos deste Prospecto, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Cotistas titulares de Cotas Subordinadas. As Cotas Subordinadas serão subscritas exclusivamente pelo Cedente. Admite-se a integralização, a amortização e o resgate das Cotas Subordinadas com dinheiro ou direitos creditórios, a critério do Cedente. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização das Cotas Seniores, ou conforme descrito no presente Prospecto.

Os critérios para amortização das Cotas e distribuição dos rendimentos estão previstos na seção “Características gerais do Fundo – Amortização das Cotas” abaixo.

Relação mínima entre o PL e o valor das Cotas Seniores

A relação mínima entre o PL e o valor das Cotas Seniores em Circulação é de 130% (cento e trinta por cento), que representa aproximadamente a proporção de 23% (vinte e três por cento) de Cotas Subordinadas em relação ao PL. Essa relação deve ser apurada todo Dia Útil pelo Custodiante, e ficará à disposição dos Cotistas na sede da Instituição Administradora.

Verificada a inobservância da Razão Mínima, a Instituição Administradora deverá notificar imediatamente o Cedente sobre tal fato, informando o valor necessário para recompor a Razão Mínima, podendo o Cedente exercer a faculdade de, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento de referida notificação, subscrever e integralizar volume suficiente de Cotas Subordinadas para restabelecer a Razão Mínima. O Cedente deverá informar a Instituição Administradora sobre a sua decisão no Dia Útil imediatamente posterior à data do recebimento da notificação sobre o desenquadramento da Razão Mínima. Ressalte-se que, nesse caso, o Cedente não tem qualquer obrigação de subscrever novas Cotas Subordinadas, mas tão somente a faculdade de fazê-lo. Para fins do disposto no parágrafo anterior, a Instituição Administradora poderá emitir novas Cotas Subordinadas, sem necessidade de aprovação da Assembléia Geral.

Caso o Cedente não se manifeste sobre a subscrição das Cotas Subordinadas adicionais ou não subscreva as Cotas Subordinadas adicionais nos prazos indicados parágrafo anterior, a Instituição Administradora deverá realizar a Amortização Compulsória mencionada no item “Características gerais do Fundo – Amortização das Cotas – Amortização das Cotas Seniores da 1ª Série – Amortização Compulsória das Cotas Seniores da 1ª Série” abaixo. A Amortização Compulsória deverá ser realizada no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados do fim do prazo previsto para a manifestação do Cedente ou para a subscrição das Cotas Subordinadas adicionais previstos no parágrafo anterior, conforme o caso.

Classificação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série

O Fundo e a distribuição de suas Cotas Seniores obtiveram classificação de risco (P)Aaa.br, conferida pela Moody's América Latina Ltda.

Novas emissões

A Instituição Administradora poderá deliberar sobre novas emissões de Cotas Seniores para distribuição pública, sem necessidade de aprovação prévia da Assembléia Geral, desde que:

- i) seja observada a Razão Mínima, na respectiva Data de Subscrição Inicial;
- ii) seja requerida, por escrito, pelo Cedente; e
- iii) seja emitido parecer pela Agência Classificadora de Risco, o qual deverá ser requerido pela Instituição Administradora, atestando que a nova emissão não afetará negativamente a classificação de risco das Cotas Seniores em Circulação.

Valorização das Cotas Seniores da 1ª Série

Desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, a valorização das Cotas Seniores da 1ª Série será apurada com base na acumulação das Taxa DI, acrescida exponencialmente de *spread* de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano. A remuneração das Cotas Seniores da 1ª Série será calculada de forma exponencial e

cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o valor do saldo não amortizado da Cota Sênior da 1ª Série, a partir da Data de Subscrição Inicial, e incorporados ao valor de cada Cota Sênior da 1ª Série ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo.

Define-se:

- i) Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição Inicial, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para valorização imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para a valorização correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da Cota Sênior da 1ª Série no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização têm seus prazos definidos de acordo com as taxas DI apuradas, sendo que:
 - a) o primeiro Período de Capitalização inicia-se na Data de Subscrição Inicial, e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data; e
 - b) os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como o novo período em vigor o prazo desta taxa.

O cálculo do valor de cada Cota Sênior da 1ª Série, e desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times Fator Spread) - 1]\}$$

sendo que:

J = valor da remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = valor unitário da Cota Sênior da 1ª Série, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI= produtório das Taxas DI, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

sendo que:

nDI = número total de Taxas DI, sendo "nDI" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

sendo que:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1,$$

$k = 1, 2, \dots, n$

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

dk = número de Dias Úteis correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo "dk" um número inteiro e na Data de Emissão correspondente a 1; e

$FatorSpread$ = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

x

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right] \right\}$$

sendo que:

$spread = 1,5$;

n = número de Dias Úteis entre a próxima Data de Amortização e a Data de Amortização anterior, sendo "n" um número inteiro.

$N = 252$

Observações:

- i) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e

- iv) O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator *Spread*) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da valorização, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores da 1ª Série, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Instituição Administradora, mediante aviso aos Cotistas, deverá convocar Assembléia Geral para definir o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor das Cotas previsto no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembléia Geral.

Amortização das Cotas

Amortização das Cotas Seniores da 1ª série

As Cotas Seniores serão amortizadas em 37 (trinta e sete) pagamentos mensais e sucessivos, a partir do 6º (sexto) mês, inclusive, contados desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, desde que o Fundo tenha recursos.

Quaisquer pagamentos aos Cotistas a título de amortização de Cotas Seniores da 1ª Série deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Cotas Seniores da 1ª Série, em benefício de todos os Cotistas titulares de Cotas Seniores da 1ª Série objeto de amortização.

Para os fins de pagamento da amortização e do resgate das Cotas Seniores da 1ª Série, será sempre utilizado o valor da Cota Sênior da 1ª Série do dia do pagamento, sendo que, nos casos de pagamento de amortização, o valor da Cota Sênior da 1ª Série será reduzido proporcionalmente.

Os pagamentos das parcelas de amortização e/ou de resgate das Cotas serão efetuados, como regra geral, em moeda corrente nacional, por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Cotistas, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central, pelo valor da Cota no dia do respectivo pagamento.

Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização e/ou resgate aos Cotistas não cair em Dia Útil, tal pagamento será efetuado no primeiro Dia Útil seguinte, pelo valor originalmente devido, sendo que nenhum acréscimo será devido aos Cotistas. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização e/ou resgate aos Cotistas cair em dia que seja feriado na sede da instituição financeira em que for mantida, pelo Cotista, conta corrente na qual serão depositados os pagamentos referentes às Cotas, tal pagamento será efetuado no primeiro Dia Útil seguinte, pelo valor originalmente devido, sendo que nenhum acréscimo será devido aos Cotistas.

Amortização Compulsória das Cotas Seniores da 1ª Série

A Instituição Administradora poderá realizar Amortização Compulsória e antecipada das Cotas Seniores da 1ª Série, exclusivamente para fins de enquadramento do PL (i) à Razão Mínima, (ii) à Alocação Mínima, e/ou (iii) ao Excedente de Liquidez Máximo, caso o desenquadramento deste último perdure por mais de 20 (vinte) dias.

Na hipótese de a Instituição Administradora decidir pela realização da Amortização Compulsória, o valor referente a tal amortização não será apurado pela fórmula definida no Suplemento das respectivas Séries, mas sim pelo valor necessário de enquadramento do Fundo, conforme previsto no parágrafo acima. Os Cotistas serão informados sobre o valor total envolvendo cada Amortização Compulsória em até 1 (um) Dia Útil previamente a realização da Amortização Compulsória.

Salvo se expressamente disposto neste Prospecto, a Amortização Compulsória será realizada automaticamente pela Instituição Administradora, sem necessidade de aprovação da Assembléia Geral.

Qualquer Amortização Compulsória afetará todos os Cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional ao valor das respectivas Cotas.

Amortização das Cotas Subordinadas

As Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas, a critério da Instituição Administradora, no primeiro Dia Útil subsequente à Data de Amortização das Cotas Seniores da 1ª Série, desde que: (i) haja recursos suficientes para tanto; (ii) seja observado o limite estabelecido pela Razão Mínima para Amortização; (iii) não tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e/ou (iv) não esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo. Os eventos acima não impedirão a amortização das Cotas Subordinadas se anteriormente ou simultaneamente ocorrer o resgate total das Cotas Seniores da 1ª Série.

A não ocorrência de determinada amortização de Cotas Subordinadas em razão do disposto no item anterior não prejudicará futuras amortizações de Cotas Subordinadas, desde que observada ao tempo de cada amortização a Razão Mínima para Amortização, definida como a relação mínima de 130% (cento e trinta por cento) entre o PL e o valor das Cotas Seniores em Circulação.

As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da Assembléia Geral.

A amortização de Cotas Subordinadas somente poderá ser realizada até o limite necessário à manutenção da Razão Mínima.

Outras informações a respeito da amortização de Cotas

O procedimento ora previsto não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as Cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Reserva de Pagamento e Reserva de Liquidez

A Instituição Administradora deverá constituir reserva para pagamento das amortizações e do resgate das Cotas Seniores. Para tanto, a Instituição Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios, de modo que:

- i) a partir de 60 (sessenta) dias antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até 45 (quarenta e cinco) dias antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização; e
- ii) a partir de 30 (trinta) dias antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até a data da efetiva amortização, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) equivalente a 100% (cem por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização.

Uma vez constituída a Reserva de Pagamento, a Instituição Administradora poderá adquirir novos Direitos Creditórios.

Caso, uma vez constituída, a Reserva de Pagamento deixe de atender ao disposto acima, a Instituição Administradora deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Pagamento.

Quando da execução dos procedimentos ora mencionados, a Instituição Administradora deverá priorizar a aquisição de ativos cujas datas de vencimento ou de resgate ou sua liquidez de mercado permitam o pagamento tempestivo das amortizações, sempre observada a política de investimento do Fundo.

O Fundo deverá sempre manter em Disponibilidades, líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, soma equivalente a no mínimo 3% (três por cento) de seu PL. Tal soma não será considerada para fins de apuração da Reserva de Pagamento.

Os procedimentos descritos no presente item não constituem promessa ou garantia, por parte da Instituição Administradora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Pagamento.

Metodologia de avaliação dos ativos do Fundo e das Cotas de cada classe

Metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios

O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos à taxa de aquisição, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, conforme descrito no item “Características gerais do Fundo – Metodologia de avaliação dos ativos do Fundo e das Cotas de cada classe – Metodologia de avaliação dos outros ativos” abaixo, e desde que a Instituição Administradora autorize, por escrito, a utilização do novo método de avaliação dos Direitos Creditórios.

São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.

As provisões e as perdas com Direitos Creditórios ou com outros ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas nos termos da Resolução nº 2.682, de 12 de dezembro de 1999, do CMN.

Metodologia de avaliação das Cotas

As Cotas, independentemente da classe, terão seu valor calculado todo Dia Útil, conforme abaixo descrito. A primeira valorização ocorrerá no Dia Útil seguinte à Data de Subscrição Inicial da primeira Cota.

A valorização das Cotas ocorrerá conforme o seguinte procedimento, desde que o PL assim permita:

- i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, de forma proporcional e simultânea para cada Série, o valor equivalente à remuneração calculada conforme o procedimento descrito no item “Características gerais do Fundo – Cotas – Valorização das Cotas Seniores da 1ª Série” acima, relativa ao Dia Útil imediatamente anterior; e
- ii) após a valorização acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado ao valor de cada Cota Subordinada.

A fórmula de cálculo do valor a ser distribuído para as Cotas Seniores, desde que o PL assim permita, consta do item “Características gerais do Fundo – Cotas – Valorização das Cotas Seniores da 1ª Série” acima.

Na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas ser igual a zero, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, de forma simultânea e proporcional a participação de cada Série em relação ao PL do Dia Útil anterior, o valor equivalente à variação patrimonial do Fundo também em relação ao Dia Útil anterior.

O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do PL, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores em Circulação, pelo número total de Cotas Subordinadas.

Metodologia de avaliação dos outros ativos

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

Os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os títulos de emissão do Banco Central terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de apreçamento de ativos do Custodiante, cujo teor está disponível a quaisquer Cotistas na sede da Instituição Administradora ou no sítio eletrônico do Custodiante: www.citi.com.br/corporate.

Etapas do tratamento contábil dado aos Direitos Creditórios inadimplidos até suas efetivas baixas

A provisão para Devedores duvidosos obedece às regras da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, para cada faixa de inadimplência, nos termos da tabela abaixo:

NÍVEL	PERÍODO DE INADIMPLÊNCIA	PDD
A	de 1 - 14 dias	0,50%
B	de 15 - 30 dias	1%
C	de 31 - 60 dias	3%
D	de 61 - 90 dias	10%
E	De 91 - 120 dias	30%
F	de 120 - 150 dias	50%
G	de 151 - 180 dias	70%
H	acima de 181 dias	100%

Os Direitos Creditórios devidos por um mesmo Devedor (mesmo CPF ou CNPJ) deverão ser tratados, para fins de provisionamento, sempre da mesma forma, e de acordo com a regra mais rigorosa (“efeito-vagão”). Assim, se há dois Direitos Creditórios devidos por um mesmo Devedor em níveis diferentes (supondo-se, A e G), ambos deverão ser provisionados de acordo com a regra aplicável àquele que se encontra em pior nível (no caso, para ambos a provisão deveria ser de 70% (setenta por cento), aplicável ao nível G).

Assembleia Geral

Competência

É da competência da Assembleia Geral:

- examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Instituição Administradora, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social;

- ii) alterar quaisquer termos e condições do Regulamento;
- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora;
- iv) deliberar sobre a substituição e/ou contratação de terceiro autorizado para exercer atividade de gestão da carteira do Fundo;
- v) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Cotistas;
- vi) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- vii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo;
- viii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- ix) deliberar sobre a alteração dos termos e condições do Contrato de Cessão;
- x) resolver se Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação;
- xi) resolver se Eventos de Liquidação devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- xii) deliberar sobre a alteração da Sobretaxa da remuneração das Cotas Seniores;
- xiii) deliberar acerca da substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 10 (dez) dias consecutivos ou por imposição legal;
- xiv) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios;
- xv) deliberar sobre a substituição da Agência Classificadora de Risco;
- xvi) deliberar sobre a substituição do Custodiante;
- xvii) deliberar sobre a substituição do Agente de Cobrança, observado o disposto no parágrafo seguinte; e
- xviii) deliberar sobre o aporte para arcar com eventuais despesas incorridas para a cobrança dos Direitos Creditórios.

Caso, por qualquer motivo, o Agente de Cobrança interrompa a prestação de serviços de cobrança para o Fundo, a Instituição Administradora poderá contratar diretamente, em nome do Fundo, sem necessidade de aprovação pela Assembléia Geral, os terceiros subcontratados pelo Agente de Cobrança que estejam relacionados no último relatório mensal encaminhado pelo Cedente à Instituição Administradora, do qual constará (i) andamento dos processos

judiciais ou da cobrança extrajudicial, conforme o caso e (ii) subcontratados responsáveis pela cobrança. Nessa hipótese, a Instituição Administradora deverá convocar Assembléia Geral, a ser realizada em no máximo 20 (vinte) dias contados da interrupção da prestação de serviços pelo Agente de Cobrança, para ratificar as contratações efetuadas pela Instituição Administradora ou para deliberar pela contratação de outro(s) agente(s) de cobrança.

Procedimento de convocação e instalação

A convocação de Assembléia Geral será feita pela Instituição Administradora, mediante publicação de anúncio no periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo ou do envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas.

A convocação deverá indicar dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral e os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembléia Geral deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contados da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio aos Cotistas de comunicação com aviso de recebimento.

Não se realizando a Assembléia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação, ou novamente providenciada a expedição aos Cotistas de comunicação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com a primeira convocação.

Independentemente das formalidades ora mencionadas, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral será realizada na sede da Instituição Administradora. Quando a Assembléia Geral não for realizada na sede da Instituição Administradora, as comunicações enviadas aos Cotistas devem indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do município da sede da Instituição Administradora.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral poderá reunir-se a qualquer momento por convocação da Instituição Administradora, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação à Instituição Administradora por Cotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas, sendo que nesta hipótese, a Instituição Administradora deverá convocar a Assembléia Geral em até 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da solicitação dos Cotistas.

Exceto as Assembléias Gerais convocadas para deliberar a transformação de um Evento de Avaliação em Evento de Liquidação, as Assembléias Gerais serão instaladas com a presença de pelo menos um Cotista.

Nomeação de representante dos Cotistas

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Cotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante dos Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- ii) não ser titular de Cotas Subordinadas;
- iii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum;
- iv) não exercer cargo da administração ou ser empregado do Cedente; e
- v) não exercer cargo de administração ou ser empregado dos controladores, diretos ou indiretos, do Cedente.

Os representantes dos Cotistas eventualmente nomeados não farão jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Instituição Administradora, do Custodiante ou do Cedente para exercer tal função.

Direito de voto e critérios para apuração das deliberações

Excetuando-se as matérias que exijam quórum qualificado de aprovação, apontadas no item “Características gerais do Fundo – Assembléia Geral - Deliberações especiais” abaixo, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, correspondendo a cada Cota um voto.

Os Cotistas titulares de Cotas Seniores terão direito a voto em todas as matérias indicadas no item “Características gerais do Fundo – Assembléia Geral - Competência” acima enquanto existirem Cotas Seniores em Circulação. Os Cotistas titulares de Cotas Subordinadas somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos subitens (iii), (vi), (vii) e (xiii) do item “Características gerais do Fundo – Assembléia Geral - Competência” acima. Quando não mais existirem Cotas Seniores em Circulação, os Cotistas titulares de Cotas Subordinadas terão direito a voto para deliberar sobre todas as matérias indicadas no item “Características gerais do Fundo – Assembléia Geral - Competência” acima.

Somente podem votar nas Assembléias Gerais os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano. A presidência das Assembléias Gerais caberá à Instituição Administradora, ressalvada a hipótese de deliberação em sentido diverso por parte dos Cotistas presentes.

Será sempre assegurada a participação da Instituição Administradora em qualquer Assembléia Geral.

Não terão direito a voto na Assembléia Geral:

- i) a Instituição Administradora e seus empregados ou seus cônjuges ou parentes até segundo grau;
- ii) os controladores, diretos ou indiretos, administradores e empregados, ou seus cônjuges ou parentes até segundo grau, do Cedente, e
- iii) as sociedades direta ou indiretamente controladas, coligadas ou sob controle comum do Cedente ou de seus controladores, empregados, cônjuges ou parentes até segundo grau.

Deliberações especiais

As deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens “i”, “ii”, “iv”, “v”, “viii”, “ix”, “xi” e “xiv” a “xviii” do item “Características gerais do Fundo – Assembléia Geral - Competência” acima dependerão de aprovação de Cotistas titulares de Cotas Seniores que representem a maioria das Cotas Seniores em Circulação, em primeira convocação, e de Cotistas titulares de Cotas Seniores que representem a maioria das Cotas Seniores presentes na Assembléia Geral, em segunda convocação.

As deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens “iii”, “vi”, “vii” e “xiii” do item “Características gerais do Fundo - Assembléia Geral - Competência” acima dependerão de aprovação de Cotistas que representem a maioria das Cotas em circulação, em primeira convocação, e a maioria das Cotas presentes na Assembléia Geral, em segunda convocação.

As deliberações para alterar qualquer Evento de Avaliação, Evento de Liquidação ou Evento de Revisão dependerão de aprovação de Cotistas que representem no mínimo 90% (noventa por cento) das Cotas Seniores que estejam em circulação.

Dependem de aprovação por titulares de no mínimo 90% (noventa por cento) das Cotas Seniores em Circulação e dos titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas que estejam em circulação, sendo os votos de cada uma das classes contabilizados em separado, de forma independente e sem relação de subordinação, as deliberações referentes a:

- i) Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão;
- ii) valorização das Cotas, inclusive no que se refere à elevação da Sobretaxa;
- iii) amortização das Cotas;
- iv) direito de voto de cada classe;

- v) alteração do item 13.2.3 do Regulamento, que dispõe sobre novas emissões de Cotas Seniores;
- vi) alteração dos itens 24.8 e 24.8.1 do Regulamento, que dispõem sobre pagamento de prêmio aos titulares de Cotas Seniores em caso de liquidação antecipada do Fundo;
- vii) cobrança de taxas; e
- viii) obrigações dos titulares de Cotas Subordinadas.

Para que um Evento de Avaliação não seja considerado um Evento de Liquidação, devem ser observados o quórum e o procedimento descritos no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo – Eventos de Avaliação - Procedimentos adotados na ocorrência de Eventos de Avaliação” abaixo.

Divulgação e eficácia das deliberações da Assembléia Geral

As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização. Tal divulgação deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo.

As modificações no Regulamento e no Prospecto aprovadas pela assembléia geral de Cotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- i) lista de Cotistas presentes na assembléia geral;
- ii) cópia da ata da assembléia geral;
- iii) exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- iv) modificações procedidas no Prospecto.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes ou de determinação da CVM, hipótese em que deve ser providenciada a ciência aos Cotistas da referida alteração no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da alteração do Regulamento junto à CVM.

Liquidação do Fundo

O Fundo será liquidado, ordinariamente, em 31 de dezembro de 2020.

Caso no último Dia Útil do prazo de duração do Fundo, a totalidade das Cotas em circulação ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, o prazo do Fundo será automaticamente prorrogado até a data em que ocorra o resgate da última Cota ainda em circulação.

Na hipótese de liquidação do Fundo, os titulares das Cotas Seniores da 1ª Série terão direito de partilhar o PL na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva Série e no limite desses valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Cotas Seniores da 1ª Série.

Na data de liquidação do Fundo, os titulares das Cotas poderão receber Direitos Creditórios e/ou outros ativos que integrem a carteira do Fundo em pagamento do resgate das Cotas.

Eventos de Avaliação

São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores para índice menor que Aa3.br fornecido pela Agência Classificadora de Risco ou equivalente pela Standard & Poor's Ratings Services ou Fitch Ratings Brasil Ltda.;
- ii) renúncia da Instituição Administradora à administração do Fundo e sua não substituição por uma instituição administradora sucessora nos prazos indicados no item “Prestadores de Serviços – Instituição Administradora – Substituição da Instituição Administradora”;
- iii) inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos Cotistas, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida notificação;
- iv) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstas no Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, verificada e notificada pela Instituição Administradora ou pelo representante dos Cotistas para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar do recebimento da notificação;
- v) inobservância pelo Cedente das obrigações que tenha assumido no Contrato de Cobrança Escritural, desde que, se notificado pelo Custodiante ou pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o fizer no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida notificação;
- vi) amortização ou resgate de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- vii) resilição do Contrato de Custódia;
- viii) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores em Circulação por prazo igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) dias contados do encerramento de cada trimestre;

- ix) renúncia do Custodiante e sua não substituição por um custodiante sucessor no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da Assembléia Geral que aprovar a nomeação do novo custodiante;
- x) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- xi) ocorrência de qualquer Evento de Revisão, nos termos definidos no Contrato de Cessão;
- xii) não constituição da Reserva de Pagamento ou inobservância dos limites estabelecidos para Reserva de Pagamento pelo prazo de 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos;
- xiii) não constituição da Reserva de Liquidez ou inobservância dos limites estabelecidos para Reserva de Liquidez não sejam atendidos pelo prazo de 10 (dez) Dias Úteis consecutivos;
- xiv) caso a Instituição Administradora verifique que os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, vencidos e não pagos até o prazo de 60 (sessenta) dias, atinjam percentual superior a 18% (dezoito por cento);
- xv) caso a Instituição Administradora entenda que há uma situação de risco relevante em potencial para o Fundo não prevista no Regulamento;
- xvi) pedido de rescisão do Contrato de Cessão pelo Cedente;
- xvii) aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade;
- xviii) caso a Instituição Administradora verifique, desde a data de constituição do Fundo, que o valor total de Pré-pagamento e de devoluções amigáveis de veículos, relativos a Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, seja igual ou superior a 6% (seis por cento) do volume total captado com a emissão de Cotas pelo Fundo durante seu prazo de existência;
- xix) exceto nos últimos 6 (seis) meses do prazo de duração do Fundo ou da Série remanescente, caso a Instituição Administradora verifique que as despesas do Fundo foram superiores a 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) do PL;
- xx) caso, na verificação bimestral de lastro dos Direitos Creditórios Cedidos a ser realizada pelo Custodiante, ficar comprovado que 2% (dois por cento) ou mais dos Direitos Creditórios ou das amostragens, se a verificação for realizada por amostragem, (i) contêm inexatidões ou incongruências em relação às informações fornecidas pelo Cedente, (ii) não possui lastro, ou (iii) não atendem às Condições de Cessão;
- xxi) inobservância pelo Cedente dos seus deveres e obrigações como Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos se, notificado pelo Custodiante ou pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Cedente não o fizer no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da referida notificação;

- xxii) caso o índice de inadimplência no recebimento dos pagamentos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos, até 10 (dez) dias após o vencimento, nas agências que compõem a rede de atendimento do Agente de Recebimento, ultrapassar 30% (trinta por cento);
- xxiii) em um período de 3 (três) meses consecutivos, o Cedente receba dos Devedores pagamentos dos Direitos Creditórios que integrem a carteira do Fundo, exceto dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos por período igual ou superior a 11 (onze) dias contados do vencimento do respectivo Direito Creditório, em montante superior a 5% (cinco por cento) do valor médio do PL do Fundo no referido trimestre;
- xxiv) caso seja efetuada uma Amortização Compulsória; e
- xxv) caso, em 3 (três) Datas de Verificação alternadas ou 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas, em um período de 12 (doze) meses, não seja observado o limite mínimo 5% (cinco por cento) de Excesso de Spread, calculado pelo Custodiante a cada Data de Verificação, como:

$$ES = TPA - TPP - DF$$

sendo que:

“TPA” = a taxa ponderada do ativo, calculada com base nas taxas de remuneração dos ativos integrantes da carteira do Fundo; consiste na variação de remuneração média anualizada, ponderada por volume, de todos os bens e direitos integrantes da carteira do Fundo;

“TPP” = a taxa ponderada do passivo, calculada com base nas taxas de remuneração de todas as séries de Cotas Seniores em Circulação; consiste na remuneração média anualizada, ponderada por volume das Cotas Seniores em Circulação em relação ao PL; e

“DF” = percentual obtido pela divisão das despesas previstas para os 12 (doze) meses subsequentes pelo PL.

Sem prejuízo do disposto no subitem “xxv” acima, não será exigido o atendimento do limite mínimo de Excesso de Spread durante os 2 (dois) primeiros meses subsequentes à primeira Data de Subscrição Inicial.

Eventos de Revisão

Nos termos do Contrato de Cessão, são considerados Eventos de Revisão quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) comprovação de que o Cedente tenha reiterada e dolosamente oferecido ao Fundo Direitos Creditórios em desacordo com as Condições de Cessão;
- ii) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possam comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;

- iii) caso tenham sido apresentados para protesto ou tenham sido protestados títulos emitidos pelo Cedente ou sacados contra o Cedente, ou suas Partes Relacionadas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- iv) caso seja ajuizada contra o Cedente, ou suas Partes Relacionadas, ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- v) modificações estatutárias que alterem o objeto social do Cedente e que possam impactar no regular cumprimento das obrigações do Cedente nos termos do Contrato de Cessão;
- vi) alteração do controle acionário, direto ou indireto, do Cedente;
- vii) caso se verifique falha, erro, incorreção ou inveracidade em quaisquer das declarações prestadas pelo Cedente nos termos do Contrato de Cessão, que possam comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas;
- viii) caso o Cedente ou suas Partes Relacionadas se encontre inadimplente no cumprimento de obrigações pecuniárias cujo valor total seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- ix) caso o Cedente deixe de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central e do CMN;
- x) ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos Direitos Creditórios;
- xi) descumprimento pelo Cedente de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte que não seja um Evento de Revisão, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do envio, pela Instituição Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento;
- xii) na hipótese de descumprimento da obrigação de recompra de Direitos Creditórios originados de Financiamentos renegociados no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da renegociação, seguida de recusa em recomprar tais Direitos Creditórios em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento, pelo Cedente, de requerimento da Instituição Administradora nesse sentido;
- xiii) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens do Cedente ou de suas Partes Relacionadas de valor superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais, considerados em conjunto);

- xiv) caso o Custodiante verifique que o Cedente efetuou a substituição de qualquer garantia relacionada a Financiamento que tenha dado origem a Direitos Creditórios de titularidade do Fundo sem observância do procedimentos exigidos no Contrato de Cessão;
- xv) descumprimento da obrigação do Cedente de informar à Instituição Administradora e ao Custodiante sobre a substituição de qualquer garantia relacionada a Financiamento que tenha dado origem a Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;
- xvi) caso o Custodiante verifique, por amostragem, que há Direitos Creditórios Cedidos cuja garantia não esteja devidamente registrada no SNG e o Cedente não corrigir ou justificar adequadamente esse fato, no exclusivo entendimento da Instituição Administradora, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data do recebimento, pelo Cedente, de notificação por escrito com tal solicitação;
- xvii) recompra, a cada período de 30 (trinta) dias, de Direitos Creditórios cujo valor contábil corresponda a percentual igual ou superior a 1% (um por cento) do PL do Fundo; e
- xviii) recompra de Direitos Creditórios cujo valor contábil corresponda a percentual igual ou superior a 20% (vinte por cento) do volume total captado com a emissão de Cotas pelo Fundo durante seu prazo de existência.

Procedimentos adotados na ocorrência de Eventos de Avaliação

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Instituição Administradora convocará imediatamente uma Assembléia Geral, a ser realizada em até 15 (quinze) dias contados da data do evento, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação.

Para que um Evento de Avaliação não seja considerado um Evento de Liquidação, é necessária a aprovação dos titulares de 2/3 (dois terços) das Cotas Seniores em Circulação, em primeira convocação, e dos titulares de 50% (cinquenta por cento) das Cotas Seniores em Circulação, em segunda convocação, devendo haver ao menos 5 (cinco) dias úteis entre a realização da primeira e da segunda Assembléias Gerais, se for o caso.

A Assembléia Geral referida acima somente será instalada em primeira convocação na hipótese de estarem presentes 3/4 (três quartos) dos titulares das Cotas Seniores em Circulação. Já em segunda convocação, a Assembléia Geral será instalada com a presença de pelo menos 1 (um) titular de Cotas Seniores.

Caso a Assembléia Geral de que trata o parágrafo anterior delibere que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a liquidação do Fundo observará os procedimentos descritos no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo – Eventos de Liquidação” abaixo.

Caso o Evento de Avaliação não seja entendido pela Assembléia Geral com um Evento de Liquidação, o Fundo poderá reiniciar o processo de aquisição de Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão.

O direito dos Cotistas titulares de Cotas Subordinadas ao recebimento de qualquer pagamento referente à amortização das Cotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação até (i) a data da deliberação pela Assembléia Geral de que o Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Cotistas na referida Assembléia Geral ou (ii) a data em que todos os valores devidos aos Cotistas titulares de Cotas Seniores da 1ª Série tiverem sido integralmente pagos pelo Fundo, caso se decida na referida Assembléia Geral pela liquidação antecipada do Fundo.

Para fins de verificação do percentual dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, vencidos e não pagos até o prazo de 60 (sessenta) dias, a Instituição Administradora deverá calcular no último Dia Útil de cada mês a média da inadimplência dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo do mês imediatamente anterior. Entende-se por inadimplência, para fins deste item, a razão entre o somatório dos valores dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos dividido pelo somatório dos valores da totalidade dos Direitos Creditórios vencidos, na respectiva data de apuração.

Eventos de Liquidação

Será convocada Assembléia Geral, a ser realizada em até 15 (quinze) dias da data do evento, para deliberar sobre os procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer Evento de Liquidação abaixo indicado:

- i) pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime especial de administração temporária ou regimes semelhantes com relação (a) ao Cedente; e/ou (b) ao Agente de Recebimento; e/ou (c) à Instituição Administradora; e/ou (d) a quaisquer sociedades controladoras das pessoas referidas anteriormente;
- ii) se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui Evento de Liquidação;
- iii) na hipótese de a Assembléia Geral não chegar a acordo comum referente à substituição da Taxa DI, na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 10 (dez) dias ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal;
- iv) comprovação de que o Cedente, agindo de má-fé, tenha oferecido ao Fundo, Direitos Creditórios inexistentes, sem lastro, ou que já haviam sido cedidos a terceiros;
- v) não pagamento, em até 2 (dois) Dias Úteis, contados de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, do valor integral da amortização de qualquer Cota Sênior;
- vi) término do Contrato de Cessão;
- vii) inexistência de Direitos Creditórios passíveis de cessão que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade;

- viii) inobservância, por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, da Razão Mínima, ou por 2 (duas) ou mais vezes no mesmo mês; e
- ix) recusa injustificada do Cedente em ceder Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, exceto quando a recusa decorrer de circunstâncias alheias à vontade do Cedente e decorrentes exclusivamente de condições adversas de mercado.

Procedimentos adotados na ocorrência de Eventos de Liquidação

Sem prejuízo do item acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, a Instituição Administradora imediatamente (i) notificará tal fato aos Cotistas e (ii) interromperá a aquisição de Direitos Creditórios.

Na hipótese de (i) não instalação da Assembléia Geral por falta de quórum, ou (ii) aprovação pelos Cotistas sobre a liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

Na hipótese de a Assembléia Geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão, o resgate antecipado de suas Cotas, conforme regras a serem definidas na Assembléia Geral.

Caso a Assembléia Geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, todas as Cotas serão resgatadas, observados os seguintes procedimentos:

- i) a Instituição Administradora não adquirirá mais Direitos Creditórios e outros ativos para o Fundo; todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para o resgate das Cotas;
- ii) as Cotas Seniores da 1ª Série terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos, Direitos Creditórios e Disponibilidades disponíveis no PL serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma pro rata e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores; e
- iii) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores da 1ª Série, sendo então pago a cada Cota Subordinada o valor correspondente à fração respectiva no eventual saldo remanescente do PL.

Com o intuito de racionalização do procedimento de resgate de Cotas descrito no item anterior, a Instituição Administradora poderá postergar pagamentos aos Cotistas até que o total de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) por Cota, exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o integral resgate das Cotas Seniores da 1ª Série e/ou Subordinadas.

Pagamento de prêmio em virtude da liquidação antecipada

Os titulares de Cotas Seniores farão jus a um prêmio, a ser pago pelo Cedente, apurado na forma abaixo descrita, na hipótese de ocorrência de liquidação antecipada do Fundo, decorrente de qualquer uma das seguintes situações:

- i) um Evento de Avaliação mencionados nos subitens “xvi”, “xx”, “xxi” e “xxiii” do item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo – Eventos de Avaliação” acima;
- ii) Evento de Liquidação estabelecido nos subitens “iv” e “ix” do item “Características Gerais do Fundo – Liquidação do Fundo - Eventos de Liquidação”;
- iii) Evento de Revisão estabelecido nos subitens “i”, “v”, “xi”, “xii”, “xiv”, “xvi”, “xvii” e “xviii” do item Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo – Eventos de Avaliação – Eventos de Revisão”, observado o disposto no presente item em relação ao subitem “xviii”;
- iv) caso o Cedente descumpra a obrigação de comunicar à Instituição Administradora e ao Custodiante, em até 5 (cinco) dias úteis após o encerramento de cada mês calendário, todas as substituições de garantias registradas no SNG, referentes a Financiamentos que tenham dado origem a Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, ocorridas no mês anterior, prevista no Contrato de Cessão, e se recuse, de forma injustificada, a cumpri-la, no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, por escrito, da Instituição Administradora ou do Custodiante nesse sentido; e
- v) caso se verifique que o Cedente dolosamente prestou declarações, no âmbito do Contrato de Cessão, que soubesse inverídicas e que possam comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas.

O valor do prêmio será equivalente a 3% (três por cento) incidente sobre o valor unitário não amortizado das Cota Seniores da 1ª Série acrescido da remuneração.

Na hipótese de ocorrência do Evento de Revisão descrito no subitem “xviii” do item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo - Eventos de Avaliação – Eventos de Revisão” acima, o pagamento do prêmio mencionado acima não será devido se, em até 30 (trinta) dias úteis contados da deliberação de liquidação antecipada do Fundo, o Cedente comprovar, por meio de relatório elaborado por auditor independente, que ao menos 90% (noventa por cento) das recompras de Direitos Creditórios ocorreram para fins de renegociação dos Financiamentos que lhes deram origem.

Hipóteses e procedimentos de resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros

A Assembléia Geral deverá definir o período máximo durante o qual as Cotas Seniores deverão ser resgatadas, que não poderá exceder o prazo de duração de tais Cotas. Caso no último Dia Útil desse prazo a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, deverá ser convocada Assembléia Geral para definir a forma como as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em circulação serão resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, observando-se o abaixo disposto.

Qualquer entrega de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos titulares de Cotas será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Cotas detido por cada Cotista na ocasião e observados os procedimentos definidos neste item.

As Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Cotas Subordinadas.

Na hipótese da Assembléia Geral não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros serão dados em pagamento aos Cotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Cotista será calculada de acordo com a proporção de Cotas detida por cada titular sobre o valor total das Cotas emitidas à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a Instituição Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento e deverá tomar todas as providências necessárias para liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

A Instituição Administradora deverá notificar, em até 2 (dois) dias úteis da realização da Assembléia Geral mencionada no parágrafo anterior, os Cotistas (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, na forma do artigo 1.323 do Código Civil, e (ii) informando a proporção de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros a que cada Cotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Instituição Administradora perante os Cotistas após a constituição do referido condomínio.

Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos itens acima em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da notificação mencionada no item anterior, essa função será exercida pelo titular de Cotas que detenha, individualmente, o maior número de Cotas emitidas.

O Custodiante e/ou terceiro por ele contratado fará a guarda dos Direitos Creditórios e dos respectivos Documentos Comprobatórios existentes e ativos financeiros pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias corridos (contados da notificação aos Cotistas para escolha de administrador do condomínio de Direitos Creditórios), dentro do qual o administrador do condomínio, eleito pelos Cotistas, ou ao qual essa função tenha sido atribuída indicará à Instituição Administradora e ao Custodiante hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos Creditórios, Documentos Comprobatórios respectivos e Ativos Financeiros. Expirado este prazo, a Instituição Administradora poderá promover a consignação dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, na forma do artigo 334 do Código Civil.

Informações complementares

Despesas e encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração descrita no item “Remuneração dos prestadores de serviços – Instituição Administradora – Taxa de Administração” abaixo:

- i) tributos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- iv) honorários e despesas do Auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das Cotas nesses mercados;
- x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas.

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora.

Informações obrigatórias e periódicas

A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes deste item, sem prejuízo de outras previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente.

A Instituição Administradora deve encaminhar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias da data da respectiva ocorrência:

- i) a data da primeira integralização de Cotas; e
- ii) a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.

A Instituição Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando ou indicando: (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis; (ii) que as negociações foram realizadas a taxas de mercado; (iii) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no bimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período; e (iv) os resultados da verificação do lastro por amostragem, realizada no bimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentro do universo analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios inexistentes porventura encontrados.

Os demonstrativos referidos no item anterior devem ser enviados à CVM, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contado do encerramento do respectivo período, e permanecer à disposição dos Cotistas, bem como ser examinados por ocasião da auditoria independente.

A Instituição Administradora deve divulgar, anualmente, no periódico mencionado no item “Características gerais do Fundo – Informações Complementares – Publicações”, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e na sede das instituições que coloquem Cotas desse, o valor do PL, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a relação entre o PL e o valor das Cotas Seniores, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco.

A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à manutenção do investimento.

Cópia de qualquer comunicação relativa ao Fundo divulgada a terceiros ou Cotistas deverão ser enviados simultaneamente à CVM.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante: (i) a alteração da classificação de risco das Cotas ou, quando houver, dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) a mudança ou a substituição do Custodiante; (iii) a ocorrência de eventos que afetem ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da carteira do Fundo, bem como o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, no que se refere ao histórico de pagamentos; e (iv) a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos Cotistas.

A divulgação das informações previstas acima deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo e mantida disponível para os Cotistas na sede e agência(s) da Instituição Administradora e nas instituições que coloquem Cotas.

A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

O Fundo terá escrituração contábil própria.

O exercício social do Fundo tem, exceto no ano de sua constituição, duração de um ano, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

A Instituição Administradora deve enviar informe mensal à CVM, observando o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último Dia Útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:

- i) saldo das aplicações;
- ii) PL;
- iii) rentabilidade apurada no período;

- iv) valor das Cotas de cada classe e quantidade de Cotas de cada classe em circulação;
- v) valores totais das captações e, se for o caso, dos resgates no mês referentes a cada classe de Cotas, considerados os valores efetivamente ingressados e retirados;
- vi) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado;
- vii) posições mantidas em mercados de derivativos; e
- viii) número de Cotistas.

Eventuais retificações nas informações previstas no parágrafo acima devem ser comunicadas a CVM até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente à data da respectiva ocorrência.

No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Instituição Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- i) alteração do Regulamento;
- ii) substituição da Instituição Administradora;
- iii) incorporação;
- iv) fusão;
- v) cisão; e
- vi) liquidação.

Publicações

Todas as publicações mencionadas no Regulamento serão feitas inicialmente no jornal Valor Econômico, com circulação nacional, devendo todos os documentos e informações correspondentes serem remetidos à CVM na mesma data em que for realizada a publicação.

A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de Assembleia Geral e alteração do Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os Cotistas sobre essa alteração.

Atendimento aos Cotistas

Para consulta ou obtenção de cópia do Prospecto e do Regulamento, os investidores interessados na aquisição de Cotas Seniores da 1ª Série poderão dirigir-se à Instituição Administradora, aos Distribuidores, à CVM, ou à CETIP, em suas respectivas sedes, conforme informado no capítulo “Identificação da Instituição Administradora, dos Distribuidores e Demais Entidades Envolvidas na Oferta” acima, ou acessar suas respectivas páginas na rede mundial de computadores, a saber: www.vam.com.br, www.itaubba.com.br, www.abcbrasil.com.br, www.cvm.gov.br e www.cetip.com.br.

O prospecto em versão eletrônica também está disponível na página do Cedente, a saber: <http://www.bancopaulista.com.br/produtosservicosframe.asp>.

Os investidores poderão dirigir-se à Instituição Administradora ou aos Distribuidores para encaminhamento de eventuais dúvidas, sugestões ou reclamações.

DIREITOS CREDITÓRIOS

Características

Natureza

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são originados de Financiamentos nas modalidades CDC Veículos e Crédito Pessoal com garantia de veículos concedidos pelo Cedente a Devedores, representados por CCBs. O modelo utilizado de CCB está reproduzido no Anexo III do Regulamento, que integra este Prospecto como Anexo I. É admitida a Cessão Parcial de Direitos Creditórios, observadas as condições descritas no item “Características gerais do Fundo – Política de investimento – Aplicação em Direitos Creditórios – Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão”.

Processo de originação

O Banco Paulista tem contrato com correspondentes bancários que auxiliam no processo de originação da totalidade de Direitos Creditórios. Os correspondentes bancários são responsáveis, dentre outras, pelas seguintes atividades: (a) encontrar lojas de revenda e concessionárias de veículos interessadas na concessão de Financiamento para seus clientes; (b) fazer a análise prévia da situação financeira e do histórico das lojas e concessionárias, e caso entenda que se enquadrem no perfil admitido pelo Banco Paulista, encaminhar a documentação ao departamento responsável do Banco Paulista para análise e eventual aprovação da loja ou concessionária em questão; e (c) fazer análise prévia de toda informação necessária à aprovação de crédito de cada cliente, e caso entenda que a informação apresentada está de acordo com os parâmetros pré-estabelecidos, encaminhá-la para análise do Banco Paulista.

São duas as formas de acesso a Financiamentos de veículos do Banco Paulista disponíveis aos interessados. A primeira delas é por meio das lojas de revenda e concessionárias de veículos já cadastradas no Banco Paulista. A outra, entrando em contato diretamente com os correspondentes bancários ligados ao Banco Paulista. Os correspondentes bancários, bem como as lojas de revenda e concessionárias de veículos, dispõem de fichas cadastrais padronizadas para preenchimento com informações e referências pessoais, profissionais e comerciais relativas às pessoas físicas ou jurídicas interessadas em contratar empréstimos para financiar a compra de veículos.

Se preenchida pela loja de revenda ou concessionária de veículos, a ficha é imediatamente encaminhada por fax, ou pelo sistema eletrônico padrão do Banco Paulista (chamado “PaulistaWeb”) ao correspondente bancário responsável. Caso a ficha seja recebida por fax, o correspondente bancário responsável deverá migrar as informações nela contidas para o PaulistaWeb.

Depois de preenchê-la ou recebê-la da loja de revenda ou da concessionária de veículos pelo PaulistaWeb, o correspondente bancário realiza a análise das informações apresentadas e encaminha a ficha cadastral da pessoa física ou jurídica interessada em contratar empréstimos para financiar a compra de veículos, também pelo PaulistaWeb, ao setor de análise de crédito da filial ou da matriz do Banco Paulista, conforme o caso, que, por sua vez, dará início à análise de crédito, na forma descrita no item “Direitos Creditórios – Política de concessão de crédito” abaixo.

Os pedidos de Financiamento de veículos leves, cujo valor de crédito seja superior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), são encaminhados pela filial à matriz do setor de análise de crédito, que terá exclusiva competência para analisar e autorizar a concessão destes Financiamentos. Independentemente do valor do crédito, os pedidos de Financiamento de veículos pesados somente são analisados e aprovados pela matriz.

Aprovado o crédito e existindo interesse do cliente em realizar o Financiamento, o correspondente bancário enviará, por fax, ao setor de formalização de crédito do Banco Paulista, situada na matriz do banco, cópia dos documentos apresentados pela pessoa física ou jurídica interessada em contratar empréstimos para financiar a compra de veículos. Além dos Documentos Comprobatórios, são encaminhados os seguintes documentos: (a) no caso de pessoa física, documento de identidade, CPF, comprovante de residência recente, comprovante de renda e outros documentos eventualmente especificados pela área de crédito; e (b) no caso de pessoa jurídica, ato constitutivo e respectivas alterações, ata de eleição da atual diretoria, cartão de CNPJ/MF e outros documentos eventualmente especificados pela área de crédito.

Na data deste Prospecto, o Banco Paulista contava com 10 (dez) filiais de análise de crédito, localizados em Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Curitiba, Belo Horizonte, Uberlândia, Bauru, Maringá, ABC Paulista e Recife, e a matriz, localizada na sua sede.

Política de concessão de crédito

Uma vez recebida a ficha cadastral da pessoa física ou jurídica interessada em contratar empréstimos para financiar a compra de veículos, o Banco Paulista inicia o procedimento de análise de crédito, que consiste em: (a) consulta ao CCF e/ou ao SERASA, ou ao Sisbacen (neste último caso, somente quando o valor do Financiamento for igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)), (b) verificação das referências e informações residenciais, comerciais e bancárias declaradas, (c) verificação das referências utilizadas para avaliação do valor do veículo, (d) realização de outras verificações por meio de pesquisas a páginas da internet de fácil consulta, tais como a da Receita Federal, e (e) quando solicitado ao correspondente, checagem *in loco* de informações. Quando a checagem *in loco* não é solicitada, o procedimento de análise é concluído em aproximadamente 1 (uma) hora.

Nos casos em que, após a checagem da área de análise de crédito, se verifica a existência de peculiaridades que impedem a aprovação automática do crédito, o pedido é encaminhado para alçada decisória superior, designada de acordo com o valor do Financiamento sob análise.

Pedidos de Financiamento no valor de até R\$15.000,00 (quinze mil reais) podem ser aprovados pelo analista da mesa de crédito da matriz. Acima deste valor e até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), somente o supervisor da mesa de crédito poderá autorizar a concessão do Financiamento. Caso seja superior a R\$40.000,00 (quarenta mil reais), o pedido de Financiamento será analisado pela gerência de crédito do Banco Paulista, que poderá aprovar Financiamentos de até R\$70.000,00 (setenta mil reais). Acima de R\$70.000,00 (setenta mil reais) e até R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), o pedido poderá ser aprovado pelo Gerente Geral de Crédito e Cobrança. Acima de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) o pedido será encaminhado, com recomendação ou não para a concessão de Financiamento superior a R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), ao comitê de crédito do Banco Paulista que deliberará pela aprovação ou não do pedido de Financiamento.

Após a aprovação do pedido de Financiamento pelo Banco Paulista, o correspondente responsável pela operação entra em contato com a pessoa física ou jurídica interessada em contratar empréstimos para financiar a compra de veículos para formalizar a CCB, que contém as condições do Financiamento.

Com a CCB assinada pelo pessoa física ou jurídica interessada em contratar empréstimos para financiar a compra de veículos, o Banco Paulista realiza consulta ao Departamento de Trânsito (DETRAN) do Estado em que o veículo objeto do Financiamento está registrado e ao Megadata, para certificação da inexistência de restrições ao veículo.

Concluída com sucesso a etapa acima descrita, é gravada a reserva da alienação fiduciária do veículo em favor do Banco Paulista junto ao SNG (Megadata), após a qual é autorizada a liberação de pagamento do Financiamento ao proprietário do veículo.

Realizado o pagamento pelo Banco Paulista, é gerado um carnê contendo os boletos bancários relativos às parcelas mensais de pagamento do respectivo Financiamento, sendo que o recebimento dos boletos é confirmado por meio de contato telefônico (pós-venda) realizado pelo Banco Paulista com o Devedor, até o 10º (décimo) dia que antecede o vencimento da primeira parcela.

Cobrança dos Direitos Creditórios

Até o 10º (décimo) dia, inclusive, seguinte à data do vencimento de cada Direito Creditório integrante da carteira do Fundo que esteja vencido e não pago, o Agente de Recebimento deverá receber pagamentos efetuados pelos respectivos Devedores e encaminhá-los a conta corrente de titularidade do Fundo. A partir do 11º (décimo) dia, inclusive, seguinte à data de vencimento de Direito Creditório integrante da carteira do Fundo que esteja vencido e não pago, o Cedente, na qualidade de Agente de Cobrança, realizará a respectiva cobrança, nos termos abaixo descritos.

As etapas da cobrança ordinária são a seguir descritas:

- i) em até 10 (dez) dias antes do vencimento da primeira parcela relativa ao Financiamento, o Banco Paulista entra em contato (pós-venda) com o Devedor para confirmar se houve a entrega, pelo correio, do carnê com os boletos de pagamentos relativos a todas as parcelas mensais devidas pelo Devedor até a quitação do financiamento do veículo;
- ii) o Banco Paulista deverá encaminhar, em até 1 (um) Dia Útil contado da formalização de cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, arquivo eletrônico com ordem ao Agente de Recebimento requerendo (a) que o pagamento dos boletos de cobrança relacionados aos respectivos Direitos Creditórios Cedidos sejam integralmente direcionados à Conta de Arrecadação; e (b) que os valores recebidos na Conta de Arrecadação sejam direcionados para conta corrente do Fundo;

- iii) o Custodiante deverá confirmar a realização do subitem (ii) acima por meio de validação das informações constantes nos arquivos de retorno disponibilizados pelo Agente de Recebimento em relação à Lista de Direitos Creditórios, no mesmo Dia Útil em que foram disponibilizados e previamente ao efetivo pagamento pela da cessão de Direitos Creditórios;
- iv) até a data de vencimento, os boletos de pagamento referentes aos Direitos Creditórios Cedidos poderão ser pagos em qualquer instituição integrante do Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis; e
- v) até 10 (dez) dias contados da data de vencimento, os boletos de pagamento referentes aos Direitos Creditórios Cedidos somente poderão ser pagos nas agências do Agente de Recebimento.

A partir do 11º (décimo primeiro) dia contado da data de vencimento, não é mais possível ao Devedor efetuar o pagamento do boleto bancário. Inicia-se, por esse motivo, o procedimento de cobrança extrajudicial pelo Fundo de Direitos Creditórios Cedidos inadimplentes. O Banco Paulista foi contratado para efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo vencidos e não pagos a 11 (onze) dias ou mais, sendo que as eventuais despesas de cobrança serão por ele suportadas. Na qualidade de Agente de Cobrança, o Banco Paulista deverá observar os seguintes procedimentos:

- i) a partir do 11º (décimo primeiro dia) dia, inclusive, de atraso no pagamento das parcelas dos Direitos Creditórios, os Devedores devem ser contatados por serviço terceirizado de cobrança ou *contact center*, que efetuarão a cobrança extrajudicial da dívida;
- ii) se, apesar das providências acima descritas, os Devedores permanecerem em atraso (a) no 32º (trigésimo segundo) dia contado da data de vencimento, deverá ser efetuada a negativação dos Devedores junto ao CCF e/ou SERASA, e (b) entre o 33º (trigésimo terceiro) dia e o 49º (quadragésimo nono) dia contados da data de vencimento, deve ser emitida notificação extrajudicial, através de cartório, para que paguem as parcelas do empréstimo em atraso, bem como providenciada a documentação necessária para o ajuizamento de ação de execução, tais como documentação do Devedor, cópia da respectiva CCB, entre outros;
- iii) se não for possível notificar extrajudicialmente os Devedores, cópia autenticada das CCBs inadimplentes deverão ser levadas a protesto no cartório competente; e
- iv) entre o 45º (quadragésimo quinto) dia e o 70º (septuagésimo) dia contados da data de vencimento do Direito Creditório, deverá ser dado início à ação de execução da dívida, sem prejuízo à continuidade dos procedimentos de cobrança extrajudicial.

Os valores arrecadados pelo Banco Paulista deverão ser transferidos ao Fundo em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do recebimento, para conta corrente de titularidade do Fundo.

É possível a Cessão Parcial de Direitos Creditórios. Na hipótese de execução de dívida relacionada a CCB que tenha originado créditos de titularidade tanto do Fundo como do Cedente, o valor eventualmente recuperado por meio de cobrança extrajudicial ou judicial será primeiramente destinado à satisfação dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, e posteriormente destinado à satisfação do crédito do Cedente.

Exclusivamente na hipótese de substituição do Cedente como Agente de Cobrança, as despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios serão suportadas pelo Fundo. Caso o Fundo não disponha de recursos suficientes para arcar com as despesas assim incorridas, deverá ser convocada Assembléia Geral especialmente para deliberar sobre o aporte de novos recursos para este fim. Os recursos aportados ao Fundo pelos titulares das Cotas serão reembolsados por meio de amortização ou resgate, de acordo com os procedimentos previstos no Regulamento ou na referida Assembléia Geral.

Na hipótese de necessidade de aporte de recursos nos termos do parágrafo anterior, fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes da assunção, pelos Cotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao início dos procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais e ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Instituição Administradora, o Cedente e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Cotistas em decorrência da não propositura ou prosseguimento, pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste item.

Os aportes deverão ser feitos em dinheiro, em valor suficiente para que o Fundo disponha dos recursos necessários para cobrir todos os custos e despesas necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou à cobrança judicial ou extrajudicial dos seus Direitos Creditórios e Ativos Financeiros.

Acréscimo, remoção, recompra e substituição dos Direitos Creditórios

O pagamento de Direitos Creditórios com atraso pode levar à incidência de juros de mora e das multas pactuadas no Financiamento. É possível, por conta disso, que o Fundo venha a receber, por determinado Direito Creditório, valor maior que o contabilizado. Essa é a única hipótese de acréscimo aos valores originalmente devidos. O atraso no recebimento de recursos poderá afetar negativamente a liquidez do Fundo, podendo, inclusive, dificultar o pagamento das obrigações correntes ou mesmo das amortizações. Por outro lado, o recebimento de referidos acréscimos poderá elevar a rentabilidade do Fundo.

Observados os limites abaixo, o Cedente dispõe da faculdade de recomprar os Direitos Creditórios enquanto estes forem de titularidade do Fundo. Adicionalmente, observados os limites abaixo, o Cedente está obrigado a recomprar os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo originados dos Financiamentos que pretende renegociar, previamente à renegociação, ou em no máximo 10 (dez) dias úteis contados da data da respectiva renegociação.

O pagamento do valor da recompra, tanto voluntária quanto decorrente de renegociação de Financiamento, deverá ser feito à vista, em moeda corrente nacional ou por meio da oferta de permuta de Direitos Creditórios, sendo esta última a única hipótese possível de substituição de Direitos Creditórios.

Desde que não esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada, o Cedente somente poderá recomprar, a cada período de 30 (trinta) dias, Direitos Creditórios cujo valor contábil corresponda a no máximo 1% (um por cento) do PL, limitado a 20% (vinte por cento) do volume total captado

com a emissão de Cotas pelo Fundo durante seu prazo de existência. A inobservância desses limites caracteriza-se como um Evento de Revisão, podendo levar, se assim decidido pelos Cotistas em Assembléia Geral, à liquidação antecipada do Fundo.

A remoção dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo somente será possível nas hipóteses de resolução ou declaração de nulidade das respectivas cessões, as quais estão descritas no Contrato de Cessão, que se encontra no Anexo VII deste Prospecto.

Como em caso de recompra ou remoção de Direitos Creditórios o Fundo deverá receber, em dinheiro ou em Direitos Creditórios, no mínimo o valor contábil dos Direitos Creditórios recomprados, removidos ou substituídos, não haverá impacto na rentabilidade do Fundo.

Não obstante, sucessivas recompras em dinheiro ou remoções de Direitos Creditórios com devolução em dinheiro podem impactar o Fundo, aumentando sua liquidez, uma vez que antecipam o cronograma de recebimento de recursos dos Direitos Creditórios. Em caso de inexistência de volume de Direitos Creditórios passíveis de aquisição para fazer frente ao excesso de liquidez do Fundo, poderá haver desenquadramento do Fundo à Razão Mínima, levando à convocação de Assembléia Geral para deliberar sobre eventual liquidação antecipada.

Taxa de Desconto

Para fins de exemplo, em caso de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo em 13 de junho de 2008, a taxa de cessão (taxa de desconto) seria equivalente a 21,32% (vinte e um inteiros e trinta e dois centésimos por cento) ao ano, o que significa que um Direito Creditório de valor nominal equivalente a R\$1.000,00 (mil reais), com vencimento em 1 de abril de 2009, seria adquirido pelo Fundo por R\$855,15 (oitocentos e cinquenta e cinco reais e quinze centavos).

Possibilidade de o Cedente promover o saneamento do Fundo

O Fundo pode ter sua rentabilidade afetada por uma série de fatores. Nessas hipóteses, o Cedente pode, voluntariamente, promover o saneamento do Fundo de duas formas: (i) mediante a subscrição de Cotas Subordinadas; ou (ii) pela recompra de Direitos Creditórios inadimplentes.

A subscrição voluntária de Cotas Subordinadas pelo Cedente absorve diretamente eventual queda de rentabilidade, evitando, assim, a ocorrência de Eventos de Avaliação, Eventos de Revisão, Eventos de Liquidação ou, mais diretamente, o desenquadramento da Razão Mínima. Caso o Cedente, diante de uma significativa queda de rentabilidade do Fundo, não subscreva Cotas Subordinadas, haverá o desenquadramento da Razão Mínima, que se permanecer desenquadrada por período superior a 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, ou ocorrer mais de 2 (duas) vezes em um mesmo mês, será considerado um Evento de Liquidação.

A recompra voluntária de Direitos Creditórios inadimplentes pelo Cedente pode evitar a deterioração da carteira de Direitos Creditórios do Fundo. Se houver um aumento significativo da inadimplência da carteira e o Fundo não efetuar tais recompras, a rentabilidade do Fundo seria afetada, podendo dar ensejo à ocorrência de Eventos de Avaliação ou mesmo Eventos de Liquidação.

Ressalte-se, porém, desde que não esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação, o Cedente somente poderá recomprar, a cada período de 30 (trinta) dias, Direitos Creditórios cujo valor contábil corresponda a no máximo 1% (um por cento) do PL do Fundo, limitado a 20% (vinte por cento) do volume total captado com a emissão de Cotas pelo Fundo durante seu prazo de existência.

Valor e número de Financiamentos na carteira do Fundo

Levando-se em consideração que o Fundo, após o encerramento da Oferta, terá patrimônio de até R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) e que poderá aplicar até 100% (cem por cento) de seu patrimônio em Direitos Creditórios originados de Financiamentos, conclui-se que o valor máximo de Direitos Creditórios na carteira do Fundo será de R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais).

Diante do exposto acima, e sabendo-se que o valor médio de cada Financiamento, de acordo com dados do Cedente, é de aproximadamente R\$14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais), estima-se que o número máximo de Financiamentos passíveis de integrar a carteira do Fundo será de aproximadamente 8.965 (oito mil e novecentos e sessenta e cinco).

Perfil da carteira de Direitos Creditórios do Cedente

No contexto da presente operação de securitização, o Auditor foi contratado para realizar uma compilação de dados estatísticos sobre as características da carteira de direitos creditórios do Cedente para as operações originadas no período de 1º de novembro de 2005 a 31 de março de 2008, bem como o entendimento do sistema de concessão e cobrança relacionado a estas operações. A íntegra do relatório do Auditor relativo à carteira de direitos creditórios do Cedente integra o presente Prospecto como seu Anexo III.

O trabalho desenvolvido pelo Auditor teve por objeto:

- i) confirmar, por meio de recálculo e verificação, os dados relativos às características demográficas e a performance da carteira de direitos creditórios, para um período histórico de 29 (vinte e nove) meses, período em que o Banco Paulista trabalha com as modalidades de Financiamento CDC Veículos e Crédito Pessoal; e
- ii) levantar e obter entendimento dos fluxos de originação e cobrança desses direitos creditórios e verificar sua aderência às políticas estabelecidas pelo Cedente, com base em testes por amostragem.

Os trabalhos foram executados no período de 2 de abril a 17 de abril de 2008 e basearam-se na estrutura das áreas de crédito, cobrança e tecnologia vigentes naquele período. Conforme acordado, não foi requerida a atualização da base de dados utilizada entre a data deste Prospecto e a data do relatório.

Recomenda-se aos investidores que, antes de tomar a decisão de adquirir Cotas Seniores da 1ª Série, analisem atentamente o relatório do Auditor que consta do Anexo III deste Prospecto, no qual há descrição detalhada da carteira de direitos creditórios de mesma natureza daqueles que serão cedidos ao Fundo. Ressalve-se, porém, que, nos termos do escopo dos trabalhos conduzidos pelo Auditor, as informações constantes do Anexo III deste Prospecto e reproduzidas em formato resumido abaixo são de natureza meramente estatística, e nada garante que a carteira de Direitos Creditórios efetivamente adquirida pelo Fundo tenha desempenho semelhante.

Características relevantes dos direitos creditórios

O somatório dos arquivos gerados pelo Cedente indicam que este originou, no período de 29 (vinte e nove) meses sob análise, um volume de 42.456 contratos (quarenta e dois mil quatrocentos e cinquenta e seis), com um valor total de parcelas de R\$1.074.299.000,00 (um bilhão setenta e quatro milhões duzentos e noventa e nove mil reais). Seguem abaixo informações resumidas e consolidadas relativas a inadimplementos, perdas, Pré-pagamentos, prazos de vencimento, amortização, parcelamento e taxas de juros dos contratos que deram origem aos direitos creditórios avaliados.

Inadimplementos, perdas e Pré-pagamentos

As informações relativas a inadimplementos, perdas e pagamentos antecipados dos direitos creditórios avaliados encontram-se resumidas e consolidadas na tabela abaixo:

INDICADORES DE DESEMPENHO – AGING LIST			
FAIXAS	R\$ (EM MILHARES DE REAIS)	%	% (ACUMULADA)
Total sob análise	1.074.299		
(-) Cancelamentos*	666		
(-) Parcelas renegociadas**	11.492		
(+) Multas	9.441		
(-) Descontos	15.339		
(-) A vencer após 31 de março de 2008	776.737		
Parcelas vencidas e/ou liquidadas até 31 de março de 2008	279.505	100,0	
Parcelas liquidadas antecipadamente	94.749	33,9	33,9
Parcelas liquidadas no vencimento	46.542	16,7	50,6
Parcelas liquidadas com atraso	118.676	42,4	93,0
Parcelas vencidas e não pagas a até 180 dias do vencimento	15.970	5,7	98,7
Parcelas vencidas e não pagas a mais de 180 dias (perdas)	3.566	1,3	100,0

* Referem-se a cancelamentos de contratos identificados na base de dados. Segundo informações do Cedente, tais cancelamentos decorrem de desistência da operação por parte do Devedor, em um prazo de até 7 dias.

** Parcelas baixadas na base de dados com o intuito de renegociação da dívida do Devedor através da geração de um novo contrato. Também ocorrem baixas de contratos por renegociação devido à alteração da data do vencimento do contrato, levando à geração de um novo contrato.

Na amostra analisada, foram identificados (i) R\$38.972.000,00 (trinta e oito milhões novecentos e setenta e dois mil reais) em contratos cujos Devedores não liquidaram a primeira parcela do contrato ou liquidaram a primeira parcela com atraso superior a 60 (sessenta) dias, representando 3,6% (três inteiros e seis décimos por cento) do total da base e (ii) R\$58.008.000,00 (cinquenta e oito milhões e oito mil reais) em contratos cujos Devedores liquidaram a primeira parcela do contrato com atraso inferior a 60 (sessenta) dias, porém não liquidaram a segunda parcela ou liquidaram a segunda parcela com atraso superior a 60 (sessenta) dias, representando 5,4% (cinco inteiros e quatro décimos por cento) do total da base.

Originação	Total	Pré-Liquidação de Contratos	%
nov/05	1.659	190	11,5
dez/05	3.115	331	10,6
jan/06	2.961	351	11,8
fev/06	3.646	473	12,9
mar/06	6.260	1.318	21,3
abr/06	5.659	851	15,0
mai/06	8.433	1.393	16,5
jun/06	11.485	1.502	13,1
jul/06	18.081	2.268	12,5
ago/06	21.657	2.511	11,6
set/06	20.523	2.370	11,5
out/06	24.876	2.928	11,8
nov/06	23.691	2.526	10,7
dez/06	24.274	3.125	12,9
jan/07	27.682	3.086	11,2
fev/07	29.724	2.477	8,3
mar/07	42.502	3.112	7,4
abr/07	41.573	3.365	8,1
mai/07	52.927	4.219	8,0
jun/07	44.383	2.829	6,4
jul/07	57.981	2.403	4,1
ago/07	61.916	2.685	4,3
set/07	60.249	808	1,3
out/07	67.147	903	1,3
nov/07	74.610	1.126	1,5
dez/07	76.844	478	0,6
jan/08	89.038	778	0,9
fev/08	80.141	486	0,6
mar/08	<u>91.571</u>	<u>131</u>	<u>0,2</u>
Total	<u>1.074.299</u>	<u>31.221</u>	<u>4,8</u>

Ainda conforme observado na tabela acima, 4,8% (quatro inteiros e oito décimos por cento) dos Financiamentos que deram origem a Direitos Creditórios analisados foram liquidados antecipadamente. Note-se que nesse caso não se trata de pagamento antecipado de uma parcela, mas sim de pagamento antecipado de todo o Financiamento. Nos casos de pagamentos antecipados, o Cedente é responsável por ressarcir o Fundo da eventual diferença entre o valor contábil do Direito Creditório e o valor pago pelo Devedor. O risco relacionado ao pagamento antecipado consta descrito no item “Fatores de Risco – Riscos específicos – Risco do Cedente – Não pagamento, pelo Cedente, de valores devidos na hipótese de pagamento antecipado dos Financiamentos”.

A carteira de Direitos Creditórios do Cedente data de novembro de 2005. Por conta desse fato, não foi possível obter informações para um período superior aos 29 (vinte e nove) meses sob análise. Os riscos relacionados ao reduzido histórico de desempenho desta carteira de Direitos Creditórios constam descritos no item “Fatores de Risco – Riscos específicos – Outros riscos – Carteira de contratos recente”.

Metodologia

Para fins de mensuração da performance dos direitos creditórios submetidos à análise, foram definidos critérios para a apuração dos percentuais de pontualidade e adimplência das faturas, que representariam indicativos de desempenho.

Os dados que constam na tabela acima foram processados pelo Auditor com base em banco de dados do Cedente contendo informações analíticas (do tipo parcela a parcela) sobre direitos creditórios de mesma natureza daqueles que serão cedidos ao Fundo, e refletem os volumes de parcelas antecipadas, os volumes de parcelas liquidadas em faixas de prazo, bem como, os volumes das parcelas vencidas e não liquidadas, para o consolidado dos 29 (vinte e nove) meses sob análise.

Em sua análise, o Auditor confrontou a data de vencimento com a data de efetivo pagamento de cada uma das parcelas, tendo como data-base 31 de março de 2008.

Prazos de vencimento, períodos de amortização e taxas de juros dos direitos creditórios

Em suas considerações sobre o prazo de vencimento dos contratos que deram origem aos direitos creditórios constantes da base analítica, o Auditor concluiu que a quantidade de parcelas destes variava perfazendo o prazo médio ponderado de vencimento de 39,3 (trinta e nove inteiros e três décimos) meses, conforme disposto na tabela abaixo. Os contratos originados pelo Cedente são todos amortizados em periodicidade mensal.



Os juros incidentes sobre o crédito concedido a Devedores, nos termos dos contratos celebrados, são compostos e pré-fixados, aplicando-se Tabela Price para definição do valor das parcelas. Segue abaixo tabela com dados relativos à média de juros para cada modalidade de Financiamento, tendo como data base o mês de março de 2008:

MODALIDADE	TAXA MÉDIA DE JUROS (AO ANO)
Veículos Leves	33,01%
Veículos Pesados	32,77%
Veículos Leves – Curto Prazo	37,19%
Veículos Pesados – Curto Prazo	37,67%

Existência de outros fundos de investimento em direitos creditórios e preferência na aquisição de Direitos Creditórios

O Cedente também aliena Direitos Creditórios a outro fundo registrado na CVM, a saber, o “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos”. Durante o início das atividades do Fundo, o Cedente prevê que, do total de Direitos Creditórios originados pelo Cedente, 15% (quinze por cento) serão cedidos ao “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos” e 70% (setenta por cento) serão cedidos ao Fundo.

O “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos” tem preferência na aquisição de Direitos Creditórios em relação ao Fundo.

Os riscos relacionados à existência de outros fundos de investimento em direitos creditórios e à preferência na aquisição de Direitos Creditórios constam descritos nos itens “Fatores de Risco – Riscos específicos – Outros riscos – Existência de outros fundos de investimento em direitos creditórios” e “Fatores de Risco – Riscos específicos – Outros riscos – Preferência na aquisição de direitos creditórios” acima.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

Distribuidores

A distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série será efetuada pelo Banco Itaú BBA, na qualidade de Instituição Líder, e pelo Banco ABC.

Banco Itaú BBA (Instituição Líder)

Histórico

O Banco Itaú BBA é um dos maiores bancos de atacado do Brasil, com ativos da ordem de R\$99.300.000.000,00 (noventa e nove milhões e trezentos mil reais) e PL de R\$5.900.000.000,00 (cinco bilhões e novecentos milhões de reais) em 31 de dezembro de 2007. O banco faz parte do grupo Itaú, que possui 95,8% (noventa e cinco inteiros e oito décimos por cento) do total de ações e 50% (cinquenta por cento) das ações ordinárias de emissão do Banco Itaú BBA, sendo o restante detido por executivos do próprio banco. O Banco Itaú BBA se caracteriza pelo foco no atendimento aos clientes corporativos, com ênfase em crédito e operações estruturadas, atuando, assim, como banco corporativo e banco de investimento.

De acordo com o ranking ANBID, o Banco Itaú BBA é um dos líderes de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, ocupando o primeiro lugar em 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 (este último até março) com participações de mercado de 26% (vinte e seis por cento), 20% (vinte por cento), 19% (dezenove por cento), 24% (vinte e quatro por cento) e 50% (cinquenta por cento) respectivamente.

Em 2006, entre as operações coordenadas pelo Banco Itaú BBA destacam-se as debêntures da Telemar Norte Leste S.A., no valor R\$2.100.000.000,00 (dois bilhões e cem milhões de reais); Itauseg Participações S.A., no valor de R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais); Vivax S.A., no valor de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais); Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, no valor de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais); Brasil Telecom, no valor de R\$1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais); Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. - Autoban, no valor de R\$510.000.000,00 (quinhentos e dez milhões de reais); ALL - América Latina Logística - S.A., no valor de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais); TAM S.A., no valor de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); Ampla Energia e Serviços S.A., no valor de R\$370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões de reais); Gafisa S.A., no valor de R\$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais); Lupatech S.A., no valor de R\$227.000.000,00 (duzentos e vinte e sete milhões de reais); Energisa S.A. no valor de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais); Companhia Vale do Rio Doce, no valor de R\$5.500.000.000,00 (cinco bilhões e quinhentos milhões de reais); Light Serviços de Eletricidade S.A., no valor de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais); NET Serviços de Comunicação S.A., no valor de R\$580.000.000,00 (quinhentos e oitenta milhões de reais); e o FIDC CESP III, no valor de R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais).

Em 2007, em operações de renda fixa no mercado de capitais local, destacam-se as emissões de debêntures da Telemar Participações S.A., no valor de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais); da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR, no valor de R\$267.300.000,00 (duzentos e sessenta e sete milhões e trezentos mil reais); da Companhia Brasileira de Distribuição S.A., no valor de R\$779.000.000,00 (setecentos e setenta e nove milhões de reais); da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações, no valor de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); da Tractebel Energia S.A., no valor de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais); da Nova América S.A. Agroenergia, no valor de R\$306.900.000,00 (trezentos e seis milhões e novecentos mil reais); da BR Malls Participações S.A., no valor de R\$320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais); da Concessionária de Rodovias do Oeste de SP – Via Oeste S.A., no valor de R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais); da BFB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, no valor de R\$10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais); da J.Macêdo S.A., no valor de R\$104.000.000,00 (cento e quatro milhões de reais); da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., no valor de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais); da Zain Participações S.A., no valor de R\$ 368.000.000,00 (trezentos e sessenta e oito milhões de reais); da Itauseg Participações S.A., no valor de R\$2.030.000.000,00 (dois bilhões e trinta milhões de reais); da Klabin Segall S.A., no valor de R\$202.500.000,00 (duzentos e dois milhões e quinhentos mil reais); da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, no valor de R\$ 353.900.000,00 (trezentos e cinquenta e três milhões e novecentos mil reais); e da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, no valor de R\$163.600.000,00 (cento e sessenta e três milhões e seiscentos mil reais). Em operações de notas promissórias destacam-se as operações da Nova América S.A. Agroenergia, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais); e da Zain Participações S.A., no valor de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais). Destacam-se, ainda, a emissão de notas do IFC - *International Finance Corporation*, no valor de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), e as operações FIDC CESP IV, no valor de R\$1.250.000.000,00 (um bilhão duzentos e cinquenta milhões de reais); FIDC Panamericano Veículos I, no valor de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais); FIDC II Energisa, no valor de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais); e FIDC CEEE III-GT, no valor de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).

Banco ABC

Histórico

O Banco ABC é um banco múltiplo habilitado a operar nas carteiras comercial, de investimentos, financeira, de crédito imobiliário e de câmbio. O Banco ABC é controlado pelo Arab Banking Corporation, banco internacional com sede em Bahrain e com ações negociadas em bolsas de valores. Na sua formatação o Banco ABC procura manter uma gestão profissional e claramente voltada aos mercados internacionais. Com presença própria ou através de subsidiárias, o Banco ABC atua em 21 (vinte e um) países, contando inclusive com uma agência nas Ilhas Cayman, o que proporciona um bom grau de diversificação de portfólio e geração de oportunidades de negócios aos seus clientes.

A principal linha de negócios do Banco ABC é a intermediação financeira voltada para operações que envolvam análise e assunção de riscos de crédito. As operações estruturadas, principalmente de mercado de capitais, com vistas ao financiamento corporativo, complementam esta atividade. A arbitragem de mercados, taxas e moedas, tanto decorrentes das operações demandadas pelos clientes, quando de posições proprietárias, são desenvolvidas regularmente. O Banco ABC adota uma postura conservadora com baixa propensão ao risco nos seus negócios de crédito e tesouraria.

O Banco ABC tem atuado de maneira destacada em operações de renda fixa no mercado doméstico, tendo ocupado ao final do ano de 2007 a 2ª colocação (por número de operações) e 4ª colocação (por volume de operações) no ranking de originação de fundos de investimentos em direitos creditórios, segundo dados divulgados pela ANBID, considerando o período base compreendido entre os meses de janeiro a dezembro de 2007.

O Banco ABC participou recentemente das seguintes emissões de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios no mercado de capitais brasileiro: FIDC CESP I, no valor de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais); FIDC CESP II, no valor de R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais); FIDC CESP III, no valor de R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais); FIDC CESP IV, no valor de R\$1.250.000.000,00 (um bilhão duzentos e cinquenta milhões de reais); FIDC Furnas II, no valor de R\$878.495.000,00 (oitocentos e setenta e oito milhões quatrocentos e noventa e cinco mil reais); FIDC INSS II, no valor de R\$106.250.000,00 (cento e seis milhões duzentos e cinquenta mil reais); FIDC Paraná Banco, no valor de R\$101.250.000,00 (cento e um milhões duzentos e cinquenta mil reais); FIDC Emae, no valor de R\$67.000.000,00 (sessenta e sete milhões de reais); FIDC Omni Veículos V, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) e CELESC I FIDC Mercantis, no valor de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

Também merece destaque sua atuação nas operações de emissões de debêntures da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual - CADIP, no valor de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais); da NET Serviços de Comunicação S.A., no valor de R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais); da Fertibrás S.A., no valor de R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais); da PanAmericano Arrendamento Mercantil S.A., no valor de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais); da Energisa S.A., no valor de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais); da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., no valor de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais); da Company S.A., no valor de R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais); bem como nas emissões de notas promissórias da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, no valor de R\$22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais) e da CESP – Companhia Energética de São Paulo, no valor de R\$119.000.000,00 (cento e dezenove milhões de reais).

Remuneração dos Distribuidores

Os Distribuidores terão direito a receber a remuneração descrita no item “Sumário dos contratos relevantes – Contrato de Colocação” abaixo.

Instituição Administradora e gestora

O Fundo é administrado e gerido por Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas nesta seção e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, terá amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios Cedidos, em nome do Fundo.

Histórico

A Instituição Administradora foi constituída em 21 de junho de 1999, como consequência da necessidade regulamentar de segregação da administração de recursos de clientes, e alterou no ano seguinte sua denominação para Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

A sociedade atua principalmente na administração dos recursos de seus clientes e, como distribuidora de títulos e valores mobiliários, também atua na subscrição de emissões de títulos e na intermediação da colocação de emissões de capital no mercado e em operações no mercado aberto. No Brasil, a Instituição Administradora é uma das principais instituições administradoras de fundos de investimentos, com reconhecida atuação na administração de fundos de investimento em direitos creditórios.

Obrigações, vedações e responsabilidades da Instituição Administradora

A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora:

- i) registrar, às expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo e o Regulamento e seu(s) anexo(s), bem como futuras alterações e respectivas consolidações do Regulamento, e de seu(s) anexo(s), em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- ii) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - b) o registro dos Cotistas;
 - c) o livro de atas de assembléias gerais;
 - d) o livro de presença de Cotistas;
 - e) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, § 3º, da Instrução nº 356/01;
 - f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
 - g) os relatórios do Auditor;
- iii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada para esse fim;

- iv) entregar ao Cotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;
- v) manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem Cotas desse, o valor do PL, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a relação entre o PL e o valor das Cotas Seniores, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco;
- vi) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou pelo Regulamento;
- vii) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- viii) fornecer anualmente aos Cotistas, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- ix) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução nº 356/01, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Instituição Administradora e o Fundo;
- x) providenciar, no mínimo trimestralmente, a atualização da classificação de risco relativa à(s) classe(s) e Séries destinada(s) à colocação pública;
- xi) informar os Cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da sua ciência de tal fato; e
- xii) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, ou ainda de regimes similares, de bancos em que transitem recursos relacionados aos Direitos Creditórios Cedidos, requerer o imediato direcionamento desse fluxo de recursos para outra conta de depósito, de titularidade do Fundo, informando tal fato aos Cotistas.

A divulgação a que se refere o subitem (v) acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação e desde que observada a responsabilidade da Instituição Administradora pela regularidade na prestação das informações. Tais informações também serão disponibilizadas aos Cotistas no sítio eletrônico da Instituição Administradora na rede mundial de computadores.

É vedado à Instituição Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

As vedações acima descritas abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas. Excetuam-se destas vedações os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os títulos de emissão do Banco Central integrantes da carteira do Fundo.

É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento;
- iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- iv) adquirir Cotas;
- v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- vi) vender Cotas a prestação;
- vii) vender Cotas a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de Cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- viii) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- x) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, observado o disposto no item “Prestadores de serviço – Instituição Administradora e gestora – Contratação de terceiros prestadores de serviços” abaixo;
- xi) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e

- xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos

Contratação de terceiros prestadores de serviço

A Instituição Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e do diretor ou sócio-gerente designado, contratar serviços de:

- i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de Direitos Creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente autorizados; e
- iii) custódia, contabilidade e controladoria de ativos e passivos do Fundo.

Remuneração da Instituição Administradora

A Instituição Administradora terá direito a receber a remuneração descrita no capítulo “Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

Substituição da Instituição Administradora

Os Cotistas, em Assembléia Geral, podem deliberar pela substituição da Instituição Administradora, conforme disposto no item “Características gerais do Fundo – Assembléia Geral – Competência” acima.

Não obstante, a Instituição Administradora, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração e gestão do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo.

Na hipótese de a Instituição Administradora renunciar às suas funções e a Assembléia Geral, por qualquer motivo, não deliberar, ainda que por falta de quórum, sobre a nomeação de instituição administradora habilitada para substituir a Instituição Administradora ou não aprovar, ainda que por falta de quórum, a instituição sucessora no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data estabelecida para a realização para a Assembléia Geral, a Instituição Administradora deverá proceder à liquidação antecipada do Fundo.

Na hipótese de renúncia da Instituição Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral, a Instituição Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de realização da Assembléia Geral que aprovar a nomeação da instituição administradora sucessora.

Caso a nova instituição administradora nomeada não substitua a Instituição Administradora dentro do prazo estabelecido, a Instituição Administradora procederá à liquidação antecipada do Fundo.

Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação antecipada do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

Custodiante e agente escriturador

Foi contratado o Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para realizar o serviço de custódia, controladoria e escrituração de Cotas

O Custodiante, observadas as obrigações e limitações estabelecidas nesta seção, no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, será responsável pelos serviços de custódia, controladoria e escrituração das Cotas.

Histórico

Os serviços de custódia de cotas de fundos são parte da estratégia do grupo Citibank no mundo, prestando serviços em mais de 70 países. No Brasil, foi pioneiro na prestação de serviços de custódia para terceiros (1992) e iniciou a estratégia local com investidores institucionais em 1997.

Atualmente, é líder de mercado no segmento de custódia para investidores estrangeiros por meio da Resolução nº 2689, de 26 de janeiro de 200, do Conselho Monetário Nacional, segundo os dados da ANBID. Sua participação neste mercado é de 55% (cinquenta e cinco por cento). Além disso, possui tecnologia que garante segurança no processamento e na transmissão de informações.

Responsabilidades

O Custodiante contratado para realizar o serviço de custódia será responsável pelas seguintes atividades, sem prejuízo de outras que sejam descritas no Regulamento ou pactuadas em outros documentos:

- i) receber, verificar e analisar bimestralmente a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, de acordo com os procedimentos descritos no item “Prestadores de serviços – Custodiante – Verificação do lastro dos Direitos Creditórios” abaixo;
- ii) verificar se os Direitos Creditórios atendem os Critérios de Elegibilidade;
- iii) validar os arquivos de retorno disponibilizados pelo Agente de Recebimento em relação à respectiva Lista de Direitos Creditórios;

- iv) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios Cedidos;
- v) fazer a custódia, administração, cobrança (por meio dos agentes contratados) e/ou guarda de documentação relativos aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- vi) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, os Documentos Comprobatórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, para a Agência Classificadora de Risco e órgãos reguladores;
- vii) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos em conta corrente de titularidade do Fundo;
- viii) somente acatar as ordens emitidas pela Instituição Administradora, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do Fundo;
- ix) verificar, em até 10 (dez) dias contados do encerramento de cada mês calendário, o cumprimento, pelo Cedente, da obrigação de assegurar que o veículo dado em substituição à garantia registrada no SNG satisfaça as condições previstas no Regulamento;
- x) verificar bimestralmente, por amostragem, que não há Direitos Creditórios Cedidos cujas respectivas garantias não estejam devidamente registradas no SNG; e
- xi) verificar, por amostragem, as Condições de Cessão, nos termos do Regulamento.

O Custodiante não poderá contratar, por sua conta e ordem, terceiro para realizar a verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade.

O Custodiante, durante o exercício de suas atividades, não será responsável pela indicação de Direitos Creditórios Cedidos ao protesto, ou pela inclusão do nome dos Devedores em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Fundo, representado pela Instituição Administradora, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e eventuais ônus dessa decisão.

Sendo constatada qualquer inexatidão nas informações fornecidas pelo Cedente relativas aos Direitos Creditórios Cedidos, o Custodiante deverá requerer prontamente ao Cedente esclarecimentos a respeito, a serem apresentados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis. Caso o Cedente não preste os esclarecimentos solicitados no prazo indicado, ou caso os esclarecimentos prestados pelo Cedente não sejam satisfatórios, na opinião do Custodiante, será resolvida de pleno direito a cessão de qualquer Direito Creditório.

Verificação do lastro dos Direitos Creditórios

Em vista da significativa quantidade de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e da expressiva diversificação de Devedores dos Direitos Creditórios, é facultado ao Custodiante realizar a análise dos Documentos Comprobatórios por amostragem, observado o disposto a seguir:

- i) o Custodiante deve analisar bimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base 100% (cem por cento) dos Direitos Creditórios que estiverem inadimplentes há mais de 10 (dez) dias serão analisados, independentemente de quem sejam os Devedores dos respectivos Direitos Creditórios. Em relação ao restante de Direitos Creditórios da carteira nesta data-base, será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando uma margem de erro de 10% (dez por cento);
- ii) o escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes, a avaliação da recuperabilidade dos Documentos Comprobatórios e a sua constituição jurídica. Também compõe o escopo da avaliação a verificação da constituição da reserva do gravame do veículo objeto do financiamento em favor do Cedente no SNG; e
- iii) para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos Creditórios.

A verificação das Condições de Cessão, nos termos do Regulamento, será efetuada a partir dos documentos físicos disponibilizados pelo Cedente, principalmente a CCB que formaliza o Financiamento, bem como através de consultas extraídas do sistema de controle contábil do Cedente.

A análise por amostragem justifica-se pelo fato de o Cedente possuir mais de 41.000 (quarenta e um mil) clientes, que celebraram aproximadamente 42.000 (quarenta e dois mil) Financiamentos, os quais geram individualmente Direitos Creditórios com valor médio de R\$14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais). A maior parte dos Direitos Creditórios relacionados a tais contratos de Financiamento são passíveis de cessão ao Fundo. Os valores e números indicados representam uma média estimada do número de Devedores, quantidade e valor dos Direitos Creditórios do Cedente, podendo sofrer alterações de acordo com o desempenho mercadológico e da economia brasileira.

O Custodiante poderá contratar, por sua conta e ordem, e desde que previamente autorizado pela Instituição Administradora, por escrito, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Delloite Touche Tohmatsu Auditores Independente ou a KPMG Auditores Independentes para realizar, sob sua responsabilidade, a verificação do lastro dos Direitos Creditórios Cedidos. Caso o Custodiante pretenda contratar empresa para realizar a verificação do lastro dos Direitos Creditórios distinta das indicadas neste item, o Custodiante deverá submeter esta matéria à aprovação prévia dos Cotistas em Assembléia Geral. Quaisquer irregularidades verificadas no curso desta auditoria deverão ser informadas prontamente à Instituição Administradora, à Agência Classificadora de Risco e ao Cedente.

Remuneração do Custodiante

O Custodiante terá direito a receber a remuneração descrita no capítulo “Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

Substituição do Custodiante

A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, contabilidade e controladoria de ativos e passivos do Fundo, desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, conforme disposto no item “Características gerais do Fundo – Assembléia Geral – Competência” acima.

Auditor

Para realizar os serviços de auditoria do Fundo foi contratada a KPMG Auditores Independentes.

Remuneração do Auditor

O Auditor terá direito a receber a remuneração descrita no capítulo “Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

Substituição do Auditor

A Instituição Administradora poderá substituir o Auditor a qualquer tempo, desde que aprovado pela Assembléia Geral, nos termos do item “Características gerais do Fundo – Assembléia Geral – Competência” acima.

Agência Classificadora de Risco

A avaliação de risco do Fundo será efetuada pela Moody’s América Latina Ltda.

Remuneração da Agência Classificadora de Risco

A Agência Classificadora de Risco terá direito a receber a remuneração descrita no capítulo “Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

Substituição da Agência Classificadora de Risco

Desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, observado o disposto no item “Características gerais do Fundo – Assembléia Geral – Deliberações especiais”, a Instituição Administradora poderá substituir a Agência Classificadora de Risco.

Fiel depositário

O Banco Paulista exercerá a função de fiel depositário dos Documentos Comprobatórios.

Remuneração do Fiel Depositário

O Fiel Depositário não receberá qualquer forma de remuneração pelo exercício de suas funções, conforme descrito no capítulo “Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

Substituição do Fiel Depositário

O Cedente, na qualidade de fiel depositário dos Documentos Comprobatórios, pode, a qualquer tempo, sem prejuízo de sua responsabilidade nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil, contratar terceiros para prestação dos serviços de guarda física dos Documentos Comprobatórios.

Agente de Cobrança

O Cedente foi contratado pelo Fundo e pelo Custodiante como Agente de Cobrança para realizar a cobrança dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos, após o 11º (décimo primeiro) dia contado da data de vencimento de cada Direito Creditório Cedido vencido e não pago.

Remuneração do Agente de Cobrança

O Agente de Cobrança não receberá qualquer forma de remuneração pelo exercício de suas funções, conforme descrito no capítulo “Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

Substituição do Agente de Cobrança

O Fundo e o Custodiante podem, a qualquer tempo, contratar outra instituição para prestação dos serviços atribuídos ao Agente de Cobrança, desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, conforme disposto no item “Características gerais do Fundo – Assembléia Geral – Competência” acima.

Agente de Recebimento

O Banco Bradesco S.A. foi contratado pelo Cedente, pelo Fundo e pelo Custodiante para receber pagamentos relativos Direitos Creditórios Cedidos vencidos e não pagos, até o 10º (décimo) dia contado da data de vencimento do Direito Creditório Cedido vencido e não pago.

Remuneração do Agente de Recebimento

O Agente de Recebimento será remunerado diretamente e exclusivamente pelo Cedente.

Substituição do Agente de Recebimento

O Cedente poderá, sem necessidade de prévia anuência, substituir o Agente de Recebimento, a qualquer tempo, por um dos seguintes bancos: Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A. Caso exerça essa faculdade, o Cedente obriga-se a assegurar que o Agente de Recebimento substituto se compromete a cumprir as funções a ele atribuídas nos termos do Contrato de Cessão, do Regulamento e do Contrato de Cobrança Escritural.

REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO

Taxa de administração

A Instituição Administradora terá direito a receber, pela prestação de serviços de administração e gestão do Fundo, 0,25% (vinte cinco centésimos por cento) ao ano, calculada por dia útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), de forma linear, incidente sobre o valor diário do PL do dia anterior à realização do referido cálculo.

A remuneração será calculada e provisionada diariamente e cobrada mensalmente, no último dia útil de cada mês, a partir da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série, conforme a seguinte fórmula:

$$TA = \left\{ \left[\left(1 + TX \right)^{\frac{1}{252}} \right] - 1 \right\} \times PL_{(D-1)}$$

onde,

TA = taxa de administração, em cada dia útil;

Tx = percentual a ser estabelecido de acordo com o PL; e

PL_(D-1) = PL do dia útil imediatamente anterior.

Com exceção da remuneração do Custodiante pelo exercício dos serviços de custódia, controladoria e escrituração, a remuneração acima não inclui as despesas mencionadas no item “Características gerais do Fundo – Informações complementares – Despesas e encargos do Fundo” acima, que serão debitadas ao Fundo pela Instituição Administradora.

A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

Não poderão ser cobradas do Cotista quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

Taxa de custódia

Pelos serviços de custódia, o Custodiante fará jus à remuneração equivalente ao maior dos seguintes valores: (i) R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais; ou (ii) 0,1% (um décimo por cento) ao ano, calculada por dia útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), de forma linear, incidente sobre o valor diário do PL do dia anterior à realização do referido cálculo. O Custodiante, sem qualquer custo adicional, ainda prestará os serviços de controladoria do Fundo e de escrituração das Cotas.

Outras despesas

Além do valor devido à Instituição Administradora pela prestação de serviços de gestão e administração do Fundo e do valor devido ao Custodiante pela prestação dos serviços de custódia, são devidas pelo Fundo aos demais prestadores de serviço as seguintes remunerações, descritas abaixo. Não foi concedida prioridade de pagamento a qualquer das despesas abaixo relacionadas.

DESPESA	VALOR/ANO (EM R\$)
Auditoria	50.000,00
Classificação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série	34.000,00
Total	84.000,00

O Cedente não fará jus a qualquer remuneração ou ressarcimento pelo exercício das funções de Agente de Cobrança e Fiel Depositário.

O Agente de Recebimento, por sua vez, será remunerado diretamente e exclusivamente pelo Cedente, e fará jus a R\$ 2,20 (dois reais e vinte centavos) por boleto recebido.

Para maiores informações sobre a remuneração devida aos Distribuidores, vide o item “Sumário dos contratos relevantes – Contrato de Colocação” abaixo.

SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES

Contrato de Cessão

O Banco Paulista, o Fundo, a Instituição Administradora e o Custodiante celebrarão o Contrato de Cessão.

Por meio do Contrato de Cessão, o Cedente compromete-se, em caráter irrevogável e irretratável, durante a vigência do Contrato de Cessão, a ceder ao Fundo Direitos Creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza.

A cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo deve observar o seguinte procedimento:

- i) o Cedente comunica à Instituição Administradora sua intenção de ceder Direitos Creditórios ao Fundo e, concomitantemente, solicita ao SNG, com cópia para o Custodiante, o Arquivo SNG, do qual deverá constar relação dos chassis de todos os veículos alienados fiduciariamente em favor do Cedente;
- ii) em até 1 (um) dia útil, a Instituição Administradora envia resposta ao Cedente informando se o Fundo pretende ou não adquirir Direitos Creditórios; caso a Instituição Administradora informe que o Fundo pretende adquirir Direitos Creditórios, a resposta ao Cedente deverá conter também (a) o montante de que o Fundo dispõe para aquisição de Direitos Creditórios, e (b) a taxa de cessão que a Instituição Administradora pretende aplicar na aquisição dos Direitos Creditórios;
- iii) o SNG, em até 3 (três) dias úteis contados da recebimento da solicitação referida no subitem “i” acima, envia o Arquivo SNG para o Cedente e para o Custodiante;
- iv) caso a Instituição Administradora informe ao Cedente que o Fundo pretende adquirir Direitos Creditórios, o Cedente, por meio de pessoas autorizadas, e até às 11h30 (onze horas e trinta minutos) do primeiro dia útil seguinte ao recebimento do Arquivo SNG, envia ao Custodiante Lista de Direitos Creditórios, em arquivo eletrônico, da qual deverão constar apenas Direitos Creditórios que atendam as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade e em volume compatível com as disponibilidades do Fundo, conforme informado pela Instituição Administradora, sendo certo que o envio ao Custodiante da Lista de Direitos Creditórios caracterizará a oferta irrevogável e irretratável de cessão ao Fundo dos Direitos Creditórios nela relacionados;
- v) no mesmo dia útil do recebimento da Lista de Direitos Creditórios referida no subitem acima, o Custodiante (a) envia arquivo eletrônico para o SERASA do qual constam os dados necessários para a consulta de inadimplência dos Devedores dos Direitos Creditórios arrolados na Lista de Direitos Creditórios, de forma a verificar o atendimento do Critério de Elegibilidade do item 10.1 (vii) do Regulamento; e (b) verifica se os Direitos Creditórios arrolados na Lista de Direitos Creditórios se enquadram nos demais Critérios de Elegibilidade;

- vi) caso o SERASA responda a consulta formulada pelo Custodiante até às 14h00 (quatorze horas) do dia seguinte ao envio do arquivo com os dados dos Devedores, o Custodiante encaminha ao Cedente e à Instituição Administradora, neste mesmo dia, relatório informando (a) quais Direitos Creditórios atenderam aos Critérios de Elegibilidade, e (b) o preço de cessão dos Direitos Creditórios, calculado de acordo com a taxa de cessão informada pela Instituição Administradora, tendo como referência a data em que for ocorrer a liquidação da respectiva cessão;
- vii) caso o SERASA responda a consulta formulada pelo Custodiante após às 14h00 (quatorze horas) do dia útil seguinte ao envio do arquivo com os dados dos Devedores, o Custodiante enviará o relatório mencionado no subitem anterior no dia útil seguinte ao recebimento da resposta do SERASA;
- viii) até às 18h00 (dezoito horas) do dia de recebimento do relatório elaborado pelo Custodiante discriminando os Direitos Creditórios que atenderam aos Critérios de Elegibilidade, o Cedente, por meio de pessoas autorizadas, enviará ao Agente de Recebimento um arquivo com a Lista de Direitos Creditórios a serem cedidos, solicitando a troca de titularidade da cobrança dos títulos que representam os Direitos Creditórios a serem cedidos do Cedente para o Fundo;
- ix) no primeiro dia útil seguinte ao envio, pelo Cedente, do arquivo referido no subitem (viii) acima, o Custodiante efetuará a confirmação da troca de titularidade da cobrança dos títulos que representam os Direitos Creditórios, com base no arquivo retorno disponibilizado pelo Agente de Recebimento; o pagamento pela cessão será realizado, nos termos deste Contrato, somente em relação aos títulos que efetivamente tiverem sua titularidade para fins de cobrança alterada em favor do Fundo;
- x) no mesmo dia útil em que houver a confirmação referida no subitem (ix) acima, o Cedente deverá imprimir três vias do Termo de Cessão contendo a relação dos Direitos Creditórios cuja titularidade tenha sido alterada em favor do Fundo, providenciar a assinatura de todas as vias por seus legítimos representantes, e as encaminhar à Instituição Administradora, juntamente com o recibo contendo o valor efetivamente recebido pela cessão dos Direitos Creditórios;
- xi) no mesmo dia útil do recebimento das vias do Termo de Cessão devidamente assinadas pelos representantes do Cedente, e caso as aprove, a Instituição Administradora deverá autorizar o Custodiante a efetuar o pagamento dos Direitos Creditórios; o Custodiante por sua vez, se informado até às 16h00 (dezesesseis horas), deverá fazer o pagamento até às 18h00 (dezoito horas) do mesmo dia útil; e
- xii) recebidas as vias do Termo de Cessão devidamente assinadas pelo Cedente, a Instituição Administradora, se as tiver aprovado, deverá providenciar em até 5 (cinco) dias úteis a assinatura de todas as vias por seu representante legal, e encaminhar uma delas ao Cedente e outra ao Custodiante.

Ressalvadas as hipóteses de resolução da cessão, a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo é irrevogável e irrevogável, implicando na transferência para o Fundo, em caráter definitivo, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, respectivos juros, multas, e demais encargos eventualmente existentes, bem como os direitos, prerrogativas, privilégios, todos os acessórios e instrumentos que os representam, indicando respectivos anexos e garantias constituídas.

O Fundo terá direito de preferência na aquisição de Direitos Creditórios sobre quaisquer terceiros, com exceção do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos”.

O Cedente poderá, a seu exclusivo critério, recomprar os Direitos Creditórios Cedidos a qualquer momento, mediante o pagamento, ao Fundo, do valor das respectivas parcelas vencidas e vincendas, corrigidas ou trazidas a valor presente.

Desde que não esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada, o Cedente somente poderá recomprar, a cada período de 30 (trinta) dias, Direitos Creditórios cujo valor contábil corresponda a no máximo 1% (um por cento) do PL do Fundo, limitado a 20% (vinte por cento) do volume total captado com a emissão de Cotas pelo Fundo durante seu prazo de existência.

O pagamento do valor da recompra deverá ser feito à vista, em moeda corrente nacional ou por meio da oferta de permuta de Direitos Creditórios.

O Contrato de Cessão poderá ser resilido de forma imediata pelo Fundo e pela Instituição Administradora, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificar sua decisão, exclusivamente nas seguintes hipóteses: (i) ocorrência de qualquer Evento de Revisão, ou de um Evento de Liquidação Antecipada; (ii) caso não existam mais Cotas Seniores em Circulação; (iii) a liquidação do Fundo; (iv) intervenção ou liquidação extrajudicial do Cedente, de acordo com o disposto na Lei nº 6.024, de 15 de dezembro de 1976; (v) declaração judicial da dissolução e/ou liquidação do Cedente; e (vi) existência de evidência concreta de que o Cedente tenha tido conhecimento de um Evento de Revisão e não tenha informado tal fato ao Fundo.

Sem prejuízo do acima disposto, o Cedente poderá informar à Instituição Administradora sua intenção de encerrar os procedimentos de cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da data prevista para encerramento da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, hipótese em que será aplicado o disposto no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo - Pagamento de prêmio em virtude da liquidação antecipada” acima.

O Cedente não será considerado inadimplente e, por esse motivo, não estará sujeito a qualquer penalidade tratada no Contrato de Cessão, caso deixe de ceder Direitos Creditórios ao Fundo em razão de eventos alheios a sua vontade e decorrentes exclusivamente de condições adversas de mercado.

O Contrato de Cessão se tornará eficaz na data de sua assinatura e vigorará até o pagamento integral dos titulares das Cotas Seniores ou até o momento em que seja resilido por qualquer das partes signatárias.

Informações sobre a fórmula de cálculo da contraprestação pela cessão dos Direitos Creditórios devida pelo Fundo podem ser encontradas no item “Características gerais do Fundo – Preço de cessão” acima. Os Eventos de Revisão constantes do Contrato de Cessão foram transcritos no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo - Eventos de Avaliação – Eventos de Revisão” acima.

O Contrato de Cessão encontra-se anexo a este Prospecto como seu Anexo VII.

Contrato de Custódia

O Contrato de Custódia, firmado entre o Fundo, a Instituição Administradora e o Custodiante, tem por objeto a prestação de serviços relacionados à escrituração, custódia, controladoria e liquidação de valores mobiliários e ativos financeiros do Fundo.

O Contrato de Custódia vigorará até a liquidação do Fundo, podendo ser denunciado por qualquer de seus signatários mediante aviso por escrito com antecedência de 90 (noventa) dias.

Durante o prazo de aviso prévio da denúncia contratual, Instituição Administradora e Custodiante continuarão a cumprir suas respectivas obrigações.

Havendo denúncia do Contrato de Custódia, o Custodiante efetuará a transferência dos ativos a novo custodiante, com base nos dados informados pela Instituição Administradora.

O Contrato de Custódia poderá ser resolvido, dentre outras hipóteses, pela Instituição Administradora, se o Custodiante for declarado falido ou insolvente, encontrar-se em liquidação judicial ou extrajudicial.

Contrato de Colocação

O Fundo, o Cedente e os Distribuidores celebraram o Contrato de Colocação em 12 de junho de 2008. O Contrato de Colocação tem por objeto a colocação pública das Cotas Seniores da 1ª Série sob o regime de garantia firme de colocação.

A Instituição Líder garantirá a colocação e liquidação de até 2/3 (dois terços) de Cotas Seniores da 1ª Série, no montante financeiro total equivalente a R\$ 66.666.666,67 (sessenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), na Data de Subscrição Inicial.

O Banco ABC garantirá a colocação e liquidação de até 1/3 (um terço) de Cotas Seniores da 1ª Série, no montante financeiro total equivalente a R\$ 33.333.333,33 (trinta e três milhões, trezentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), na Data de Subscrição Inicial.

As Cotas Seniores da 1ª Série serão colocadas pelos Distribuidores em até 2 (dois) Dia Úteis após a data de publicação do Anúncio de Início.

Ao final do segundo Dia Útil seguinte à publicação do Anúncio de Início, cada Distribuidor estará obrigado a subscrever, até o limite da garantia firme prestada, a totalidade das Cotas Seniores da 1ª Série porventura não colocadas ou liquidadas junto aos investidores.

A Instituição Líder, individualmente e de forma não solidária, assume as seguintes obrigações:

- i) comunicar imediatamente à CVM eventual rescisão, resolução, denúncia, revogação ou rescisão ou alteração do Contrato de Colocação ou dos demais documentos do Fundo e da Oferta que possam afetar o andamento desta;
- ii) acompanhar, juntamente com a Instituição Administradora, a obtenção do registro do Fundo e da Oferta perante a CVM;
- iii) promover a publicação, em jornais de grande circulação, às expensas do Cedente, do Aviso ao Mercado, do Anúncio de Início e do Anúncio de Encerramento, e de quaisquer outras publicações que sejam legalmente exigidas ou que sejam recomendáveis no âmbito da Oferta; e
- iv) observar o disposto na legislação vigente, incluindo, mas não se limitando, ao artigo 37 da Instrução nº 400/03.

Os Distribuidores, individualmente e de forma não solidária, assumem as seguintes obrigações e fazem as seguintes declarações:

- i) assessorar a Instituição Administradora, o Cedente e o Fundo na elaboração dos documentos do Fundo e da Oferta, inclusive os Prospectos, o material mercadológico, Aviso ao Mercado, Anúncio de Início e Anúncio de Encerramento;
- ii) receber e processar todos os pedidos de subscrição de Cotas Seniores, fazendo uso de todos os recursos disponíveis para a boa realização da Oferta;
- iii) entregar aos subscritores, no ato da subscrição das Cotas Seniores, exemplar do Prospecto e do Regulamento, e obter comprovante da referida entrega;
- iv) obter a assinatura dos subscritores no termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco e no boletim de subscrição respectivo, no ato da subscrição das Cotas Seniores, entregando-os à Instituição Administradora à medida que forem recebidos, mediante confirmação de recebimento, por escrito, da Instituição Administradora;
- v) observar o disposto no artigo 48 e incisos da Instrução nº 400/03, e não divulgar ao público informações referentes à presente Oferta sem a prévia e expressa anuência, por escrito, do outro Distribuidor;

- vi) manter os Prospectos e o Regulamento à disposição do público, em suas sedes e sítios eletrônicos, em número suficiente, prestando ao público todas as informações que lhe sejam solicitadas referentes à Oferta;
- vii) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações exigíveis ao seu funcionamento foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados;
- viii) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante em suas condições financeiras ou suas atividades, ou que possam afetar o bom andamento da Oferta;
- ix) é instituição financeira, validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável, e devidamente habilitada e autorizada a operar, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes;
- x) a celebração do Contrato de Colocação e dos demais documentos da Oferta, bem como a assunção e o cumprimento das obrigações decorrentes dos referidos documentos, foram devidamente autorizadas por seus respectivos órgãos deliberativos e executivos na forma do seu estatuto social e têm plena eficácia; e
- xi) os representantes legais que assinam o Contrato de Colocação e os demais documentos da Oferta têm poderes estatutários para assumir, em seu nome, as obrigações nele estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos termos aqui definidos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor

O Contrato de Colocação poderá ser resilido, mediante notificação de uma parte às outras, sem quaisquer ônus para as mesmas, ressalvado o reembolso das despesas comprovadamente incorridas pelos Distribuidores, dos honorários advocatícios dos assessores jurídicos da Oferta, até o momento da rescisão e, se for o caso, o pagamento da remuneração devida aos Distribuidores nos termos do Contrato de Colocação, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- i) imposição de exigências por parte da CVM no processo de registro do Fundo e da Oferta de tal ordem que dificultem ou tornem desaconselhável, impossível ou inviável o registro do Fundo ou da Oferta, ou a sua não-aprovação pela CVM;
- ii) imposição de exigência por parte dos órgãos reguladores em relação à contratação do seguro de performance pelo Cedente, e não concordância do Cedente em efetuar tal contratação às suas expensas, e em termos aceitáveis para os Distribuidores;
- iii) imposição de atos de qualquer autoridade, incluindo mas não se limitando, ao Banco Central do Brasil, à CVM e à ANBID, de tal ordem que dificultem ou tornem desaconselhável, impossível ou inviável o registro do Fundo ou da Oferta;
- iv) ocorrência de eventos extraordinários de natureza política, conjuntural, econômica ou financeira, no Brasil ou no exterior, tais como mas não limitados a guerras, atentados terroristas, moratórias, dentre outros, que possam influenciar de forma relevante as condições do mercado de capitais, tornando não recomendável ou impossível a qualquer das Partes o cumprimento das obrigações ora assumidas;

- v) alterações na política econômica do governo brasileiro, em especial aquelas que, direta ou indiretamente, causem impactos adversos no desenvolvimento das atividades do Cedente e que, de qualquer modo, possam comprometer suas perspectivas futuras;
- vi) superveniência de alterações legislativas ou regulamentares que possam afetar negativamente, tornar ilegal, ou inviabilizar a Oferta e/ou a cessão dos Direitos Creditórios;
- vii) qualquer mudança adversa material nas condições econômico-financeiras ou operacionais do Cedente, que o impeça de cumprir suas obrigações, conforme estabelecidas no Regulamento e no Contrato de Cessão;
- viii) incidência de novos tributos ou contribuições de qualquer natureza sobre as operações da espécie tratada no Contrato de Colocação, aumento substancial das alíquotas ou valores dos tributos ou contribuições já incidentes sobre as mesmas na data do Contrato de Colocação; tornando a implementação do Fundo e a Oferta inviável ou desaconselhável por qualquer das partes;
- ix) superveniência de alterações nas normas legais ou regulamentares relativas ao mercado de capitais e bancário brasileiros, que alterem de qualquer forma os procedimentos jurídicos ou operacionais relacionados a distribuições públicas de valores mobiliários, ou de qualquer forma afetem negativamente o Fundo, incluindo mas não se limitando, a alterações nos critérios de elegibilidade para a composição de portfólios dos investidores institucionais e profissionais, que venham de qualquer forma alterar a disponibilidade de recursos de tais investidores para a aquisição de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, tornando desaconselhável ou inviável a realização da Oferta e o cumprimento das obrigações previstas nos documentos do Fundo e da Oferta, para qualquer uma das partes;
- x) não verificação, até a data de publicação do Anúncio de Início, de qualquer das condições precedentes que dependam de providências do Cedente; não obstante o disposto neste item, o Contrato não poderá ser resiliado com fundamento exclusivo neste item antes que (i) o Cedente tenha sido notificado, pela Instituição Líder, da não verificação das condições precedentes referidas neste item, e (ii) o Cedente não tenha cumprido integralmente a condição precedente tratada em referida notificação no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento da notificação;
- xi) verificação, pelos Distribuidores, a qualquer momento, de qualquer alteração, imprecisão ou conflito nas informações relativas à constituição do Fundo ou à Oferta, fornecidas pela Instituição Administradora e/ou pelo Cedente, desde que a Instituição Administradora e/ou o Cedente não corrija ou justifique de forma satisfatória aos Distribuidores a referida alteração, imprecisão ou conflito em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, por escrito, de solicitação dos Distribuidores neste sentido;
- xii) ocorrência de casos fortuitos ou motivos de força maior, de acordo com o artigo 393 do Código Civil, que tornem inviável ou desaconselhável a realização da Oferta;
- xiii) ajuizamento de qualquer procedimento judicial ou administrativo, em qualquer foro ou instância, por qualquer interessado, que venha a impedir ou questionar a legalidade e/ou viabilidade da Oferta e o cumprimento das obrigações assumidas pelas partes nos documentos do Fundo e da Oferta, desde que tal procedimento não tenha sido encerrado ou suspenso no prazo de 90 (noventa) dias contados do seu ajuizamento;

- xiv) ocorrência de (a) liquidação, dissolução ou decretação de falência do Cedente; (b) pedido ou decretação, pelo Banco Central do Brasil, de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime de administração especial temporária do Cedente; (c) propositura, pelo Cedente, de plano de recuperação extrajudicial, nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, ou proposição de renegociação de dívidas com o Banco Central do Brasil;
- xv) alteração material adversa nas condições econômicas, financeiras ou operacionais do Cedente e suas Partes Relacionadas; e
- xvi) não concordância entre os Distribuidores e o Cedente, dos novos termos da Oferta, incluindo mas não se limitando, às condições estrutura, prazos, taxas de juros, remuneração, que sejam necessárias para refletir as condições de mercado de um dado momento e garantir o sucesso da operação (market flex).

A título de comissão pelos serviços previstos no Contrato de Colocação, o Cedente pagará aos Distribuidores, na mesma proporção da garantia firme prestada por cada um, a remuneração descrita a seguir:

- i) comissão de coordenação e estruturação: equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) incidente sobre o preço por Cota Sênior, multiplicado pela quantidade de Cotas Seniores emitidas;
- ii) comissão de colocação: equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) incidente sobre o preço por Cota Sênior, multiplicado pela quantidade total de Cotas Seniores emitidas;
- iii) comissão de garantia firme: equivalente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) incidente sobre o preço por Cota Sênior, multiplicado pela quantidade de Cotas Seniores objeto de garantia firme, independentemente do efetivo exercício da garantia firme;
- iv) comissão de sucesso: equivalente a 30% (trinta por cento) da diferença a menor entre a taxa inicial do *bookbuilding* (“Diferença de Spread”) e a taxa final de resultado do *bookbuilding*. A Comissão de Sucesso será incidente sobre o número total de Cotas Seniores emitidas e subscritas, multiplicado pelo preço de por Cota Sênior, e calculada pela multiplicação de 30% (trinta por cento) da Diferença de Spread pelo prazo médio da Oferta. Para efeitos do cálculo da taxa inicial de *bookbuilding* e da taxa final de resultado de *bookbuilding*, será utilizada a taxa futura DI, negociada na data do respectivo *bookbuilding*.

As comissões descritas acima serão devidas pelo Cedente e deverão ser pagas na data da liquidação da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio de TED e/ou crédito de recursos imediatamente disponíveis em conta-corrente de titularidade de cada um dos Distribuidores, a ser por estes indicada ao Cedente em até 2 (dois) dias úteis antes da data da liquidação da Oferta.

Contrato de Cobrança Escritural

O Fundo, o Cedente, a Instituição Administradora, o Custodiante e o Agente de Recebimento celebraram o Contrato de Cobrança Escritural. Nos termos do Contrato de Cobrança Escritural, o Agente de Recebimento se compromete a, em todas as localidades onde mantém agência, efetuar, por meio de seu sistema escritural de cobrança, os recebimentos do Fundo decorrentes de Direitos Creditórios cedidas ao Fundo.

O Contrato de Cobrança Escritural poderá ser resilido exclusivamente pelo Fundo ou pelo Banco, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante comunicação escrita, com antecedência de 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento da referida comunicação pela outra parte. Ainda, será resilido de imediato, sem qualquer aviso, nas seguintes hipóteses: (i) não cumprimento por alguma das partes de qualquer obrigação assumida; (ii) se qualquer das partes falir, requerer recuperação judicial ou iniciar procedimentos de recuperação extrajudicial, tiver sua falência ou liquidação requerida.

Valores dos contratos relevantes e respectivos responsáveis pelos pagamentos

CONTRATO	RESPONSÁVEL	BENEFICIÁRIO	VALORES ENVOLVIDOS	PERIODICIDADE DE PAGAMENTO
Contrato de Cessão	Fundo	Cedente	Preço de cessão*	A cada cessão de Direitos Creditórios Mensal
Contrato de Custódia	Fundo	Custodiante	Maior dos seguintes valores: (i) R\$10.000,00 mensais ou (ii) 0,1% ao ano incidente sobre o valor diário do PL do dia anterior à realização do referido cálculo **	
Contrato de Colocação	Cedente	Distribuidores	Comissão de estruturação: R\$276.701,72	Parcela única, na data de liquidação
			Comissão de colocação: R\$276.701,72	Parcela única, na data de liquidação
			Comissão de garantia firme: R\$442.722,74	Parcela única, na data de liquidação
			Comissão de sucesso: R\$0,00	N/A
Contrato de Cobrança Escritural	Cedente	Agente de Recebimento	R\$ 2,20 por boleto recebido	Mensal

* Para fins de exemplo, em caso de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo em 13 de junho de 2008, a taxa de cessão (taxa de desconto) seria equivalente a 21,32% (vinte e um inteiros e trinta e dois centésimos por cento) ao ano, o que significa que um Direito Creditório de valor nominal equivalente a R\$1.000,00 (mil reais), com vencimento em 1 de abril de 2009, seria adquirido pelo Fundo por R\$855,15 (oitocentos e cinquenta e cinco reais e quinze centavos).

** Calculado por dia útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), de forma linear.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os riscos financeiros monitorados e controlados pela Instituição Administradora podem ser classificados em quatro tipos: (i) risco de mercado; (ii) risco de crédito; (iii) risco de liquidez; e (iv) risco operacional.

Risco de mercado

O risco de mercado deve-se às mudanças nos preços dos instrumentos financeiros. Estas, por sua vez, são decorrentes das alterações nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, nos preços das ações e nos preços das commodities. Para controle e mensuração de risco de mercado a Instituição Administradora desenvolveu um sistema de gerenciamento de risco de mercado que está em conformidade com as mais importantes "melhores práticas" (*best practices*) recomendadas pelo G 30.

A Instituição Administradora usa a abordagem do *value at risk* para calcular o risco de mercado diário das posições de suas carteiras. Para o controle da exposição das carteiras a riscos de mercado, estão definidos diversos tipos de limites em função dos objetivos de retorno e das tolerâncias a risco destas carteiras. Também são considerados procedimentos de preservação de capital.

O processo de gerenciamento e de controle do risco de mercado das carteiras da Instituição Administradora é feito por meio da definição e divulgação dos seguintes limites, quando aplicáveis e apropriados:

- i) limites financeiros de exposição por classes e sub-classes de ativos;
- ii) limites temporais - envolvendo maturidade ou duração - de exposição a risco por classes e sub-classes de ativos;
- iii) limite de *value at risk* para as posições das carteiras como um todo;
- iv) limites de *value at risk* incremental para as diversas classes e sub-classes de ativos existentes nas carteiras (renda fixa prefixada e seus diferentes riscos de crédito, renda fixa pós-fixada e seus diferentes riscos de crédito, renda variável);
- v) limites de *value at risk* em condições de *stress*;
- vi) limites de alavancagem; e
- vii) limites de preservação de capital para as carteiras.

A Instituição Administradora também avalia o risco de mercado considerando situações de volatilidades anormalmente altas, chamadas situações de *stress*. Essas análises de *stress* são necessárias, pois os sistemas de mensuração de risco de mercado baseiam-se em condições normais de mercado, que podem não refletir potenciais perdas sob condições extremas de mercado. Estas análises consideram tanto eventos históricos como estimativas futuras de movimentos adversos do mercado.

Risco de crédito

Ao se medir o risco de crédito, ou risco de contraparte, deve-se avaliar a perda potencial em caso de inadimplemento, tal como a perda potencial em caso de a contraparte não poder cumprir com suas obrigações. O sistema de aprovação, gestão e controle de risco de crédito da Instituição Administradora está em conformidade com as melhores práticas recomendadas pelo G 30, e com os princípios para a gestão de risco de crédito estabelecidos pelo *Basel Committee of the Bank for International Settlements* (BIS).

A Instituição Administradora possui um sistema interno de *rating* para a gestão do risco de crédito. Este sistema apresenta consistência com outros sistemas de *rating* de agências classificadoras de risco de crédito. Já a avaliação do risco de crédito dos instrumentos derivativos é feita por meio de mensurações da exposição potencial e da exposição corrente. A exposição corrente é o valor de mercado, ou o custo de reposição, das posições existentes em aberto. A exposição potencial mede perdas futuras prováveis em decorrência de inadimplementos ao longo da vida restante das posições existentes em aberto.

Risco de liquidez

A estratégia de gerenciamento de liquidez da Instituição Administradora estabelece a abordagem geral adotada no gerenciamento de liquidez, incluindo metas quantitativas e qualitativas. Esta estratégia aborda, ainda, a habilidade das carteiras da Instituição Administradora em suportar eventos de stress no mercado.

A estratégia de gerenciamento de liquidez ou, simplesmente, estratégia de liquidez, dispõe sobre aspectos como:

- i) composição de ativos e passivos;
- ii) liquidez de ativos;
- iii) procedimentos de atuação para situações de crise de liquidez, tanto de curto como de longo prazo;
- iv) limites de descasamento de fluxo de caixa (necessidade de recursos em relação ao total do passivo) em função do tempo; e
- v) limites para a relação entre ativos líquidos e passivo de curto prazo.

Adicionalmente, os gestores de recursos da Instituição Administradora avaliam constantemente a forma pela qual os riscos de crédito e de mercado impactam a estratégia de gerenciamento de liquidez.

A responsabilidade por estabelecer e analisar criticamente a estratégia de liquidez está designada às posições mais altas na hierarquia da Instituição Administradora, enquanto a responsabilidade por executar as determinações da estratégia de liquidez cabe aos gestores dos recursos da Instituição Administradora e a responsabilidade por verificar a execução das determinações da estratégia de liquidez é do gerente de risco e *compliance*.

A estratégia de liquidez da Instituição Administradora é avaliada criticamente em intervalos regulares que coincidem com as revisões para a macro alocação dos ativos, ou, se houver necessidade, em intervalos menores.

O processo de gerenciamento e de controle do risco de liquidez das carteiras da Instituição Administradora fundamenta-se nas seguintes definições:

- i) instrumentos de liquidez imediata (disponibilidades ou equivalentes);
- ii) instrumentos de alta liquidez (instrumentos que podem ser convertidos em disponibilidades em um prazo máximo de cinco dias úteis ao valor justo de mercado); e
- iii) instrumentos ilíquidos (instrumentos que não se encaixam nas duas categorias anteriores).

O gerenciamento e o controle do risco de liquidez são executados por meio da definição e divulgação dos seguintes limites:

- i) limite mínimo de instrumentos de liquidez imediata (expresso como uma porcentagem do patrimônio da carteira);
- ii) limite mínimo de instrumentos com alta liquidez (expresso como uma porcentagem do patrimônio da carteira); e
- iii) limite máximo de instrumentos ilíquidos é estabelecido em consequência dos limites anteriores.

Risco operacional

O risco operacional pode ser caracterizado como o risco causado por falhas nos seus procedimentos operacionais, nos seus sistemas internos e nos seus sistemas de controle.

O gerenciamento do risco operacional ao qual estão expostas as atividades da Instituição Administradora é feito pela área de *compliance* por meio de um sistema de controles internos que compreende as seguintes etapas: (i) identificação de riscos; (ii) estimação dos riscos; (iii) análise dos riscos; e (iv) mitigação dos riscos.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSE

Em 31 de março de 2008, o Banco Paulista, na qualidade de cedente, mantinha contratadas com a Instituição Líder, com sociedades integrantes do grupo econômico da Instituição Líder, com o Banco ABC e com o Banco Votorantim, instituição financeira integrante do grupo econômico da Instituição Administradora, operações de cessão de créditos com coobrigação (incluídos empréstimos consignados e Financiamentos), nos seguintes montantes aproximados em direitos creditórios:

CESSIONÁRIO	MONTANTE
Instituição Líder e sociedades integrantes do mesmo grupo econômico	R\$58.000.000,00
Banco ABC	R\$26.000.000,00
Banco Votorantim	R\$26.000.000,00

O volume de operações de crédito originado pelo Cedente atingiu o montante aproximado de R\$615.000.000,00 (seiscentos e quinze milhões de reais), dos quais cerca de R\$325.000.000,00 (trezentos e vinte e cinco milhões de reais) (aproximadamente 53%) foram cedidos com coobrigação para terceiros. Do total das operações de cessão com coobrigação celebradas pelo Cedente, as operações contratadas com a Instituição Líder e com sociedades integrantes do grupo econômico da Instituição Líder representam aproximadamente 9% (nove por cento) do total originado; as operações contratadas com o Banco ABC representam aproximadamente 4,25% (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) do total originado e as operações com o Banco Votorantim também representam aproximadamente 4,25% (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) do total originado.

Além das referidas operações de cessão de direitos creditórios com coobrigação e do relacionamento referente à Oferta, o Cedente manteve e mantém relacionamento comercial com a Instituição Líder, as sociedades integrantes do grupo econômico da Instituição Líder, o Banco ABC e o Banco Votorantim, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro. O Cedente poderá inclusive, no futuro, contratar a Instituição Líder, as sociedades integrantes do grupo econômico da Instituição Líder, o Banco ABC ou o Banco Votorantim para assessorá-lo, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Em 10 de junho de 2008, a Instituição Líder mantinha uma operação de derivativo com o Banco ABC, no valor de aproximadamente R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) e vencimento em setembro de 2008. A Instituição Líder também mantém com o Banco ABC relacionamento de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, principalmente atuando em conjunto com aquele na forma de consórcio para distribuição de valores mobiliários.

Adicionalmente, a Instituição Líder prestou fiança bancária ao Banco ABC no valor aproximado de R\$4.300.000,00 (quatro milhões trezentos mil reais), com prazo até 5 de julho de 2014.

A Instituição Administradora possui, através dos fundos que administra, o volume aproximado de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) em certificados de depósito bancário (a vencer até maio de 2014) e operações compromissadas com instituições financeiras do mesmo grupo econômico da Instituição Líder. Por sua vez, a Instituição Administradora possui, também através dos fundos que administra, cerca de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) em certificados de depósito bancário (com vencimento em maio de 2009), de emissão do Banco ABC.

O Custodiante possui amplo relacionamento comercial com a Instituição Administradora. O Custodiante faz a custódia e controladoria dos fundos da Instituição Administradora num volume em torno de R\$20 bilhões (vinte bilhões de reais), recebendo remuneração mensal por esse serviço, bem como a custódia de 4 (quatro) fundos de investimento em direitos creditórios atualmente administrados pela Instituição Administradora, incluindo o “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos”. Além disso, o Custodiante distribui um fundo de investimento da Instituição Administradora atualmente com volume de R\$38 milhões (trinta e oito milhões) no seu segmento “*corporate*”.

O Cedente foi contratado pelo Fundo como fiel depositário dos Documentos Comprobatórios, bem como agente de cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos.

REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL E TRIBUTAÇÃO

Tributação do Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) IRPJ; (ii) CSLL; (iii) PIS; e (iv) COFINS.

Além disso, o IOF incide sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

Tributação dos Cotistas

Os Cotistas, por outro lado, estão sujeitos ao pagamento de imposto de renda retido na fonte. Por ser o Fundo um condomínio fechado, tal tributo incidirá (i) quando da amortização das cotas; (ii) em caso de alienação de Cotas a terceiros; e (iii) no momento do resgate das Cotas, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo. Somente haverá incidência de imposto de renda se as Cotas tiverem gerado rendimentos ao Cotista.

A alíquota do imposto de renda será determinada de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo do investimento. Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda obedecerá à seguinte tabela:

ALÍQUOTA	PRAZO DO INVESTIMENTO
22,5%	até 180 dias
20,0%	entre 181 e 360 dias
17,5%	entre 361 e 720 dias
15,0%	acima de 720 dias

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda será determinada da seguinte forma:

ALÍQUOTA	PRAZO DO INVESTIMENTO
22,5%	até 180 dias
20,0%	acima de 180 dias

A Instituição Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos Cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Direitos Creditórios não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

Ademais, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate das Cotas antes de 30 dias a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% do valor do resgate, limitada a 96% do rendimento da aplicação. Deve-se notar que o Fundo é fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO BANCO PAULISTA

Sumário

O Banco Paulista é sociedade de capital fechado, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 2º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. De acordo com seu estatuto social, o Banco Paulista tem por objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias permitidas nas normas legais e regulamentares para o funcionamento de bancos comerciais, inclusive câmbio, bem como a participação em outras sociedades.

O banco tem como objetivo atender clientes pessoas jurídicas de médio e grande porte e pessoas físicas nas áreas de crédito consignado, financiamento de veículos novos e usados e crédito pessoal com garantia de veículos, oferecendo uma combinação adequada de produtos e serviços financeiros, pautando suas atividades na qualidade e nos mais elevados padrões éticos.

A instituição é controlada pelos Srs. Álvaro Augusto Vidigal e Homero Amaral Júnior, ambos com mais de 35 anos de experiência no mercado financeiro. Além de atuar como instituição financeira autorizada pelo Banco Central, o Banco Paulista possui autorização da CVM para atuar, entre outros, como (i) custodiante de títulos e valores mobiliários, (ii) prestador de serviços de administração de carteiras e (iii) agente fiduciário. Adicionalmente, o Banco Paulista é membro e acionista da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP, presta serviços de compensação e liquidação financeira junto à Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, presta serviço de *clearing* de ativos para corretoras e distribuidoras de valores independentes na Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F, e atua como banco liquidante no Serviço Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, e na CETIP.

Histórico

No ano de 1990, o Banco Paulista iniciou suas atividades como instituição financeira autorizada pelo Banco Central através da transformação em banco múltiplo da Socopa - Sociedade Corretora Paulista (“Socopa”), corretora de títulos e valores mobiliários que atua no mercado de títulos e valores mobiliários desde 1967.

Simultaneamente ao processo de transformação, o Banco Paulista constituiu uma subsidiária integral, também denominada Socopa, para dar continuidade à atividade de corretagem de títulos e valores mobiliários. Atualmente, através da Socopa, o Banco Paulista opera na BM&F, na Bovespa, na corretagem de câmbio para instituições financeiras, fundos de pensão e de investimento e investidores individuais pessoas jurídicas. Adicionalmente, atua na montagem de operações estruturadas de tesouraria e de derivativos, conforme as necessidades de cada cliente.

Até o ano de 2004, o foco de atuação do Banco Paulista concentrava-se, principalmente, em operações de atacado (pessoas jurídicas) no Estado de São Paulo, oferecendo como principais produtos: mútuos, conta garantida, desconto de duplicatas, produtos de tesouraria, comprar, câmbio, operações estruturadas, mercado de capitais, tesouraria e derivativos. Desde então, como consequência da ampliação de seus negócios de crédito ao consumidor, o banco expandiu sua área de atuação, concentrando-se principalmente na Região Sudeste, com destaque para o

financiamento de veículos a pessoas físicas, e na Região Nordeste, cujo destaque é a concessão de crédito consignado, com mais de 85% (oitenta e cinco por cento) da carteira destinada a empréstimos para funcionários públicos de governos e prefeituras.

Política de negócios

O Banco Paulista busca atender os clientes oferecendo soluções para suas necessidades, combinando adequadamente produtos e serviços, com qualidade e sob os mais elevados padrões éticos. Todas as decisões do Banco Paulista são norteadas pela preservação da solidez das instituições, que implica na diversificação da carteira, na manutenção de liquidez em níveis adequados, na gestão apropriada de riscos operacionais e no crescimento gradual e auto-sustentável com geração própria de recursos. A seguir, apresentamos breve descrição de algumas de suas políticas operacionais.

Política de crédito

De acordo com as diretrizes estabelecidas em manual específico, os clientes são analisados sob um conjunto de procedimentos e de categorias de riscos, cujo foco é a avaliação da capacidade financeira do tomador de crédito. Os clientes são classificados por uma metodologia que leva em conta a natureza das operações, as garantias prestadas, o prazo e o cronograma de pagamento da dívida, bem como a cobertura de juros e principal.

A política de créditos é complementada, ainda, pela análise de aspectos qualitativos, tais como orientação estratégica, setor econômico, mercado, especialização, ambiente regulatório e participação no mercado relevante. Por fim, a aprovação do pedido de crédito de valores significativos ou que estejam em desacordo com a política de crédito é centralizada em comitê formado pelos membros da diretoria executiva e da alta gerência do Banco Paulista, que se reúne semanalmente.

Política de risco de mercado e liquidez

O Banco Paulista administra os riscos por meio de ferramentas de gestão que levam em consideração a diversificação e os limites máximos de exposição. A tesouraria procura atuar nos mercados de alta liquidez, buscando aproveitar oportunidades de mercado para realizar operações com posições proprietárias. A atividade de tesouraria tem o propósito de (i) auxiliar a área comercial do Banco Paulista na precificação de ativos e passivos, (ii) proporcionar proteção contra descasamentos e (iii) aplicar o caixa livre em títulos do governo federal.

Política de prevenção à lavagem de dinheiro

O Banco Paulista possui políticas específicas para detectar tentativas de realização de operações que possam caracterizar crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. Nesse sentido, mantém sistema de informações e controles atualizados e seus colaboradores em constante treinamento, especialmente para adotar políticas do tipo “Conheça seu Cliente”.

Público alvo

O Banco Paulista atua junto a pessoas jurídicas com faturamento anual entre R\$20.000.000,00 (vinte milhões) e R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais). A partir de 2005, passou a expandir suas atividades no segmento de concessão de crédito a pessoas físicas, que desde então tem apresentado crescimento constante e consistente graças à colaboração de profissionais experientes no mercado de varejo e de parcerias bem estruturadas. Ao final de 2005, o volume de operações com pessoas físicas representava 31% (trinta e um por cento) do total da carteira de créditos do Banco Paulista. Ao final de 2006, tal participação passou a ser de 52% (cinquenta e dois por cento), o que representa um aumento de mais de 65% (sessenta e cinco por cento) em um único ano. Ao final de 2007, tal participação passou a ser de 68% (sessenta e oito por cento).

Performance financeira

Entre os anos de 2005 e 2007, o volume de operações de crédito do Banco Paulista teve crescimento superior a 200%. No mesmo período, houve um aumento de cerca de R\$ 597.000.000,00 (quinhentos e noventa e sete milhões de reais) no volume total de ativos e de cerca de R\$301.000.000,00 (trezentos e um milhões de reais) no volume de depósitos realizados junto ao Banco Paulista.

MODALIDADE	2005	2006	2007
Operações de crédito (em R\$ milhões)	123	250	365
Ativos totais (em R\$ milhões)	323	498	920
Depósitos (em R\$ milhões)	142	256	443
Patrimônio líquido (em R\$ milhões)	46	56	111
Lucro líquido (em R\$ milhões)	7,1	12,4	59,0
Rentabilidade (em %)	17,47	27,03	92,2

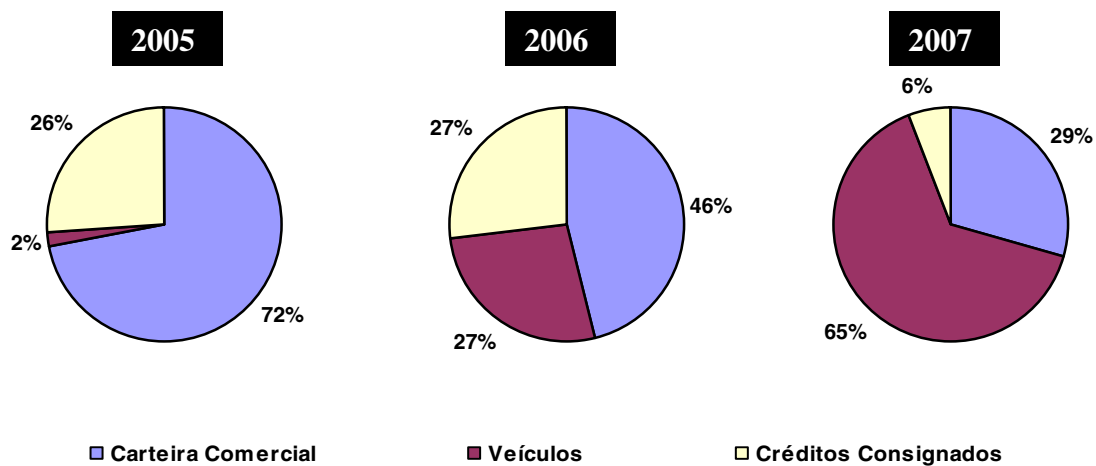
O resultado do incremento das operações financeiras do Banco Paulista pode ser observado na gradativa evolução de seu patrimônio líquido, de cerca de R\$46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de reais) em 2005, para aproximadamente R\$56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de reais) em 2006, e para o montante aproximado de R\$111.000.000,00 (cento e onze milhões de reais) em 2007.

Atividades

O Banco Paulista atende seus clientes pessoas jurídicas com produtos típicos de banco comercial, tais como conta garantida, mútuos, desconto de duplicatas e outros títulos de crédito, fiança, câmbio para exportação e importação, cobrança de títulos, fundos de investimento, derivativos, administração de carteiras, entre outros. Para os clientes pessoas físicas, o Banco Paulista oferece crédito pessoal consignável, financiamento de veículos, crédito pessoal com garantia de veículos, *traveler's checks*, entre outros. Na planilha abaixo, verifica-se a evolução da carteira dos principais produtos oferecidos aos clientes nos anos de 2005, 2006 e 2007.

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA POR TIPO DE OPERAÇÃO (R\$)						
CARTEIRA	PARTICIPAÇÃO		PARTICIPAÇÃO		PARTICIPAÇÃO	
	2005	(EM %)	2006	(EM %)	2007	(EM %)
Mútuos	51.076	41%	52.783	21%	38.976	11%
Conta garantida	17.546	14%	30.287	12%	18.149	5%
Adiantamento contrato de câmbio	10.872	9%	20.600	8%	14.565	4%
Financiamentos rurais / repasses	4.377	4%	5.312	2%	24.956	7%
Aquisição de direitos de crédito	3.128	3%	4.473	2%	8.099	2%
Compror	474	0%	1.212	0%	2046	1%
Desconto bancário	1302	1%	597	0%	1.250	0%
FINAME	38	0%	0	0%	0	0%
Subtotal da carteira comercial	88.813	72%	115.264	46%	108.041	30%
Veículos	2.452	2%	68.414	27%	236.761	65%
Crédito consignado	32.422	26%	67.307	27%	21.065	6%
Subtotal da carteira consumidor	34.874	28%	135.721	54%	257.826	70%
Total geral	123.687	100%	250.985	100%	365.867	100%

Fonte: Banco Paulista S.A.



Fonte: Banco Paulista S.A.

Segue abaixo descrição detalhada das principais atividades do Banco Paulista.

Desconto bancário

Embora ofereça linhas de crédito para capital de giro a seus clientes pessoas jurídicas, as principais atividades do Banco Paulista são (i) a concessão de mútuos caucionados por duplicatas, recebíveis ou cheques, e (ii) o desconto bancário. O desconto bancário é oferecido a clientes dos setores de comércio, indústria e serviços, sendo que grande parcela dessa clientela está sediada ou estabelecida no Estado de São Paulo.

Via de regra, o desconto é de curto prazo (inferior a 360 dias), sendo utilizado para o financiamento do capital de giro dos clientes. O limite de desconto para cada cliente é estabelecido de acordo com a política de crédito do Banco Paulista.

A aprovação do desconto bancário obedece à sistemática definida pelo Banco Paulista, em que cada alçada decisória possui competência estabelecida de acordo com o volume de recursos envolvido na transação. Para operações cujo valor seja superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), é necessária a aprovação do comitê de crédito, que se reúne semanalmente.

Câmbio

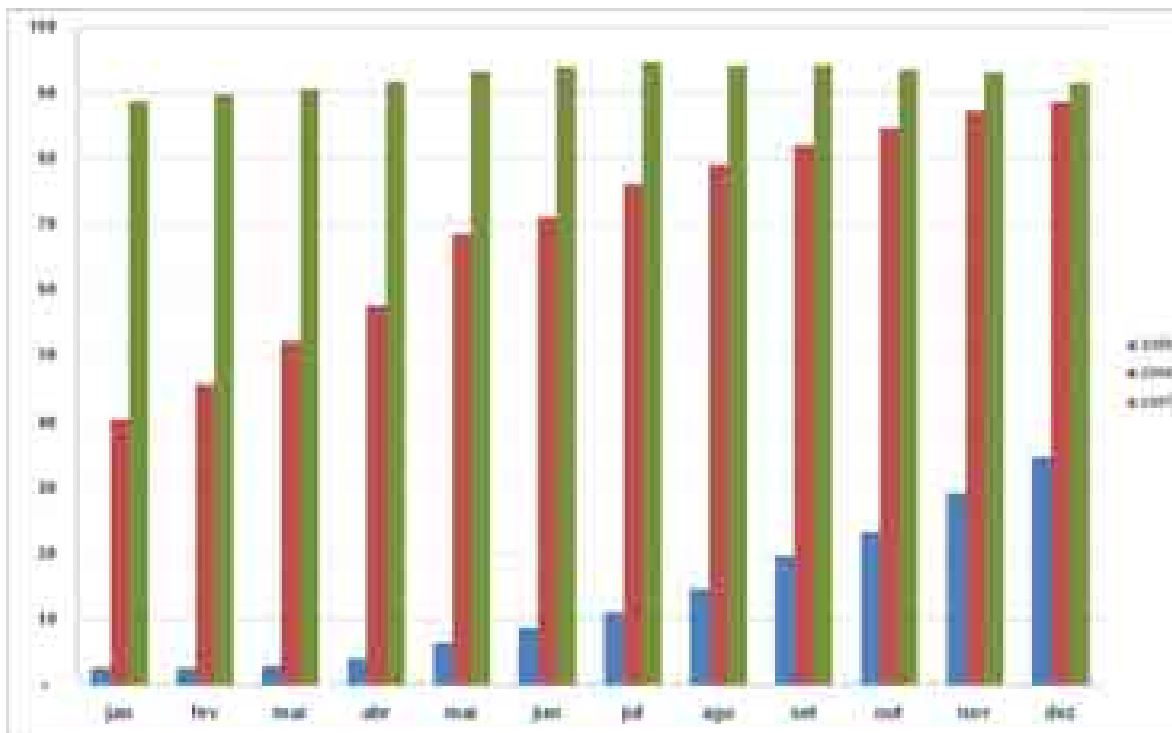
O Banco Paulista oferece diversos produtos a seus clientes como câmbio pronto e futuro para exportação e importação, câmbio financeiro e turismo. Também oferece a seus clientes a possibilidade de combinar produtos de câmbio com outros como, por exemplo, derivativos, de forma a mitigar a exposição de risco do cliente.

Crédito consignado

A implementação dessa carteira teve início no ano de 2002, através de convênios com empresas privadas para concessão de crédito com débito na folha de pagamento. No primeiro semestre de 2005, o Banco Paulista expandiu a concessão de crédito consignado para funcionários públicos estaduais e municipais, bem como para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Atualmente, o Banco Paulista possui mais de 160 convênios ativos distribuídos em 17 estados, sendo 62 convênios celebrados com empresas privadas, que representam aproximadamente 4% de sua carteira.

As entidades conveniadas passam por análise prévia da sua situação econômico-financeira. Em se tratando de entidades da administração pública, também são avaliadas as normas aplicáveis, de modo a adequar as operações crédito aos limites, regras e peculiaridades eventualmente existentes. O crédito consignado é concedido por meio de correspondentes bancários experientes, e com reconhecida idoneidade.

Atualmente, o valor médio dos empréstimos consignados é de aproximadamente R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais), com prazo médio de pagamento de 50 (cinquenta) meses. No gráfico abaixo, verifica-se a evolução na carteira de créditos consignados nos anos de 2005, 2006 e 2007.



Financiamento de veículos novos e usados e crédito pessoal com garantia fiduciária de veículos

No ano de 2005, o Banco Paulista deu início às operações de financiamento de veículos novos e usados e crédito pessoal de veículos novos e usados, com garantia fiduciária, a pessoas físicas e jurídicas (doravante denominadas em conjunto como “Financiamento de Veículos”).

Os negócios no segmento de financiamento de veículos são gerados na matriz e correspondentes bancários que, por meio da atuação de agentes terceirizados, operam em mais de duas mil revendedoras e concessionárias de veículos em todo o País, principalmente nas regiões sul e sudeste. Atualmente, os Financiamentos contratados têm entre 6 e 60 prestações mensais, sendo que o prazo médio de pagamento é de 42 meses, o valor médio do Financiamento é de R\$17.200,00 (dezessete mil e duzentos reais) e o valor médio do veículo financiado é de R\$23.300,00 (vinte e três mil e trezentos reais). Segue abaixo tabela que demonstra o valor médio dos Financiamentos contratados por tipo de veículo:

Financiamentos	
	Valor Médio
Veículos leves	R\$ 9.082
Veículos pesados	R\$ 40.081
CP Veículos leves	R\$ 7.501
CP Veículos pesados	R\$ 24.405

O Banco Paulista oferta esses produtos basicamente nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Pernambuco, locais que notadamente propiciam melhor gestão de riscos sobre os ativos. Para comercialização desses produtos é utilizada uma rede de correspondentes bancários com larga experiência no mercado de varejo, os quais, para serem credenciados pelo Banco Paulista, passam por uma criteriosa análise econômico-financeira.

Da mesma forma, o credenciamento de lojas e revendas é precedido das mesmas análises, objetivando negócios com baixo risco e fortes parcerias. As políticas de crédito seguem as normas habitualmente utilizadas pelo mercado, e estão em consonância com as orientações dos órgãos reguladores e fiscalizadores.

A administração do Banco Paulista procura mitigar o risco de crédito, limitando os Financiamentos em média a 65% (sessenta e cinco por cento) do valor de mercado dos veículos. Outro fator preponderante que colabora com a salutar posição da carteira é a busca pela pulverização dos Financiamentos. A análise do crédito das operações é feita exclusivamente pelo Banco Paulista, de forma independente e bastante criteriosa, conforme disposto no item “Direitos Creditórios – Política de concessão de crédito” acima.

Por fim, também integra o rol de atividades exercidas pelo Banco Paulista a participação em outras sociedades.

Composição da carteira de créditos

Segue abaixo quadro com a composição da carteira de crédito, por setor de atividade do Banco Paulista.

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO POR SETOR DE ATIVIDADE						
SETORES	DEZ/2005 (R\$ MIL)	PARTICIPAÇÃO NA CARTEIRA (EM %)	DEZ/2006 (R\$ MIL)	PARTICIPAÇÃO NA CARTEIRA (EM %)	DEZ/2007 (R\$ MIL)	PARTICIPAÇÃO NA CARTEIRA (EM %)
Pessoa física	38.619	31,22%	130.402	51,96%	250.459	68,46%
Pessoa jurídica	85.068	68,78%	120.583	48,04%	115.408	31,54%
Indústria	56.493	45,67%	44.858	17,87%	26.922	7,36%
Comércio	6.097	4,93%	25.224	10,05%	20.941	5,72%
Serviços	22.478	18,17%	50.501	20,12%	67.545	18,46%
Total	123.687	100,00%	250.985	100,00%	365.867	100,00%

Fonte: Banco Paulista S.A.

Entre dezembro de 2005 e dezembro de 2007, a carteira de créditos de clientes pessoas físicas teve crescimento superior a 500% (quinhentos por cento), o que, em valores, representou um aumento de aproximadamente R\$210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais).

A tabela abaixo mostra as carteiras de crédito consignado e veículos, incluindo créditos cedidos. A maior expansão foi verificada na carteira de financiamentos de veículos, cujo incremento foi superior a 16.000% (dezesesseis mil por cento) no mesmo período, o que representa aumento superior a R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) no volume de negócios. A carteira de crédito consignado também experimentou crescimento significativo, superior a 100% (cem por cento).

CARTEIRA DE CRÉDITO CONSIGNADO E FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS						
PRODUTOS	DEZ/2005 (R\$ MIL)	PARTICIPAÇÃO (EM %)	DEZ/2006 (R\$ MIL)	PARTICIPAÇÃO (EM %)	DEZ/2007 (R\$ MIL)	PARTICIPAÇÃO (EM %)
Veículos:						
Carteira própria	2.453	6,59%	88.556	46,28%	236.761	56,79%
Carteira cedida c/coobr.					81.997	19,67%
Carteira FIDC					98.158	23,54%
Subtotal	2.453	6,59%	88.556	46,28%	416.916	83,01%
Consignado:						
Carteira própria	34.772	93,41%	102.786	53,72%	21.065	24,68%
Carteira cedida					64.279	4,19%
Subtotal	34.772	93,41%	102.786	53,72%	85.344	16,99%
Total da carteira	37.225	100,00%	191.342	100,00%	502.260	100,00%

Fonte: Banco Paulista S.A.

Como reflexo da política de crédito do Banco Paulista, nota-se no quadro abaixo que, apesar do aumento significativo no volume total de transações, a qualidade geral da carteira de crédito permaneceu alta.

QUALIDADE DOS CRÉDITOS (R\$ MIL) – ATIVO										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAIS
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carteira comercial	-		14.633	44.896	5.132	93	1.150	752	1.864	68.520
CDC consignado	-	1.304	11.135	2.401	978	859	338	419	3.631	21.065
Financiamento veículos	-		209.584	13.902	4.177	2.106	1.391	1.249	4.352	236.761
Financiamentos rurais / repasses	-		20.475	2.531	1.950					24.956
Câmbio	-		1.719	12.751	95					14.565
Total operações ativas	-	1.304	257.546	76.481	12.332	3.058	2.879	2.420	9.847	365.867

QUALIDADE DOS CRÉDITOS (R\$ MIL) – CEDIDOS										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAIS
	-									
CDC consignado	-	9.733	37.001	5.818	3.583	2.373	682	692	4.397	64.279
Financiamento veículos	-		69.638	6.452	1.689	886	546	277	2.509	81.997
Total operações cedidas		9.733	106.639	12.270	5.272	3.259	1.228	969	6.906	146.276
	-									
Total geral	-	11.037	364.185	88.751	17.604	6.317	4.107	3.389	16.753	512.143

¹ A atribuição das classificações segue os parâmetros da Resolução nº. 2.682/99 do Banco Central.

² Valores relativos a 31 de dezembro de 2007.

Fonte: Banco Paulista S.A.

Tesouraria

A tesouraria do Banco Paulista atua no mercado financeiro, negociando títulos da União, outros valores mobiliários e derivativos. Em consonância com sua política de negócios, o Banco Paulista aplica em títulos e valores mobiliários de forma conservadora, conforme se verifica na planilha abaixo.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (R\$ MIL)							
DESCRIÇÃO	SEM VENCIMENTO	ATÉ 03 MESES	DE 3 A 12 MESES	DE 1 A 3 ANOS	DE 3 A 05 ANOS	DE 5 A 15 ANOS	TOTAL
Títulos emitidos pelo							
Banco Central	0,00	2.361,16	29.322,39	45.306,69	4.190,05	16.625,85	97.806,14
Ações de							
companhias abertas	3.549,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.549,03
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.965,85	21.965,85
Total de títulos e valores mobiliários	3.549,03	2.361,16	29.322,39	45.306,69	4.190,05	38.591,70	123.321,02
Swap	0,00	0,00	244,82	0,00	0,00	0,00	244,82
Total de derivativos	0,00	0,00	244,82	0,00	0,00	0,00	244,82
Total geral	3.549,03	2.361,16	29.567,21	45.306,69	4.190,05	38.591,70	123.565,83

* Valores relativos a 31 de dezembro de 2007.

Fonte: Banco Paulista S.A.

Estrutura organizacional

Os Srs. Álvaro Augusto Vidigal e Homero Amaral Júnior são os únicos sócios do Banco Paulista com, respectivamente, 67,95% (sessenta e sete inteiros e noventa e cinco por cento centésimos) e 32,05% (trinta e dois inteiros e cinco centésimos por cento) de seu capital. A Socopa, por sua vez, é subsidiária integral do Banco Paulista.

Administração

A administração do Banco Paulista é centralizada na figura de seus dois acionistas, que possuem vasta experiência no mercado financeiro, participando diretamente do cotidiano. As decisões de estratégias e diretrizes do Banco Paulista são definidas por comitês formados pelos acionistas e demais membros da diretoria.

Diretoria

A diretoria do Banco Paulista, que se reúne semanalmente em comitês, possui a seguinte composição:

Diretoria Estatutária	Cargo
Álvaro Augusto Vidigal	Diretor Presidente
Homero Amaral Júnior	Diretor Vice-Presidente
Everardo Pedro Palamim	Diretor Executivo
Gerson Luiz Mendes de Brito	Diretor Executivo
Tacício Rodrigues Joaquim	Diretor Executivo

Álvaro Augusto Vidigal

O Sr. Álvaro Augusto Vidigal é Diretor Presidente e acionista majoritário do Banco Paulista e possui experiência na área bancária e de mercado de capitais desde 1972. Foi diretor presidente da Banespa Corretora de Câmbio e Títulos, membro do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e presidente da Bovespa. Atualmente, é membro dos Conselhos de Administração da BMF, da Bovespa e da Marítima Seguros. O Sr. Vidigal é bacharel em administração de empresas.

Homero Amaral Júnior

O Sr. Homero Amaral Júnior é Diretor Vice-Presidente e acionista do Banco Paulista e atua no mercado de capitais desde 1968. Foi diretor de captação e mercado aberto do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. e presidiu por 10 anos a Associação Nacional das Corretoras de Valores, Câmbio e Mercadorias – ANCOR. Atualmente, é presidente do Sindicato da Sociedade de Corretores de Fundos Públicos e Câmbio de São Paulo (SINCOR). O Sr. Amaral Jr. é formado em administração de empresas.

Everardo Pedro Palamim

O Sr. Everardo Pedro Palamim é Diretor Executivo do Banco Paulista e atua no mercado financeiro desde 1973, nas áreas de informática, administração e de controle operacional. Trabalhou no Banco Bandeirantes S.A. e no Digibanco Banco Digital S.A., sendo diretor do Banco Paulista desde 1990. O Sr. Palamim é bacharel em administração de empresas.

Gerson Luiz Mendes de Brito

O Sr. Gerson Luiz Mendes de Brito é Diretor Executivo do Banco Paulista desde 1996 e atuou no Banco Auxiliar S.A. e na Philips do Brasil Ltda. O Sr. Brito é bacharel em ciências contábeis e ciências econômicas, com pós-graduação em finanças.

Tarcísio Rodrigues Joaquim

O Sr. Tarcísio Rodrigues Joaquim é Diretor Executivo do Banco Paulista e atuou em diversas instituições financeiras. Atualmente, é coordenador dos cursos de administração com habilitação em comércio exterior e de relações internacionais da Universidade Paulista – UNIP. O Sr. Joaquim é bacharel em ciências contábeis e comércio exterior e mestre em administração com concentração em finanças.

Pessoal

O maior valor do Banco Paulista, reconhecido pelos seus dirigentes, é a sua equipe, que atualmente conta com pouco mais de 150 colaboradores. Com a expansão das operações de crédito direto, o Banco Paulista passou a utilizar de forma crescente os serviços terceirizados. Com política de pessoal definida e programas de desenvolvimento gerencial, o ambiente de trabalho saudável é valorizado pelo Banco Paulista.

Demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras completas do Cedente estão contidas no Anexo V deste Prospecto.

Experiência prévia em outras operações de securitização

O Banco Paulista participa, na qualidade de cedente, de outro fundo de investimento em direitos creditórios, o “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista - Veículos”. O “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista - Veículos” emitiu um total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) em cotas seniores, cada qual com valor unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). O referido fundo de investimento em direitos creditórios teve início em 5 de junho de 2007. Em 31 de março de 2008, valor da totalidade das cotas seniores emitidas era de R\$102.838.477,61 (cento e dois milhões oitocentos e trinta e oito mil quatrocentos e setenta e sete reais e sessenta e um centavos). As cotas seniores têm prazo de 36 (trinta e seis meses) meses, e terão amortização da valorização incorrida (juros) no 6º (sexto) e 12º (décimo segundo) mês, contados a partir da Data de Subscrição Inicial, que ocorreu em 12 de junho de 2007. A partir do 13º (décimo terceiro) mês, inclusive, contados da Data de Subscrição Inicial, as cotas seniores serão amortizadas em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas.

A tabela abaixo analisa comparativamente a estrutura do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista - Veículos” e do Fundo:

	FUNDO	FIDC PAULISTA - VEÍCULOS
	<i>Credit Enhancement</i>	
Subordinação	23% (vinte e três por cento) do PL	15,5% (quinze inteiros e cinco décimos por cento) do PL
Excesso de Spread	5% (cinco por cento)	4% (quatro por cento)
Período histórico da carteira de Direitos Creditórios do Cedente objeto de análise pelo Auditor	29 (vinte e nove) meses	16 (dezesesseis) meses
Resolução da cessão em caso de fraude na concessão do Financiamento	Prevista no Contrato de Cessão	Não há
Cessão Parcial	Permitida, desde que observadas as seguintes Condições de Cessão adicionais: (a) tenham decorrido, no mínimo, 18 (dezoito) meses da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série; e (b) sejam cedidas ao Fundo a parcela do Financiamento com vencimento imediatamente seguinte à data da respectiva cessão e demais parcelas subsequentes, até a parcela com vencimento imediatamente anterior à data de vencimento da totalidade das Cotas Seniores que estejam em circulação, observada a disponibilidade de recursos do Fundo.	Permitida, sem restrições

Crítérios de Elegibilidade		
Verificação dos Crítérios de Elegibilidade	Realizada pelo Custodiante, com base em arquivo enviado pelo Cedente e dados externos (SNG, CCF, SERASA), com verificação bimestral do lastro por amostragem	Realizada pelo Custodiante, exclusivamente com base em arquivo enviado pelo Cedente e verificação do lastro por amostragem bimestral
Alienação Fiduciária	Verificada junto ao SNG pelo Custodiante, no momento da cessão e bimestralmente por amostragem	Verificada pelo Cedente
<i>Loan to Value</i>	Sim	É condição adicional de cessão*
Verificação da situação cadastral do Devedor perante o Serasa	Realizada pelo Custodiante no momento da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo	Realizada pelo Cedente apenas no momento da concessão do Financiamento
Exigência de que o Veículo não seja notocicleta	É Critério de Elegibilidade	É condição adicional de cessão*

Condições de Cessão*		
Verificação das Condições de Cessão	Realizada pelo Custodiante, previamente à primeira cessão de Direitos Creditórios ao Fundo e bimestralmente por amostragem, e pelo Cedente	Realizada exclusivamente pelo Cedente
Obrigatoriedade de que os Direitos Creditórios não sejam objeto de contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, por parte dos respectivos Devedores	Existe	Não existe
Obrigatoriedade de o Devedor não estar inadimplente com o Cedente	Existe	Não existe
Número mínimo de parcelas do Financiamento cedidas ao Fundo	12 (doze)	Não existe

Eventos de Avaliação		
Não constituição da Reserva de Pagamento	Por 5 (cinco) dias úteis consecutivos	Por 60 (sessenta) dias úteis consecutivos
Não constituição da Reserva de Liquidez	Por 10 (dez) dias úteis consecutivos	Por 60 (sessenta) dias úteis consecutivos
Não observância aos Critérios de Elegibilidade	É considerada Evento de Avaliação a não observância de qualquer um dos Critérios de Elegibilidade	Apenas é considerada Eventos de Avaliação quando se tratar de inobservância dos Critérios de Elegibilidade relacionados com a concentração de Direitos Creditórios por Devedor ou por tipo de Veículo
Inobservância dos Deveres do Cedente como Agente de Cobrança	É considerada Evento de Avaliação	Não é considerada Evento de Avaliação
Limite de pagamentos de Direitos Creditórios diretamente para o Cedente	5% (cinco por cento) em 3 (três) meses	Não é considerada Evento de Avaliação

Eventos de Liquidação		
Não pagamento de amortização de cotas seniores	É considerado Evento de Liquidação	É considerado Evento de Avaliação
Término do Contrato de Cessão	É considerado Evento de Liquidação	É considerado Evento de Avaliação
Inobservância da Razão Mínima	É considerado Evento de Liquidação	É considerado Evento de Avaliação
Recusa Injustificada do Cedente em Ceder Direitos Creditórios	É considerado Evento de Liquidação	Não é considerado Evento de Avaliação nem Evento de Liquidação

Eventos de Revisão		
Oferecimento, de forma reiterada e dolosa, de Direitos Creditórios em desacordo com as Condições de Cessão	É considerado Evento de Revisão	Não é considerado Evento de Revisão
Alteração do objeto social do Cedente	É considerada Evento de Revisão	Não é considerada Evento de Revisão
Renegociação de Direitos Creditórios cedidos sem recompra em até 10 (dez) dias úteis	É considerada Evento de Revisão	Não é considerada Evento de Revisão
Substituição de garantia do Financiamento sem respeitar <i>loan to value</i>	É considerada Evento de Revisão	Não é considerada Evento de Revisão
Ausência de comunicação das substituições de garantias dos Financiamentos realizadas em um certo mês	É considerada Evento de Revisão	Não é considerada Evento de Revisão
Ausência de registro da garantia do Financiamento no SNG	É considerada Evento de Revisão	Não é considerada Evento de Revisão

Obrigações do Cedente		
Ceder Direitos Creditórios ao Fundo, sempre que solicitado e que haja disponibilidade	Constitui obrigação do Cedente	Não constitui obrigação do Cedente
Não transferir a terceiros ou dar baixas nas alienações fiduciárias relacionadas à Direitos Creditórios cedidos	Constitui obrigação do Cedente	Não constitui obrigação do Cedente
Comunicar, mensalmente, todas as substituições de garantias dos Financiamentos efetuadas	Constitui obrigação do Cedente	Não constitui obrigação do Cedente
Não receber pagamentos de Direitos Creditórios cedidos até ainda não vencidos e até o décimo primeiro dia contado do vencimento	Constitui obrigação do Cedente	Não constitui obrigação do Cedente

Outorgar procuração ao Fundo para transferir e baixar gravames junto ao SNG	Constitui obrigação do Cedente	Não constitui obrigação do Cedente
Não outorgar procuração para baixa do gravame junto ao SNG a terceiros correspondentes a Direitos Creditórios cedidos ao Fundo	Constitui obrigação do Cedente	Não constitui obrigação do Cedente
Recomprar Direitos Creditórios cedidos sempre que houver intenção de renegociar o Financiamento com o Devedor, ou fazê-lo dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis contados da renegociação	Constitui obrigação do Cedente	Não constitui obrigação do Cedente
Não ceder a terceiros parcelas de Financiamentos cedidos ao Fundo cujo vencimento seja anterior ao das Cotas Seniores da 1ª Série	Constitui obrigação do Cedente	Não constitui obrigação do Cedente

Obrigações do Custodiante

Verificação da não ocorrência de baixas dos gravames no SNG	Bimestralmente	Não constitui obrigação do Custodiante
Verificação das substituições de garantias de Financiamentos	Mensalmente	Não constitui obrigação do Custodiante

* No FIDC Paulista – Veículos I, as Condições de Cessão eram denominadas “Condições Adicionais”.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

Anexo I

Regulamento

Anexo II

Informações sobre a classificação de risco do Fundo

Anexo III

Relatório da KPMG relativo à carteira de direitos creditórios do Banco Paulista

Anexo IV

Estatuto social do Banco Paulista

Anexo V

Demonstrações financeiras do Banco Paulista relativas aos exercícios sociais encerrados em 2005, 2006 e 2007 e aos trimestres encerrados em 31 de março de 2007 e 2008

Anexo VI

Declarações dos Distribuidores e da Instituição Administradora

Anexo VII

Contrato de Cessão

Anexo VIII

Suplemento da 1ª Série de Cotas Seniores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

Este Anexo I é parte integrante do “Prospecto da 1ª Distribuição Pública de Cotas da 1ª Série de Emissão do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II”

REGULAMENTO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO ARAÇU MULTIMERCADO CRÉDITO
PRIVADO**

CNPJ/MF Nº 09.343.597/0001-41

Por este instrumento particular, o **VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Jr., nº 999, 10º andar, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), sob o NIRE nº 35.215.931.334, em sessão de 10 de setembro de 1999, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 03.384.738/0001-98 ("Instituição Administradora"), neste ato representada na forma do seu contrato social, por seus representantes legais abaixo assinados, na qualidade de Instituição Administradora do FUNDO DE INVESTIMENTO ARAÇU MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.343.597/0001-41 ("FI"), considerando que o FI, desde a sua constituição, não foi operacionalizado e encontra-se inativo, sem quaisquer cotistas, resolve:

1. Transformar o FI em um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, nos termos da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e dos demais normativos aplicáveis, em regime de condomínio fechado, com prazo de duração até 31 de dezembro de 2020, ficando, conseqüentemente, alterada a denominação do FI para FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA – VEÍCULOS II ("Fundo").
2. Assumir a função de administração e gestão do Fundo, na forma do regulamento neste ato aprovado ("Regulamento").
3. Designar como diretor responsável, nos termos da regulamentação pertinente, Paulo Geraldo Oliveira Filho, brasileiro, casado, economista, com domicílio profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Roque Petroni Jr., nº 999, 10º andar, portador da cédula de identidade RG nº 700.646.957-6 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 286.123.370-20, diretor estatutário da Instituição Administradora, para responder civil e criminalmente pela



administração, gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas.

4. Contratar (i) a Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar parte, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.868.597/0001-40, para a prestação dos serviços de custódia e controladoria de ativos e passivos do Fundo; (ii) a Moody's América Latina Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.551, 16º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.101.919/0001-05, agência classificadora de risco, para prestar os serviços de classificação de risco (*rating*) das cotas seniores da 1ª (primeira) série do Fundo ("Cotas Seniores da 1ª Série"); (iii) a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, para prestar serviços de consultoria especializada para análise e seleção dos direitos creditórios originados pelo Banco Paulista S.A.; (iv) o Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.400, 4º andar (parte), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30 e o Banco ABC Brasil S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Jascelino Kubitschek nº 1.400, 5º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 28.195.667/0001-06 ("Distribuidores"), para prestar os serviços de coordenação da distribuição pública das Cotas Seniores da 1ª Série, conforme indicado no item 5 abaixo.

5. Aprovar a primeira emissão de cotas do Fundo, composta de Cotas Seniores da 1ª Série e de cotas subordinadas ("Cotas Subordinadas"). Inicialmente, serão emitidas e distribuídas 100.000 (cem mil) Cotas Seniores da 1ª Série, com valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada na data de subscrição inicial e 30.000 (trinta mil) Cotas Subordinadas, com valor de R\$1.000,00 (um mil reais) cada. As Cotas Seniores da 1ª Série serão colocadas publicamente sob a intermediação dos Distribuidores ("Oferta"), enquanto as Cotas Subordinadas serão objeto de colocação privada.

6. Submeter à CVM esta deliberação e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro do Fundo e da Oferta.

7. Aprovar o Regulamento, que segue anexo à presente deliberação.



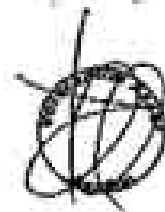
Esta deliberação, com o Regulamento e seus anexos, deverá ser registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo.

São Paulo, 13 de junho de 2008.



VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS DE VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.

PAULO GERALDO DE OLIVEIRA FILHO E MARTA CIBELLA KNECHT



ÍNDICE

1.	OBJETO	5
2.	FORMA DE CONSTITUIÇÃO	5
3.	PRAZO DE DURAÇÃO	5
4.	INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA	6
5.	OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA	6
6.	REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA	10
7.	DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO	10
8.	SUBSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA	14
9.	POLÍTICA DE INVESTIMENTO	15
10.	CRITÉRIOS DE ELIGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE CESSÃO	17
11.	DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	21
12.	FATORES DE RISCO	21
13.	COTAS DO FUNDO	35
14.	CLASSES DE COTAS	38
15.	DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO	39
16.	AMORTIZAÇÃO DAS COTAS	40
17.	RESERVA DE PAGAMENTO E DE LIQUIDEZ	41
18.	METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE	43
19.	DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO	45
20.	ASSEMBLÉIA GERAL	46
21.	INFORMAÇÕES OBRIGATORIAS E PERIÓDICAS	51
22.	PUBLICAÇÕES	53
23.	LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	55
24.	EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA	56
25.	DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE COTAS MEDIANTE DOTAÇÃO EM PAGAMENTO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E/OU ATIVOS FINANCEIROS	64
26.	ORDEN E APLICAÇÃO DE RECURSOS	65
27.	DISPOSIÇÕES GERAIS	66
ANEXO I		
	Glossário	68
ANEXO II		
	DESCRIÇÃO DA NATUREZA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, DOS PROCESSOS DE ORIGNAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO ADOTADA PELO BANCO PAULISTA	80
ANEXO III		
	MODELO DA CCE E DA FICHA CADASTRAL DO DEVEDOR	84
ANEXO IV		
	DESCRIÇÃO DOS MECANISMOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, INCLUSIVE INADIMPLENTES	92
ANEXO V		
	FÓRMULA DE CÁLCULO DO VALOR DAS COTAS SENHORES	96
ANEXO VI		
	MODELO DE SUPLEMENTO	100
ANEXO VII		
	DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA ADOTADA PARA VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS POR AMOSTRAGEM	103



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA – VEÍCULOS II

O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA – VEÍCULOS II, disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM, conforme alterada, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, será regido pelo presente Regulamento, conforme o disposto abaixo.

Os principais termos e expressões utilizados neste Regulamento e iniciados por letra maiúscula estão definidos no glossário, que integra o presente como Anexo I.

1. OBJETO

1.1 O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, nos termos de sua política de investimento.

2. FORMA DE CONSTITUIÇÃO

2.1 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas no término do prazo de duração de cada Série ou classe de Cotas, ou em virtude da liquidação do Fundo. É admitida a amortização das Cotas, conforme disposto no presente Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral.

3. PRAZO DE DURAÇÃO

3.1 O Fundo terá duração até 31 de dezembro de 2020, podendo ser liquidado antecipadamente por deliberação da Assembleia Geral ou, no caso de não haver Cotas em circulação, por deliberação da Instituição Administradora. Cada Série terá a duração especificada no respectivo Suplemento, observado o prazo de duração do Fundo. O prazo de duração das Cotas Seniores da Primeira Série é de 42 (quarenta e dois) meses contados da Data de Subscrição Inicial.

3.1.1 Cada Série poderá ter prazo de duração distinto daquele estabelecido para o Fundo, o qual será especificado no respectivo Suplemento.



4. INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

4.1 O Fundo é administrado e gerido pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede em sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 03.384.738/0001-98.

5. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

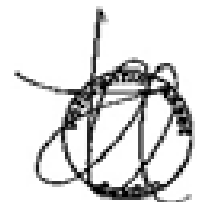
5.1 A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas na presente cláusula, neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios de Titularidade do Fundo.

5.2 Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora:

- i) registrar, às expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo e o presente Regulamento e seu(s) anexo(s), bem como futuras alterações e respectivas consolidações do Regulamento, e de seu(s) anexo(s), em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- ii) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - b) o registro dos Cotistas;
 - c) o livro de atas de assembleias gerais;
 - d) o livro de presença de Cotistas;
 - e) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, § 3º, da Instrução nº 356/01, da CVM;
 - f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e



- g) os relatórios do Auditor;
- iii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada para esse fim;
- iv) entregar ao Cotista, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;
- v) manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem Cotas desse, o valor do PL, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a relação entre o PL e o valor das Cotas Seniores, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco;
- vi) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou por este Regulamento;
- vii) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- viii) fornecer anualmente aos Cotistas, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- ix) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução nº 356/01, da CVM, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Instituição Administradora e o Fundo;
- x) providenciar, no mínimo trimestralmente, a atualização da classificação de risco relativa à(s) classe(s) e Séries destinada(s) à colocação pública;
- xi) informar os Cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da sua ciência de tal fato; e



- xii) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, ou ainda de regimes similares, de bancos em que transitam recursos relacionados aos Direitos Creditórios Cedidos, requerer o imediato direcionamento desse fluxo de recursos para outra conta de depósito, de titularidade do Fundo, informando tal fato aos Cotistas.

5.2.1 A divulgação a que se refere o subitem 5.2 "v" acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação e desde que observada a responsabilidade da Instituição Administradora pela regularidade na prestação das informações. Tais informações também serão disponibilizadas aos Cotistas no sítio eletrônico da Instituição Administradora na rede mundial de computadores.

5.3 É vedado à Instituição Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

5.3.1 As vedações de que tratam os subitens 5.3 "i" a "iii" acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

5.3.2 Exceptuam-se do disposto no item 5.3.1 acima os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os títulos de emissão do Banco Central do Brasil integrantes da carteira do Fundo.

5.4 É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:



- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- iv) adquirir Cotas;
- v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- vi) vender Cotas a prestação;
- vii) vender Cotas a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de Cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- viii) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- x) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto na cláusula 7 abaixo;
- xi) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.



6. REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

6.1 A Instituição Administradora terá direito a receber, pela prestação de serviços de administração e gestão do Fundo, 0,25% (vinte cinco centésimos por cento) ao ano, calculada por dia útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), de forma linear, incidente sobre o valor diário do PL do dia anterior à realização do referido cálculo.

6.1.1 A remuneração será calculada e provisionada diariamente e cobrada mensalmente, no último dia útil de cada mês, a partir da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série, conforme a seguinte fórmula:

$$TA = \left[\left((1 + TX)^{\frac{1}{252}} \right) - 1 \right] \times PL_{(D-1)}$$

onde,

TA = taxa de administração, em cada dia útil;

Tx = percentual a ser estabelecido de acordo com o PL, nos termos do item 6.1 acima; e

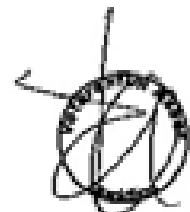
PL_(D-1) = PL do dia útil imediatamente anterior.

6.2 Com exceção da remuneração do Custodiante pelo exercício dos serviços de custódia, controladoria e escrituração, conforme descrita no item 7.3.1 abaixo, a remuneração acima não inclui as despesas previstas na cláusula 19 abaixo, que serão debitadas ao Fundo pela Instituição Administradora.

6.3 A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

6.4 Não poderão ser cobradas do Cotista quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

7. DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

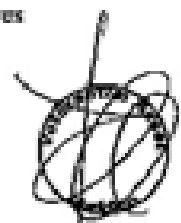


7.1 A Instituição Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e do diretor ou sócio-gerente designado, contratar serviços de:

- i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de Direitos Creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente autorizados; e
- iii) custódia, contabilidade e controladoria de ativos e passivos do Fundo.

7.2 O Custodiante contratado para realizar o serviço de custódia será responsável pelas seguintes atividades, sem prejuízo de outras que sejam descritas neste Regulamento ou pactuadas em outros documentos:

- i) receber, verificar e analisar bimestralmente a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, de acordo com os procedimentos definidos no Anexo VII;
- ii) verificar se os Direitos Creditórios atendem os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no presente Regulamento;
- iii) validar os arquivos de retorno disponibilizados pelo Agente de Recebimento em relação à respectiva Lista de Direitos Creditórios;
- iv) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios Cedidos;
- v) fazer a custódia, administração, cobrança (por meio dos agentes contratados, nos termos do Anexo IV) e/ou guarda de documentação relativos aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- vi) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, os Documentos Comprobatórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, para a Agência Classificadora de Risco e órgãos reguladores;
- vii) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos em conta corrente de titularidade do Fundo;



- viii) somente acatar as ordens emitidas pela Instituição Administradora, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do Fundo;
- ix) verificar, em até 10 (dez) dias contados do encerramento de cada mês calendário, o cumprimento, pelo Cedente, da obrigação de assegurar que o veículo dado em substituição à garantia registrada no SNG satisfaça as condições previstas no item 10.1 "I" "c" abaixo;
- x) verificar bimestralmente, por amostragem, que não há Direitos Creditórios Cedidos cujas respectivas garantias não estejam devidamente registradas no SNG; e
- xi) verificar, por amostragem, as Condições de Cessão, nos termos do item 10.3 abaixo.

7.2.1 Os Documentos Comprobatórios ficarão sob a guarda do Cedente, na qualidade de fiel depositário, conforme estabelecido na cláusula 7 do Contrato de Cessão, não se eximindo o Custodiante das responsabilidades a ele atribuídas.

7.2.1.1 O Cedente, na qualidade de fiel depositário, pode, a qualquer tempo, sem prejuízo de sua responsabilidade nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil, contratar terceiros para prestação dos serviços de guarda física dos Documentos Comprobatórios.

7.2.2 O Custodiante fica desde já autorizado a efetuar bimestralmente a verificação do lastro dos Direitos Creditórios a que se refere o item 7.2 "I" por amostragem, na forma do disposto no Anexo VII. O Custodiante poderá contratar, por sua conta e ordem, e desde que previamente autorizado pela Instituição Administradora, por escrito, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independente ou a KPMG Auditores Independentes para realizar, sob sua responsabilidade, a verificação do lastro dos Direitos Creditórios Cedidos. Caso o Custodiante pretenda contratar empresa para realizar a verificação do lastro dos Direitos Creditórios distinta das indicadas neste item, o Custodiante deverá submeter esta matéria à aprovação prévia dos Cotistas em Assembleia Geral. Quaisquer irregularidades verificadas no curso desta auditoria deverão ser informadas prontamente



à Instituição Administradora, à Agência Classificadora de Risco e ao Cedente.

7.2.3 O Custodiante não poderá contratar, por sua conta e ordem, terceiro para realizar a verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade.

7.2.4 O Custodiante, durante o exercício de suas atividades, não será responsável pela indicação de Direitos Creditórios Cedidos ao protesto, ou pela inclusão do nome dos Devedores em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Fundo, representado pela Instituição Administradora, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e eventuais ônus dessa decisão.

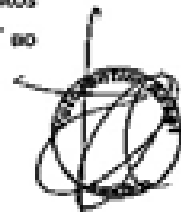
7.2.5 Sendo constatada qualquer inexactidão nas informações fornecidas pelo Cedente relativas aos Direitos Creditórios Cedidos, o Custodiante deverá requerer prontamente ao Cedente esclarecimentos a respeito, a serem apresentados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis. Caso o Cedente não preste os esclarecimentos solicitados no prazo indicado, ou caso os esclarecimentos prestados pelo Cedente não sejam satisfatórios, na opinião do Custodiante, será resolvida de pleno direito a cessão de qualquer Direito Creditório nos termos da cláusula 15 do Contrato de Cessão.

7.3 O Custodiante foi contratado pela Instituição Administradora, para realizar o serviço de custódia, controladoria e escrituração de Cotas.

7.3.1 Pelos serviços de custódia, o Custodiante fará jus à remuneração equivalente ao maior dos seguintes valores: (i) R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais; ou (ii) 0,1% (um décimo por cento) ao ano, calculada por dia útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), de forma linear, incidente sobre o valor diário do PL do dia anterior à realização do referido cálculo.

7.4 A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, contabilidade e controladoria de ativos e passivos do Fundo, desde que previamente aprovado pela Assembleia Geral.

7.5 Até o 10º (décimo) dia, inclusive, seguinte à data do vencimento de cada Direito Creditório Cedido, o Agente de Recebimento poderá receber pagamentos relativos ao Direito Creditório Cedido vencido e não pago, nos termos do Anexo IV ao



presente Regulamento. A partir do 11º (décimo) dia, inclusive, seguinte à data de vencimento do respectivo Direito Creditório Cedido, o Cedente foi contratado pelo Fundo e pelo Custodiante como Agente de Cobrança para realizar a cobrança dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos, sendo que nessa qualidade deverá observar o procedimento descrito no Anexo IV deste Regulamento.

7.5.1 O Fundo e o Custodiante podem, a qualquer tempo, contratar outra instituição para prestação dos serviços de cobrança referidos no item acima, desde que previamente aprovado pela Assembleia Geral.

8. SUBSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

8.1 A Instituição Administradora, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração e gestão do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, observado o quórum de que trata o item 20.2.2 abaixo.

8.2 Na hipótese de a Instituição Administradora renunciar às suas funções e a Assembleia Geral, por qualquer motivo, não deliberar, ainda que por falta de quórum, sobre a nomeação de instituição administradora habilitada para substituir a Instituição Administradora ou não aprovar, ainda que por falta de quórum, a instituição sucessora no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data estabelecida para a realização para a Assembleia Geral, a Instituição Administradora deverá proceder à liquidação antecipada do Fundo.

8.3 Na hipótese de renúncia da Instituição Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembleia Geral, a Instituição Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de realização da Assembleia Geral que aprovar a nomeação da instituição administradora sucessora.

8.4 Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do item 8.3 acima não substitua a Instituição Administradora dentro do prazo estabelecido, a Instituição Administradora procederá à liquidação antecipada do Fundo.



8.5 Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação antecipada do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

9. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

9.1 O Fundo tem por objetivo proporcionar rendimento de longo prazo aos Cotistas por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição dos Direitos Creditórios, os quais serão originários de Financiamentos.

9.2 O Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias contados da Data da Subscrição Inicial das Cotas Seniores, a Alocação Mínima, que corresponde a no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu PL em Direitos Creditórios.

9.3 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem necessariamente observar os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão. Não haverá cobrança do Cedente em relação ao pagamento dos Direitos Creditórios. Não obstante, o Cedente é responsável pela existência dos respectivos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

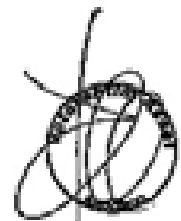
9.4 O Fundo poderá manter a parcela do seu PL que não for aplicada em Direitos Creditórios, isolada ou cumulativamente, em moeda corrente ou nos seguintes títulos e ativos:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional; e
- ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil.

9.4.1 O Fundo poderá aplicar no máximo 10% (dez por cento) de seu PL em ativos de emissão e/ou cobrança de um mesmo devedor, excetuando-se os Ativos Financeiros.

9.4.1.1 Até 100% (cem por cento) do PL do Fundo poderá ser representado por Direitos Creditórios originados pelo Cedente.

9.5 O Fundo pode:



- i) realizar operações compromissadas lastreadas nos Ativos Financeiros; e
- ii) realizar operações em mercados de derivativos, observadas as disposições do item 9.5.1 abaixo, e desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

9.5.1 A Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, poderá realizar operações com instrumentos derivativos com o objetivo de eliminar descasamentos de taxas de juros entre as posições detidas à vista, até o limite destas e as obrigações do Fundo para com os Cotistas. As operações contratadas pelo Fundo com instrumentos derivativos, se realizadas, deverão ocorrer (i) em mercado de balcão, sendo que (a) tais operações deverão ser necessariamente registradas na BM&F sob a modalidade "com garantia" em favor do Fundo, e (b) a contraparte deverá ser Instituição Autorizada; e/ou (ii) diretamente na BM&F, sob a modalidade "com garantia".

9.5.2 É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade* ou realizar operação de renda variável.

9.6 É vedado ao Fundo realizar operações nas quais a Instituição Administradora atue na condição de contraparte do Fundo.

9.7 A carteira do Fundo, e por consequência seu PL, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados na cláusula 12 abaixo. O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente tal cláusula, responsabilizando-se por seu investimento no Fundo.

9.8 O Fundo poderá negociar com terceiros os Direitos Creditórios integrantes de sua carteira, mediante autorização da Assembleia Geral, observado o quórum de que trata o item 20.1.1 abaixo.

9.9 Os percentuais de composição, concentração e diversificação da carteira do Fundo serão cumpridos diariamente, com base no PL do dia útil imediatamente anterior à data de cada cálculo dos percentuais de composição, concentração e diversificação da carteira do Fundo.

9.9.1 Serão considerados, para efeito de cálculo do PL, os dispêndios



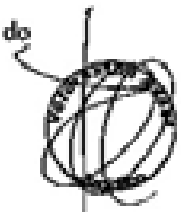
efetivamente incorridos com operações no mercado de derivativos a título de prestação de margens de garantia em espécie, se for o caso, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

9.10 As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, do FGC, do Cedente, do Custodiante, dos prestadores de serviço do Fundo, ou de outro qualquer mecanismo de seguro.

10. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE CESSÃO

10.1 Somente poderão integrar a carteira do Fundo os Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, os seguintes Critérios de Elegibilidade:

- i) os Direitos Creditórios devem ser originários de Financiamentos:
 - a) que tenham prazo de até 60 (sessenta) meses;
 - b) cuja primeira parcela já tenha sido integralmente paga;
 - c) cujo valor de cada parcela seja inferior a 31% (trinta e um por cento) do rendimento ou faturamento bruto mensal dos respectivos Devedores;
 - d) que sejam garantidos por alienação fiduciária do veículo, devidamente registrada no SNG em favor do Cedente;
 - e) cujo Valor de Mercado do veículo objeto da garantia na data de concessão dos Financiamentos represente pelo menos: (a) 110% (cento e dez por cento) do valor financiado na data da concessão dos Financiamentos, para veículos com até 5 (cinco) anos contatos a partir de 31 de dezembro do ano do modelo; ou (b) 120% (cento e vinte por cento) do valor financiado na data da concessão dos Financiamentos, para veículos com mais de 5 (cinco) anos contatos a partir de 31 de dezembro do ano do modelo; e
 - f) cujo veículo financiado em garantia não seja motocicleta.
- ii) a aquisição de Direitos Creditórios não poderá fazer com que a totalidade do

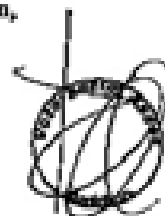


débito de determinado Devedor para com o Fundo seja superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

- iii) a aquisição de Direitos Creditórios não poderá fazer com que a totalidade do débito de determinado Devedor para com o Fundo seja superior a 0,4% (quatro décimos por cento) do valor total dos Direitos Creditórios Cedidos que integrem o PL na respectiva data de cessão;
- iv) a aquisição de Direitos Creditórios não poderá fazer com que a totalidade dos débitos de Financiamentos de Veículos Pesados seja superior a 60% (sessenta por cento) do PL;
- v) os Devedores dos Direitos Creditórios não devem estar, no momento de aquisição de tais Direitos Creditórios pelo Fundo, inadimplentes em relação a outros Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;
- vi) o vencimento dos Direitos Creditórios adquiridos não pode ser posterior ao prazo de resgate das Cotas Seniores em Circulação;
- vii) os Devedores dos Direitos Creditórios não apresentem, na data da cessão dos Direitos Creditórios, qualquer registro de inadimplência superior a R\$ 100,00 (cem reais) junto ao CCF e à SERASA; e
- viii) verifique-se, em cálculo *pro forma* previamente a cada cessão, no momento imediatamente subsequente a cada uma das cessões, que o total de Direitos Creditórios originados de Crédito Pessoal integrantes da carteira do Fundo não passaria a representar percentual superior a 20% (vinte por cento) do PL do Fundo.

10.1.1 O enquadramento dos Direitos Creditórios que o Fundo pretenda adquirir aos Critérios de Elegibilidade será verificado pelo Custodiante previamente à cessão com base nos arquivos eletrônicos fornecidos pelo Cedente, nos dados relativos ao Fundo mantidos pelo Custodiante, bem como informações externas obtidas através do SNG, do CCF e SERASA.

10.1.1.1 Posteriormente à cessão, o Custodiante realizará a verificação, ao final de cada bimestre calendário, de lastro dos Direitos Creditórios Cedidos, por amostragem, com base nos Documentos Comprobatórios.



10.1.2 A alteração dos Critérios de Elegibilidade é de competência exclusiva da Assembleia Geral, conforme disposto no item 20.3 deste Regulamento.

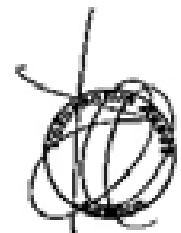
10.1.2.1 Caso o Custodiante, por qualquer motivo, não concorde com as alterações promovidas pela Assembleia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade, deverá requerer à Instituição Administradora, por escrito, o término do Contrato de Custódia, em até 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento da notificação que o informe sobre a alteração dos Critérios de Elegibilidade.

10.1.2.2 Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia, o Custodiante não será responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados ou incluídos sem a sua expressa concordância, desde a data de tal alteração ou inclusão até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços de custódia ao Fundo.

10.1.2.3 Caso não requeira o término do Contrato de Custódia, no prazo indicado no 10.1.2.1 acima, serão considerados aceitos tacitamente pelo Custodiante as alterações promovidas pela Assembleia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade. Não obstante, o Custodiante somente terá a obrigação de verificação dos Critérios de Elegibilidade alterados ou incluídos após o decurso do prazo de 20 (vinte) dias referido no item 10.1.2.1 acima.

10.2 O Cedente somente poderá ofertar ao Fundo Direitos Creditórios quando atendidas as seguintes Condições de Cessão:

- i) os Direitos Creditórios devem ser originários de Financiamentos:
 - a) que foram concedidos pelo Cedente aos Devedores, e formalizados por meio de CCBs;
 - b) cujo veículo alienado fiduciariamente tenha, na data da cessão, no máximo 18 (dezoito) anos, para Veículos Leves, e 26 (vinte e seis) anos, para Veículos Pesados, contados a partir de 31 de dezembro do ano do modelo; e
 - c) cujas taxas de juros sejam pré-fixadas;



- ii) os Direitos Creditórios não devem ter sido originados de qualquer tipo de renegociação, acordo ou transação entre o Cedente e os Devedores ou terceiros de outro(s) contrato(s) de financiamento de veículo(s) de um mesmo Devedor;
- iii) os Direitos Creditórios não devem ser ou ter sido objeto de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, por parte dos respectivos Devedores, independentemente da alegação ou mérito, que possa direta ou indiretamente comprometer sua liquidez e certeza, de que o Cedente tenha conhecimento;
- iv) os Direitos Creditórios devem ser originados de Financiamentos cujos Devedores não estejam inadimplentes em relação a quaisquer créditos devidos ao Cedente;
- v) os Direitos Creditórios tenham sido originados de Financiamentos que possuam, no momento da cessão (a) pelo menos 12 (doze) parcelas vincendas; ou (b) número de parcelas vincendas idêntico ao número de meses restantes para a liquidação das Cotas Seniores em circulação, caso os Financiamentos possuam menos de 12 (doze) parcelas vincendas no momento da cessão; e
- vi) quando se tratar de Cessão Parcial de Direitos Creditórios, deverão ser atendidos, ainda, os seguintes requisitos adicionais:
 - a) tenham decorrido, no mínimo, 18 (dezoito) meses da Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série; e
 - b) sejam cedidas ao Fundo a parcela do Financiamento com vencimento imediatamente seguinte à data da respectiva cessão e demais parcelas subsequentes, até a parcela com vencimento imediatamente anterior à data de vencimento da totalidade das Cotas Seniores que estejam em circulação, observada a disponibilidade de recursos do Fundo.

10.2.1 Caso, por qualquer motivo, não seja possível ao Fundo adquirir todas as parcelas referidas no item 10.2 subitem "vi" "b", o Cedente não poderá ceder a terceiros as parcelas cujo vencimento ocorra previamente à data de vencimento da totalidade das Cotas Seniores que estejam em circulação.

10.3 As Condições de Cessão constantes do item 10.1 subitens "i", "iv", "v" e "vi" acima serão verificadas por amostragem, pelo Custodiante, observado o



procedimento descrito no Anexo VII a este Regulamento, previamente às cessões de Direitos Creditórios ao Fundo até que o volume de Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo atinja o volume de R\$ 100.000.000,00 (cent milhões de reais), e ao final de cada bimestre calendário. Caso algum Direito Creditório Cedido não satisfaça as Condições de Cessão, será resolvida de pleno direito a cessão de tal Direito Creditório Cedido, nos termos da cláusula 15 do Contrato de Cessão.

11. DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

11.1 Nos termos do inciso X do artigo 24 da Instrução nº 356/01, da CVM, e não constataciando Critérios de Elegibilidade, são descritas e apresentadas características inerentes aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, divididas da seguinte forma:

- i) no Anexo II deste Regulamento, descrição dos processos de origem dos Direitos Creditórios, da natureza dos Direitos Creditórios e dos instrumentos jurídicos, contratos ou outros documentos representativos do crédito, bem como da política de concessão de crédito adotada pelo Cedente;
- ii) no Anexo III deste Regulamento, reprodução dos modelos de alguns dos Documentos Comprobatórios (o modelo de CCB e da ficha cadastral); e
- iii) no Anexo IV deste Regulamento, descrição dos mecanismos e procedimentos adotados para cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, inclusive inadimplentes.

11.2 A aquisição e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo e o recebimento dos valores deles decorrentes serão realizados com base nos termos e condições estabelecidos (i) no Contrato de Cessão, cuja cópia faz parte integrante do prospecto de distribuição de Cotas Seniores; (ii) no Contrato de Custódia; e (iii) no Contrato de Prestação de Serviços - Cobrança Escritural Bradesco.

12. FATORES DE RISCO

12.1 O investidor, antes de adquirir as Cotas, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.

12.2 Riscos de mercado



12.2.1 *Descasamento de taxas.* Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro as taxas médias diárias dos DI. Ademais, a Instituição Administradora não está obrigada a contratar operações de swap de taxas prefixadas por DI over. Assim, há a possibilidade de a Instituição Administradora não contratar tais operações de swap, bem como de, caso contrate referidas operações, a outra parte (ou a instituição garantidora) não cumprir o contratado. Nestes casos, se a taxa de remuneração do DI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores. O Cedente, o Fundo e a Instituição Administradora não prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

12.2.2 *Baixa valorização dos ativos.* A parcela do FL não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em Ativos Financeiros. No entanto, tais ativos podem apresentar valorização efetiva inferior às taxas médias diárias dos DI, o que pode fazer com que os recursos do Fundo se tornem insuficientes para pagar parte ou a totalidade da meta de rentabilidade prevista para as Cotas Seniores (uma vez que a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro as taxas médias diárias dos DI). Nessa hipótese, os Cotistas Seniores poderão ter a rentabilidade de suas Cotas afetada negativamente, sendo certo que nem o Fundo, nem o Cedente e nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

12.2.3 *Flutuação de preços dos ativos.* Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que compoñham a carteira do Fundo, inclusive derivativos. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial. Se isso ocorrer, a rentabilidade das Cotas Seniores poderá ser afetada negativamente.

12.2.4 *Sujeição dos ativos a oscilações diversas.* Os ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos ativos financeiros poderão ocorrer também em função das alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive



ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Como decorrência de tais oscilações, poderão ocorrer variações negativas no valor do PL, o que poderá afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

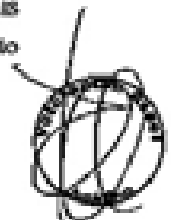
12.2.5 Efeitos da política econômica do governo federal. O Fundo, seus ativos e o Cedente estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outras. Tais medidas, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, podendo afetar adversamente o interesse de investidores na aquisição de Cotas e na liquidação dos Direitos Creditórios pelos Devedores.

12.3 Riscos de crédito

12.3.1 Inexistência de garantia das aplicações do Fundo. As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, do FGC ou do Cedente. Igualmente, nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram aos Cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos, e cujo desempenho é incerto.

12.3.2 Inadimplência dos emissores dos Ativos Financeiros. A parcela do PL do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em Ativos Financeiros. Tais Ativos Financeiros podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, de modo que o Fundo teria que suportar tais prejuízos, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas.

12.3.3 Fatores macroeconômicos. Como o Fundo aplicará seus recursos predominantemente em Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento



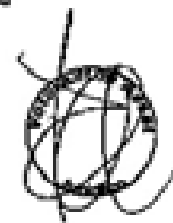
econômico, entre outros. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios Cedidos, provocando perdas patrimoniais aos Cotistas.

12.3.4 *Transferência da reserva do gravame no SNG.* Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de Financiamentos cujos veículos dados como garantia têm a reserva do gravame devidamente registrada no SNG em favor do credor. A reserva do gravame no SNG permite a transferência da propriedade fiduciária do veículo para o credor, e a consequente execução mais célere em caso de inadimplimento. A reserva do gravame dos veículos no SNG, porém, permanece com o Cedente, e não é transferida ao Fundo no momento da cessão dos Direitos Creditórios. O Cedente outorgará procuração ao Fundo para que este transfira para o seu nome ou de qualquer terceiro, quando e se for o caso, ou dê baixa na reserva do gravame dos veículos no SNG, conforme o caso, oportunamente. É possível que o procedimento de transferência da reserva ou baixa do gravame no SNG seja moroso, ou mesmo inviável, o que dificultaria a execução de eventuais Devedores inadimplentes.

12.3.5 *Veículos garantidos por alienação fiduciária.* Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de Financiamentos e são garantidos por alienação fiduciária de veículos. Contudo, é possível que, em eventual execução do Devedor inadimplente, o veículo objeto de alienação fiduciária não seja encontrado, ou o seu valor de venda seja insuficiente para o pagamento integral da dívida. Nessa hipótese, ocorrerá a redução do PL e o rendimento das Cotas poderá ser negativamente afetado.

12.3.6 *Modificação de créditos por decisão judicial.* Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de Financiamentos que poderão ter suas condições questionadas em Juízo pelos respectivos Devedores. Não pode ser de todo afastada a possibilidade de os Devedores lograrem êxito nas demandas ajuizadas. Nessa hipótese, os Direitos Creditórios Cedidos podem ter seus valores reduzidos ou até serem anulados em decisão judicial, o que afetaria negativamente o PL.

12.3.7 *Riscos decorrentes dos critérios adotados pelo Cedente para concessão de crédito.* A aprovação dos Financiamentos depende de análise da adequação das condições pessoais dos Devedores à política interna de concessão de crédito do Cedente, a qual se encontra descrita de forma resumida no item 4 do Anexo II deste Regulamento. Contudo, ainda que o Cedente submeta todas as propostas recebidas aos procedimentos constantes de sua política interna de concessão de crédito, e a referida



proposta seja ao final aprovada por satisfazer critérios objetivos, não há garantia que os Devedores honrarão seus compromissos assumidos para com o Cedente.

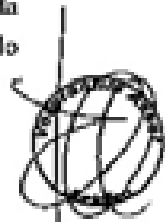
12.4 Riscos de liquidez

12.4.1 *Inexistência de mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios.* O Fundo se enquadra em modalidade de investimento específica, que investe prioritariamente em Direitos Creditórios, devendo os potenciais investidores avaliar minuciosamente suas peculiaridades, que podem eventualmente trazer consequências negativas para o PL, ou que podem tornar o investimento ilíquido. Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para negociação de direitos creditórios. Portanto, caso por qualquer motivo seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda ao PL.

12.4.2 *Falta de liquidez dos Ativos Financeiros.* A parcela do PL não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em Ativos Financeiros. Tais títulos e ativos podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor), o que poderia, eventualmente, afetar pagamentos de amortização e/ou resgate a Cotistas, afetando a liquidez esperada de suas Cotas.

12.4.3 *Fundo fechado e mercado secundário.* O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação. Assim, o Cotista não terá liquidez em seu investimento no Fundo, exceto (i) por ocasião das amortizações programadas ou eventuais, ou (ii) por meio da alienação de suas Cotas no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de Cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao investidor. Não há qualquer garantia da Instituição Administradora, do Cedente, do Custodiante, ou de qualquer outra Parte Relacionada, em relação à possibilidade de venda das Cotas no mercado secundário, preço obtido pelas Cotas, ou mesmo garantia de saída ao investidor.

12.4.4 *Liquidação antecipada e Amortização Compulsória.* As Cotas serão amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido no suplemento da respectiva Série. No entanto, há eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do



Fundo, bem como Amortização Compulsória de Cotas. Assim, há a possibilidade de os titulares de Cotas receberem valores antecipadamente, e eventualmente inferiores aos esperados.

12.4.5 *Reserva de pagamento não constitui garantia de pagamento.* Será constituída Reserva de Pagamento, destinada ao pagamento das amortizações das Cotas Seniores. No entanto, eventualmente o Fundo poderá não ter recursos sequer para a constituição da Reserva de Pagamento. É também possível que, não obstante a devida constituição da Reserva de Pagamento, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de tais amortizações. Desse modo, a existência da Reserva de Pagamento não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas de Cotas Seniores.

12.4.6 *Insuficiência de recursos no momento da liquidação antecipada.* O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente em algumas hipóteses previstas neste Regulamento. Ocorrendo tal liquidação antecipada, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios Cedidos ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os Cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios Cedidos; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios Cedidos a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos Cotistas.

12.5 Riscos provenientes do uso de derivativos

12.5.1 *Efeitos negativos para a rentabilidade do Fundo.* Somente com vistas a proteger posições detidas à vista pelo Fundo serão contratadas operações no mercado de derivativos. Tais operações, entretanto, poderão afetar negativamente a rentabilidade do Fundo de tal forma que os Cotistas poderão suportar prejuízos em decorrência da utilização de instrumentos derivativos.

12.5.2 *Oscilações no PL.* A Instituição Administradora poderá contratar operações de *swap* de taxas prefixadas pela Taxa DI ou ainda operações envolvendo contratos futuros atrelados à referida taxa, para evitar o risco de desajustamento de taxas. No entanto, há a possibilidade de a Instituição Administradora não conseguir contratar tais operações, ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Além disso, a realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode ocasionar variações



no PL que levem a perdas patrimoniais ao Fundo e conseqüentemente aos seus Cotistas. Ainda, há a possibilidade de o Fundo sofrer PL negativo em decorrência das operações realizadas, o que poderá acarretar na necessidade de realizar aportes adicionais de recursos no Fundo por seus Cotistas.

12.6 Riscos específicos

12.6.1 Riscos operacionais

12.6.1.1 *Auditoria por amostragem.* A verificação documental (física) da regularidade da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos é realizada por amostragem, previamente às primeiras sessões ou por meio de auditoria bimestral. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente por amostragem, e em grande parte após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos.

12.6.1.2 *Falha do Agente de Recebimento, do Custodiante e do Agente de Cobrança.* A cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos depende da atuação diligente do Agente de Recebimento, do Custodiante e do Agente de Cobrança, uma vez que lhes cabe aferir, conforme o caso, o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência dos Devedores. Assim, qualquer falha de procedimento do Agente de Recebimento, do Custodiante e do Agente de Cobrança poderá acarretar em menor recebimento dos recursos devidos pelos Devedores. Isso levaria a queda da rentabilidade do Fundo, ou até a perda patrimonial.

12.6.1.3 *Forma de pagamento dos Direitos Creditórios.* O pagamento referente aos Financiamentos cujos Direitos Creditórios tenham sido cedidos ao Fundo pode ser feito (i) em qualquer instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional até a data de seu vencimento, (ii) em qualquer agência do Agente de Recebimento em até 10 (dez) dias após o vencimento, e (iii) diretamente ao Cedente após o 10º (décimo) dia contado do vencimento. Caso os recursos em atraso sejam pagos diretamente ao Cedente, a subsequente transferência ao Fundo, nos termos estabelecidos no Anexo IV deste Regulamento, que é dever legal e obrigacional, dependerá de ato do próprio Cedente. Por diversos motivos, a transferência de recursos do Cedente ao Fundo poderá atrasar, como, por exemplo, por problemas operacionais ou por intervenção, liquidação, falência ou procedimentos similares daquele. Nessa hipótese, a rentabilidade



do Fundo poderá ser afetada negativamente.

12.6.1.4 Falha operacional do Cedente. A concessão de Financiamentos é realizada mediante verificação prévia do risco de crédito do Devedor. É possível que ocorra alguma falha operacional no momento de análise do risco de crédito do Devedor, ou da formalização do Financiamento cujos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo (como não inclusão dos contatos do Devedor, ausência de assinatura da CCB, não inclusão da reserva do gravame do veículo financiado no SNG). Essas falhas operacionais poderiam dificultar, ou mesmo impedir a efetiva cobrança dos Direitos Creditórios, o que poderia afetar negativamente o PL.

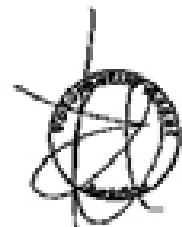
12.6.1.5 Guarda dos Documentos Comprobatórios pelo Cedente. O Cedente é, na qualidade de fiel depositário, responsável pela guarda física dos Documentos Comprobatórios. Embora o Cedente tenha a obrigação de permitir ao Fundo e ao Custodiante livre acesso à referida documentação, a guarda de tais documentos pelo Cedente, ou por qualquer subcontratado, poderá representar dificuldade à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios Cedidos, podendo gerar perdas ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus Cotistas.

12.6.2 Risco de descontinuidade

12.6.2.1 Liquidação antecipada. O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por diversas razões. Mesmo que o Fundo disponha de recursos para pagamento aos Cotistas, o que não é garantido pela Instituição Administradora, Custodiante, Cedente ou quaisquer terceiros, é possível que não haja, disponíveis no mercado, aplicações com mesmas características de prazo, risco e rentabilidade, o que frustraria a expectativa que o investidor possuía no momento em que adquiriu Cotas.

12.6.2.2 Observância da Alocação Mínima. O Fundo deve observar a Alocação Mínima. Entretanto, não há garantia de que o Cedente conseguirá (ou desistirá) originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para fazerem frente a esta exigência da Alocação Mínima. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima pode inclusive levar à Amortização Compulsória.

12.6.3 Riscos do Cedente



12.6.3.1 *Descumprimento do Contrato de Cessão.* Em virtude do disposto no Contrato de Cessão, o Cedente está obrigado a ceder Direitos Creditórios ao Fundo, de acordo com as condições mínimas ali estabelecidas. Caso o Cedente, por qualquer motivo, interrompa a cessão de Direitos Creditórios pactuada nos termos do Contrato de Cessão, é possível que o Fundo passe a apresentar excesso de liquidez, ou/é deixe de observar a Alocação Mínima. Quaisquer dessas hipóteses poderiam levar à liquidação antecipada do Fundo, ou à Amortização Compulsória.

12.6.3.2 *Resilição do Contrato de Cessão pelo Cedente.* É possível ao Cedente resiliir o Contrato de Cessão em diversas hipóteses. A resilição do Contrato de Cessão poderia levar à liquidação antecipada do Fundo ou à Amortização Compulsória, o que pode ser contrário aos interesses dos Cotistas.

12.6.3.3 *Descontinuidade da cessão.* Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de Financiamentos, e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita neste Regulamento bem como atender aos Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais empréstimos; e/ou (ii) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade, as Condições de Cessão e a política de investimento, poderá ocorrer a liquidação do Fundo, ou ainda Amortização Compulsória. Ressalte-se que alterações da política econômica do governo e aumento da concorrência no setor de crédito direto ao consumidor para aquisição de bens duráveis também podem levar à diminuição da quantidade, ou até à inexistência, de Direitos Creditórios elegíveis.

12.6.3.4 *Conflito de interesses.* O Cedente foi contratado como Agente de Cobrança, tendo, por conta desse fato, a obrigação de efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos após o 11º (décimo primeiro) dia, inclusive, contados do vencimento do respectivo Direito Creditório. É possível que o correto desempenho das funções de Agente de Cobrança conflite os interesses do Banco Paulista na qualidade de Cedente dos Direitos Creditórios, o que poderá afetar negativamente a rentabilidade das Cotas.

12.6.3.5 *Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Cedente.* O Cedente é o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, responsável pela cobrança judicial e extrajudicial dos Devedores inadimplentes. No exercício dessa função, em diversos casos, os Direitos Creditórios recebidos pelo Devedor são antes recebidos pelo Cedente que então os repassa ao Fundo. Na hipótese



de intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Cedente, há a possibilidade de os recursos recebidos pelo Cedente e ainda não transferidos ao Fundo serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que poderia afetar sua rentabilidade e levá-lo a perdas patrimoniais. Adicionalmente, a intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Cedente poderá interromper a geração de Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo, o que poderá culminar no descumprimento da Alocação Mínima, levando à liquidação antecipada do Fundo, o que pode não atender aos interesses dos Cotistas.

12.6.3.6 Não pagamento, pelo Cedente, de valores devidos na hipótese de pagamento antecipado dos Financiamentos. Na hipótese de pagamento antecipado dos Financiamentos, o Cedente deverá, nos termos estabelecidos no Contrato de Cessão, além de transferir ao Fundo os recursos recebidos em virtude de referido pagamento em até 5 (cinco) dias úteis, ressarcir o Fundo da diferença positiva, se houver, entre o valor a receber da parcela relativa ao Direito Creditório liquidado antecipadamente (trazido a valor presente pela taxa de cessão aplicada ao valor de face do Direito Creditório) e a quantia efetivamente recebida do Devedor na liquidação antecipada. Ocorrendo a liquidação antecipada dos Financiamentos e havendo o descumprimento, por qualquer motivo, pelo Cedente, de referida obrigação, a rentabilidade do Fundo poderá ser afetada. Ademais, o descumprimento pelo Cedente de obrigação estabelecida no Contrato de Cessão pode levar ao término desse contrato e, conseqüentemente, à liquidação antecipada do Fundo, o que pode não atender aos interesses dos Cotistas.

12.6.3.7 Regulamentação das atividades do Cedente. As atividades do Cedente estão sujeitas à legislação brasileira e à regulamentação específica editada pelo CMN e pelo Banco Central. Mudanças na legislação aplicável aos financiamentos bancários ou nas normas que regulam a concessão de crédito por instituições financeiras poderão afetar negativamente as operações do Cedente, podendo levar à diminuição da quantidade, ou até à inexistência, de Direitos Creditórios elegíveis.

12.6.4 Outros riscos

12.6.4.1 Invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios. Com relação ao Cedente, a cessão de Direitos Creditórios poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o PL, caso fosse realizada em:

- i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;



- ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão o Cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios Cedidos pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
- iii) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

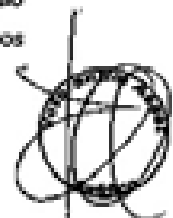
12.6.4.2 *Concentração em modalidade de investimento.* O Fundo aplicará em Direitos Creditórios exclusivamente originados de Financiamentos. Nesse contexto, não será possível ampla diversificação dos investimentos realizados pelo Fundo, sendo estes concentrados em uma espécie primordial de investimento (Direitos Creditórios). A concentração das aplicações em um ou em poucos tipos de investimento eleva as possibilidades de que os Cotistas venham a sofrer perda patrimonial.

12.6.4.3 *Intervenção no ou liquidação do Agente de Recebimento.* Na hipótese de intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Agente de Recebimento, há a possibilidade de os recursos recebidos e ainda não transferidos ao Fundo serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que poderia afetar sua rentabilidade e levá-lo a perdas patrimoniais.

12.6.4.4 *Intervenção no ou liquidação do Custodiante.* O Fundo terá conta corrente junto ao Custodiante. Na hipótese de intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Custodiante, há a possibilidade de os recursos recebidos e ainda não transferidos ao Fundo serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que poderia afetar sua rentabilidade e levá-lo a perdas patrimoniais.

12.6.4.5 *Alteração do Regulamento.* O Regulamento pode ser alterado em consequência de normas legais ou regulamentares, por determinação da CVM ou por deliberação da Assembleia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais ao Fundo.

12.6.4.6 *Ausência de notificação aos Devedores.* Inicialmente, a cessão de Direitos Creditórios objeto do Contrato de Cessão não será precedida pela notificação dos Devedores. No entanto, caso seja necessário alterar os mecanismos de cobrança, os



Devedores não estão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios Cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão. Nessa hipótese, o PL e a rentabilidade das Cotas poderiam ser afetados negativamente.

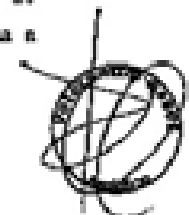
12.6.4.7 *Modalidade recente de investimento.* De acordo com a política de investimentos estabelecida neste Regulamento, o Fundo investirá seus recursos, preponderantemente, em modalidade de investimentos recentemente instituída no Brasil, consistente em direitos creditórios, sobre os quais inexistem dados históricos e estatísticos que possibilitem estimativa de retorno e previsão de desempenho do Fundo a médio e longo prazo para os investidores.

12.6.4.8 *Dação em pagamento de Direitos Creditórios.* No caso de liquidação do Fundo, ordinária ou antecipada, em que a Assembleia Geral deliberar o resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios Cedidos, os titulares de Cotas Seniores poderão encontrar dificuldades para (i) negociar os Direitos Creditórios recebidos; e/ou (ii) cobrar os Direitos Creditórios inadimplentes.

12.6.4.9 *Inexistência de rendimento pré-determinado.* As Cotas Seniores serão valorizadas todo dia útil, conforme os critérios estabelecidos neste Regulamento. Tais critérios visam definir qual parcela do PL deve ser prioritariamente alocada aos titulares de Cotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas Cotas e não representam nem deverão ser considerados promessa ou garantia de rentabilidade aos Cotistas. Portanto, os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

12.6.4.10 *Persecimento ou roubo do veículo objeto do Financiamento.* Para a concessão dos Financiamentos aos Devedores não se exige que o veículo dado em garantia, tenha seguro contra roubo ou acidentes. As chances de recuperação de valores inadimplidos em processos de execução de dívidas garantidas por alienação fiduciária estão diretamente relacionadas à localização e ao valor do bem dado em garantia. Sendo assim, o roubo, furto ou persecimento de veículos dados em garantia de Direitos Creditórios cujos Devedores estejam inadimplentes poderá afetar negativamente a rentabilidade das Cotas.

12.6.4.11 *Carteira de contratos recente.* O Cedente passou a atuar no ramo de financiamento de veículos, e concessão de crédito mediante alienação fiduciária de veículos a partir de novembro de 2005. Por conta desse fato, é reduzido o histórico de desempenho da carteira dessa modalidade de crédito do Cedente, o que dificulta a



previsão do desempenho e das taxas de inadimplência da carteira a ser cedida. Como um dos elementos que balizará a definição da taxa de desconto é a previsão de desempenho da carteira, é possível que se tal desempenho for avaliado de forma imprecisa, a taxa de desconto poderá ser menor do que a necessária para garantir o rendimento esperado do Fundo, o que causaria prejuízo aos Cotistas.

12.6.4.12 *Repasse de valores recuperados por escritórios de cobrança.* Conforme descrito no Anexo IV deste Regulamento, em caso de inadimplência, poderão ser acionados terceiros (geralmente escritórios de cobrança) para localizar os Devedores e empreender tentativa de negociação com os mesmos, com o fim de obter valores em atraso. Em caso de sucesso, os valores recuperados são recebidos pelos próprios terceiros que, periodicamente, repassam tais valores ao Agente de Cobrança ou ao Fundo. O repasse de valores está sujeito a fraudes, desvios de valores, atrasos e problemas operacionais. A ocorrência de quaisquer desses eventos poderia dificultar o recebimento do pagamento referente a Direitos Creditórios inadimplidos de titularidade do Fundo, ocasionando a redução do PL.

12.6.4.13 *Dificuldades na execução.* Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo são garantidos por alienação fiduciária de veículos. Havendo inadimplemento, os Devedores serão executados judicialmente. É possível que o veículo que garanta a dívida não seja encontrado, ou ainda que se encontrado, o preço obtido na venda seja insuficiente para cobrir o débito com o Fundo. Nesses casos, ainda restaria ao Fundo executar o restante do patrimônio do Devedor, o que, além de demorado, é na maioria dos casos pouco eficiente. Em virtude do disposto acima, o PL poderia ser afetado negativamente.

12.6.4.14 *Conflito de interesses da Instituição Administradora.* Na data deste Regulamento, o Cedente mantém contratadas com o Banco Votorantim S.A., instituição financeira integrante do grupo econômico da Instituição Administradora, operações de cessão de créditos, com cobrança, descontos de Financiamentos, a taxas usuais de mercado. Diante desse quadro, não se pode afastar eventual conflito entre os interesses da Instituição Administradora, na qualidade de integrante de grupo econômico credor do Cedente, e como Instituição Administradora do Fundo no qual o Banco Paulista figura como cedente de Direitos Creditórios.

12.6.4.15 *Conflito de interesses dos Distribuidores de Cotas Seniores.* Na data deste Regulamento, o Cedente mantém contratadas com o Banco Itaú BBA, com sociedades integrantes do grupo econômico do Banco Itaú BBA e com o Banco ABC,



diversas operações de cessão de créditos, com cobrança, decorrentes de Financiamentos, a taxas usuais de mercado. Diante desse quadro, não se pode afastar eventual conflito entre os interesses do Banco Itaú BBA e do Banco ABC como credores do Cedente, e como Distribuidores da primeira série de Cotas Seniores de Fundo que adquirirá créditos do mesmo Cedente.

12.6.4.16 *Existência de outros fundos de investimento em direitos creditórios.* O Cedente também aliena Direitos Creditórios a outro fundo registrado na CVM, a saber, o "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos". Durante o início das atividades do Fundo, o Cedente prevê que, do total de Direitos Creditórios originados pelo Cedente, 15% (quinze por cento) serão cedidos ao "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos" e 70% (setenta por cento) serão cedidos ao Fundo. Não há garantia, porém, de que este percentual será alcançado e de que haverá Direitos Creditórios suficientes para suprir as necessidades de ambos os fundos acima referidos.

12.6.4.17 *Preferência na aquisição de direitos creditórios.* O "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos" tem preferência na aquisição de Direitos Creditórios em relação ao Fundo. Nesse sentido, na hipótese de diminuição do nível das atividades do Banco Paulista a ponto de comprometer significativamente o volume de originação de Direitos Creditórios, o Banco Paulista poderá não ter Direitos Creditórios em quantidade suficiente para atender o Fundo. Como resultado, caso a redução do volume de originação leve o Cedente a reduzir o volume de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo de tal forma que comprometa os níveis mínimos de composição e diversificação de sua carteira, é possível que o Fundo tenha que ser liquidado antecipadamente. Adicionalmente, é possível que durante o período de redução do percentual de Direitos Creditórios em sua carteira, o Fundo não encontre ativos passíveis de investimento com rentabilidade equivalente àquela proporcionada pelos Direitos Creditórios, o que pode se refletir em efeitos negativos no PL e na rentabilidade de suas Cotas.

12.6.4.18 *Despesas com a defesa dos Direitos das Cotas Seniores.* O Cedente realizará a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos em situação de inadimplência há 11 (onze) dias ou mais, contado do vencimento da parcela do Financiamento, não fazendo jus a qualquer remuneração ou mesmo ao reembolso de despesas e custos relacionados ao exercício dessa função. É facultado ao Fundo, porém, a qualquer tempo, contratar outro Agente de Cobrança. Nessa hipótese, o Fundo passaria a ser o exclusivo responsável pelas despesas e custos relacionados à cobrança.



judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios, e pode não possuir recursos suficientes para adoção e manutenção dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos outros ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas. É possível que a maioria dos Cotistas Seniores reunidos em Assembleia Geral não aprove aporte de recursos ao Fundo necessários para assegurar eventual adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Também é possível que os Cotistas Seniores aprove o aporte de recursos para adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos, mas que eles não atinjam os resultados mínimos almejados. Em qualquer das hipóteses, o PL do Fundo e a rentabilidade das Cotas Seniores podem ser afetados negativamente.

13. COTAS DO FUNDO

13.1 As Cotas correspondem a frações ideais do PL e somente serão resgatadas ao término dos respectivos prazos de duração, ou em virtude da liquidação do Fundo, ou ainda por decisão da Assembleia Geral. As Cotas serão divididas em 2 (duas) classes, sendo uma classe de Cotas Seniores e uma classe de Cotas Subordinadas. As Cotas Seniores poderão ser divididas em Série.

13.2 A emissão de Cotas obedecerá aos parâmetros e requisitos abaixo referidos.

13.2.1 As Cotas serão subscritas e integralizadas à vista na respectiva Data de Subscrição Inicial, que será determinada pela Instituição Administradora. Na subscrição de Cotas que ocorrer em dia diferente da respectiva Data de Subscrição Inicial, caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à Instituição Administradora até as 15h00 de determinado dia útil, será utilizado o valor da Cota da mesma classe e/ou Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos; caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à Instituição Administradora após 15h00 de determinado dia útil, ou em dia que não seja útil, será utilizado o valor da Cota da mesma classe e/ou Série no dia útil subsequente.

13.2.2 Primeira emissão de Cotas Seniores. Na primeira emissão de Cotas Seniores, serão emitidas 100.000 (cem mil) Cotas Seniores, com valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada na Data de Subscrição Inicial.



13.2.3 Novas emissões de Cotas Seniores. A Instituição Administradora poderá deliberar sobre novas emissões de Cotas Seniores para distribuição pública, sem necessidade de aprovação prévia da Assembleia Geral, desde que:

- i) seja observada a Razão Mínima, na respectiva Data de Subscrição Inicial;
- ii) seja requerida, por escrito, pelo Cedente; e
- iii) seja emitido parecer pela Agência Classificadora de Risco, o qual deverá ser requerido pela Instituição Administradora, atestando que a nova emissão não afetará negativamente a classificação de risco das Cotas Seniores em Circulação.

13.2.4 As Cotas Seniores serão objeto de oferta pública registrada na CVM, nos termos da regulamentação aplicável, e deverão ser subscritas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data da publicação do anúncio de início.

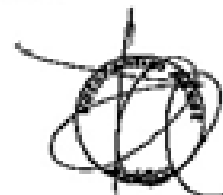
13.2.4.1 A Instituição Administradora poderá solicitar à CVM a prorrogação do prazo referido no item 13.2.4 acima, nos termos da regulamentação aplicável, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral.

13.2.5 As despesas relacionadas ao registro da oferta pública das Cotas Seniores serão consideradas encargos do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e do presente Regulamento.

13.2.6 Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, as Cotas Seniores que não sejam subscritas dentro do prazo de colocação de 180 (cento e oitenta) dias corridos acima referido serão canceladas pela Instituição Administradora, sem necessidade de aprovação de tal cancelamento em Assembleia Geral.

13.2.7 O anúncio de início da oferta pública das Cotas Seniores apresentará os termos e condições da oferta pública, bem como informará as condições e os prazos para subscrição e integralização das Cotas Seniores, observado o disposto neste Regulamento.

13.2.8 A distribuição das Cotas Seniores no âmbito da oferta pública só poderá ser realizada por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, a qual poderá eventualmente contratar outras instituições integrantes do sistema de distribuição.



13.2.9 Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores. Não serão observados, portanto, quaisquer requisitos de dispersão de Cotas.

13.2.10 As Cotas Seniores serão registradas para negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas Seniores.

13.2.11 É admitida a emissão e colocação privada das Cotas Subordinadas, a qualquer tempo, sem necessidade de aprovação da Assembleia Geral.

13.3 As Cotas serão escriturais e mantidas em contas de depósitos em nome de seus respectivos titulares junto ao Custodiante, na qualidade de agente escriturador das Cotas.

13.3.1 A qualidade de condômino caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em nome do Cotista.

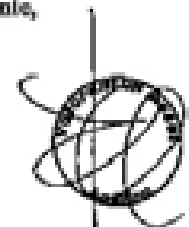
13.3.2 É indispensável, por ocasião da subscrição inicial de Cotas, a adesão do Cotista aos termos do presente Regulamento, através da assinatura do respectivo termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento, de declaração atestando a condição de Investidor Qualificado, bem como do boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado por terceiro devidamente habilitado pela Instituição Administradora.

13.3.3 Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Instituição Administradora quaisquer taxas ou despesas.

13.4 O valor mínimo para subscrição inicial de Cotas será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

13.5 Somente poderão adquirir as Cotas os Investidores Qualificados.

13.6 A integralização de Cotas pode ser efetuada por crédito em conta corrente em conta mantida no Custodiante ou por TED ou por meio da CETIP. A amortização e o resgate de Cotas podem ser efetuados por crédito em conta corrente,



documento de ordem de crédito, TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

13.6.1 Admite-se o resgate de Cotas Seniores em Direitos Creditórios, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. A amortização ou o resgate das Cotas Subordinadas em Direitos Creditórios pode ocorrer a qualquer tempo, observado o disposto neste Regulamento.

14. CLASSES DE COTAS

14.1 As Cotas serão da classe sênior ou subordinada, sendo que as Cotas Seniores poderão ser divididas em séries.

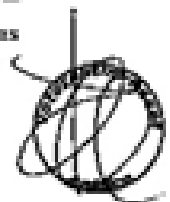
14.1.1 As Cotas Seniores ofertadas publicamente serão avaliadas pela Agência Classificadora de Risco e tal avaliação será atualizada trimestralmente. Não haverá classificação de risco das Cotas Subordinadas.

14.2 Todas as Cotas de mesma classe e Série terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto.

14.3 As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às Cotas Subordinadas para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Cotistas titulares de Cotas Seniores.

14.4 As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Cotistas titulares de Cotas Subordinadas. As Cotas Subordinadas serão subscritas exclusivamente pelo Cedente. Admite-se a integralização, a amortização e o resgate das Cotas Subordinadas com dinheiro ou direitos creditórios, a critério do Cedente. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização das Cotas Seniores, ou conforme descrito no presente Regulamento. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate das Cotas Seniores.

14.5 Relação Mínima. A relação mínima entre o PL e o valor das Cotas Seniores em Circulação é de 130% (cento e trinta por cento), que representa aproximadamente a proporção de 23% (vinte e três por cento) de Cotas Subordinadas



em relação ao PL. Essa relação deve ser apurada todo dia útil pelo Custodiante, e ficará à disposição dos Cotistas na sede da Instituição Administradora.

14.5.1 Verificada a inobservância da Razão Mínima, a Instituição Administradora deverá notificar imediatamente o Cedente sobre tal fato, informando o valor necessário para recompor a Razão Mínima, podendo o Cedente exercer a faculdade de, em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento de referida notificação, subscrever e integralizar volume suficiente de Cotas Subordinadas para restabelecer a Razão Mínima. O Cedente deverá informar a Instituição Administradora sobre a sua decisão no dia útil imediatamente posterior à data de recebimento da notificação sobre o desenquadramento da Razão Mínima. Ressalte-se que, nesse caso, o Cedente não tem qualquer obrigação de subscrever novas Cotas Subordinadas, mas tão somente a faculdade de fazê-lo.

14.5.1.1 Para fins do disposto no item 14.5.1 acima, a Instituição Administradora poderá emitir novas Cotas Subordinadas, sem necessidade de aprovação da Assembleia Geral.

14.5.2 Caso o Cedente não se manifeste sobre a subscrição das Cotas Subordinadas adicionais ou não subscreva as Cotas Subordinadas adicionais nos prazos indicados no item 14.5.1 acima, a Instituição Administradora deverá realizar a Amortização Compulsória a que se refere o item 16.4 abaixo. A Amortização Compulsória deverá ser realizada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados do fim do prazo previsto para a manifestação do Cedente ou para a subscrição das Cotas Subordinadas adicionais previstos no item 14.5.1 acima, conforme o caso.

15. DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO

15.1 As Cotas, independentemente da classe, terão seu valor calculado todo dia útil, conforme abaixo descrito. A primeira valorização ocorrerá no dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial da primeira Cota.

15.2 A valorização das Cotas ocorrerá conforme o seguinte procedimento, desde que o PL assim permita:

- i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, de forma proporcional e simultânea



para cada Série, o valor equivalente à remuneração calculada conforme o Anexo V deste Regulamento, relativa ao dia útil imediatamente anterior; e

- ii) após a valorização acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado ao valor de cada Cota Subordinada.

15.3 A fórmula de cálculo do valor a ser distribuído para as Cotas Seniores, desde que o PL assim permita, consta do Anexo V deste Regulamento.

15.3.1 Na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas ser igual a zero, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, de forma simultânea e proporcional a participação de cada Série em relação ao PL do dia útil anterior, o valor equivalente à variação patrimonial do Fundo também em relação ao dia útil anterior.

15.4 A presente cláusula tem como finalidade definir qual parcela do PL deve ser alocada aos titulares de cada classe de Cotas na hipótese de amortização ou resgate de Cotas e não representa nem deverá ser considerado promessa ou garantia de rentabilidade aos Cotistas. Portanto, os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

16. AMORTIZAÇÃO DAS COTAS

16.1 O cronograma de amortização e o eventual prazo de carência das Cotas Seniores de cada uma das Séries a serem emitidas pelo Fundo deverão constar do Suplemento da respectiva Série, cujo modelo consta como Anexo VI deste Regulamento.

16.1.1 Quaisquer pagamentos aos Cotistas a título de amortização de Cotas Seniores deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Cotas Seniores que sejam da mesma Série, em benefício de todos os Cotistas titulares da Série objeto de amortização.

16.2 As Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas, a critério da Instituição Administradora, no primeiro dia útil subsequente à Data de Amortização das Cotas Seniores de qualquer Série, desde que: (i) haja recursos suficientes para tanto; (ii) seja observado o limite estabelecido pela Razão Mínima para Amortização; (iii) não tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e/ou



(iv) não esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo. Os eventos acima não impedirão a amortização das Cotas Subordinadas se anteriormente ou simultaneamente ocorrer o resgate total das Cotas Seniores.

16.2.1 A não ocorrência de determinada amortização de Cotas Subordinadas em razão do disposto no item anterior não prejudicará futuras amortizações de Cotas Subordinadas, desde que observada ao tempo de cada amortização a Razão Mínima para Amortização, definida como a relação mínima de 130% (cento e trinta por cento) entre o PL e o valor das Cotas Seniores em Circulação.

16.2.2 As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da Assembleia Geral.

16.2.3 A amortização de Cotas Subordinadas somente poderá ser realizada até o limite necessário à manutenção da Razão Mínima prevista no item 14.5 deste Regulamento.

16.3 Os pagamentos das parcelas de amortização e/ou de resgate das Cotas serão efetuados, como regra geral, em moeda corrente nacional, por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Cotistas, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central, pelo valor da Cota no dia do respectivo pagamento.

16.3.1 Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização e/ou resgate aos Cotistas não cair em dia útil, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor originalmente devido, sendo que nenhum acréscimo será devido aos Cotistas. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização e/ou resgate aos Cotistas cair em dia que seja feriado na sede da instituição financeira em que for mantida, pelo Cotista, conta corrente na qual serão depositados os pagamentos referentes às Cotas, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor originalmente devido, sendo que nenhum acréscimo será devido aos Cotistas.

16.4 A Instituição Administradora poderá realizar, observadas as disposições deste Regulamento, a Amortização Compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do PL (i) à Razão Mínima, (ii) à Alocação Mínima em Direitos Creditórios, e/ou (iii) ao Excedente de Liquidez Máximo, caso o desaquecimento deste último perdure por mais de 20 (vinte) dias.



16.4.1 Na hipótese de a Instituição Administradora decidir pela realização da Amortização Compulsória nos termos do item anterior, o valor referente a tal amortização não será apurado pela fórmula definida no Suplemento das respectivas Séries, mas sim pelo valor necessário de enquadramento do Fundo, conforme previsto no item 16.4 acima. Os Cotistas serão informados sobre o valor total envolvendo cada Amortização Compulsória em até 1 (um) dia útil previamente à realização da Amortização Compulsória.

16.4.2 Salvo se expressamente disposto em contrário neste Regulamento, a Amortização Compulsória será realizada automaticamente pela Instituição Administradora, sem necessidade de aprovação da Assembleia Geral.

16.4.3 Qualquer Amortização Compulsória afetará todos os Cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional ao valor das respectivas Cotas.

16.5 Para os fins de pagamento da amortização e do resgate das Cotas Seniores, será sempre utilizado o valor da Cota do dia do pagamento, sendo que, nos casos de pagamento de amortização, o valor da Cota será reduzido proporcionalmente.

16.6 O procedimento previsto nesta cláusula não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as Cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

17. RESERVA DE PAGAMENTO E DE LIQUIDEZ

17.1 A Instituição Administradora deverá constituir reserva para pagamento das amortizações e do resgate das Cotas Seniores. Para tanto, a Instituição Administradora deverá interromper a aquisição de novas Direitos Creditórios, de modo que:

- i) a partir de 60 (sessenta) dias antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até 45 (quarenta e cinco) dias antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização; e



- ii) a partir de 30 (trinta) dias antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, e até a data da efetiva amortização, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) equivalente a 100% (cem por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização.

17.2 Uma vez constituída a Reserva de Pagamento, a Instituição Administradora poderá adquirir novos Direitos Creditórios.

17.3 Caso, uma vez constituída, a Reserva de Pagamento deixe de atender ao disposto nesta cláusula, a Instituição Administradora deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Pagamento.

17.4 Quando da execução dos procedimentos definidos nesta cláusula, a Instituição Administradora deverá priorizar a aquisição de ativos cujas datas de vencimento ou de resgate ou sua liquidez de mercado permitam o pagamento tempestivo das amortizações, sempre observada a política de investimento definida neste Regulamento.

17.5 O Fundo deverá sempre manter em Disponibilidades, líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, soma equivalente a no mínimo 3% (três por cento) de seu PL. Tal soma não será considerada para fins de apuração da Reserva de Pagamentos.

17.6 Os procedimentos descritos nesta cláusula não constituem promessa ou garantia, por parte da Instituição Administradora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Pagamento.

18. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE

18.1 Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

18.1.1 Os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os títulos de emissão do Banco Central do Brasil terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de apuração de ativos do Custodiante, cujo teor está



disponível a quaisquer Cotistas na sede da Instituição Administradora ou no sítio do Custodiante: www.citi.com.br/corporate.

18.1.2 O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, cobrança e prazo.

18.2 Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos à taxa de aquisição, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

18.2.1 Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, conforme descrito no item 18.1.2 acima, e desde que a Instituição Administradora autorize, por escrito, a utilização do novo método de avaliação dos Direitos Creditórios.

18.2.2 São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.

18.3 As provisões e as perdas com Direitos Creditórios ou com outros ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas nos termos da Resolução nº 2.682, de 12 de dezembro de 1999, do CMN.

18.4 As Cotas de cada classe e Série terão seu valor calculado todo dia útil.



18.4.1 O valor unitário das Cotas Seniores será o apurado conforme previsto na cláusula 15 acima.

18.4.2 O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do PL, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores em Circulação, pelo número total de Cotas Subordinadas.

19. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

19.1 Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração prevista na cláusula 6 acima:

- i) tributos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- iv) honorários e despesas do Auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;



- ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das Cotas nesses mercados;
- x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- xi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas.

19.2 Quaisquer despesas não previstas no item acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora.

20. **ASSEMBLÉIA GERAL**

20.1 É da competência da Assembleia Geral:

- i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Instituição Administradora, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social;
- ii) alterar quaisquer termos e condições deste Regulamento;
- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora;
- iv) deliberar sobre a substituição e/ou contratação de terceiro autorizado para exercer atividade de gestão da carteira do Fundo;
- v) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Cotistas;
- vi) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- vii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo;
- viii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- ix) deliberar sobre a alteração dos termos e condições do Contrato de Cessão;



- x) resolver se Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação;
- xi) resolver se Eventos de Liquidação devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- xii) deliberar sobre a alteração da Sobretaxa da remuneração das Cotas Seniores;
- xiii) deliberar acerca da substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 10 (dez) dias consecutivos ou por imposição legal;
- xiv) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios;
- xv) deliberar sobre a substituição da Agência Classificadora de Risco;
- xvi) deliberar sobre a substituição do Custodiante;
- xvii) deliberar sobre a substituição do Agente de Cobrança, observado o disposto no item 20.20 abaixo; e
- xviii) deliberar sobre o aporte para arcar com eventuais despesas incorridas para a cobrança dos Direitos Creditórios, nos termos do Anexo IV deste Regulamento.

20.1.1 Excetuando-se as hipóteses expressamente previstas nos itens 20.2, 20.2.1, 20.2.2, 20.2.3, 20.3 e 24.1.2.1 abaixo, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, correspondendo a cada Cota um voto.

20.2 Os Cotistas titulares de Cotas Seniores terão direito a voto em todas as matérias indicadas no item 20.1 acima enquanto existirem Cotas Seniores em Circulação. Sem prejuízo do disposto no item 20.3 abaixo, os Cotistas titulares de Cotas Subordinadas somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos subitens "iii", "vi", "vii" e "xiii" do item 20.1 acima. Quando não mais existirem Cotas Seniores em Circulação, os Cotistas titulares de Cotas Subordinadas terão direito a voto para deliberar sobre todas as matérias indicadas no item 20.1 acima. Todas as deliberações acima referidas serão tomadas em Assembleia Geral.



20.2.1 Sem prejuízo do disposto no item 20.3 abaixo, as deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens "i", "ii", "iv", "v", "viii", "ix", "xi" e "xiv" e "xviii" do item 20.1 acima dependerão de aprovação de Cotistas titulares de Cotas Seniores que representem a maioria das Cotas Seniores em Circulação, em primeira convocação, e de Cotistas titulares de Cotas Seniores que representem a maioria das Cotas Seniores presentes na Assembleia Geral, em segunda convocação.

20.2.2 Sem prejuízo do disposto no item 20.3 abaixo, as deliberações sobre as matérias indicadas nos subitens "iii", "vi", "vii" e "xiii" do item 20.1 acima dependerão de aprovação de Cotistas que representem a maioria das Cotas em circulação, em primeira convocação, e a maioria das Cotas presentes na Assembleia Geral, em segunda convocação.

20.2.3 As deliberações para alterar qualquer Evento de Avaliação, Evento de Liquidação ou Evento de Revisão dependerão de aprovação de Cotistas que representem no mínimo 90% (noventa por cento) das Cotas Seniores que estejam em circulação.

20.3 Dependem de aprovação por titulares de no mínimo 90% (noventa por cento) das Cotas Seniores em circulação e dos titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas que estejam em circulação, sendo os votos de cada uma das classes contabilizados em separado, de forma independente e sem relação de subordinação, as deliberações referentes a:

- i) Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão;
- ii) valorização das Cotas, inclusive no que se refere à elevação da Sobretaxa;
- iii) amortização das Cotas;
- iv) direito de voto de cada classe;
- v) alteração do item 13.2.3 deste Regulamento;
- vi) alteração dos itens 24.8 e 24.8.1 deste Regulamento;
- vii) cobrança de taxas; e



viii) obrigações dos titulares de Cotas Subordinadas.

20.4 A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Cotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

20.5 Somente pode exercer as funções de representante dos Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- ii) não ser titular de Cotas Subordinadas;
- iii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum;
- iv) não exercer cargo de administração ou ser empregado do Cedente; e
- v) não exercer cargo de administração ou ser empregado dos controladores, diretos ou indiretos, do Cedente.

20.5.1 Os representantes dos Cotistas eventualmente nomeados não farão jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Instituição Administradora, do Custodiante ou do Cedente para exercer tal função.

20.6 Este Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes ou de determinação da CVM, hipótese em que deve ser providenciada a ciência aos Cotistas da referida alteração no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da alteração deste Regulamento junto à CVM.

20.7 A convocação de Assembleia Geral será feita pela Instituição Administradora, mediante publicação de anúncio no periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo ou do envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas.



20.8 A convocação deverá indicar dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral e os assuntos a serem tratados.

20.9 A convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contados da data da publicação do primeiro anúncio ou do envio aos Cotistas de comunicação com aviso de recebimento.

20.10 Não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação, ou novamente providenciada a expedição aos Cotistas de comunicação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

20.11 Para efeito do disposto no item anterior, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com a primeira convocação.

20.12 Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

20.13 Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral será realizada na sede da Instituição Administradora. Quando a Assembleia Geral não for realizada na sede da Instituição Administradora, as comunicações enviadas aos Cotistas devem indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do município da sede da Instituição Administradora.

20.14 Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral poderá reunir-se a qualquer momento por convocação da Instituição Administradora, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação à Instituição Administradora por Cotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas, sendo que nesta hipótese, a Instituição Administradora deverá convocar a Assembleia Geral em até 5 (cinco) dias úteis do recebimento da solicitação dos Cotistas.

20.15 As Assembleias Gerais serão instaladas com a presença de pelo menos um Cotista.

20.16 Somente podem votar nas Assembleias Gerais os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano. A presidência das Assembleias Gerais caberá à Instituição Administradora, ressalvada a hipótese de deliberação em sentido diverso por parte dos Cotistas presentes.



20.17 Será sempre assegurada a participação da Instituição Administradora em qualquer Assembleia Geral.

20.18 Não terão direito a voto na Assembleia Geral:

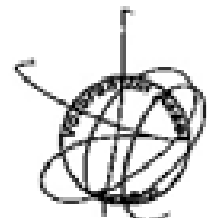
- i) a Instituição Administradora e seus empregados ou seus cônjuges ou parentes até segundo grau;
- ii) os controladores, diretos ou indiretos, administradores e empregados, ou seus cônjuges ou parentes até segundo grau, do Cedente, e
- iii) as sociedades direta ou indiretamente controladas, coligadas ou sob controle comum do Cedente ou de seus controladores, empregados, cônjuges ou parentes até segundo grau.

20.19 As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

20.20 Caso, por qualquer motivo, o Agente de Cobrança interrompa a prestação de serviços de cobrança para o Fundo, a Instituição Administradora poderá contratar diretamente, em nome do Fundo, sem necessidade de aprovação pela Assembleia Geral, os terceiros subcontratados pelo Agente de Cobrança que estejam relacionados no último relatório recebido nos termos do item 6.3 "xxx", "b", do Contrato de Cessão. Nessa hipótese, a Instituição Administradora deverá convocar Assembleia Geral, a ser realizada em no máximo 20 (vinte) dias corridos contados da interrupção da prestação de serviços pelo Agente de Cobrança, para ratificar as contratações efetuadas pela Instituição Administradora ou para deliberar pela contratação de outro(s) agente(s) de cobrança.

21. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS

21.1 A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes da presente cláusula, sem prejuízo de outras previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente.



21.2 A Instituição Administradora deve encaminhar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias da data da respectiva ocorrência:

- i) a data da primeira integralização de Cotas; e
- ii) a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.

21.4 A Instituição Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando ou indicando: (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista neste Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis; (ii) que as negociações foram realizadas a taxas de mercado; (iii) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período; e (iv) os resultados da verificação do lastro por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentro do universo analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios inexistentes porventura encontrados.

21.4.1 Os demonstrativos referidos no item anterior devem ser enviados à CVM, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contado do encerramento do respectivo período, e permanecer à disposição dos Cotistas, bem como ser examinados por ocasião da auditoria independente.

21.5 A Instituição Administradora deve divulgar, anualmente, no periódico referido na cláusula 22 abaixo, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e na sede das instituições que coloquem Cotas desse, o valor do PL, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a relação entre o PL e o valor das Cotas Seniores, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco.

21.6 A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à manutenção do investimento.

21.6.1 Cópia de qualquer comunicação relativa ao Fundo divulgada a terceiros ou Cotistas deverão ser enviados simultaneamente à CVM.



21.6.2 Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante: (i) a alteração da classificação de risco das Cotas ou, quando houver, dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) a mudança ou a substituição do Custodiante; (iii) a ocorrência de eventos que afetem ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da carteira do Fundo, bem como o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, no que se refere ao histórico de pagamentos; e (iv) a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos Cotistas.

21.6.3 A divulgação das informações previstas acima deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo e mantida disponível para os Cotistas na sede e agência(s) da Instituição Administradora e nas instituições que coloquem Cotas.

21.7 A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

21.8 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

21.8.1 O Fundo terá escrituração contábil própria.

21.8.2 O exercício social do Fundo tem, exceto no ano de sua constituição, duração de um ano, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

21.8.3 A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

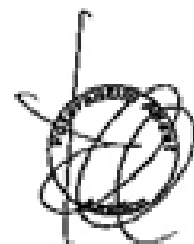


- i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

21.9 A Instituição Administradora deve enviar informe mensal à CVM, observando o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:

- i) saldo das aplicações;
- ii) PL;
- iii) rentabilidade apurada no período;
- iv) valor das Cotas de cada classe e quantidade de Cotas de cada classe em circulação;
- v) valores totais das captações e, se for o caso, dos resgates no mês referentes a cada classe de Cotas, considerados os valores efetivamente ingressados e retirados;
- vi) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado;
- vii) posições mantidas em mercados de derivativos; e
- viii) número de Cotistas.

21.9.1 Eventuais retificações nas informações previstas no item 21.9 acima devem ser comunicadas à CVM até o 1º (primeiro) dia útil subsequente à data da respectiva ocorrência.



21.10 No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Instituição Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- i) alteração do Regulamento;
- ii) substituição da Instituição Administradora;
- iii) incorporação;
- iv) fusão;
- v) cisão; e
- vi) liquidação.

22. PUBLICAÇÕES

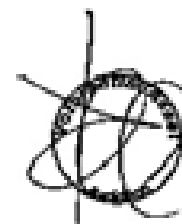
22.1 Todas as publicações mencionadas neste Regulamento serão feitas inicialmente no jornal Valor Econômico, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, devendo todos os documentos e informações correspondentes serem remetidos à CVM na mesma data em que for realizada a publicação.

22.2 A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de Assembleia Geral e alteração do presente Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os Cotistas sobre essa alteração.

23. LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

23.1 O Fundo será liquidado, ordinariamente, em 31 de dezembro de 2020.

23.2 Caso no último dia útil do prazo de duração do Fundo, a totalidade das Cotas em circulação ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, o prazo do Fundo será automaticamente prorrogado até a data em que ocorra o resgate da última Cota ainda em circulação.



23.3 Na hipótese de liquidação do Fundo, os titulares das Cotas Seniores terão direito de partilhar o PL na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva Série e no limite desses valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Cotas Seniores.

23.4 Na data de liquidação do Fundo, os titulares das Cotas poderão receber Direitos Creditórios e/ou outros ativos que integrem a carteira do Fundo em pagamento do resgate das Cotas.

24. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

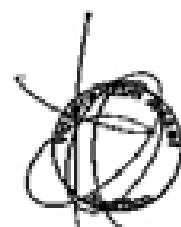
24.1 São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores para índice menor que Aa3.br fornecido pela Agência Classificadora de Risco ou equivalente pela Standard & Poor's Ratings Services ou Fitch Ratings Brasil Ltda.;
- ii) renúncia da Instituição Administradora à administração do Fundo e sua não substituição por uma instituição administradora sucessora nos prazos indicados nos itens 8.2 e 8.3 acima, conforme o caso;
- iii) inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos Cotistas, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da referida notificação;
- iv) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, verificada e notificada pela Instituição Administradora ou pelo representante dos Cotistas para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação;
- v) inobservância pelo Cedente das obrigações que tenha assumido no Contrato de Cobrança Escritural, desde que, se notificado pelo Custodiante ou pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o



fizer no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da referida notificação;

- vi) amortização ou resgate de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;
- vii) rescisão do Contrato de Custódia;
- viii) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores em Circulação por prazo igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) dias contados do encerramento de cada trimestre;
- ix) renúncia do Custodiante e sua não substituição por um custodiante sucessor no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da Assembleia Geral que aprovar a nomeação do novo custodiante;
- x) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- xi) ocorrência de qualquer Evento de Revisão, nos termos definidos no Contrato de Cessão;
- xii) não constituição da Reserva de Pagamento ou inobservância dos limites estabelecidos para Reserva de Pagamento pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis consecutivos;
- xiii) não constituição da Reserva de Liquidez ou inobservância dos limites estabelecidos para Reserva de Liquidez não sejam atendidos pelo prazo de 10 (dez) dias úteis consecutivos;
- xiv) caso a Instituição Administradora verifique que os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, vencidos e não pagos até o prazo de 60 (sessenta) dias, atinjam percentual superior a 18% (dezoito por cento);
- xv) caso a Instituição Administradora entenda que há uma situação de risco relevante em potencial para o Fundo não prevista neste Regulamento;



- xvi) pedido de rescisão do Contrato de Cessão pelo Cedente;
- xvii) aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade;
- xviii) caso a Instituição Administradora verifique, desde a data de constituição do Fundo, que o valor total de pré-pagamento e de devoluções amigáveis de veículos, relativos a Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, seja igual ou superior a 6% (seis por cento) do volume total captado com a emissão de Cotas pelo Fundo durante seu prazo de existência;
- xix) exceto nos últimos 6 (seis) meses do prazo de duração do Fundo ou da Série remanescente, caso a Instituição Administradora verifique que as despesas do Fundo foram superiores a 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) do PL;
- xx) caso, na verificação bimestral de lastro dos Direitos Creditórios Cedidos a ser realizada pelo Custodiante, ficar comprovado que 2% (dois por cento) ou mais dos Direitos Creditórios ou das amostragens, se a verificação for realizada por amostragem, (i) contém inconsistências ou incongruências em relação às informações fornecidas pelo Cedente, (ii) não possui lastro, ou (iii) não atendem às Condições de Cessão;
- xxi) inobservância pelo Cedente dos seus deveres e obrigações como Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos, nos termos do Anexo IV deste Regulamento se, notificado pelo Custodiante ou pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Cedente não o fizer no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da referida notificação;
- xxii) caso o índice de inadimplência no recebimento dos pagamentos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos, até 10 (dez) dias após o vencimento, nas agências que compõem a rede de atendimento do Agente de Recebimento, ultrapassar 30% (trinta por cento);
- xxiii) em um período de 3 (três) meses consecutivos, o Cedente receba dos Devedores pagamentos dos Direitos Creditórios que integrem a carteira do Fundo, exceto dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos por período igual ou superior a 11 (onze) dias contados do vencimento do respectivo Direito Creditório, em



montante superior a 5% (cinco por cento) do valor médio do PL do Fundo no referido trimestre;

- xxiv) caso seja efetuada uma Amortização Compulsória, no termos do item 14.5.2 acima; e
- xxv) caso, em 3 (três) Datas de Verificação alternadas ou 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas, em um período de 12 (doze) meses, não seja observado o limite mínimo 5% (cinco por cento) de Excesso de Spread, calculado pelo Custodiante a cada Data de Verificação, como:

$ES = TPA - TPP - DF$

sendo que:

"TPA" = a taxa ponderada do ativo, calculada com base nas taxas de remuneração dos ativos integrantes da carteira do Fundo; consiste na variação de remuneração média anualizada, ponderada por volume, de todos os bens e direitos integrantes da carteira do Fundo;

"TPP" = a taxa ponderada do passivo, calculada com base nas taxas de remuneração de todas as séries de Cotas Seniores em Circulação; consiste na remuneração média anualizada, ponderada por volume das Cotas Seniores em Circulação em relação ao PL; e

"DF" = percentual obtido pela divisão das despesas previstas para os 12 (doze) meses subsequentes pelo PL.

24.1.1 Sem prejuízo do disposto no item 24.1 "xxv" acima, não será exigido o atendimento do limite mínimo de Excesso de Spread durante os 2 (dois) primeiros meses subsequentes à primeira Data de Subscrição Inicial.

24.1.2 Sem prejuízo do disposto no item 24.1.3 abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Instituição Administradora convocará imediatamente uma Assembleia Geral, a ser realizada em até 15 (quinze) dias corridos da data do evento, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação.



24.1.2.1 Para que um Evento de Avaliação não seja considerado um Evento de Liquidação, é necessária a aprovação dos titulares de 2/3 (dois terços) das Cotas Seniores em Circulação, em primeira convocação, e dos titulares de 50% (cinquenta por cento) das Cotas Seniores em Circulação, em segunda convocação, devendo haver ao menos 5 (cinco) dias úteis entre a realização da primeira e da segunda Assembléias Gerais, se for o caso.

24.1.2.1.1 A Assembléia Geral referida no item 24.1.2.1 acima somente será instalada em primeira convocação na hipótese de estarem presentes 3/4 (três quartos) dos titulares das Cotas Seniores em Circulação. Já em segunda convocação, a Assembléia Geral será instalada com a presença de pelo menos 1 (um) titular de Cotas Seniores.

24.1.3 Caso a Assembléia Geral de que trata o item acima delibere que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a liquidação do Fundo observará os procedimentos descritos abaixo.

24.1.4 Caso o Evento de Avaliação não seja entendido pela Assembléia Geral com um Evento de Liquidação, o Fundo poderá reiniciar o processo de aquisição de Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão.

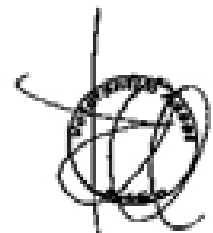
24.1.5 O direito dos Cotistas Subordinados ao recebimento de qualquer pagamento referente à amortização das Cotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação até (i) a data da deliberação, pela Assembléia Geral de que o Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Cotistas na referida Assembléia Geral ou (ii) a data em que todos os valores devidos aos Cotistas titulares de Cotas Seniores tiverem sido integralmente pagos pelo Fundo, caso se decida na referida Assembléia Geral pela liquidação antecipada do Fundo.

24.1.6 Para fins de verificação do disposto no item 24.1 (xiv) a Instituição Administradora deverá calcular no último dia útil de cada mês a média de inadimplência dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo do mês imediatamente anterior. Entende-se por inadimplência, para fins deste item, a razão entre o somatório dos valores dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos dividido pelo somatório dos valores da totalidade dos Direitos Creditórios vencidos, na respectiva data de apuração.



24.2 Será convocada Assembleia Geral, a ser realizada em até 15 (quinze) dias da data do evento, para deliberar sobre os procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer Evento de Liquidação abaixo indicado:

- i) pedido ou decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime especial de administração temporária ou regimes semelhantes com relação (a) ao Cedente; e/ou (b) ao Agente de Recebimento; e/ou (c) à Instituição Administradora; e/ou (d) a quaisquer sociedades controladas das pessoas referidas anteriormente;
- ii) se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui Evento de Liquidação;
- iii) na hipótese de a Assembleia Geral não chegar a acordo comum referente à substituição da Taxa DI, na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 10 (dez) dias ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal;
- iv) comprovação de que o Cedente, agindo de má-fé, tenha oferecido ao Fundo, Direitos Creditórios inexistentes, sem lastro, ou que já haviam sido cedidos a terceiros;
- v) não pagamento, em até 2 (dois) dias úteis, contados de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, do valor integral da amortização de qualquer Cota Sênior;
- vi) término do Contrato de Cessão;
- vii) inexistência de Direitos Creditórios passíveis de cessão que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade;
- viii) inobservância, por 5 (cinco) dias úteis consecutivos, da Razão Mínima, ou por 2 (duas) ou mais vezes no mesmo mês; e
- ix) recusa injustificada do Cedente em ceder Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, exceto quando a recusa decorrer de circunstâncias alheias à vontade do Cedente e decorrentes exclusivamente de condições adversas de mercado.



24.3 Sem prejuízo do item acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, a Instituição Administradora imediatamente (i) notificará tal fato aos Cotistas e (ii) interromperá a aquisição de Direitos Creditórios.

24.4 Na hipótese de (i) não instalação da Assembleia Geral por falta de *quorum*, ou (ii) aprovação pelos Cotistas sobre a liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

24.5 Na hipótese de a Assembleia Geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão, o resgate antecipado de suas Cotas, conforme regras a serem definidas na Assembleia Geral.

24.6 Caso a Assembleia Geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, todas as Cotas serão resgatadas, observados os seguintes procedimentos:

- i) a Instituição Administradora não adquirirá mais Direitos Creditórios e outros ativos para o Fundo; todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para o resgate das Cotas;
- ii) as Cotas Seniores terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos, Direitos Creditórios e Disponibilidades disponíveis no PL serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores; e
- iii) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores, sendo então pago a cada Cota Subordinada o valor correspondente à fração respectiva no eventual saldo remanescente do PL.

24.6.1 Com o intuito de racionalização do procedimento de resgate de Cotas descrito no item anterior, a Instituição Administradora poderá postergar pagamentos aos Cotistas até que o total de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por Cota, exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o integral resgate das Cotas Seniores e/ou Subordinadas.



24.7 A Assembleia Geral deverá definir o período máximo durante o qual as Cotas Seniores deverão ser resgatadas, que não poderá exceder o prazo de duração de tais Cotas. Caso no último dia útil desse prazo a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, deverá ser convocada Assembleia Geral para definir a forma como as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em circulação serão resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, observando-se, para tanto, o disposto na cláusula 25 abaixo.

24.8 Os titulares de Cotas Seniores terão jus a um prêmio, a ser pago pelo Cedente, apurado na forma do item 24.8.1 abaixo, na hipótese de ocorrência de liquidação antecipada do Fundo, decorrente de qualquer uma das seguintes situações:

- i) Evento de Avaliação estabelecido nos subitens "xvi", "xx", "xxi" e "xxiii" do item 24.1;
- ii) Evento de Liquidação estabelecido nos subitens "iv" e "ix" do item 24.2;
- iii) Evento de Revisão estabelecido nos itens "i", "v", "xi", "xii", "xiv", "xvi", "xvii" e "xviii" do item 13.1 do Contrato de Cessão, observado o disposto no item 24.8.2 abaixo em relação ao item "xviii";
- iv) caso o Cedente descumpra a obrigação prevista no item 6.3, "x", do Contrato de Cessão, e se recuse, de forma injustificada, a cumpri-la, no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, por escrito, da Instituição Administradora ou do Custodiante nesse sentido; e
- v) caso se verifique que o Cedente dolosamente prestou declarações, no âmbito do Contrato de Cessão, que soubesse inverídicas e que possam comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas.

24.8.1 O valor do prêmio referido no item 24.8 acima será equivalente a 3% (três por cento) incidente sobre o valor unitário não amortizado das Cota Seniores acrescido da remuneração.

24.8.2 Na hipótese de ocorrência de um Evento de Revisão tratado no item 13.1 "xviii" do Contrato de Cessão, o pagamento do prêmio mencionado no item 24.8.1



acima não será devido se, em até 30 (trinta) dias úteis contados da deliberação de liquidação antecipada do Fundo, o Cedente comprovar, por meio de relatório elaborado por auditor independente, que ao menos 90% (noventa por cento) das recompensas de Direitos Creditórios ocorreram para fins de renegociação dos Financiamentos que lhes deram origem.

25. DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE COTAS MEDIANTE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E/OU ATIVOS FINANCEIROS

25.1 Qualquer entrega de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos titulares de Cotas nos termos desta cláusula será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Cotas devido por cada Cotista na ocasião e observados os procedimentos definidos nesta cláusula.

25.1.1 De acordo com o disposto neste Regulamento, as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Cotas Subordinadas.

25.2 Na hipótese da Assembleia Geral referida no item 24.7 acima não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros serão dados em pagamento aos Cotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Cotista será calculada de acordo com a proporção de Cotas devida por cada titular sobre o valor total das Cotas emitidas à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a Instituição Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento e deverá tomar todas as providências necessárias para liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

25.2.1 A Instituição Administradora deverá notificar, em até 2 (dois) dias úteis da realização da Assembleia Geral prevista no item 24.7 acima, os Cotistas (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, e (ii) informando a proporção de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros a que cada Cotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Instituição Administradora perante os Cotistas após a constituição do referido condomínio.



25.2.2 Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos itens acima em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação prevista no item 25.2.1 acima, essa função será exercida pelo titular de Cotas que detenha, individualmente, o maior número de Cotas emitidas.

25.2.4 O Custodiante e/ou terceiro por ele contratado fará a guarda dos Direitos Creditórios e dos respectivos Documentos Comprobatórios existentes e ativos financeiros pelo prazo imprescritível de 30 (trinta) dias corridos (contados da notificação referida no item 25.2.1 acima), dentro do qual o administrador do condomínio, eleito pelos Cotistas, ou ao qual essa função tenha sido atribuída nos termos do item 25.2.2 acima, indicará à Instituição Administradora e ao Custodiante, hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos Creditórios, Documentos Comprobatórios respectivos e ativos financeiros. Expirado este prazo, a Instituição Administradora poderá promover a consignação dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, na forma do artigo 334 do Código Civil.

26. ORDEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS

26.1 A partir da primeira Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento de recursos provenientes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- i) pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) formação da reserva equivalente ao montante estimado dos encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente;
- iii) amortização e/ou resgate das Cotas Seniores em Circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- iv) constituição da Reserva de Pagamento;
- v) constituição da Reserva de Liquidez;



- vi) pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional;
- vii) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- viii) amortização e/ou resgate de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

26.2 Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem:

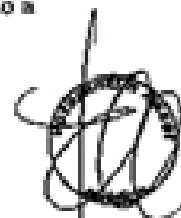
- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) na amortização das Cotas Seniores, observados os termos e as condições do Regulamento; e
- iii) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

26.2.1 Os valores recebidos a título de pagamento antecipado de Direitos Creditórios, ou que tenham sido pagos após a data de vencimento, deverão ser alocados, exclusivamente, nos termos dos subitens "I", "II" e "III" acima.

27. DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1 Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como forma de correspondência válida nas comunicações entre a Instituição Administradora, o Custodiante, o Cedente e os Cotistas.

27.2 Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por dia útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dias declarados como feriados de âmbito nacional. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não forem dia útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data do referido evento o dia útil imediatamente seguinte.



27.3 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer ações nos processos jurídicos relativos ao Fundo ou quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

São Paulo, 13 de junho de 2008.

VOTORANTEN ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.
Instituição Administradora



ANEXO I

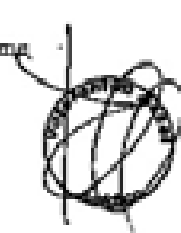
Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veludos II" constituído em 18 de janeiro de 2008, por Fotorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

GLOSSÁRIO

Agência Classificadora de Risco	Moody's América Latina Ltda, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.551, 16º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.101.919/0001-05, ou quem vier a lhe suceder.
Agente de Cobrança	O Cedente foi contratado como Agente de Cobrança e poderá subcontratar terceiros para o exercício de atividades relacionadas à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos.
Agente de Recebimento	Instituição financeira, contratada pelo Cedente, pelo Fundo e pelo Custodiante, que deverá receber os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos que sejam pagos por meio de boletos, e transferi-los diretamente para conta corrente de titularidade do Fundo.
Alocação Mínima	Percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do PL a ser mantido em Direitos Creditórios, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades.
Amortização Compulsória	Faculdade atribuída à Instituição Administradora de realizar a amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores em situações especificadas neste



	Regulamento.
Assembleia Geral	Assembleia Geral de cotistas do Fundo.
Ativos Financeiros	Ativos e títulos referidos no item 9.4 do Regulamento.
Auditor	KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, ou quem vier a lhe suceder.
Banco ABC	Banco ABC Brasil S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek nº 1.400, 5º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 28.195.667/0001-06.
Banco Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.400, 4º andar (parte), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30.
Banco Paulista	Banco Paulista S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.820.817/0001-09.
BM&F	Bolsa de Mercadorias e Futuros
CCB	Cédula de Crédito Bancário, conforma



definida pela Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e regulamentação aplicável.

CCF

Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo

CDC Veículos

Crédito direto ao consumidor, concedido pelo Banco Paulista a pessoas físicas e jurídicas, para aquisição de veículos, com a alienação da propriedade fiduciária em garantia do veículo financiado em seu favor.

Cedente

Banco Paulista.

CETIP

Câmara de Custódia e de Liquidação.

Cessão Parcial de Direitos Creditórios

Cessão de parcelas vincendas de cada Financiamento que não correspondem à totalidade das parcelas vincendas deste, desde que observadas as condições definidas no item 10.2 "vi" deste Regulamento.

CMN

Conselho Monetário Nacional.

Código Civil

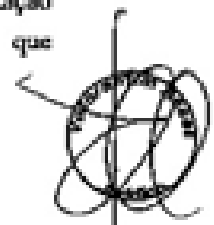
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Condições de Cessão

Requisitos dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo pelo Cedente, estabelecidos no item 10.2 deste Regulamento.

Conta de Arrecadação

Conta escritural, mantida no Agente de Recebimento, que deverá receber os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos, conforme orientação da Instituição Administradora, e que



somente poderá ser movimentada por ordem da Instituição Administradora ou do Custodiante, devidamente constituído como procurador da Instituição Administradora para este fim.

Contrato de Cessão

Contrato de promessa de cessão de direitos creditórios por meio do qual o Cedente prometerá ceder Direitos Creditórios ao Fundo originários de Financiamentos.

Contrato de Custódia

Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Direitos de Crédito, Valores Mobiliários e Ativos Financeiros para Fundos de Investimento em Direitos de Crédito, celebrado entre o Custodiante e a Instituição Administradora, com a intervenção do Cedente.

**Contrato de Prestação de Serviços
Cobrança Escritural Bradesco**

Contrato celebrado entre o Cedente, o Fundo, o Custodiante e o Agente de Recebimento, que regula o desempenho de suas atividades em favor do Fundo.

COSIF

Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil.

Cotas

Correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo. As Cotas são divididas em duas classes, Sênior e Subordinada.

Cotas Seniores

Todas as cotas emitidas pelo Fundo que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.



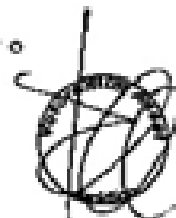
Cotas Seniores da 1ª Série	Primeira série de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo.
Cotas Seniores em Circulação	A totalidade das Cotas Seniores emitidas, e que ainda não tenham sido resgatadas.
Cotas Subordinadas	As que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotistas	Os titulares de Cotas Seniores ou Subordinadas, quando tratados em conjunto.
Cotistas Dissidentes	Os Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão da Assembleia Geral de deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, a quem será concedido o resgate antecipado de suas Cotas, conforme regras a serem definidas na Assembleia Geral.
Cotistas Seniores	Titulares de Cotas Seniores em Circulação.
Crédito Pessoal	Empréstimos de recursos realizados pelo Banco Paulista a pessoas físicas e jurídicas, garantidos pela alienação fiduciária de veículos ao respectivo mutuante.
Crítérios de Elegibilidade	São as características necessárias dos Direitos Creditórios para sua aquisição pelo Fundo, cuja observância deverá ser verificada pelo Custodiante.



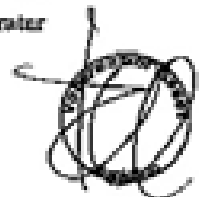
Custodiante	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade com sede na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar (parte), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.868.597/0001-40.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização	Significa a data de amortização das Cotas de uma determinada classe ou Série, conforme as condições previstas neste Regulamento e no Suplemento da respectiva Série.
Data(s) de Amortização de Cotas Seniores	Datas das amortizações programadas das Cotas Seniores, na data prevista no respectivo Suplemento.
Data de Subscrição Inicial	Data da primeira subscrição e integralização de uma determinada Série.
Data de Verificação	Data de apuração obrigatória dos limites de concentração e Excesso de Spread, a ser realizada pelo Custodiante sempre no último dia útil de cada mês.
Devedor(es)	Pessoas físicas ou jurídicas, tomadoras dos Financiamentos, devedoras dos Direitos Creditórios Cedidos.
DI	Depósitos Interfinanceiros.
Direitos Creditórios	São as parcelas dos Financiamentos.
Direitos Creditórios Cedidos	São os Direitos Creditórios cedidos pelo Cedente ao Fundo.



Disponibilidades	Compreendem (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata, o que inclui títulos públicos.
Distribuidores	Banco Itaú BBA e Banco ABC.
Documentos Comprobatórios	Ficha cadastral do Devedor, a CCB, em que constam as condições de contratação do Financiamento e os documentos pessoais do Devedor, se pessoa física, ou documentos societários do Devedor, se pessoa jurídica, e do veículo alienado fiduciariamente em garantia, entre outros, se houver, que foram analisados para a concessão do Financiamento.
Eventos de Avaliação	Aqueles definidos no item 24.1 deste Regulamento, cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios bem como convocação imediata de Assembleia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como Evento de Liquidação.
Eventos de Liquidação	Aqueles definidos no item 24.2 deste Regulamento, cuja ocorrência enseja a convocação de Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos Cotistas e a interrupção da aquisição de Direitos Creditórios.
Eventos de Revisão	São os eventos definidos no item 13.1 do Contrato de Cessão.
Excedente de Liquidez Máximo	Valor das Disponibilidades que exceder o



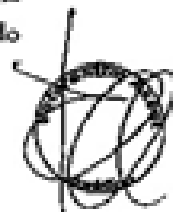
	valor da Reserva de Pagamento, limitado ao percentual máximo de 15% (quinze por cento) do PL.
Excesso de Spread	5% (cinco por cento) ao ano, base 252 dias úteis.
FGC	Fundo Garantidor de Crédito.
Financiamento	Financiamentos concedidos pelo Banco Paulista a pessoas físicas ou jurídicas nas modalidades de CDC Veículos ou Crédito Pessoal, que originarão os Direitos Creditórios que poderão ser ofertados ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão. Os Financiamentos serão representados por OCBs.
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista - Veículos II.
Instituição Administradora	Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.384.738/0001-98.
Instituição Autorizada	Instituição financeira, classificada entre as 10 (dez) maiores instituições financeiras do Brasil, com base em volume de ativos, de acordo com a última classificação divulgada pelo Banco Central do Brasil, com a qual o Fundo poderá contratar



	operações com instrumentos derivativos em mercado de balcão e/ou diretamente na BM&F, sob a modalidade "com garantia".
Investidor(es) Qualificado(s)	Investidores qualificados, conforme regulamentação legal, e atualmente definidos na Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004.
Lista de Direitos Creditórios	Lista de Direitos Creditórios oferecidos à cessão, a ser preparada em arquivo eletrônico.
Partes Relacionadas	Em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa jurídica; e/ou (iv) sociedades sob o mesmo controle que tal pessoa jurídica.
PL	Valor do patrimônio líquido do Fundo.
Pré-pagamento	Refere-se à liquidação antecipada da totalidade dos Direitos Creditórios relacionados a um mesmo Financiamento.
Razão Mínima	Relação mínima admitida entre o PL e o valor das Cotas Seniores em Circulação que será equivalente a 130% (cento e trinta por cento), que representa aproximadamente a proporção de 23% (vinte e três por cento) de Cotas Subordinadas em relação ao total do PL.
Razão Mínima para Amortização	Relação mínima entre o PL e o valor das Cotas Seniores em Circulação que será



	equivalente a 130% (cento e trinta por cento), que deverá ser observada a cada amortização das Cotas Subordinadas.
Regulamento	Regulamento do Fundo.
Reserva de Liquidez	Reserva constituída na forma do item 17.5 do Regulamento
Reserva de Pagamento	Reserva para pagamento das amortizações das Cotas Seniores.
SERASA	Serasa S.A., sociedade que realiza a inserção dos nomes de pessoas físicas ou jurídicas inadimplentes no cadastro do Serviço de Proteção ao Crédito.
Série	Qualquer série de Cotas Seniores emitida nos termos deste Regulamento e do respectivo Suplemento.
Sisbacen	Sistema de Informações do Banco Central do Brasil.
SNG	Sistema Nacional de Gravames.
Sobre taxa	<i>Spread</i> aplicado sobre a Taxa DI, definido no Suplemento de cada Série, cujo modelo foi reproduzido no Anexo VI deste Regulamento.
Suplemento	Documento cujo modelo consta do Anexo VI deste Regulamento, que contém as características de cada Série que eventualmente venha a ser emitida pelo Fundo, nos termos do Regulamento e que, uma vez assinado e averbado pela Instituição Administradora no registro do



Regulamento em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, constituirá parte integrante deste Regulamento.

Taxa DI

Taxa diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP.

TED

Transferência Eletrônica Disponível.

Valor de Mercado

É o valor médio de mercado do veículo financiado segundo estabelecido pelas tabelas Molcar ou FIPB ou, na falta destas, pela cotação apurada pelo Banco Paulista.

Veículos Leves

São considerados veículos leves os automóveis (veículo de passageiros com capacidade até oito pessoas, exclusive o condutor), camionetas (veículo de transporte de carga até 1.500 kg) e reboques com peso bruto total de até 750 kg (veículo com um ou mais eixos, que se move tracionado por veículo automotor).

Veículos Pesados

São considerados veículos pesados os microônibus (veículo de transporte coletivo com capacidade de até vinte passageiros), ônibus (veículo de transporte coletivo com capacidade para mais de vinte passageiros), misto (veículo destinado ao transporte de carga e passageiro), reboque com peso bruto total acima de 750 kg (veículo de um ou mais



eixos, que se move tracionado por veículo automotor), semi-reboque (veículo de um ou mais eixos traseiros, que se move articulado e apoiado na unidade tratora), caminhão (veículo para transporte de carga superior a 1.500 kg) e caminhão trator (veículo automotor destinado a tracionar ou arrastar outro).



ANEXO II

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II" constituído em 18 de janeiro de 2008, por Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

DESCRIÇÃO DA NATUREZA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, DOS PROCESSOS DE ORIGINAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO ADOTADA PELO BANCO PAULISTA

1. Natureza

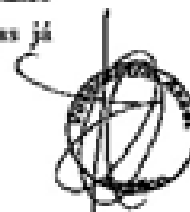
1.1 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são originados de Financiamentos nas modalidades CDC Veículos e Crédito Pessoal com garantia de veículos concedidos pelo Banco Paulista a Devedores, representados por CCBs. O modelo utilizado de CCB está reproduzido no Anexo III deste Regulamento. É admitida a Cessão Parcial de Direitos Creditórios, observadas as condições constantes no item 2.1 do Contrato de Cessão.

2. Correspondentes bancários

2.1 O Banco Paulista tem contrato com correspondentes bancários ("Correspondentes") que auxiliam no processo de origemção da totalidade de Direitos Creditórios. Os Correspondentes são responsáveis, dentre outras, pelas seguintes atividades: (a) encontrar lojas de revenda e concessionárias de veículos ("Lojas") interessadas na concessão de financiamento para seus clientes; (b) fazer a análise prévia da situação financeira e do histórico das Lojas, e caso entenda que se enquadrem no perfil admitido pelo Banco Paulista, encaminhar a documentação ao departamento responsável do Banco Paulista para análise e eventual aprovação da Loja; e (c) fazer análise prévia de toda informação necessária à aprovação de crédito de cada cliente, e caso entenda que a informação apresentada está de acordo com os parâmetros pré-estabelecidos, encaminhá-la para análise do Banco Paulista.

3. Processo de origemção

3.1 São duas as formas de acesso a financiamentos de veículos do Banco Paulista disponíveis aos interessados. A primeira delas é por meio das Lojas já



cadastradas no Banco Paulista. A outra, estimado em contato diretamente com os Correspondentes.

3.2 Os Correspondentes e as Lojas dispõem de fichas cadastrais padronizadas para preenchimento com informações e referências pessoais, profissionais e comerciais relativas às pessoas, físicas ou jurídicas, interessadas em contratar empréstimos para financiar a compra de veículos ("Clientes").

3.2.1 Se preenchida pela Loja, a ficha é imediatamente encaminhada por fax, ou pelo sistema eletrônico padrão do Banco Paulista ("PaulistaWeb") ao Correspondente responsável.

3.3 Caso a ficha seja recebida por fax, o Correspondente deverá migrar as informações nela contidas para o PaulistaWeb.

3.4 Depois de preenchê-la ou recebê-la da Loja pelo PaulistaWeb, o correspondente bancário realiza a análise das informações apresentadas e encaminha a ficha cadastral do Cliente, também pelo PaulistaWeb, ao setor de análise de crédito da filial ou da matriz do Banco Paulista, conforme o caso, que, por sua vez, dará início à análise de crédito, na forma descrita na cláusula 4 abaixo.

3.4.1 Os pedidos de financiamento de veículos leves, cujo valor de crédito seja superior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), são encaminhados pela filial à matriz do setor de análise de crédito, que terá exclusiva competência para analisar e autorizar a concessão destes financiamentos. Independentemente do valor do crédito, os pedidos de financiamento de veículos pesados somente são analisados e aprovados pela matriz.

3.4.2 Aprovado o crédito e existindo interesse do cliente em realizar o financiamento, o Correspondente enviará por fax, ao setor de formalização de crédito do Banco Paulista, situada na matriz do banco, cópia dos documentos apresentados pelo Cliente. Além dos Documentos Comprobatórios, são encaminhados os seguintes documentos: (a) no caso de pessoa física, documento de identidade, CPF, comprovante de residência recente, comprovante de renda e outros documentos eventualmente especificados pela área de crédito; e (b) no caso de pessoa jurídica, ato constitutivo e respectivas alterações, ata de eleição da atual diretoria, cartão de CNPJ/MF e outros documentos eventualmente especificados pela área de crédito.

3.5 Na data deste Regulamento, o Banco Paulista contava com 10 (dez)



filiais de análise de créditos, localizados em Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Curitiba, Belo Horizonte, Uberlândia, Bauru, Maringá, ABC Paulista e Recife, e a matriz, localizada na sua sede.

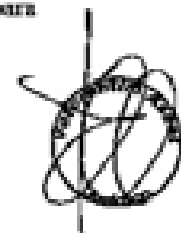
4. Política de concessão de crédito

4.1 Uma vez recebida a ficha cadastral do Cliente, o Banco Paulista inicia o procedimento de análise de crédito, que consiste em: (a) consulta ao CCF e/ou ao SERASA, ou ao Sisbacen (neste último caso, somente quando o valor do Financiamento for igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)), (b) verificação das referências e informações residenciais, comerciais e bancárias declaradas, (c) verificação das referências utilizadas para avaliação do valor do veículo, (d) realização de outras verificações por meio de pesquisas a páginas da internet de fácil consulta, tais como a da Receita Federal, e (e) quando solicitado ao Correspondente, checagem *in loco* de informações. Quando a checagem *in loco* não é solicitada, o procedimento de análise é concluído em aproximadamente 1 (uma) hora.

4.2 Nos casos em que, após a checagem da área de análise de crédito, se verifica a existência de peculiaridades que impedem a aprovação automática do crédito, o pedido é encaminhado para alçada decisória superior, designada de acordo com o valor do financiamento sob análise.

4.2.1 Pedidos de financiamento no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) podem ser aprovados pelo analista da mesa de crédito da matriz. Acima deste valor e até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), somente o supervisor da mesa de crédito poderá autorizar a concessão do financiamento. Caso seja superior a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), o pedido de financiamento será analisado pela gerência de crédito do Banco Paulista, que poderá aprovar financiamentos de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais). Acima de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) e até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), o pedido poderá ser aprovado pelo Gerente Geral de Crédito e Cobrança. Acima de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) o pedido será encaminhado, com recomendação ou não para a concessão de financiamento superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), ao comitê de crédito do Banco Paulista que deliberará pela aprovação ou não do pedido de financiamento.

4.3 Após a aprovação do pedido de financiamento pelo Banco Paulista, o correspondente responsável pela operação entra em contato com o Cliente para formalizar a CCB, que contém as condições do Financiamento.



4.4 Com a CCB assinada pelo Cliente, o Banco Paulista realiza consulta ao Departamento de Trânsito (DETRAN) do Estado em que o veículo objeto do financiamento está registrado e ao Megadata, para certificação da inexistência de restrições ao veículo.

4.5 Concluída com sucesso a etapa acima descrita, é gravada a reserva da alienação fiduciária do veículo em favor do Banco Paulista junto ao SNG (Megadata), após a qual é autorizada a liberação de pagamento do financiamento ao proprietário do veículo.

4.6 Realizado o pagamento pelo Banco Paulista, é gerado um carnê contendo os boletos bancários relativos às parcelas mensais de pagamento do respectivo financiamento, sendo que o recebimento dos boletos é confirmado por meio de contato telefônico (pós venda) realizado pelo Banco Paulista com o Devedor, até o 10º (décimo) dia que antecede o vencimento da primeira parcela.



ANEXO III

*Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos
Creditórios Paulista - Veículos II" constituído em 18 de janeiro de 2008, por
Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.*

MODELO DAS CCBs E DA FICHA CADASTRAL DO DEVEDOR

Modelo de CCB vigente durante o período entre novembro de 2005 e outubro de 2007



232

[illegible]

2. Apesar de não ter sido formalmente aprovado, o Conselho de Administração da BCB não se pronunciou sobre a possibilidade de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) adquirir o controle da BCB. A BCB não possui, portanto, nenhuma obrigação de informar o Conselho de Administração sobre a possibilidade de aquisição de controle pelo BNDES, nem de informar o Conselho de Administração sobre a possibilidade de aquisição de controle pelo BNDES. A BCB não possui, portanto, nenhuma obrigação de informar o Conselho de Administração sobre a possibilidade de aquisição de controle pelo BNDES.

7.1. To sam na danu do 10h (preko 10h) kada se posrednik uključi u postupak, stajalo se u predjeloj i na

00000004, cujo mandado de prisão preventiva foi revogado em virtude da ausência de provas suficientes para sustentar a acusação formulada no MP nº 79.824/2016, com fundamento na decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Criminal do TJSP, nos autos do processo criminal nº 00000004-0, em trâmite perante o Conselho Nacional de Justiça.

para promover a inclusão social e a integração e a participação cidadã da população, com ênfase na educação, na saúde, na cultura, no esporte e no lazer, na melhoria da qualidade de vida da população, na promoção da sustentabilidade do meio ambiente, na preservação do patrimônio cultural, na promoção da segurança pública, na promoção da transparência e na promoção da accountability.

Nome completo do Cliente: e-mail:
 P.R. (Código de acesso) (Senha)
 O usuário **ADMIN** possui todos os privilégios de acesso, incluindo a possibilidade de criar e excluir usuários.
 Quando for necessário, a senha deve ser alterada.

1. **Verdadero o Falso?** - ¿El río del mundo (el río más largo) es el río Amazonas? ☐ Verdadero ☐ Falso

[illegible]

12.1. O candidato que apresentar qualquer dúvida a respeito de qualquer uma das informações constantes no Edital de Seleção deverá apresentá-la imediatamente após a publicação do Edital de Seleção, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de publicação do Edital de Seleção, sob pena de não ser considerada.

94.2 O valor médio a longo de Tabela de Ligação Antepara, em caso de **RELAÇÃO DEPENDÊNCIA** tem-se: **RELAÇÃO DE** dependência entre as variáveis.

[illegible]

10. T. Kopp (Ludwigshafen, Alemanha), *Entwicklungsplanung* (Desenvolvimento da Planificação), no âmbito do projecto de L. 1. 1999, p. 10.

[illegible][illegible][illegible]

14. **Analizziamo l'ipotesi che il reddito medio annuo per famiglia sia superiore a 10 milioni di lire.**

E per evitare inutili polemiche, il ministro ha deciso di non spiegare a sua volta quali siano, stando a lui, i suoi veri e propri obiettivi.

Unusual or Critical 50

Downloaded from <http://ajphaphysiol.org/> at University of California, San Diego on June 11, 2015

10 _____

Abstract

Downloaded from <http://ajphaphysocpharm.sagepub.com/> at 12:41 10 July 2015

7. Segundo o Plano Plurianível, no âmbito do Conselho de Administração, há legitimidade de os fundadores seguirem sendo o órgão dirigente da instituição, assim como os demais órgãos de gestão institucional, transmissíveis e transferíveis em caráter vitalício, segundo o ETC aprovado pelo Conselho Superior, tendo em vista, no Conselho, a ausência de qualquer outra representação, não obstante a existência de uma representação popular, prevista no ETC, que não tem caráter reflexivo, sendo o Conselho, portanto, órgão deliberativo para a administração do ensino. O órgão consultivo de caráter técnico e consultivo não é o órgão de gestão, sendo o Conselho, portanto, o órgão de gestão da instituição, assim como o Conselho de Administração, não sendo possível a sua extinção pelo Conselho, podendo apenas modificá-lo.

1.4. Este conținut este de strictă confidențialitate și este destinat exclusiv persoanelor care au fost desemnate în acest scop. Orice divulgare neautorizată a acestui conținut poate constitui o încălcare a legislației în vigoare privind protecția datelor personale și/sau a proprietății intelectuale.

[illegible][illegible]

1.8. Conștient că activitatea de informare, educare și sensibilizare desfășurată în cadrul proiectului este în interesul public și este necesară pentru realizarea obiectivelor proiectului, solicităm ca activitatea de informare, educare și sensibilizare desfășurată în cadrul proiectului să fie finanțată din bugetul de stat al Republicii Moldova.

[illegible]

10. **Procedimiento de Análisis de Datos:** Los datos recolectados se analizarán utilizando técnicas estadísticas apropiadas para determinar si existen diferencias significativas entre los grupos de intervención y control. Se utilizarán pruebas de hipótesis de dos colas para evaluar la hipótesis de que el programa de intervención tendrá un efecto positivo en la reducción de la violencia doméstica.

*All trademarks are property of their respective owners. All rights reserved. All other trademarks are the property of their respective owners. All other trademarks are the property of their respective owners.

1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 26

a) Die beiden Polymere sind in einem 1:1-Verhältnis miteinander verknüpft. Die Polymerketten sind durch Wasserstoffbrückenbindungen, die zwischen den Amino- und Carboxylgruppen der beiden Polymerketten entstehen, miteinander verknüpft.

As informações aqui contidas são apenas para fins informativos e não devem ser utilizadas para fins de investimento. O emissor não se responsabiliza por danos ou prejuízos decorrentes do uso das informações aqui contidas.

18. A. Non attaglia per come dispone materialmente il contratto, neppure per come è stata costituita la società, o per come ha funzionato la gestione, ma per come ha agito il socio che ha fatto il contratto.

[illegible]

Foto: A. Basso - Contrasto / Contrasto

11. 1984 (1984-1985) - AINIA, 1000-1500 m. s. y. presente solamente en las montañas más altas, los límites de altura de la 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100. 101. 102. 103. 104. 105. 106. 107. 108. 109. 110. 111. 112. 113. 114. 115. 116. 117. 118. 119. 120. 121. 122. 123. 124. 125. 126. 127. 128. 129. 130. 131. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 139. 140. 141. 142. 143. 144. 145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 154. 155. 156. 157. 158. 159. 160. 161. 162. 163. 164. 165. 166. 167. 168. 169. 170. 171. 172. 173. 174. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 184. 185. 186. 187. 188. 189. 190. 191. 192. 193. 194. 195. 196. 197. 198. 199. 200. 201. 202. 203. 204. 205. 206. 207. 208. 209. 210. 211. 212. 213. 214. 215. 216. 217. 218. 219. 220. 221. 222. 223. 224. 225. 226. 227. 228. 229. 230. 231. 232. 233. 234. 235. 236. 237. 238. 239. 240. 241. 242. 243. 244. 245. 246. 247. 248. 249. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 257. 258. 259. 260. 261. 262. 263. 264. 265. 266. 267. 268. 269. 270. 271. 272. 273. 274. 275. 276. 277. 278. 279. 280. 281. 282. 283. 284. 285. 286. 287. 288. 289. 290. 291. 292. 293. 294. 295. 296. 297. 298. 299. 300. 301. 302. 303. 304. 305. 306. 307. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 315. 316. 317. 318. 319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. 336. 337. 338. 339. 340. 341. 342. 343. 344. 345. 346. 347. 348. 349. 350. 351. 352. 353. 354. 355. 356. 357. 358. 359. 360. 361. 362. 363. 364. 365. 366. 367. 368. 369. 370. 371. 372. 373. 374. 375. 376. 377. 378. 379. 380. 381. 382. 383. 384. 385. 386. 387. 388. 389. 390. 391. 392. 393. 394. 395. 396. 397. 398. 399. 400. 401. 402. 403. 404. 405. 406. 407. 408. 409. 410. 411. 412. 413. 414. 415. 416. 417. 418. 419. 420. 421. 422. 423. 424. 425. 426. 427. 428. 429. 430. 431. 432. 433. 434. 435. 436. 437. 438. 439. 440. 441. 442. 443. 444. 445. 446. 447. 448. 449. 450. 451. 452. 453. 454. 455. 456. 457. 458. 459. 460. 461. 462. 463. 464. 465. 466. 467. 468. 469. 470. 471. 472. 473. 474. 475. 476. 477. 478. 479. 480. 481. 482. 483. 484. 485. 486. 487. 488. 489. 490. 491. 492. 493. 494. 495. 496. 497. 498. 499. 500. 501. 502. 503. 504. 505. 506. 507. 508. 509. 510. 511. 512. 513. 514. 515. 516. 517. 518. 519. 520. 521. 522. 523. 524. 525. 526. 527. 528. 529. 530. 531. 532. 533. 534. 535. 536. 537. 538. 539. 540. 541. 542. 543. 544. 545. 546. 547. 548. 549. 550. 551. 552. 553. 554. 555. 556. 557. 558. 559. 560. 561. 562. 563. 564. 565. 566. 567. 568. 569. 570. 571. 572. 573. 574. 575. 576. 577. 578. 579. 580. 581. 582. 583. 584. 585. 586. 587. 588. 589. 590. 591. 592. 593. 594. 595. 596. 597. 598. 599. 600. 601. 602. 603. 604. 605. 606. 607. 608. 609. 610. 611. 612. 613. 614. 615. 616. 617. 618. 619. 620. 621. 622. 623. 624. 625. 626. 627. 628. 629. 630. 631. 632. 633. 634. 635. 636. 637. 638. 639. 640. 641. 642. 643. 644. 645. 646. 647. 648. 649. 650. 651. 652. 653. 654. 655. 656. 657. 658. 659. 660. 661. 662. 663. 664. 665. 666. 667. 668. 669. 670. 671. 672. 673. 674. 675. 676. 677. 678. 679. 680. 681. 682. 683. 684. 685. 686. 687. 688. 689. 690. 691. 692. 693. 694. 695. 696. 697. 698. 699. 700. 701. 702. 703. 704. 705. 706. 707. 708. 709. 710. 711. 712. 713. 714. 715. 716. 717. 718. 719. 720. 721. 722. 723. 724. 725. 726. 727. 728. 729. 730. 731. 732. 733. 734. 735. 736. 737. 738. 739. 740. 741. 742. 743. 744. 745. 746. 747. 748. 749. 750. 751. 752. 753. 754. 755. 756. 757. 758. 759. 760. 761. 762. 763. 764. 765. 766. 767. 768. 769. 770. 771. 772. 773. 774. 775. 776. 777. 778. 779. 780. 781. 782. 783. 784. 785. 786. 787. 788. 789. 790. 791. 792. 793. 794. 795. 796. 797. 798. 799. 800. 801. 802. 803. 804. 805. 806. 807. 808. 809. 810. 811. 812. 813. 814. 815. 816. 817. 818. 819. 820. 821. 822. 823. 824. 825. 826. 827. 828. 829. 830. 831. 832. 833. 834. 835. 83

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

18. Tarkenton's name is on the Chicago Bears' list of players who were injured by a player on the Minnesota Vikings' team. Tarkenton is suing the Vikings for \$1 million.

6. por serem capazes de reconhecer, ler e escrever em português, ler e interpretar textos e escrever a sua língua materna, sendo assim, não há necessidade de ensino de português para eles.

Answered on October 10, 2019

100

1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 2680, 26

1000

[illegible]

Figure 1: Schematic representation of the experimental design. The figure is divided into two main sections: 'Pre-Test' and 'Test'. The 'Pre-Test' section includes 'Pre-Test 1' and 'Pre-Test 2'. 'Pre-Test 1' shows a sequence of 'Pre-Test 1a' and 'Pre-Test 1b' for both 'Control' and 'Experimental' groups. 'Pre-Test 2' shows a sequence of 'Pre-Test 2a' and 'Pre-Test 2b' for both groups. The 'Test' section shows a sequence of 'Test 1' and 'Test 2' for both groups. The 'Control' group is represented by a solid line, and the 'Experimental' group is represented by a dashed line. The 'Pre-Test' section is labeled 'Pre-Test' and the 'Test' section is labeled 'Test'.

09

Downloaded from <http://ajph.org/> on November 10, 2014



Modelo de Ficha Cadastrol de Devedor

S		RANGO PAULISTA		Ficha Cadastral		<input type="checkbox"/> Financiamento <input type="checkbox"/> Refinanciamento		<input type="checkbox"/> Financiado <input type="checkbox"/> Anterior		<input type="checkbox"/> Velocidade Livre <input type="checkbox"/> Velocidade Prescrita <input type="checkbox"/> Multa	
Categorização de Loja				Tipologia		Atividade		Região		Opção/Preferência	
Nome: _____ <input type="checkbox"/> Fictício <input type="checkbox"/> Realizado											
CPF (CPF)				CPF		CPF Externo		CPF Externo		<input type="checkbox"/> Inscrito <input type="checkbox"/> Externo	
Validade de Exatidão				<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Data de N.º				Nome de Loja							
Tipo de Loja: <input type="checkbox"/> Super <input type="checkbox"/> Curva				Nº de Registros: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Nº de Registros: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Nº de Registros: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Nº de Registros: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Endereço (Rua, Alameda, etc.): _____											
Bairro				Cidade		UF		CEP		UF	
PIS/PASEP				<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Tempo de Realização Anual				Tempo de Realização Anual		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Endereço (Rua, Alameda, etc.): _____											
Correspondência				<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Nome de Loja				Cidade		UF		CEP		UF	
Tipo de Loja: <input type="checkbox"/> Super <input type="checkbox"/> Curva				Nº de Registros: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Nº de Registros: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Nº de Registros: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Nº de Registros: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Endereço (Rua, Alameda, etc.): _____											
Bairro				Cidade		UF		CEP		UF	
PIS/PASEP				<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Tempo de Realização Anual				Tempo de Realização Anual		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Endereço (Rua, Alameda, etc.): _____											
Correspondência				<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Nome de Loja				Cidade		UF		CEP		UF	
Tipo de Loja: <input type="checkbox"/> Super <input type="checkbox"/> Curva				Nº de Registros: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Nº de Registros: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Nº de Registros: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Nº de Registros: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Endereço (Rua, Alameda, etc.): _____											
Bairro				Cidade		UF		CEP		UF	
PIS/PASEP				<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Tempo de Realização Anual				Tempo de Realização Anual		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Endereço (Rua, Alameda, etc.): _____											
Correspondência				<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Nome de Loja				Cidade		UF		CEP		UF	
Tipo de Loja: <input type="checkbox"/> Super <input type="checkbox"/> Curva				Nº de Registros: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Nº de Registros: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Nº de Registros: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Nº de Registros: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Endereço (Rua, Alameda, etc.): _____											
Bairro				Cidade		UF		CEP		UF	
PIS/PASEP				<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Tempo de Realização Anual				Tempo de Realização Anual		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Endereço (Rua, Alameda, etc.): _____											
Correspondência				<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Nome de Loja				Cidade		UF		CEP		UF	
Tipo de Loja: <input type="checkbox"/> Super <input type="checkbox"/> Curva				Nº de Registros: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Nº de Registros: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Nº de Registros: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Nº de Registros: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Endereço (Rua, Alameda, etc.): _____											
Bairro				Cidade		UF		CEP		UF	
PIS/PASEP				<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Tempo de Realização Anual				Tempo de Realização Anual		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Endereço (Rua, Alameda, etc.): _____											
Correspondência				<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Nome de Loja				Cidade		UF		CEP		UF	

ANEXO IV

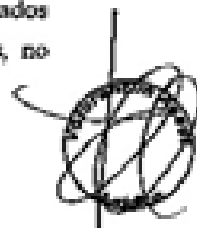
Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II" constituído em 18 de janeiro de 2008, por Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

DESCRIÇÃO DOS MECANISMOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, INCLUSIVE INADIMPLENTES

1. Até o 10º (décimo) dia, inclusive, seguinte à data do vencimento de cada Direito Creditório integrante da carteira do Fundo que esteja vencido e não pago, o Agente de Recebimento deverá receber pagamentos efetuados pelos respectivos Devedores e encaminhá-los a conta corrente de titularidade do Fundo. A partir do 11º (décimo) dia, inclusive, seguinte à data de vencimento de Direito Creditório integrante da carteira do Fundo que esteja vencido e não pago, o Cedente, na qualidade de Agente de Cobrança, realizará a respectiva cobrança, nos termos do procedimento descrito neste Anexo IV.

1.1 As etapas da cobrança ordinária são a seguir descritas:

- i) em até 10 (dez) dias antes do vencimento da primeira parcela relativa ao Financiamento, o Banco Paulista entra em contato (pós venda) com o Devedor para confirmar se houve a entrega, pelo correio, do carnê com os boletos de pagamentos relativos a todas parcelas mensais devidas pelo Devedor até a quitação do financiamento do veículo;
- ii) o Banco Paulista deverá encaminhar, em até 1 (um) dia útil contado da formalização de cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, arquivo eletrônico com ordem ao Agente de Recebimento requerendo (a) que o pagamento dos boletos de cobrança relacionados aos respectivos Direitos Creditórios Cedidos sejam integralmente direcionados à Conta de Arrecadação; e (b) que os valores recebidos na Conta de Arrecadação sejam direcionados para conta corrente do Fundo;
- iii) o Custodiante deverá confirmar a realização do subitem (ii) acima por meio de validação das informações constantes nos arquivos de retorno disponibilizados pelo Agente de Recebimento em relação à Lista de Direitos Creditórios, no

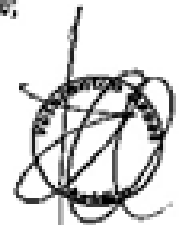


mesmo dia útil em que foram disponibilizados e previamente ao efetivo pagamento pela da cessão de Direitos Creditórios;

- iv) até a data de vencimento, os boletos de pagamento referentes aos Direitos Creditórios Cedidos poderão ser pagos em qualquer instituição integrante do Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis; e
- v) até 10 (dez) dias contados da data de vencimento, os boletos de pagamento referentes aos Direitos Creditórios Cedidos somente poderão ser pagos nas agências do Agente de Recobimento.

2. A partir do 11º (décimo primeiro) dia contado da data de vencimento, não é mais possível ao Devedor efetuar o pagamento do boleto bancário. Inicia-se, por esse motivo, o procedimento de cobrança extrajudicial pelo Fundo de Direitos Creditórios Cedidos inadimplentes. O Banco Paulista foi contratado para efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo vencidos e não pagos a 11 (onze) dias ou mais, sendo que as eventuais despesas de cobrança serão por ele suportadas. Na qualidade de Agente de Cobrança, o Banco Paulista deverá observar os seguintes procedimentos:

- i) a partir do 11º (décimo primeiro) dia, inclusive, de atraso no pagamento das parcelas dos Direitos Creditórios, os Devedores devem ser contatados por serviço terceirizado de cobrança ou *contact center*, que efetuarão a cobrança extrajudicial da dívida;
- ii) se, apesar das providências acima descritas, os Devedores permanecerem em atraso (a) no 32º (trigésimo segundo) dia contado da data de vencimento, deverá ser efetuada a negativação dos Devedores junto ao CCF e/ou SERASA, e (b) entre o 33º (trigésimo terceiro) dia e o 49º (quadragésimo nono) dia contados da data de vencimento, deve ser emitida notificação extrajudicial, através de cartório, para que paguem as parcelas do empréstimo em atraso, bem como providenciada a documentação necessária para o ajuizamento de ação de execução, tais como documentação do Devedor, cópia da respectiva CCB, entre outros;
- iii) se não for possível notificar extrajudicialmente os Devedores, cópia autenticada das CCBs inadimplentes deverão ser levadas a protesto no cartório competente; e



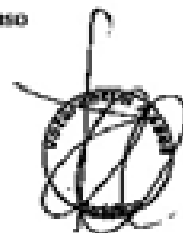
- iv) entre o 45º (quadragésimo quinto) dia e o 70º (septuagésimo) dia contados da data de vencimento do Direito Creditório, deverá ser dado início à ação de execução da dívida, sem prejuízo à continuidade dos procedimentos de cobrança extrajudicial.

2.1 Os valores arrecadados pelo Banco Paulista deverão ser transferidos ao Fundo em até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento, para conta corrente de titularidade do Fundo.

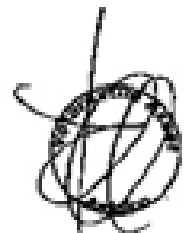
3. É possível a Cessão Parcial de Direitos Creditórios, observadas as condições constantes no item 10.2 "vi" deste Regulamento. Na hipótese de execução da dívida relacionada a CCB que tenha originado créditos de titularidade tanto do Fundo como do Cedente, o valor eventualmente recuperado por meio de cobrança extrajudicial ou judicial será primeiramente destinado à satisfação dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, e posteriormente destinado à satisfação do crédito do Cedente.

4. Exclusivamente na hipótese de substituição do Cedente como Agente de Cobrança, as despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios serão suportadas pelo Fundo. Caso o Fundo não disponha de recursos suficientes para arcar com as despesas assim incorridas, deverá ser convocada Assembleia Geral especialmente para deliberar sobre o aporte de novos recursos para este fim. Os recursos aportados ao Fundo pelos titulares das Cotas serão reembolsados por meio de amortização ou resgate, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento ou na referida Assembleia Geral.

4.1 Na hipótese de necessidade de aporte de recursos nos termos do item 4 acima, fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes da assunção, pelos Cotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao início dos procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais e ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Instituição Administradora, o Cedente e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Cotistas em decorrência da não propositura ou prosseguimento, pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste item.



4.2 Os aportes deverão ser feitos em dinheiro, em valor suficiente para que o Fundo disponha dos recursos necessários para cobrir todos os custos e despesas necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou à cobrança judicial ou extrajudicial dos seus Direitos Creditórios e Ativos Financeiros.



ANEXO V

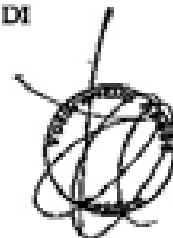
Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II" constituído em 18 de janeiro de 2008, por Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

FÓRMULA DE CÁLCULO DO VALOR DAS COTAS SENIORES

1. Desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, a valorização das Cotas Seniores será apurada com base na acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, Extra Grupo, expressas na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente do spread conforme o Suplemento de cada Série ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor do saldo não amortizado da Cota Sênior, a partir da Data de Subscrição Inicial da respectiva Série, e incorporados ao valor de cada Cota Sênior no final de cada "Período de Capitalização", de acordo com a fórmula abaixo.

1.1 Define-se:

- i) Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição Inicial da respectiva Série, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para valorização imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para a valorização correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da Cota Sênior da respectiva Série no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização têm seus prazos definidos de acordo com as taxas DI apuradas, sendo que:
 - e) o primeiro Período de Capitalização inicia-se na Data de Subscrição Inicial da respectiva Série, e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data; e



- b) os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apartando-se a Taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como o novo período em vigor o prazo desta taxa.

1.2 O cálculo do valor de cada Cota Sênior, e desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times Fator Spread) - 1]\}$$

sendo que:

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = valor unitário da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$FatorDI$ = produtório das Taxas DI, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusivo, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

nDI = número total de Taxas DI, sendo "nDI" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI de ordem k relativa ao período dk, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{360}} - 1,$$

sendo que:

k = 1, 2, ..., n

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais; e



dk = número de dias úteis correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo "dk" um número inteiro e na Data de Emissão correspondente a 1; e

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right] \right\}$$

sendo que:

spread = número definido no Suplemento de cada Série;

n = número de dias úteis entre a próxima data de Amortização e a data de Amortização anterior, sendo "n" um número inteiro; e

$N = 252$.

Observações:

- i) o fator resultante da expressão $(1 + TDik)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDik)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- iv) o fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

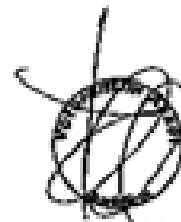
1.3 A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da valorização prevista neste Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos



titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Instituição Administradora, mediante aviso aos Cotistas, deverá convocar Assembleia Geral para definir o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor das Cotas previsto no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembleia Geral.



ANEXO VI

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II" constituído em 18 de janeiro de 2008, por Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

MODELO DE SUPLEMENTO

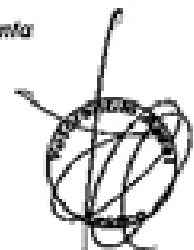
"SUPLEMENTO DA [ORDINAL POR EXTENSO] SÉRIE DE COTAS SENIORES"

"1. O presente documento constitui o suplemento nº [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) ("Suplemento") referente às Cotas Seniores da [COMPLETAR]" ([POR EXTENSO]) Série emitidas nos termos do regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II", do qual este Suplemento é parte integrante ("Regulamento"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.343.597/0001-41 e administrado por Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.384.738/0001-98, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Instituição Administradora").

2. Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento, [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) Cotas Seniores da [COMPLETAR]" ([POR EXTENSO]) Série no valor de R\$ [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) cada, na data da primeira subscrição de Cotas da presente Série ("Data de Subscrição Inicial").

3. Na subscrição de Cotas Seniores da [COMPLETAR]" ([POR EXTENSO]) Série em data diversa da Data de Subscrição Inicial será utilizado o valor da Cota de mesma Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências, calculado conforme o disposto no Regulamento.

4. A remuneração das Cotas Seniores da [COMPLETAR]" Série ([POR EXTENSO]) será calculada de acordo com a cláusula 15 do Regulamento, e com a fórmula definida no item 1.1 do Anexo V do Regulamento, e terá Sobretaxa equivalente a [PERCENTUAL]% ([POR EXTENSO] por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.



5. A partir do [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) Série serão amortizadas em [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) pagamentos [PERIODICIDADE], de acordo com a seguinte fórmula:

[INCLUIR FÓRMULA]

5.1 Para as Cotas Seniores da [COMPLETAR]^a ([POR EXTENSO]) Série, as amortizações deverão ocorrer [COMPLETAR COM O DIA FIXO DE AMORTIZAÇÃO, OU A REGRA PARA DEFINIÇÃO DESSE DIA].

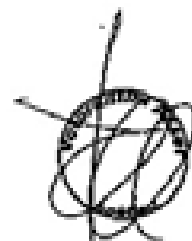
5.2 As Cotas Seniores da [COMPLETAR]^a ([POR EXTENSO]) Série deverão ser resgatadas na última Data de Amortização de Cotas Seniores, que corresponde a data do término de duração das Cotas desta Série, pelo seu respectivo valor contábil, calculado conforme disposto no Regulamento.

6. Os termos definidos utilizados não expressamente definidos neste Suplemento terão significado idêntico ao que lhes é atribuído no Regulamento.

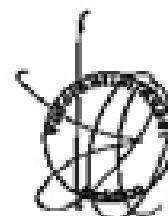
7. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições deste Suplemento em caso de qualquer conflito ou contrariedade em relação às disposições do Regulamento. As Cotas Seniores da [COMPLETAR]^a ([POR EXTENSO]) Série terão os poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídos às demais Séries em circulação, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como a remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

8. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no [COMPLETAR]^a Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo.

São Paulo, [DIA] de [MÊS] de 2008.



*VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.
Instituição Administradora "*

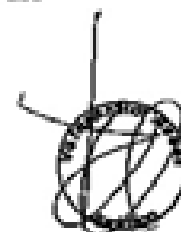


ANEXO VII

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II" constituído em 18 de janeiro de 2008, por Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA ADOTADA PARA VERIFICAÇÃO POR AMOSTRAGEM DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO

1. Em vista da significativa quantidade de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e da expressiva diversificação de Devedores dos Direitos Creditórios, é facultado ao Custodiante realizar a análise dos Documentos Comprobatórios por amostragem, observado o disposto a seguir:
 - i) o Custodiante deve analisar bimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base 100% (cem por cento) dos Direitos Creditórios que estiverem inadimplentes há mais de 10 (dez) dias serão analisados, independentemente de quem sejam os Devedores dos respectivos Direitos Creditórios. Em relação ao restante de Direitos Creditórios da carteira nesta data-base, será seleccionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando uma margem de erro de 10% (dez por cento);
 - ii) o escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes, a avaliação da recuperabilidade dos Documentos Comprobatórios e a sua constituição jurídica. Também compõe o escopo da avaliação a verificação da constituição da reserva do gravame do veículo objeto do financiamento em favor do Cedente no SNG; e
 - iii) para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos Creditórios.



2. A verificação das Condições de Cessão, nos termos do item 10.3 deste Regulamento, será efetuada a partir dos documentos físicos disponibilizados pelo Cedente, principalmente a CCB que formaliza o financiamento, bem como através de consultas extraídas do sistema de controle contábil do Cedente.

3. A análise por amostragem justifica-se pelo fato de o Cedente possuir mais de 41.000 (quarenta e um mil) clientes, que celebraram aproximadamente 42.000 (quarenta e dois mil) Financiamento, os quais geram individualmente Direitos Creditórios com valor médio de R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais). A maior parte dos Direitos Creditórios relacionados a tais contratos de financiamento são passíveis de cessão ao Fundo. Os valores e números indicados representam uma média estimada de número de Devedores, quantidade e valor dos Direitos Creditórios do Cedente, podendo sofrer alterações de acordo com o desempenho mercadológico e da economia brasileira.

ANEXO II

Este Anexo II é parte integrante do “Prospecto da 1ª Distribuição Pública de Cotas da 1ª Série de Emissão do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II”

INFORMAÇÕES SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DO FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA - VEÍCULOS II - Série 2008-1

DATA DE FECHAMENTO:

A definir

AUTOR:

Norton Bastos
AVP/Analyst
Structured Finance Group
América Latina
(011 55) 11 3043-7305
Norton.Bastos@moody.com

Paulo Fugulin
Associate Analyst
Structured Finance Group
América Latina
(011 55) 11 3043-7306
Paulo.Fugulin@moody.com

CONTATOS:

Maria Muller
Senior Vice President
Structured Finance Group
(212) 553-0300
Maria.Muller@moody.com

Susan Knapp
Managing Director
Structured Finance Group
(212) 553-1405
Susan.Knapp@moody.com

MOODY'S CLIENT SERVICES:

New York
+1-212-553-1653

Tokyo
+81-3-5408-4100

London
+44-20-7772-5454

Hong Kong
+852-3551-3077

Sydney
+61-2-9270-8100

Singapore
+65-6398-8308

WEBSITES:

www.moody.com
www.moody.com.br

Este Relatório Preliminar de Nova Emissão reflete as características da estrutura da emissão, tais quais apresentadas à Moody's em 15 de maio de 2008. Potenciais investidores devem atentar para o fato de que certos fatores relacionados a esta transação ainda estão por ser finalizados. Após o recebimento e revisão conclusiva de toda a documentação legal, de maneira satisfatória, a Moody's irá designar um rating definitivo para esta transação, o qual pode vir a ser diferente do rating apresentado neste Relatório Preliminar. A Moody's disseminará o rating definitivo através de seu serviço de contato com investidores.

Descrição	Valor (R\$)	% do Valor Original	Rendimento	Prazo (meses)	Rating em Escala Nacional	Rating em Escala Global - Moeda Local
Quotas Seniores	100.000.000,00	77,0%	[a ser definido] ¹	42	(P) Aaa.br	(P) Baa3
Quotas Subordinadas	29.870.000,00	23,0%	N/D	42	Sem Rating	Sem Rating
Total	129.870.000,00					

1. A ser definido em processo de book building

OPINIÃO

A Moody's América Latina (Moody's) atribuiu os ratings preliminares **(P)Aaa.br** na Escala Nacional Brasileira e **(P)Baa3** na Escala Global de Moeda Local para as quotas seniores a serem emitidas pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista - Veículos II - Série 2008-1 (FIDC Paulista II ou o Fundo), uma securitização lastreada por uma carteira de financiamentos de veículos originada pelo Banco Paulista S.A. (sem rating).

Os ratings preliminares das quotas seniores estão baseados principalmente nos seguintes fatores:

- Qualidade geral da carteira securitizada, composta por financiamentos e empréstimos de crédito pessoal, todos lastreados por veículos leves e pesados, originados pelo Banco Paulista S.A. (sem rating);
- Experiente equipe de crédito e rígida política de crédito e cobrança;
- Suporte de crédito de 23%, proporcionado pelas quotas subordinadas;
- Excesso de spread mínimo de 5% anualizado;
- Reserva de caixa de 3%, calculada sobre os ativos líquidos do Fundo;
- Capacidade do Banco Bradesco S.A. (**Aaa.br** na escala nacional e A1 na escala global de ratings de depósito bancário da Moody's) de atuar como agente de recebimento;
- Capacidade do Citibank DTVM S.A. (sem rating) de atuar como custodiante da transação;
- Capacidade da VAM DTVM Ltda. (controlada pelo Banco Votorantim S.A., **Aaa.br** na escala nacional e **Baa1** na escala global de ratings de depósito bancário da Moody's) de atuar como administradora da transação;



Moody's Investors Service

May 23, 2008

- Critérios estritos de elegibilidade para a compra de ativos, inclusive critérios de originação, prazo máximo de empréstimo e concentração máxima permitida para veículos pesados (caminhões);
- Estrutura jurídica da operação, incluindo a impossibilidade de falência do emissor.

O Fundo é estruturado como um fundo de investimento em direitos creditórios ("FIDC") do tipo multi-séries, constituído sob a forma de condomínio fechado e negociado no Brasil, direcionado somente a investidores qualificados, os quais incluem investidores corporativos e de "private banking", fundos de pensão, companhias seguradoras e outros fundos de investimento. O vencimento final do fundo será em 31 de dezembro de 2020, mas cada série individual terá seu prazo legal final específico. A primeira série a ser emitida, a Série 2008-1, terá como meta um retorno para os quotistas seniores de um certo percentual da taxa interbancária brasileira (CDI) e um prazo de 42 meses, com um período de carência de 6 meses e pagamento de principal e juros em 37 parcelas mensais e consecutivas.

ORIGINADOR

O Banco Paulista S.A. (sem rating) é um banco brasileiro de médio porte, especializado em crédito pessoal e financiamento de automóveis, assim como empréstimos corporativos concedidos a empresas de médio e grande porte do país. O banco iniciou suas atividades como instituição financeira em 1990, após seus controladores transformarem a corretora sediada em São Paulo, Sociedade Corretora Paulista, fundada em 1967, em banco múltiplo. O acionista controlador é o Sr. Álvaro Augusto Vidigal Filho, com 64,9% das ações com direito a voto.

Em 2005, o banco mudou seu foco de atuação para o mercado de varejo, com particular ênfase na originação de empréstimos consignados para pessoas físicas e financiamentos de veículos. Sediado em São Paulo, o banco possui onze filiais, localizadas em Curitiba, Ribeirão Preto, Campinas, Belo Horizonte, São José do Rio Preto, Recife, Uberlândia, Maringá, Bauru e Santo André.

RESUMO DO RATING

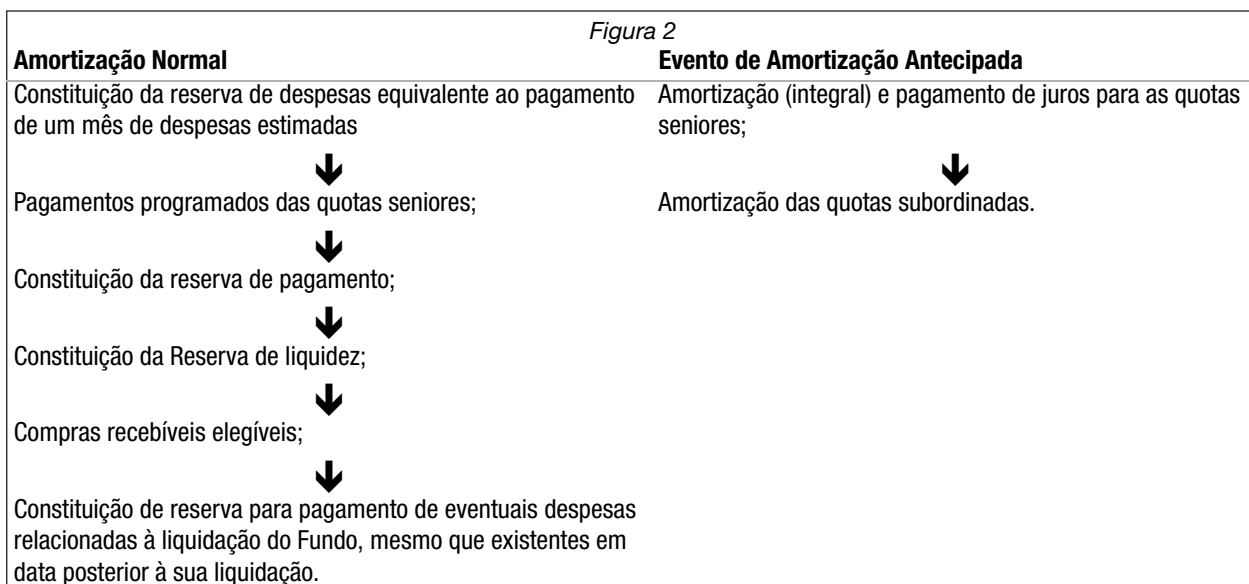
Pagamento Pontual de Juros e Principal. As quotas seniores têm por objetivo o pagamento pontual de principal e juros nas datas previstas em regulamento, em trinta e sete pagamentos mensais após um período de carência de seis meses, de acordo com a programação de pagamentos de principal e juros constante do regulamento da transação.

Reserva de Pagamento Segrega Recursos Suficientes para os Pagamentos Programados. De forma a assegurar os recursos necessários aos pagamentos programados das cotas seniores em cada data prevista, o administrador, agindo por conta e ordem do emissor, deverá interromper a aquisição de recebíveis, conforme o esquema descrito na Figura 1. Os recursos segregados serão mantidos em uma conta de Reserva de Pagamento em nome do fundo.

Figura 1	
Constituição da Reserva de Pagamento	
Dias corridos antes da data de pagamento de principal e juros	% dos pagamentos de principal e juros
45	50%
30	100%

A Ordem de Aplicação dos Recursos Permite um Pagamento Acelerado Para as Quotas Seniores Quando da Ocorrência de um Evento de Liquidação A ordem de aplicação de recursos é ilustrada na Figura 2 abaixo:

Figura 2	
Amortização Normal	Evento de Amortização Antecipada
Caixa disponível:	Caixa disponível:
↓	↓
Comissões, impostos e despesas: auditoria, agência de rating, custodiante, administrador, despesas legais e administrativas;	Comissões, impostos e despesas: auditoria, agência de rating, custodiante, administrador, despesas legais e administrativas;
↓	↓



Riscos de Pré-Pagamento Estão Mitigados. O fundo adquire os contratos utilizando um certo desconto sobre os recebíveis. Se os ativos forem descontados a uma taxa que seja menor do que os juros embutidos nos empréstimos, o pré-pagamento de um empréstimo nesta condição irá levar a uma insuficiência de recursos para o fundo, uma vez que o mutuário pagará um montante menor do que o valor do contrato securitizado, conforme o lançado nas demonstrações contábeis do fundo. Em sua análise, a Moody's levou em consideração os níveis históricos de pré-pagamentos e concluiu que o suporte de crédito disponível para a operação é suficiente para mitigar o risco de perdas para o fundo em decorrência de pré-pagamentos.

Excesso de Spread Mínimo Oferece Suporte de Crédito Adicional para a Transação. Há um limite mínimo de 5% de excesso de spread a ser adicionado ao rendimento dos recebíveis adquiridos pelo Fundo, proporcionando uma garantia adicional à subordinação para mitigar os riscos de pré-pagamento, descasamento de taxas de juros, tarifas e despesas, além das perdas com crédito.

Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação. O Fundo poderá sanar alguns eventos de avaliação por meio de emissão de quotas subordinadas adicionais ou resgate antecipado de quotas seniores, de forma a assegurar que todos os gatilhos de evento de avaliação sejam observados. Se o evento não puder ser mitigado, a aquisição dos direitos creditórios e o resgate das quotas subordinadas serão interrompidos, e o administrador convocará uma assembléia de quotistas para (i) absolver o evento temporariamente ou definitivamente, ou (ii) decidir por um evento de liquidação, situação que ensejará a amortização antecipada do fundo.

Dentre os principais eventos de avaliação, destacam-se:

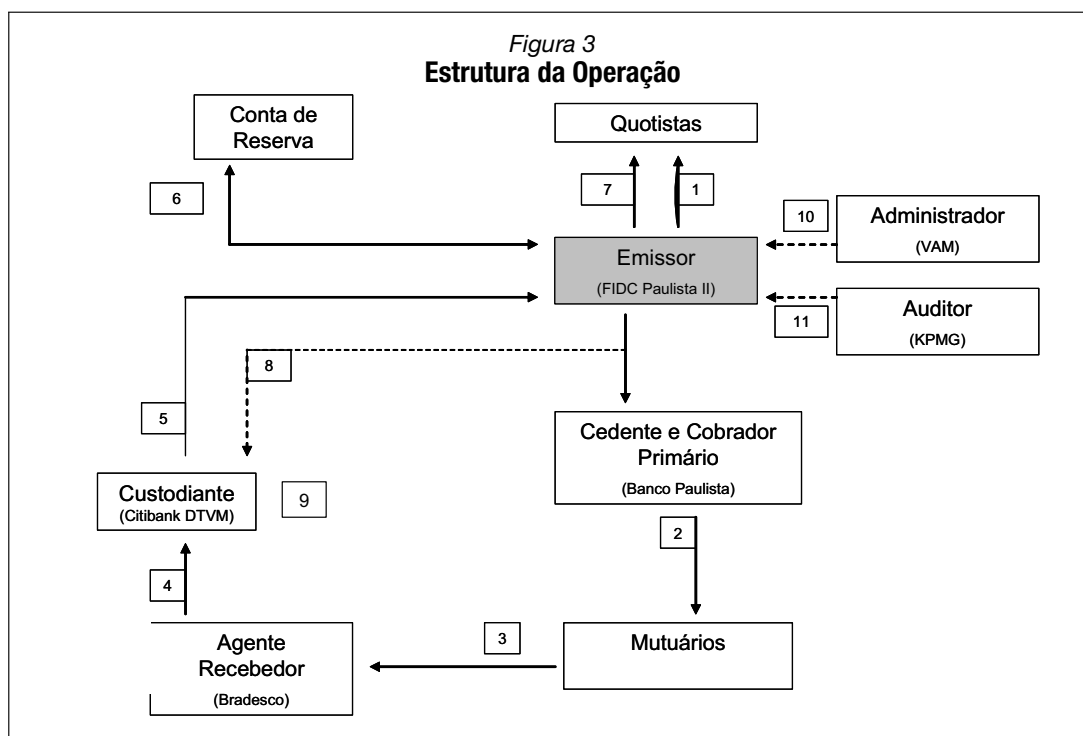
- Rebaixamento do rating do fundo para abaixo de **Aa3.br**;
- Não constituição da Reserva de Pagamento (cinco dias para sanar) e/ou Reserva de Liquidez (dez dias para sanar);
- Violação de algum dos indicadores de desempenho (atrasos);
- Excesso de spread mínimo disponível abaixo de 5% (anualizado) por dois meses consecutivos ou por três meses não consecutivos;
- Pré-pagamentos acumulados e recompras superiores a 6% e 20%, respectivamente, do valor inicial da emissão das quotas seniores;
- Documentação física em desacordo com os pressupostos representando mais do que 2% da amostra analisada;
- Taxa DI igual ou superior a 1,3 vezes a Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- Pagamentos diretos ao Banco Paulista representando mais de 5% por três meses consecutivos;
- Garantias não devidamente registradas no SNG e não regularizadas dentro de 2 dias úteis após a verificação bimestral do lastro dos direitos creditórios.

Além disso, eventos automáticos de liquidação podem incluir:

- Falência do Banco Paulista S.A., do Banco Bradesco S.A. e/ou da VAM DTVM Ltda;
- Violação da subordinação mínima por cinco dias úteis seguidos ou por duas, ou mais, vezes no mesmo mês;
- Evento de avaliação seguido por decisão por voto dos cotistas pela liquidação antecipada da transação;
- Abandono e/ou impedimento legal de se utilizar a taxa CDI no cálculo do rendimento das quotas seniores;
- Inadimplementos contratuais.

Se houver um evento de liquidação antecipada, o administrador convocará uma assembléia de quotistas para decidir se (i) o evento de liquidação pode ser ignorado de modo temporário ou permanente ou se (ii) haverá liquidação antecipada do fundo. Se os quotistas decidirem liquidar o fundo, as quotas seniores serão declaradas vencidas e liquidáveis, e todo os recursos decorrentes serão alocados de acordo com a Figura 2.

A Figura 3 abaixo ilustra a estrutura da transação:



1. O Fundo emite a primeira série das quotas seniores para os investidores;
2. Contratos de financiamento de veículos são originados quando o Banco Paulista concede crédito a tomadores elegíveis, segundo sua política interna de aprovação de crédito;
3. Os tomadores fazem pagamentos mensais (principal + juros), usando boletos bancários em qualquer banco no Brasil, exceto se a parcela estiver com mais de 10 dias de atraso, situação em que o pagamento deve ser feito diretamente na conta do Banco Paulista, através de um novo boleto emitido pelo Banco Paulista ou por uma firma de cobrança terceirizada;
4. O Bradesco como agente receptor, através do código de barras do boleto, imediatamente identifica os fluxos de caixa como pertencentes ao fundo, remetendo esses fluxos para uma conta bancária mantida no custodiante;
5. O custodiante verifica, valida os fluxos de caixa recebidos e analisa bimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos direitos creditórios cedidos ao Fundo;
6. A conta reserva é constituída segundo ordem de aplicação dos recursos e sob os auspícios do administrador;
7. Em qualquer data de amortização, o administrador instruirá o custodiante a usar o caixa disponível para realizar a amortização das cotas dos investidores;

8. Depois que o custodiante verifica os critérios de elegibilidade, o administrador, agindo em nome do fundo, usará qualquer caixa remanescente para comprar (venda perfeita e acabada) outros direitos creditórios elegíveis de financiamento de veículos do Banco Paulista;
9. O custodiante monitora a carteira e verifica a aderência aos critérios de elegibilidade e condições de cessão da transação;
10. VAM DTVM Ltda, como administrador, é cível e criminalmente responsável pelos atos por ordem e conta do fundo;
11. A KPMG audita os demonstrativos financeiros do emissor de acordo com as exigências legais e as disposições do contrato.

Originação E Aprovação De Crédito

Promotores de Vendas O Banco Paulista possui uma rede de aproximadamente 200 promotores de vendas registrados junto ao Banco Central do Brasil, responsáveis por originar financiamentos junto às concessionárias de veículos. Os 10 principais promotores de vendas concentram cerca de 44% do volume de originação, enquanto o maior promotor de vendas concentra cerca de 7% deste total. Atualmente, os promotores de vendas do Paulista originam transações em cerca de 2.100 concessionárias. As 10 principais concessionárias concentram cerca de 21% do volume de originação e a maior delas concentra cerca de 4% deste total.

Inicialmente, todos os promotores de vendas precisam ser aprovados pelo departamento comercial do Paulista. Segue abaixo uma lista de documentos que um potencial promotor de vendas deve apresentar ao se candidatar como promotor de vendas e originador de financiamentos do Paulista:

- Ficha Cadastral
- Cópia do RG e CPF dos sócios
- Contrato social da empresa

Além desses documentos, o Banco Paulista verificará se há alguma restrição junto a serviços de proteção ao crédito para a respectiva empresa, e também a sua reputação no mercado.

Concessionários de veículos são apresentados ao Paulista por promotores de vendas para serem aprovados pelo Banco Paulista. Cada concessionária potencial é visitada por um representante do banco. Algumas das exigências para que uma concessionária seja aprovada pelo Banco Paulista são: o negócio deve existir há pelo menos 12 meses sem restrições junto a serviços de proteção ao crédito, tanto para a concessionária como para seus acionistas.

Tomadores O Banco Paulista origina dois tipos de financiamentos com a garantia de um veículo: (i) a transação tradicional de financiamento de veículo, onde o tomador usa o recurso obtido para comprar o veículo e (ii) a transação de crédito pessoal, onde o recurso concedido através de empréstimo não possui destino específico, mas o veículo é dado como garantia para o empréstimo. O processo de aprovação de crédito segue as mesmas diretrizes em ambos os casos, variando-se apenas em alguns parâmetros, pois as transações de refinanciamento têm valor máximo de empréstimo inferior e maiores pagamentos mínimos de entrada. Cerca de 87% da carteira do Banco Paulista é formada por financiamentos tradicionais de veículos.

O banco possui um extenso manual de aprovação de crédito que deve ser seguido por todos os seus analistas. As principais exigências para que um financiamento seja aprovado são:

- O tomador deve ter entre 18 e 75 anos;
- Se o tomador for pessoa jurídica, deve possuir histórico operacional de pelo menos dois anos;
- O veículo a ser financiado ou dado em garantia deve estar livre de qualquer ônus ou gravame;
- O valor máximo do empréstimo para as transações de refinanciamento é de R\$ 30.000 para veículos leves e R\$ 100.000,00 para veículos pesados com até doze anos de fabricação;
- O prazo mínimo de financiamento deve ser de seis meses;

A Figura 4 abaixo ilustra as principais diretrizes para aprovação de crédito do Banco Paulista em relação a prazo máximo, entrada mínima e índice máximo de dívida/renda (comprometimento de renda) para veículos leves (carros) e veículos pesados (caminhões):

Figura 4					
Tipo de Veículo	Ano de Uso		Prazo Máximo	Entrada Mínima	Comprometimento de Renda
	De	Até			
Leve	Novo	6	60 meses	20%	25%
	7	12	48 meses		30%
	3	16	36 meses	30%	25%
	17	18		40%	
	19	23		50%	
Pesado	Novo	6	60 meses	30%	30%
	7	16	48 meses		
	17	27	36 meses	40%	25%

Cobranças e Gestão do Financiamento Em caso de novo financiamento, 10 dias antes da data de vencimento da primeira parcela, o Banco Paulista entra em contato com o tomador para confirmar o recebimento do boleto a ser pago até o final do contrato de financiamento. Todos os tomadores farão pagamentos decorrentes dos contratos de empréstimo/financiamento através desse boleto, que pode ser pago em qualquer banco no Brasil. Financiamentos com atrasos de até 10 dias devem ser pagos apenas nas agências do agente recebedor (Banco Bradesco). Os contratos de financiamentos com atrasos superiores a 10 dias serão cobrados novamente e os respectivos recursos transitarão pelo Banco Paulista.

O Banco Paulista, como agente responsável por receber financiamentos em atraso, utiliza os seguintes procedimentos:

- No 11o dia de atraso, através de uma firma terceirizada, entra em contato com o devedor para exigir o pagamento;
- No 32o dia de atraso, envia o nome do devedor para um serviço de proteção ao crédito;
- Entre o 33o e 49o dia, o aviso de atraso é enviado ao cartório para registro e inicia-se um processo judicial para recuperar o veículo;
- De 45 o e 70o dia inicia-se a execução da dívida.

Os valores recolhidos diretamente pelo Banco Paulista (pagamentos com mais de 10 dias de atraso) devem ser transferidos para o fundo no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão Todos os financiamentos a serem cedidos ao Fundo devem atender aos seguintes critérios de elegibilidade e condições de cessão, conforme mostra a Figura 5:

Figura 5	
Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão de Transação	
<ul style="list-style-type: none"> • O vencimento do contrato deve o menor entre 60 meses e o prazo final das cotas sênior • A primeira parcela do financiamento já deve ter sido paga • Comprometimento de renda (DTI) máximo de 31% • Garantidos por alienação fiduciária do veículo devidamente registrada no SNG • Possuam no mínimo 12 parcelas vincendas no momento da cessão ou número de parcelas igual ao número de meses até a data de resgate das quotas seniores • A concentração máxima por tipo de veículo (calculada sobre o saldo da carteira) é a seguinte: veículos leves (100%) e veículos pesados (60%) - motocicletas não são elegíveis • Crédito pessoal lastreado por veículos cedidos não podem representar mais de 20% do Patrimônio Líquido do fundo • Índice de Financiamento (LTV) original máximo de 83,3% para veículos acima de 5 anos e 90,91% para veículos até 5 anos • Os financiamentos devem ter taxa de juros pré-fixada • Os tomadores devem estar adimplentes com o originador e em qualquer outro contrato atribuído ao fundo • Os tomadores não devem ter restrição acima de R\$ 100 em órgãos de proteção ao crédito • A concentração máxima por tomador de 0,40% dos ativos do fundo ou R\$ 300.000, o que for menor • Idade máxima por tipo de veículo: veículos leves com no máximo 18 anos e veículos pesados com no máximo 26 anos 	

ADMINISTRADOR E CUSTODIANTE

VAM DTVM Ltda. como Administradora A VAM DTVM Ltda. (VAM) atuará como administradora da transação, sendo responsável por lidar com todas as comunicações com partes externas, inclusive a CVM, a auditoria, investidores e a agência de rating.

O administrador será civil e criminalmente responsável pelos atos por conta e ordem do Fundo. O administrador sub-contratou o custodiante para realizar as principais funções fiduciárias, conforme estipulado nos documentos da transação. A ausência do administrador, por qualquer motivo, provocará um evento automático de amortização da transação. O administrador não pode renunciar sem que exista um substituto.

Fundada em 1999, VAM é a 17ª maior instituição de administração de recursos de terceiros (asset management), com R\$ 18,5 bilhões de ativos sob administração em março de 2008, de acordo com dados fornecidos pela ANBID. A VAM DTVM Ltda. é integralmente controlada pelo Banco Votorantim (**Aaa.br** na Escala Nacional e **Baa1** na Escala Global de ratings de depósito bancário)

Citibank DTVM S.A. como Custodiante O Citibank DTVM S.A. (sem rating) atuará como custodiante da transação. Sua responsabilidade inclui, entre outros deveres, verificar se todos os direitos creditórios atendem aos critérios de elegibilidade, monitorar os gatilhos de amortização antecipada, verificar (ou contratar um terceiro para verificar) bimestralmente o lastro dos recebíveis, além de administrar todas as atividades operacionais e financeiras diárias do emissor.

DESEMPENHO DA CARTEIRA

Os dados do desempenho histórico da carteira do Banco Paulista são relativamente limitados, pois o banco começou a operar com financiamentos de veículos a partir de novembro de 2005. As informações históricas foram auditadas pela KPMG e incluíram um período de 29 meses, de novembro de 2005 (primeiro mês de originação) a março de 2008.

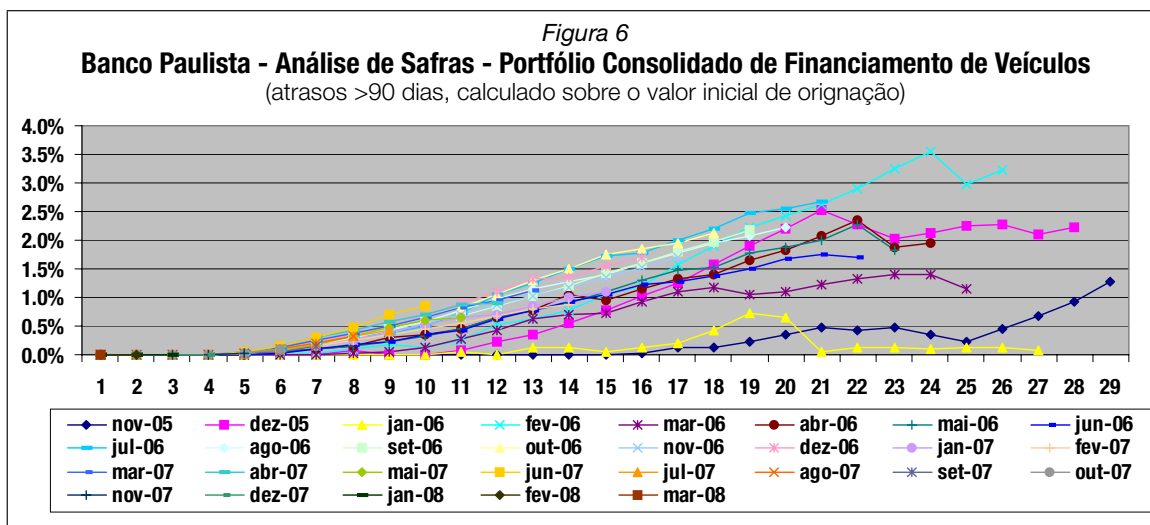
Durante o período analisado, o Banco Paulista originou 42,456 contratos de empréstimo com totalizando um valor liberado de R\$ 614,7 milhões. O valor médio liberado dos empréstimos foi de R\$ 14.577, evidenciando uma boa pulverização de carteira.

A carteira do Banco Paulista está igualmente distribuída em veículos leves e pesados. Cerca de 43,4% dos empréstimos originados foram para comprar veículos leves e 43,4% para veículos pesados. Atuante fortemente no Estado de São Paulo, as operações originadas neste estado representaram 65,6% do total analisado. Outros escritórios regionais importantes fora do estado de São Paulo são Recife (9,6%), Curitiba (8,7%), Belo Horizonte e Uberlândia (8,2% e 6,5%, respectivamente).

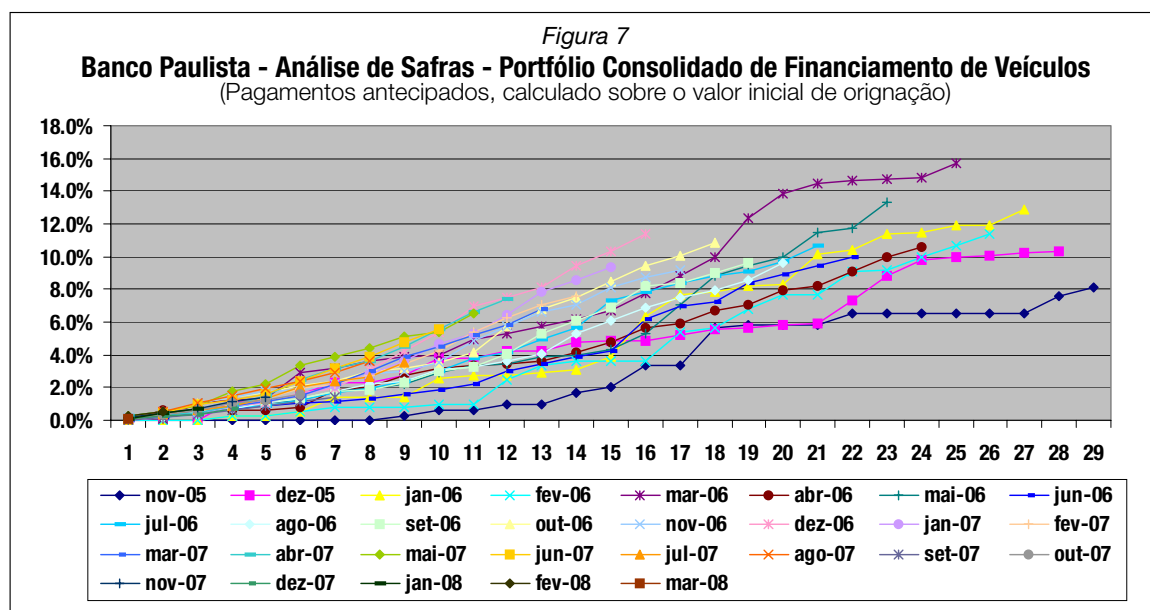
Como resultado de condições de mercado relativamente favoráveis, o Banco Paulista tem sido capaz de estender o prazo dos empréstimos e os montantes concedidos. No período analisado, cerca de 38% dos empréstimos possuíam vencimento acima de 36 meses (prazo médio de 39,3 meses) e 74% dos contratos diziam respeito a montantes até R\$ 100 mil. Cerca de 83% dos veículos financiados foi fabricado a partir de 1986, com forte concentração de veículos com mais de dez anos de fabricação, segmento que oferece maior rentabilidade.

Segundo os dados analisados, os contratos integralmente liquidados até a data do vencimento corresponderam a 50,6% do total. Cerca de 72% dos contratos foram liquidados até o 10º dia após a data de vencimento e 92% destes contratos foram quitados com até 90 dias de atraso. Por volta de 1,3% dos contratos permaneceram em aberto.

A Figura 6 abaixo ilustra a análise histórica da carteira consolidada de financiamento de veículos do Banco Paulista.



De acordo com a *Figura 7*, os pré-pagamentos acumulados atingiram patamares ao redor de 16% durante o período analisado. Os pré-pagamentos são calculados como sendo o somatório das parcelas liquidadas com mais de 30 dias de antecedência sobre o total registrado na respectiva safra de originação.



Suporte de Crédito e Metodologia da Moody's para Securitização de Financiamento de Veículos

Para atribuir o rating provisório às quotas seniores, a Moody's projetou a perda esperada para a carteira de financiamentos de veículo, que é uma medida da probabilidade de inadimplência e de recuperação esperada. A Moody's analisou o desempenho histórico da carteira do emissor, inclusive os dados estáticos de desempenho para a carteira total de financiamento de veículos, e utilizou essa informação como um indicador para estimar tendências futuras.

Devido à relativamente limitada disponibilidade de informações históricas, a Moody's também usou como dado para seu indicador de perda os dados históricos e o indicador de perda de transações similares classificadas pela Moody's. Além disso, não foi atribuído crédito para recuperações (100% de severidade) devido aos altos custos (legais, estacionamento, conserto, multas e impostos) associados com a retomada da posse de um veículo e a falta de volume de dados críticos para estimar esses valores de forma mais precisa.

A Moody's acredita que os rígidos critérios de elegibilidade do fundo, as diretrizes de aprovação de crédito do Banco Paulista e o nível de subordinação mínima e de excesso de spread no Fundo são compatíveis com os ratings atribuídos às quotas seniores.

ASPECTOS LEGAIS

A estrutura legal da transação possui provisões adequadas para segurança dos quotistas. Os aspectos legais centrais considerados na análise da Moody's foram os seguintes:

Segregação de Ativos entre o Originador e a Custódia é Aperfeiçoado pela Venda Perfeita e Acabada.

A segregação de riscos entre o Banco Paulista (atuando como originador) e o FIDC Paulista II (atuando como o Emissor) se dá através da venda perfeita e acabada e da cessão definitiva dos contratos do originador ao fundo, ainda mais aperfeiçoado pelos termos da cessão de direitos de crédito transferidos sob o código civil brasileiro. A falência do originador não afetará os ativos do fundo, pois são legalmente protegidos dos credores do originador.

Impossibilidade da Falência de um FIDC. O Emissor foi definido como um FIDC, que é uma entidade de remoto risco de falência, por sua própria natureza. Além disso, por ser um fundo de investimento, o limite das obrigações de um FIDC para os seus quotistas é equivalente ao valor de mercado de seus ativos.

Eficácia do Direito Real de Propriedade do Veículo contra Terceiros. A eficácia do direito real sobre a propriedade do veículo que lastreia as quotas do Fundo, contra terceiros, está regulamentado pelo artigo 1361, § 1 do Código Civil, pela Lei no 4728/1965 e pela Portaria 14/2003 do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e Resolução 159/2004 do Contran. Tal eficácia contra terceiros é aperfeiçoada através do registro do veículo no "Detran", utilizando-se o código nacional de registro de veículos automotores (o "Renavam"), e listando o Renavam no Sistema Nacional de Gravames ("SNG"), que é uma base de dados eletrônica centralizada de todos os registros de veículos em circulação.

A Cessão da Alienação Fiduciária em Garantia Permite que o Administrador dê Início a Procedimentos de Retomada em Nome dos Investidores. A cessão da alienação fiduciária do banco originador para o emissor é legal e está regulamentada pelo artigo 1361 do Código Civil e pelas Resoluções 2686/2000 e 2907/2001 do Conselho Monetário Nacional brasileiro. O Administrador, em nome de um FIDC, pode iniciar os procedimentos de retomada do bem de acordo com a Lei nº 10931/2004 em conjunto com a Lei no 4728/1965, que estipulam que é possível a cessão da alienação fiduciária em garantia a entidades que não são integrantes do sistema financeiro, tais como um FIDC, porque o financiamento foi originado e vendido dentro do âmbito do mercado financeiro. Um banco, uma seguradora ou um administrador agindo por ordem e conta de um FIDC pode iniciar procedimentos extrajudiciais de retomada de um veículo depois de 30 dias que um financiamento ter sido considerado vencido e não pago. Essa prerrogativa está estipulada pela Lei 10.931/2004, juntamente com o 3º artigo do Decreto Lei 911/1969.

O Risco de Fungibilidade Existe Sobre os Valores Recebidos dos Financiamentos Pagos Após o 10º dia de Atraso. Após o 10º de atraso, os tomadores não podem pagar os boletos nas agências do agente recebedor (Banco Bradesco). Sendo assim, os pagamentos devem ser feitos diretamente na conta do Banco Paulista. Os esforços de cobrança são feitos pelo Banco Paulista e/ou por empresas de cobrança terceirizadas. Segundo os dados históricos fornecidos, mais de 23% dos financiamentos devidos no período analisado foram pagos com mais de 10 dias de atraso. O Banco Paulista tem a obrigação de transferir os valores recolhidos para sua conta vinculada aos financiamentos vendidos ao fundo dentro de cinco dias úteis para a conta do fundo.

Embora a Moody's seja da opinião de que o fundo deve ter os direitos sobre os fluxos de caixa, conforme estabelecido por lei, no caso de falência do Banco Paulista, o momento em que esses fundos seriam liberados é incerto. Por este motivo, o equivalente a 3% da carteira de direitos creditórios do fundo será segregado em uma conta separada em nome do fundo (reserva de liquidez), reduzindo o risco de que, se houver algum problema com a transferência de fundos perto do final da transação, pode não haver caixa suficiente disponível para realizar os pagamentos aos investidores.

SUMÁRIO DA TRANSAÇÃO

Quotas Seniores:	(P)Aaa.br Escala Nacional Brasileira e (P)Baa3 Escala Global de Moeda Local
Quotas subordinadas:	Sem rating
Emissor:	FIDC Paulista - Veículos II - Série 2008-1
Tipo de Ativo:	Direitos Creditórios Oriundos de Contratos de Financiamento de Veículos e Crédito Pessoal
Originador e Cobrador Primário:	Banco Paulista S.A. (sem rating)
Administrador:	VAM DTVM Ltda. (subsidiária integral do Banco Votorantim S.A., classificado como Aaa.br na escala nacional e Baa1 na escala global de ratings de depósito bancário)
Custodiante:	Citibank DTVM S.A. (sem rating)
Agente Receptor:	Banco Bradesco S.A. (Aaa.br na Escala Nacional e A1 na Escala Global de ratings de depósito bancário)
Assessores Jurídicos:	Levy & Salomão e Mattos Filho
Auditor Externo:	KPMG Auditores Independentes

Doc ID# SF133241 (Portuguese)

Doc ID# SF133240 (English)

Direitos autorais: 2008, Moody's Investors Service, Inc., e/ou suas licenciadas, sociedades controladoras, sob controle comum ou controladas (em conjunto, a "MOODY'S"). Todos os direitos reservados. AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO SÃO PROTEGIDAS PELA LEGISLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS E NÃO PODEM SER COPIADAS, REPRODUZIDAS, TRANSMITIDAS, DIVULGADAS, REVENDIDAS OU ARMazenadas PARA USO SUBSEQÜENTE PARA QUALQUER DESSES FINS, NO TODO OU EM PARTE, DE QUALQUER FORMA OU MEIO, POR QUALQUER PESSOA, SEM O CONSENTIMENTO PRÉVIO, POR ESCRITO, DA MOODY'S. Todas as informações contidas neste documento foram obtidas pela MOODY'S junto a fontes que ela considera precisas e confiáveis. Devido à possibilidade de erro humano ou mecânico, bem como outros fatores, contudo, essas informações são fornecidas "no estado em que se encontram", sem garantia de qualquer tipo, e a MOODY'S não presta, a respeito dessas informações, qualquer declaração ou garantia, expressa ou implícita, quanto à precisão, grau de atualização, completude, valor comercial ou adequação a qualquer fim específico. Em nenhum caso a MOODY'S será responsável perante qualquer pessoa, física ou jurídica, por (a) perdas ou danos causados, sofridos ou relacionados, no todo ou em parte, a erro (por negligência ou não) ou circunstâncias diversas, dentro ou fora da esfera de controle da MOODY'S ou de seus diretores, administradores, empregados ou agentes, em relação à obtenção, compilação, análise, interpretação, comunicação, publicação ou transferência dessas informações, ou (b) danos diretos ou indiretos de qualquer natureza (incluindo, sem limitação, lucros cessantes), resultantes do uso ou incapacidade de usar essas informações, mesmo se a MOODY'S for avisada com antecedência sobre a possibilidade de ocorrência desses danos. Os ratings de crédito e os comentários de análise de relatórios financeiros, se houver, constituirão parte das informações contidas neste documento, e poderão ser interpretados somente como manifestação de opinião, e não como declaração de fato ou recomendação para a compra, venda ou detenção de valores mobiliários. A MOODY'S NÃO PRESTA NENHUMA GARANTIA, EXPRESSA OU IMPLÍCITA, QUANTO À PRECISÃO, GRAU DE ATUALIZAÇÃO, COMPLETUDE, VALOR COMERCIAL OU ADEQUAÇÃO A QUALQUER FIM ESPECÍFICO DE QUALQUER RATING, OUTRA OPINIÃO OU INFORMAÇÃO. Cada rating ou outra opinião deve ser considerado apenas como um fator para uma decisão de investimento tomada por um usuário das informações contidas neste documento, ou em nome desses usuários. Os usuários devem, conseqüentemente, realizar seu próprio estudo e avaliação de cada valor mobiliário, emissor, garantidor e fornecedor de suporte de crédito, para cada valor mobiliário que possam considerar comprar, deter ou vender.

A MOODY'S, neste ato, divulga que a maioria dos emissores de títulos de dívida (incluindo títulos corporativos e municipais, debêntures, notes e notas promissórias) e de ações preferenciais classificadas pela MOODY'S se obrigou, antes da atribuição de qualquer rating, a pagar à MOODY'S, por serviços de avaliação e rating por ela prestados, honorários de US\$1.500 a aproximadamente US\$2.400.000. A Moody's Corporation (MCO) e sua subsidiária integral, a agência de classificação de risco Moody's Investors Service (MIS), também mantêm políticas e procedimentos a fim de preservar a independência dos ratings e dos processos de rating da MIS. São incluídas anualmente no website da Moody's - www.moody.com -, sob o título "Shareholder Relations - Corporate Governance - Director and Shareholder Affiliation Policy", informações acerca de relações societárias que possam existir entre diretores da MCO e entidades classificadas por ratings, e entre entidades que possuem ratings da MIS e que também informaram publicamente à SEC (Security and Exchange Commission - EUA) deter participação acionária maior que 5% na MCO.

ANEXO III

Este Anexo III é parte integrante do “Prospecto da 1ª Distribuição Pública de Cotas da 1ª Série de Emissão do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II”

RELATÓRIO DA KPMG RELATIVO À CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO BANCO PAULISTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Banco Paulista S.A.

Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios

Este relatório foi elaborado a partir da base de dados e das demais informações fornecidas pelo Banco Paulista S.A. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de Direitos Creditórios não constitui garantia de que este venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este relatório não constitui garantia por parte da KPMG Risk Advisory Services Ltda. quanto a solvência, adimplemento, pontualidade ou qualidade da carteira de Direitos Creditórios. Nenhuma decisão de adquirir as quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios deverá ser tomada somente com base nas informações contidas neste relatório. O conteúdo deste instrumento deve ser cuidadosamente analisado, levando-se em consideração todas as informações contidas neste prospecto.



KPMG Risk Advisory Services Ltda.

R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel	55 (11) 2183-3000
Fax Nacional	55 (11) 2183-3001
Internacional	55 (11) 2183-3034
Internet	www.kpmg.com.br

Ao
Banco Paulista S.A.
São Paulo - SP

17 de abril de 2008

Atenção: Sr. Norival Puglieri

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta de prestação de serviços, datada de 25 de março de 2008, apresentamos nosso relatório a respeito da execução de determinados procedimentos pré-acordados definidos com representantes do Banco Paulista S.A. e seus parceiros estratégicos, grupo encarregado do processo de estruturação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

Nossos trabalhos foram executados em conformidade com as normas profissionais relativas à execução de trabalhos de revisão emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Agradecemos o apoio da gerência e dos funcionários do Banco Paulista S.A. no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Ricardo Anhesini Souza
Sócio

Pedro Vitor Zago
Diretor

Conteúdo

1	Introdução	1
2	Apresentação do Perfil da Carteira de Recebíveis	2
3	Descrição dos Procedimentos de Revisão Aplicados	22
4	Descrição do Processo de Crédito	23
5	Procedimentos de Cobrança	31
	Anexos	36

1 Introdução

O Banco Paulista S.A. (“Banco Paulista”, “Cedente” ou “Originador”), com os seus parceiros estratégicos, em conjunto definidos “Grupo Estruturador”, está desenvolvendo uma estrutura de securitização de recebíveis por meio da cessão de créditos a um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). Esses recebíveis são representados por contratos de financiamento — CCB — para a compra de veículos leves e pesados e motos, com alienação fiduciária, e contratos de empréstimo com alienação fiduciária, gerados exclusivamente pelo Cedente e serão cedidos ao FIDC mediante atendimento de certos critérios de elegibilidade a serem definidos pelo Grupo Estruturador.

Segundo informações fornecidas pelo Grupo Estruturador, a execução dos procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, atenderá aos seguintes principais objetivos:

- Confirmar por meio de recálculo e verificação os dados relativos às características demográficas e à *performance* da carteira de crédito, para um período histórico de 29 meses, compreendido entre 1º de novembro de 2005 e 31 de março de 2008, período este em que o Originador trabalha com essa modalidade de operação.
- Levantar e obter entendimento dos fluxos de origem e cobrança desses recebíveis e verificar a sua aderência em relação às políticas estabelecidas pelo Originador dos recebíveis, com base em testes por amostragem.

Dessa forma, os seguintes procedimentos pré-acordados formaram o escopo de nossos trabalhos, sendo executados, principalmente, por meio da leitura de um conjunto de informações e bases de dados fornecidas pela área de Sistemas e Processos do Banco Paulista, contemplando o período definido acima.

- Procedimentos relativos à verificação de dados demográficos:
 - Distribuição do volume mensal de contratos originados.
 - Distribuição do volume financeiro e da quantidade de contratos por prazo médio das operações.
 - Distribuição dos recebíveis por faixas de valor para fins de apuração de concentração de operações.
- Procedimentos relativos à verificação da pontualidade e de *performance* de crédito:
 - Cálculo do prazo médio de atraso e respectivos desvios-padrão.
 - Distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos na data-base de nossos trabalhos.
 - Distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos, segregados pelos respectivos meses de origem (*pool* estático).

- Identificação dos volumes e dos respectivos percentuais em relação ao total de originações e total de baixas, dos eventos de pré-pagamento, renegociações e recuperações pela retomada de garantias.

A base de dados utilizada para fins de recálculo dos índices e indicadores discutidos acima foi submetida a procedimentos de reconciliação com os registros contábeis do Cedente, conforme apresentado no item 3 deste Relatório.

Outras Informações

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria, executada conforme normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e portanto não deve ser interpretado como tal. Nossos trabalhos foram executados no período de 2 a 17 de abril de 2008 e tomaram por base a estrutura das áreas de crédito e cobrança e tecnologia vigentes naquele período. Conforme acordado com representantes do Grupo Estruturador da operação, não foi requerida a atualização dos dados entre essa data de conclusão de nossos trabalhos e a data de emissão deste relatório.

2 Apresentação do Perfil da Carteira de Recebíveis

2.1 Produção Mensal

O somatório dos arquivos gerados pela Cedente indica que esta originou, no período de 29 meses sob análise, compreendido entre 1º de novembro de 2005 e 31 de março de 2008, um volume de 42.456 contratos, com um valor total de parcelas (PMT) de R\$ 1.074.299 mil. O arquivo disponibilizado para a execução das análises, objeto de nossa contratação, foi produzido pela Gerência de Sistemas e Processos da Cedente e submetido à avaliação de consistência conforme apresentado na seção 3 deste relatório.

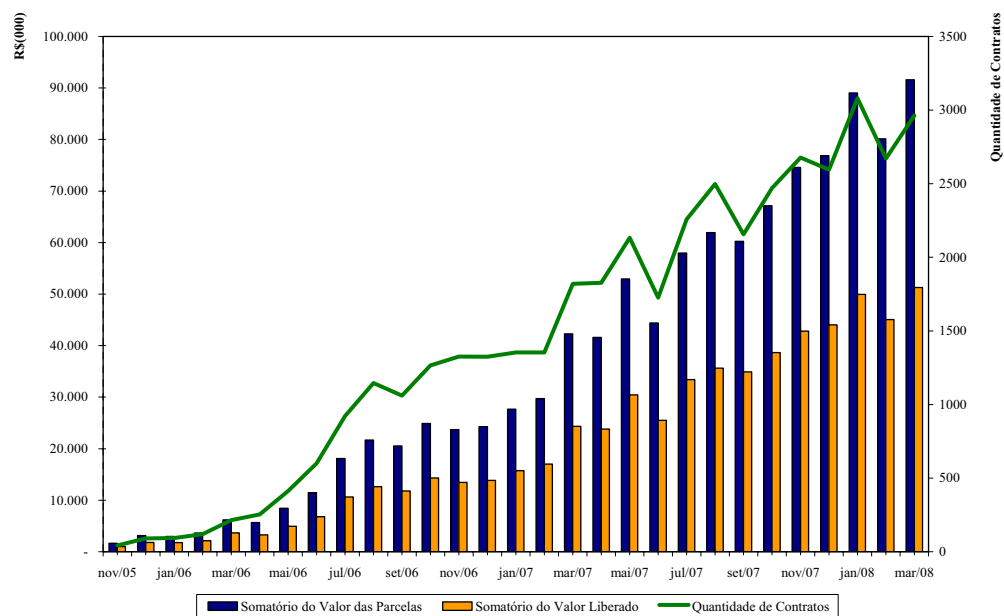
Compilamos para o período total de 29 meses sob análise informações mensais referentes ao faturamento da Cedente, incluindo a totalidade dos contratos, conforme apresentado na tabela e no gráfico 2.1 a seguir:

Tabela 2.1 - Produção Mensal Referente ao Valor Total das Parcelas, ao Valor Liberado e à Quantidade de Contratos

Origem	Somatório do Valor das Parcelas -			Somatório do Valor Liberado -			Quantidade de Contratos	
	R\$(000)	%		R\$(000)	%			
nov/05	1.659	0,2		994	0,2	43	0,1	
dez/05	3.115	0,3		1.806	0,3	90	0,2	
jan/06	2.961	0,3		1.770	0,3	94	0,2	
fev/06	3.646	0,3		2.136	0,3	120	0,3	
mar/06	6.200	0,6		3.687	0,6	214	0,5	
abr/06	5.659	0,5		3.281	0,5	254	0,6	
mai/06	8.433	0,8		4.936	0,8	413	1,0	
jun/06	11.485	1,1		6.788	1,1	600	1,4	
jul/06	18.081	1,7		10.635	1,7	922	2,2	
ago/06	21.657	2,0		12.631	2,1	1.146	2,7	

Origem	Somatório do Valor das Parcelas -		Somatório do Valor Liberado -		Quantidade de	
	R\$(000)	%	R\$(000)	%	Contratos	%
set/06	20.523	1,9	11.812	1,9	1.061	2,5
out/06	24.876	2,3	14.299	2,3	1.266	3,0
nov/06	23.691	2,2	13.465	2,2	1.326	3,1
dez/06	24.274	2,3	13.861	2,3	1.325	3,1
jan/07	27.652	2,6	15.738	2,6	1.354	3,2
fev/07	29.724	2,8	17.027	2,8	1.354	3,2
mar/07	42.302	3,9	24.333	4,0	1.820	4,3
abr/07	41.573	3,9	23.810	3,9	1.827	4,3
mai/07	52.927	4,9	30.421	4,9	2.132	5,0
jun/07	44.383	4,1	25.501	4,1	1.726	4,1
jul/07	57.961	5,4	33.411	5,4	2.258	5,3
ago/07	61.916	5,8	35.634	5,8	2.498	5,9
set/07	60.249	5,6	34.926	5,7	2.156	5,1
out/07	67.147	6,3	38.653	6,3	2.470	5,8
nov/07	74.610	6,9	42.826	7,0	2.678	6,3
dez/07	76.844	7,2	44.043	7,2	2.595	6,1
jan/08	89.038	8,3	49.936	8,1	3.080	7,3
fev/08	80.141	7,5	45.070	7,3	2.671	6,3
mar/08	91.571	8,5	51.292	8,3	2.963	7,0
Total	1.074.299	100,0	614.724	100,0	42.456	100,0

Gráfico 2.1 - Produção Mensal Referente ao Valor Total das Parcelas, ao Valor Liberado e à Quantidade de Contratos



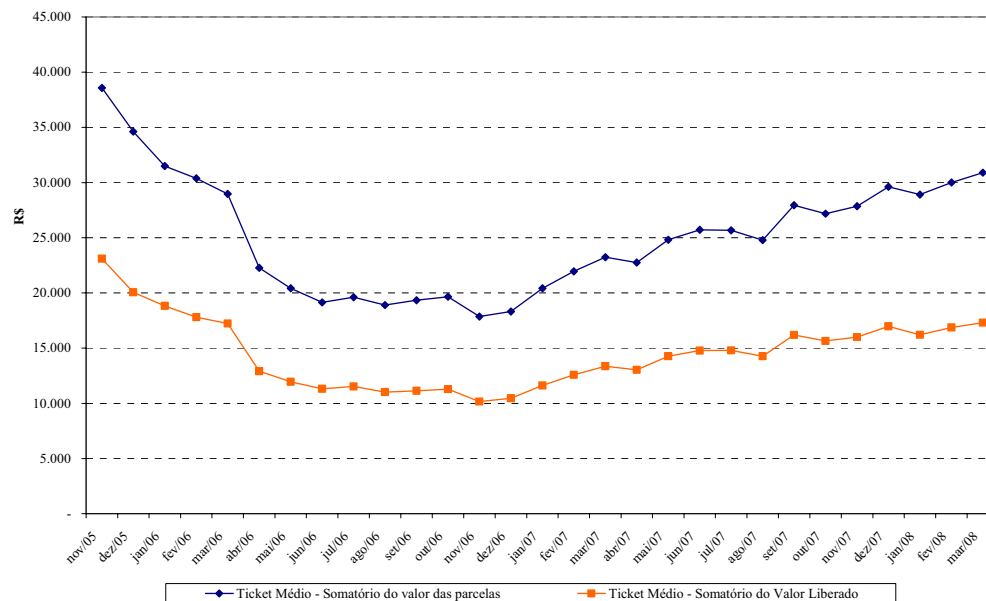
2.2 Saldo Médio de Contratos

Conforme solicitações do Grupo Estruturador da operação, são apresentados a tabela e o gráfico 2.2 a seguir demonstrando o valor médio dos contratos, em bases mensais, para o período de 29 meses sob análise, considerando o valor liberado dos contratos e o valor das parcelas:

Tabela 2.2 - Saldo Médio Mensal e Consolidado

Origem	<i>Ticket Médio - Somatório do Valor das Parcelas - R\$</i>	<i>Ticket Médio - Somatório do Valor Liberado - R\$</i>
nov/05	38.573	23.106
dez/05	34.610	20.063
jan/06	31.503	18.829
fev/06	30.380	17.803
mar/06	28.971	17.229
abr/06	22.280	12.915
mai/06	20.420	11.952
jun/06	19.142	11.313
jul/06	19.611	11.535
ago/06	18.898	11.022
set/06	19.343	11.133
out/06	19.649	11.295
nov/06	17.866	10.154
dez/06	18.320	10.461
jan/07	20.422	11.623
fev/07	21.953	12.576
mar/07	23.243	13.370
abr/07	22.755	13.032
mai/07	24.825	14.269
jun/07	25.714	14.775
jul/07	25.669	14.797
ago/07	24.786	14.265
set/07	27.945	16.200
out/07	27.185	15.649
nov/07	27.861	15.992
dez/07	29.613	16.972
jan/08	28.908	16.213
fev/08	30.004	16.874
mar/08	<u>30.905</u>	<u>17.311</u>
Média geral	<u>25.304</u>	<u>14.479</u>

Gráfico 2.2 - Saldo Médio Mensal e Consolidado



2.3 Distribuição por Tipo de Financiamento

Adicionalmente, destaca-se na tabela e no gráfico 2.3 a distribuição das operações por tipo de financiamento, de acordo com informações extraídas da base de dados fornecida, considerando o valor das parcelas contratuais e a quantidade de contratos.

Os financiamentos são classificados da seguinte forma:

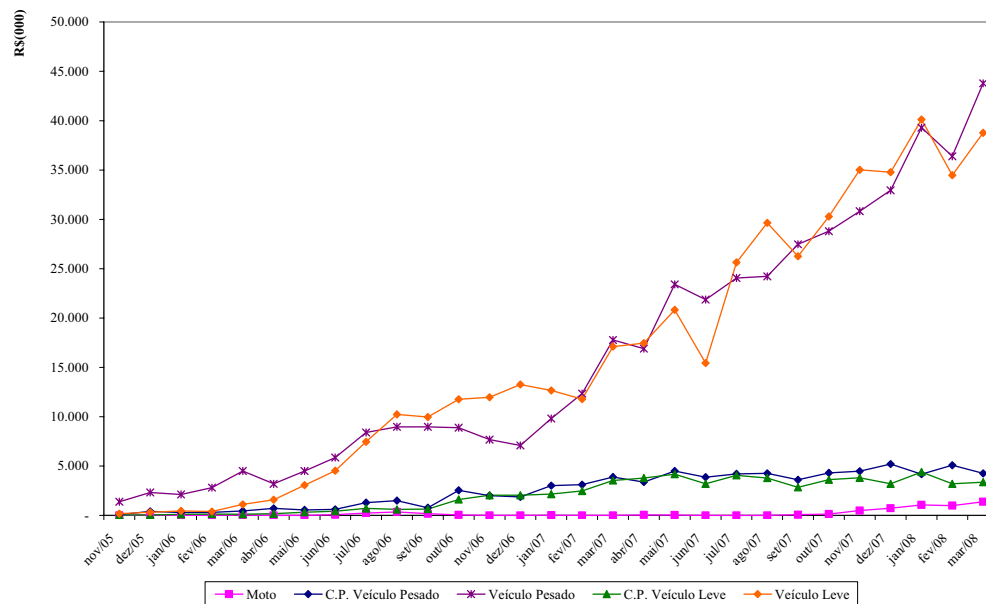
- Veículos pesados (pessoas físicas e jurídica)
- Veículos leves e utilitários (pessoas física e jurídica)
- Crédito Pessoal com Alienação Fiduciária de veículos pesados (pessoas física e jurídica)
- Crédito Pessoal com Alienação Fiduciária de veículos leves (pessoas física e jurídica)
- Motos

Tabela 2.3 - Representatividade por Tipo de Financiamento

Tipo de Financiamento	Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)	% Acum.		Quantidade de Contratos	% Acum.	
		%	% Acum.		%	% Acum.
Veículos pesados	466.585	43,4	43,4	6.824	16,1	16,1
Veículos leves	466.536	43,4	86,9	28.408	66,9	83,0
C.P. Veículos pesados*	74.728	7,0	93,8	1.874	4,4	87,4
C.P. Veículos leves*	60.568	5,6	99,5	4.654	11,0	98,4
Moto	<u>5.882</u>	<u>0,5</u>	<u>100,0</u>	<u>696</u>	<u>1,6</u>	<u>100,0</u>
Total	<u>1.074.299</u>	<u>100,0</u>		<u>42.456</u>	<u>100,0</u>	

* Operações de “Crédito Pessoal com Alienação Fiduciária” consistem de operações de empréstimo pessoal com garantia de alienação fiduciária de veículo de propriedade do financiado, ou seja, tendo como principal diferença o fato de não haver a intermediação do lojista.

Gráfico 2.3 - Movimentação Mensal por Tipo de Financiamento

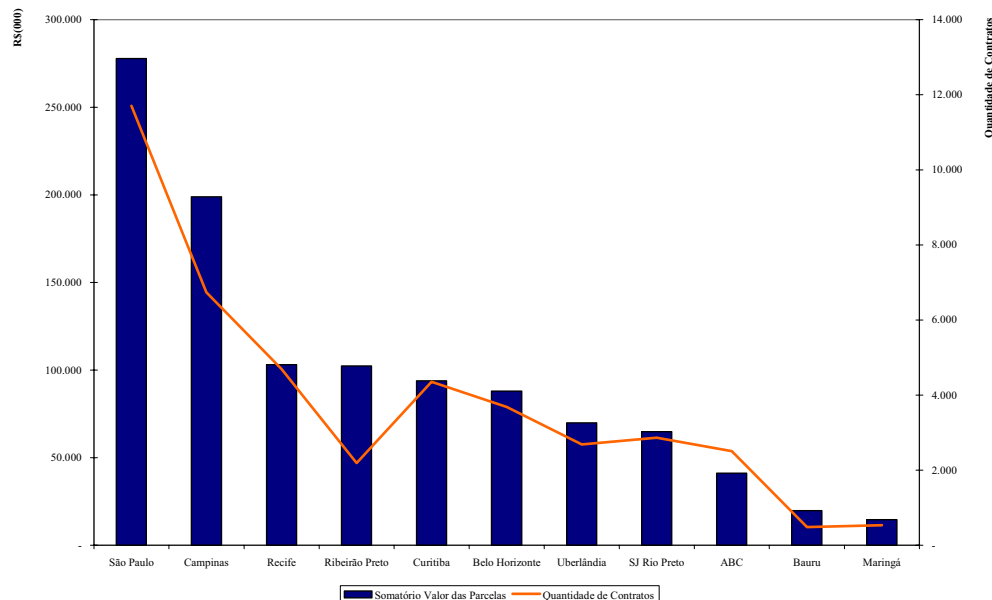


No Anexo I deste relatório é relacionada a movimentação mensal por tipo de financiamento.

2.4 Distribuição por Filial

Apresenta-se, ainda, destacado a seguir, no gráfico 2.4, a representatividade das operações referentes aos 29 meses sob análise, por Filial, em volume financeiro. No Anexo II deste relatório são destacados os dados mensais relativos a cada Filial.

Gráfico 2.4 - Distribuição por Filial



2.5 Distribuição por Prazo Médio das Operações

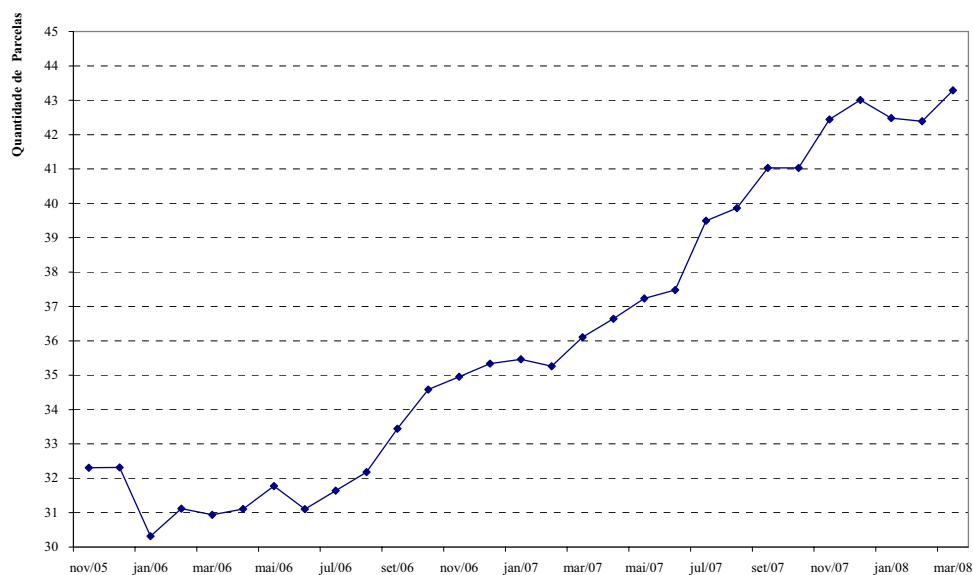
Para fins de estabelecimento do prazo médio ponderado das operações, foi compilado o volume total de contratos originados no período de 29 meses sob análise, por quantidade de parcelas. Por meio dessa compilação constatou-se um prazo médio ponderado de 39,3 meses, conforme apresentado na tabela 2.4 a seguir.

Tabela 2.4 - Distribuição das Operações por Quantidade de Parcelas

Quantidade de Parcelas	Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de Contratos	%	% Acum.
Até 11 parcelas	1.168	0,1	0,1	103	0,2	0,2
12 parcelas	11.803	1,1	1,2	1.099	2,6	2,8
De 13 a 17 parcelas	57	0,0	1,2	6	0,0	2,8
18 parcelas	14.225	1,3	2,5	1.224	2,9	5,7
De 19 a 23 parcelas	360	0,0	2,6	13	0,0	5,8
24 parcelas	132.691	12,4	14,9	8.142	19,2	24,9
De 25 a 35 parcelas	11.330	1,1	16,0	531	1,3	26,2
36 parcelas	498.904	46,4	62,4	22.774	53,6	79,8
De 37 a 47 parcelas	3.231	0,3	62,7	129	0,3	80,1
48 parcelas	325.796	30,3	93,0	7.549	17,8	97,9
De 49 a 59 parcelas	165	0,0	93,1	3	0,0	97,9
60 parcelas	74.509	6,9	100,0	882	2,1	100,0
Acima de 60 parcelas	61	0,0	100,0	1	0,0	100,0
Total	1.074.299	100,0		42.456	100,0	

Adicionalmente, de acordo com solicitações do Grupo Estruturador da operação, foi mensurado o prazo médio mensal dos contratos originados nos 29 meses sob análise, conforme apresentado no gráfico 2.6 a seguir:

Gráfico 2.6 - Prazo Médio Ponderado



No Anexo III deste relatório é apresentada a distribuição por quantidade de parcelas para cada um dos 29 meses.

2.6 Distribuição das Operações por Faixas de Valor

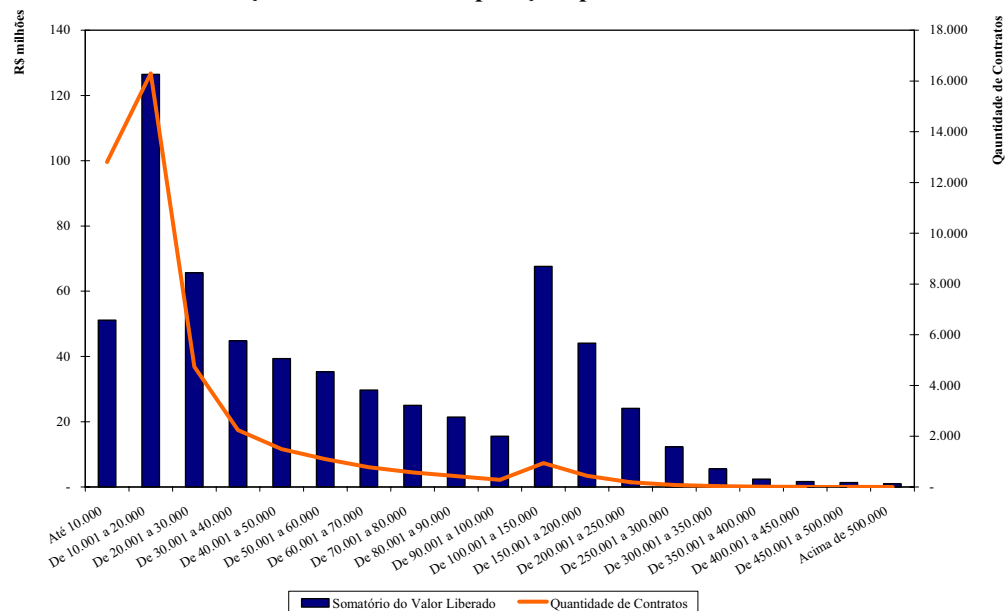
A tabela e o gráfico 2.7 demonstram a distribuição dos contratos por faixa de valor considerando os valores dos contratos e a quantidade de contratos.

Tabela 2.7 - Distribuição das Operações em Faixa de Valor

Faixas de Valor (em R\$)	Somatório do Valor Financiado R\$(000)	% Acum.		Quantidade de Contratos	% Acum.	
		%	% Acum.		%	% Acum.
Até 10.000	51.181	8,3	8,3	12.810	30,2	30,2
De 10.001 a 20.000	126.458	20,6	28,9	16.296	38,4	68,6
De 20.001 a 30.000	65.672	10,7	39,6	4.737	11,2	79,7
De 30.001 a 40.000	44.805	7,3	46,9	2.244	5,3	85,0
De 40.001 a 50.000	39.361	6,4	53,3	1.494	3,5	88,5
De 50.001 a 60.000	35.352	5,8	59,0	1.099	2,6	91,1
De 60.001 a 70.000	29.750	4,8	63,9	782	1,8	92,9
De 70.001 a 80.000	25.054	4,1	67,9	577	1,4	94,3
De 80.001 a 90.000	21.408	3,5	71,4	433	1,0	95,3

Faixas de Valor (em R\$)	Somatório do Valor Financiado R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de Contratos	%	% Acum.
De 90.001 a 100.000	15.594	2,5	74,0	281	0,7	96,0
De 100.001 a 150.000	67.614	11,0	85,0	942	2,2	98,2
De 150.001 a 200.000	44.069	7,2	92,1	440	1,0	99,2
De 200.001 a 250.000	24.145	3,9	96,1	189	0,4	99,7
De 250.001 a 300.000	12.282	2,0	98,1	77	0,2	99,9
De 300.001 a 350.000	5.539	0,9	99,0	30	0,1	99,9
De 350.001 a 400.000	2.419	0,4	99,3	11	0,0	100,0
De 400.001 a 450.000	1.674	0,3	99,6	7	0,0	100,0
De 450.001 a 500.000	1.383	0,2	99,8	5	0,0	100,0
Acima de 500.000	966	0,2	100,0	2	0,0	100,0
Total	614.724	100,0		42.456	100,0	

Gráfico 2.7 - Distribuição do Volume de Operações por Faixas de Valor



O Anexo IV deste relatório apresenta a relação dos 250 maiores contratos realizados no período de 29 meses sob análise.

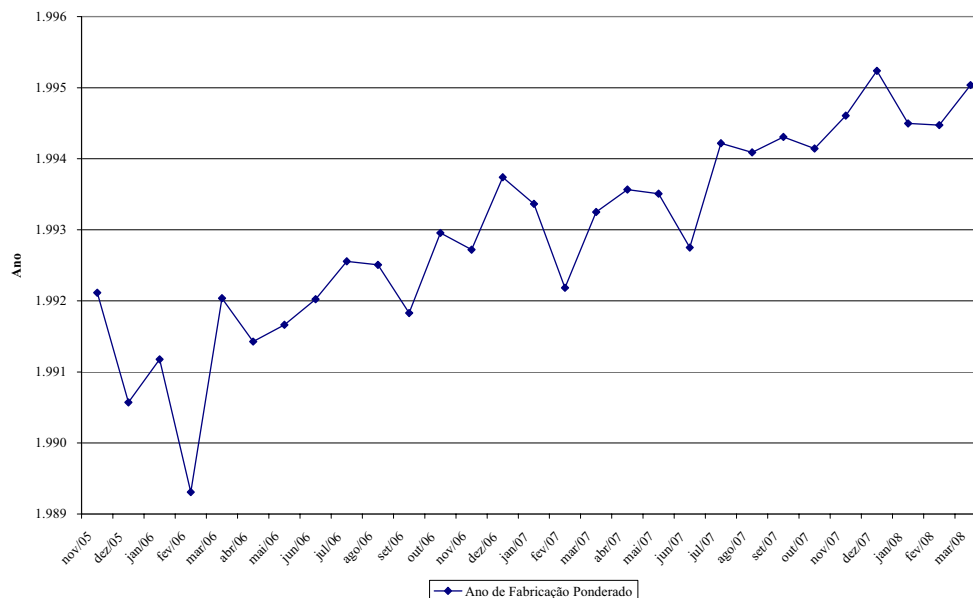
2.7 Distribuição por Ano de Fabricação do Veículo

Na tabela 2.6 e no gráfico 2.8 é apresentada a distribuição das operações em relação ao ano de fabricação do veículo, de acordo com informações extraídas da base de dados fornecida, considerando o valor das parcelas contratuais e a quantidade de contratos.

Tabela 2.6 - Distribuição por Ano do Veículo

Ano do Veículo	Somatório do Valor das Parcelas R\$(000)		%	% Acum.	Quantidade de Contratos		% Acum.
De 1967 a 1980	53.898	5,0	5,0		1.352	3,2	3,2
De 1981 a 1985	74.923	7,0	12,0		2.019	4,8	7,9
De 1986 a 1990	187.595	17,5	29,5		8.950	21,1	29,0
De 1991 a 1995	288.000	26,8	56,3		15.273	36,0	65,0
De 1996 a 2000	288.568	26,9	83,1		10.668	25,1	90,1
De 2001 a 2005	137.454	12,8	95,9		3.425	8,1	98,2
De 2006 a 2008	<u>43.861</u>	<u>4,1</u>	<u>100,0</u>		<u>769</u>	<u>1,8</u>	<u>100,0</u>
Total	<u>1.074.299</u>	<u>100,0</u>			<u>42.456</u>	<u>100,0</u>	

Gráfico 2.8 - Evolução do Ano do Veículo Financiado



No Anexo V deste relatório apresentamos a movimentação mensal por ano do veículo.

2.8 Indicadores de Desempenho

Para fins de mensuração do desempenho dos recebíveis submetidos à análise, foram definidos pelo Grupo Estruturador critérios para a apuração dos percentuais de pontualidade e adimplência das faturas, que representariam indicativos de desempenho.

Elaboramos um *aging list* em faixas de prazos definidas pelo Grupo Estruturador, conforme apresentado na tabela 2.7 a seguir, demonstrando os volumes de operações vencidas, liquidadas antecipadamente, em dia e em atraso, como também os volumes das operações vencidas e não liquidadas, durante o período de 29 meses sob análise.

Tabela 2.7 - Distribuição dos Prazos de Liquidação das Operações

Faixas	R\$(000)	%	% acum.
Total sob análise	1.074.299		
(-) Cancelamentos	666		
(-) Parcelas Renegociadas	11.492		
(+) Multas	9.441		
(-) Descontos	15.339		
(-) Parcelas a vencer após 31 de março de 2008	776.737		
Parcelas vencidas e/ou liquidadas até 31 de março de 2008	<u>279.505</u>		
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	30.570	10,9	10,9
Parcelas antecipadas de 151 a 180 dias	2.160	0,8	11,7
Parcelas antecipadas de 121 a 150 dias	2.294	0,8	12,5
Parcelas antecipadas de 91 a 120 dias	2.427	0,9	13,4
Parcelas antecipadas de 61 a 90 dias	2.640	0,9	14,3
Parcelas antecipadas de 31 a 60 dias	3.570	1,3	15,6
Parcelas antecipadas de 16 a 30 dias	4.245	1,5	17,1
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	46.843	16,8	33,9
Parcelas liquidadas no vencimento	46.542	16,7	50,6
Parcelas liquidadas de 1 a 5 dias	43.165	15,4	66,0
Parcelas liquidadas de 5 a 10 dias	16.207	5,8	71,8
Parcelas liquidadas de 10 a 15 dias	7.746	2,8	74,6
Parcelas liquidadas de 16 a 30 dias	20.397	7,3	81,9
Parcelas liquidadas de 31 a 60 dias	21.180	7,6	89,4
Parcelas liquidadas de 61 a 90 dias	7.251	2,6	92,0
Parcelas liquidadas de 91 a 120 dias	1.394	0,5	92,5
Parcelas liquidadas de 121 a 150 dias	497	0,2	92,7
Parcelas liquidadas de 151 a 180 dias	286	0,1	92,8
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	552	0,2	93,0
Parcelas vencidas até 15 dias	5.326	1,9	94,9
Parcelas vencidas de 16 a 30 dias	2.867	1,0	95,9
Parcelas vencidas de 31 a 60 dias	3.592	1,3	97,2
Parcelas vencidas de 61 a 90 dias	1.492	0,5	97,8
Parcelas vencidas de 91 a 120 dias	1.051	0,4	98,1
Parcelas vencidas de 121 a 150 dias	898	0,3	98,5
Parcelas vencidas de 151 a 180 dias	744	0,3	98,7
Parcelas vencidas acima de 180 dias	3.566	1,3	100,0

¹ Referem-se a cancelamentos de contratos identificados na base de dados. Segundo informações obtidas com a administração, tais cancelamentos decorrem de desistência da operação por parte do cliente em um prazo de até 7 dias.

² Parcelas baixadas na base de dados com o intuito de renegociação da dívida do cliente através da geração de um novo contrato. Também ocorrem baixas de contratos por renegociação em razão da alteração da data do vencimento do contrato, levando à geração de um novo contrato.

Na tabela 2.8 são apresentadas as distribuições dos prazos de liquidações das operações para o financiamento de veículos leves, pesados e Crédito Pessoal com Alienação Fiduciária de veículos pesados.

Tabela 2.8 - Distribuição dos Prazos de Liquidação das Operações

Faixas	Veículos Leves			Veículos Pesados			C.P. Veículos Pesado		
	R\$(000)	%	% Acum.	R\$(000)	%	% Acum.	R\$(000)	%	% Acum.
Total sob análise	466.536			466.585			74.728		
(-) Cancelamentos	60			551			-		
(-) Parcelas Renegociadas	3.401			6.853			1.086		
(+) Multas	4.428			3.425			724		
(-) Descontos	5.445			7.065			1.698		
(-) Parcelas a vencer após 31 de março de 2008	348.224			337.343			46.554		
Parcelas vencidas e/ou liquidadas até 31 de março de 2008	113.833			118.197			26.114		
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	11.731	10,3	10,3	13.171	11,1	11,1	3.178	12,2	12,2
Parcelas antecipadas de 151 a 180 dias	764	0,7	11,0	937	0,8	11,9	252	1,0	13,1
Parcelas antecipadas de 121 a 150 dias	805	0,7	11,7	1.002	0,8	12,8	275	1,1	14,2
Parcelas antecipadas de 91 a 120 dias	841	0,7	12,4	1.039	0,9	13,7	306	1,2	15,4
Parcelas antecipadas de 61 a 90 dias	948	0,8	13,3	1.113	0,9	14,6	331	1,3	16,6
Parcelas antecipadas de 31 a 60 dias	1.408	1,2	14,5	1.454	1,2	15,8	388	1,5	18,1
Parcelas antecipadas de 16 a 30 dias	2.200	1,9	16,4	1.362	1,2	17,0	293	1,1	19,2
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	23.409	20,6	37,0	15.929	13,5	30,5	3.651	14,0	33,2
Parcelas liquidadas no vencimento	16.594	14,6	51,6	21.055	17,8	48,3	5.093	19,5	52,7
Parcelas liquidadas de 1 a 5 dias	16.899	14,8	66,4	18.515	15,7	63,9	4.251	16,3	69,0
Parcelas liquidadas de 5 a 10 dias	7.129	6,3	72,7	6.157	5,2	69,2	1.568	6,0	75,0
Parcelas liquidadas de 10 a 15 dias	3.258	2,9	75,5	3.177	2,7	71,8	745	2,9	77,9
Parcelas liquidadas de 16 a 30 dias	8.011	7,0	82,6	8.962	7,6	79,4	1.918	7,3	85,2
Parcelas liquidadas de 31 a 60 dias	7.869	6,9	89,5	9.982	8,4	87,9	2.000	7,7	92,9
Parcelas liquidadas de 61 a 90 dias	2.296	2,0	91,5	4.079	3,5	91,3	579	2,2	95,1
Parcelas liquidadas de 91 a 120 dias	465	0,4	91,9	741	0,6	91,9	112	0,4	95,5
Parcelas liquidadas de 121 a 150 dias	168	0,1	92,1	262	0,2	92,2	38	0,1	95,6
Parcelas liquidadas de 151 a 180 dias	87	0,1	92,1	160	0,1	92,3	13	0,1	95,7
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	133	0,1	92,3	285	0,2	92,5	70	0,3	96,0
Parcelas vencidas até 15 dias	2.215	1,9	94,2	2.379	2,0	94,6	409	1,6	97,5
Parcelas vencidas de 16 a 30 dias	1.175	1,0	95,2	1.343	1,1	95,7	202	0,8	98,3
Parcelas vencidas de 31 a 60 dias	1.448	1,3	96,5	1.767	1,5	97,2	236	0,9	99,2
Parcelas vencidas de 61 a 90 dias	706	0,6	97,1	685	0,6	97,8	55	0,2	99,4
Parcelas vencidas de 91 a 120 dias	523	0,5	97,6	471	0,4	98,2	30	0,1	99,5
Parcelas vencidas de 121 a 150 dias	447	0,4	98,0	405	0,3	98,5	22	0,1	99,6
Parcelas vencidas de 151 a 180 dias	376	0,3	98,3	328	0,3	98,8	17	0,1	99,7
Parcelas vencidas acima de 180 dias	1.929	1,7	100,0	1.439	1,2	100,0	84	0,3	100,0

Na tabela 2.9 são apresentadas as distribuições dos prazos de liquidações das operações para o Crédito Pessoal com Alienação Fiduciária de veículos leves e financiamento de motos.

Tabela 2.9 - Distribuição dos Prazos de Liquidação das Operações

Faixas	C.P. Veículos Leves			Motos		
	R\$(000)	%	% Acum.	R\$(000)	%	% Acum.
Total sob análise	60.568			5.882		
(-) Cancelamentos	55			-		
(-) Parcelas Renegociadas	144			7		
(+) Multas	818			46		
(-) Descontos	1.109			22		
(-) Parcelas a vencer após 31 de março de 2008	39.652			4.963		
Parcelas vencidas e/ou liquidadas até 31 de março de 2008	<u>20.425</u>			<u>936</u>		
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	2.433	11,9	11,9	58	6,2	6,2
Parcelas antecipadas de 151 a 180 dias	202	1,0	12,9	6	0,6	6,8
Parcelas antecipadas de 121 a 150 dias	205	1,0	13,9	7	0,7	7,6
Parcelas antecipadas de 91 a 120 dias	234	1,1	15,0	7	0,7	8,3
Parcelas antecipadas de 61 a 90 dias	240	1,2	16,2	8	0,9	9,2
Parcelas antecipadas de 31 a 60 dias	303	1,5	17,7	17	1,8	11,0
Parcelas antecipadas de 16 a 30 dias	352	1,7	19,4	39	4,2	15,2
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	3.531	17,3	36,7	323	34,6	49,7
Parcelas liquidadas no vencimento	3.674	18,0	54,7	126	13,4	63,2
Parcelas liquidadas de 1 a 5 dias	3.377	16,5	71,2	124	13,2	76,4
Parcelas liquidadas de 5 a 10 dias	1.304	6,4	77,6	50	5,3	81,8
Parcelas liquidadas de 10 a 15 dias	549	2,7	80,3	18	1,9	83,7
Parcelas liquidadas de 16 a 30 dias	1.456	7,1	87,4	49	5,3	89,0
Parcelas liquidadas de 31 a 60 dias	1.287	6,3	93,7	41	4,4	93,3
Parcelas liquidadas de 61 a 90 dias	289	1,4	95,2	8	0,8	94,2
Parcelas liquidadas de 91 a 120 dias	73	0,4	95,5	2	0,3	94,4
Parcelas liquidadas de 121 a 150 dias	29	0,1	95,7	0	0,0	94,4
Parcelas liquidadas de 151 a 180 dias	25	0,1	95,8	0	0,0	94,5
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	61	0,3	96,1	3	0,4	94,8
Parcelas vencidas até 15 dias	307	1,5	97,6	17	1,8	96,6
Parcelas vencidas de 16 a 30 dias	140	0,7	98,3	7	0,7	97,3
Parcelas vencidas de 31 a 60 dias	135	0,7	98,9	6	0,7	98,0
Parcelas vencidas de 61 a 90 dias	42	0,2	99,1	4	0,4	98,4
Parcelas vencidas de 91 a 120 dias	25	0,1	99,3	2	0,3	98,7
Parcelas vencidas de 121 a 150 dias	24	0,1	99,4	1	0,2	98,8
Parcelas vencidas de 151 a 180 dias	21	0,1	99,5	1	0,2	99,0
Parcelas vencidas acima de 180 dias	105	0,5	100,0	10	1,0	100,0

Pool Estático

Adicionalmente, como parte das informações a serem fornecidas ao Grupo Estruturador, com o intuito de validar as constatações obtidas conforme definido no item 2.8 deste Relatório, foram gerados *pools* estáticos de pagamentos.

Demonstrando as distribuições dos prazos de liquidação das parcelas, em ciclos mensais, de forma consolidada e para cada um dos tipos de financiamento, referentes aos 29 meses de origemação. Essa informação objetiva identificar o comportamento de cada safra de contratos ao longo de sua maturação. As constatações estão destacadas nos Anexos de VI a XI deste relatório.

Apresentamos nos gráficos 2.9, 2.10 e 2.11 a seguir representações gráficas desses *pools* estáticos por safras, de parcelas vencidas acima de 180 dias, referentes ao consolidado da carteira e aos financiamentos de veículos leves e pesados, respectivamente.

Gráfico 2.9 - Representação Gráfica do *Pool* Estático - Vencidos Acima de 180 Dias - Consolidado

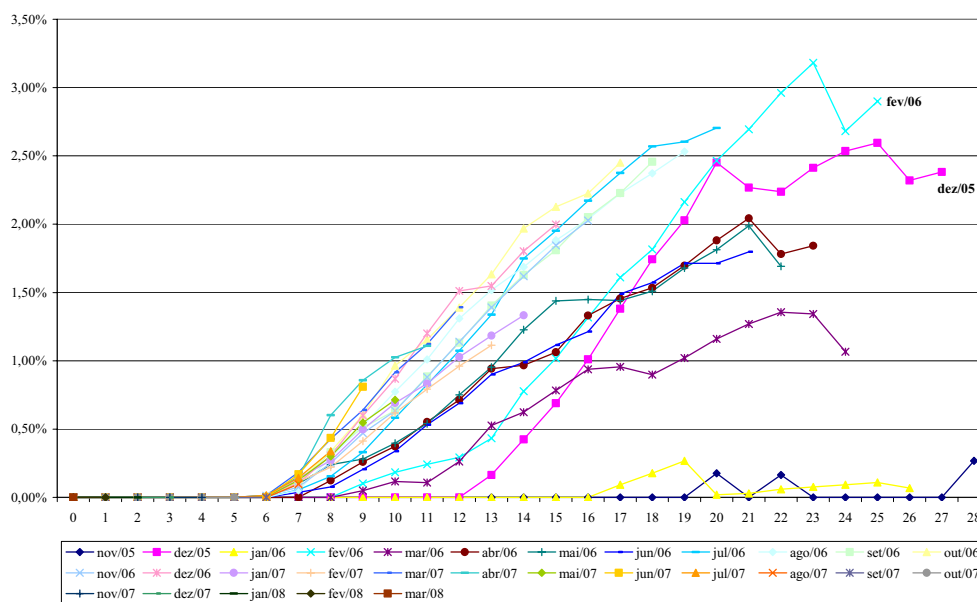


Gráfico 2.10 - Representação Gráfica do *Pool* Estático - Vencidos Acima de 180 Dias - Veículos Leves

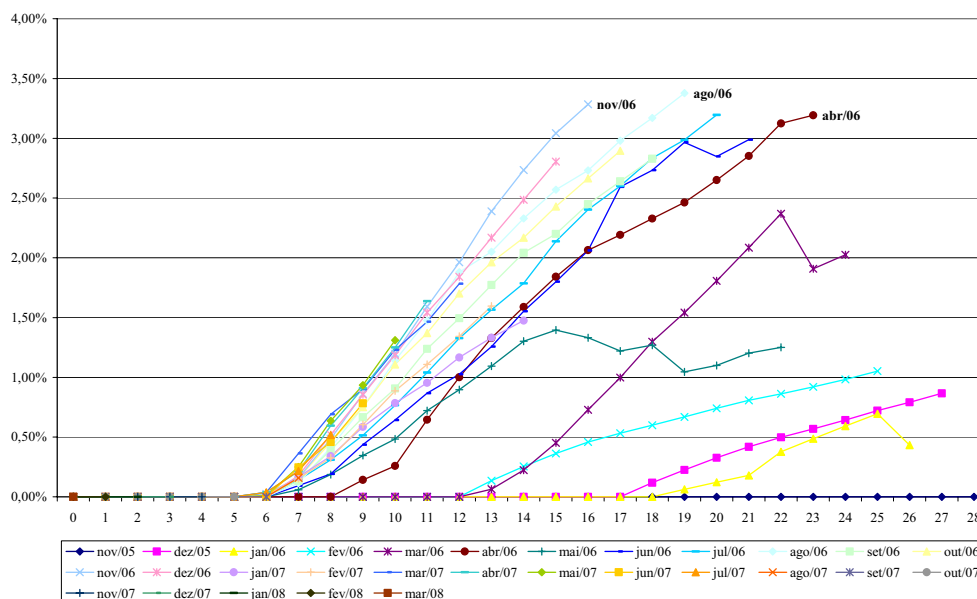
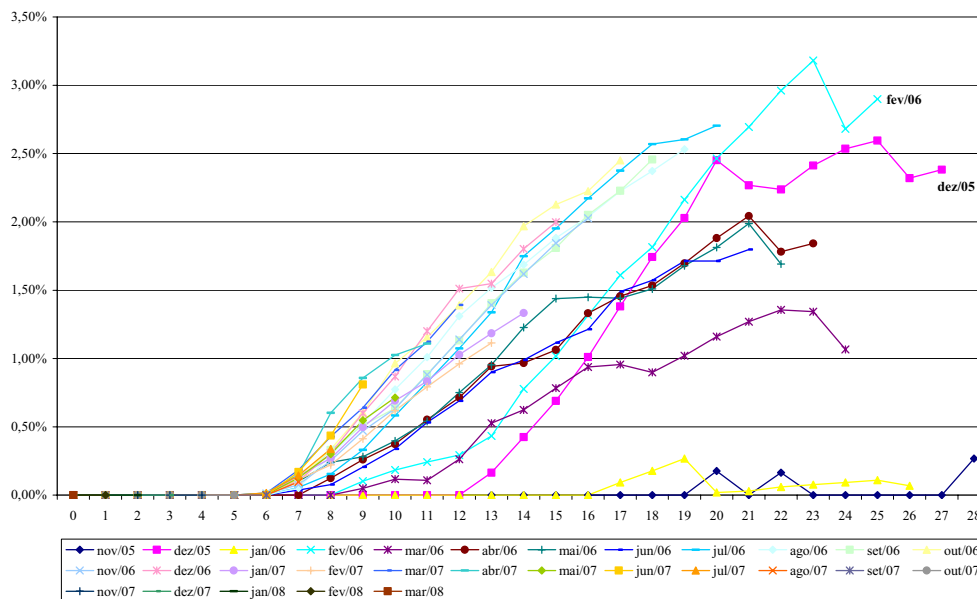


Gráfico 2.11 - Representação Gráfica do *Pool* Estático - Vencidos Acima de 180 Dias - Veículos Pesados



2.9 Identificação do Perfil dos Financiados com Parcelas Vencidas e Não Liquidadas em Situação de *First e Second Payment Default*

Foi nos solicitada ainda como parte das informações a serem fornecidas ao Grupo Estruturador a informação sobre a representatividade dos clientes que apresentam inadimplência nas primeiras parcelas do contrato, sobre o total da carteira.

Para fins deste exercício, segregamos tais clientes da seguinte forma:

- *First Payment Default*: Refere-se a clientes que não liquidaram a primeira parcela do contrato ou liquidaram a primeira parcela com atraso superior a 60 dias.
- *Second Payment Default*: Refere-se a clientes que liquidaram a primeira parcela do contrato com atraso inferior a 60 dias, porém não liquidaram a segunda parcela ou a liquidaram com atraso superior a 60 dias.

Identificamos R\$ 38.972 mil em contratos nessa situação que representam 3,6% do total da base.

Na Tabela 2.10 apresentamos o *aging* da carteira referente ao período de 29 meses sob análise para os clientes identificados como *First Payment Default*, bem como o *aging* das parcelas do restante dos clientes da carteira.

Tabela 2.10 - Distribuição dos Prazos de Liquidação das Operações em *First Payment Default* e dos Demais Contratos

Faixas	<i>First Payment Default</i>			Demais Contratos		
	RS(000)	%	% Acum.	RS(000)	%	% Acum.
Total sob Análise	38.972			1.035.327		
(-) Cancelamentos	-			666		
(-) Renegociações	553			10.939		
(+) Multa	392			9.049		
(-) Desconto	909			14.431		
(-) Parcelas a vencer	30.206			746.531		
Parcelas vencidas e/ou liquidadas	7.696	100,0		271.809	100,0	
Parcelas Antecipadas						
Acima de 180 dias	1.810	23,5	23,5	28.760	10,6	10,6
De 151 a 180 dias	91	1,2	24,7	2.069	0,8	11,3
De 121 a 150 dias	92	1,2	25,9	2.202	0,8	12,2
De 91 a 120 dias	87	1,1	27,0	2.340	0,9	13,0
De 61 a 90 dias	86	1,1	28,1	2.555	0,9	14,0
De 31 a 60 dias	86	1,1	29,3	3.484	1,3	15,2
De 16 a 30 dias	46	0,6	29,9	4.199	1,5	16,8
De 1 a 15 dias	96	1,2	31,1	46.748	17,2	34,0
Liquidadas no vencimento	75	1,0	32,1	46.468	17,1	51,1
Parcelas liquidadas com atraso						
De 1 a 15 dias	188	2,4	34,5	66.931	24,6	75,7
De 16 a 30 dias	173	2,3	36,8	20.223	7,4	83,1
De 31 a 60 dias	529	6,9	43,6	20.651	7,6	90,7
De 61 a 90 dias	716	9,3	53,0	6.534	2,4	93,1
De 91 a 120 dias	180	2,3	55,3	1.214	0,4	93,6
De 121 a 150 dias	65	0,8	56,2	432	0,2	93,7
De 151 a 180 dias	38	0,5	56,6	247	0,1	93,8
Acima de 180 dias	107	1,4	58,0	445	0,2	94,0
Parcelas vencidas e não liquidadas						
Até 15 dias	505	6,6	64,6	4.822	1,8	95,8
De 16 a 30 dias	308	4,0	68,6	2.559	0,9	96,7
De 31 a 60 dias	468	6,1	74,7	3.124	1,1	97,9
De 61 a 90 dias	299	3,9	78,6	1.193	0,4	98,3
De 91 a 120 dias	245	3,2	81,7	806	0,3	98,6
De 121 a 150 dias	226	2,9	84,7	672	0,2	98,8
De 151 a 180 dias	185	2,4	87,1	559	0,2	99,1
Acima de 180 dias	994	12,9	100,0	2.572	0,9	100,0

Adicionalmente, no Anexo XII são apresentadas as respectivas análises para financiamento de veículos leves e pesados e para os demais tipos de financiamento.

Identificamos R\$ 58.008 mil em contratos nessa situação que representam 5,4% do total da base.

Na Tabela 2.11 apresentamos o *aging* da carteira referente ao período de 29 meses sob análise para os clientes identificados como *Second Payment Default*, bem como o *aging* das parcelas do restante dos clientes da carteira.

Tabela 2.11 - Distribuição dos Prazos de Liquidação das Operações em *Second Payment Default* e dos demais contratos

Faixas	<i>Second Payment Default</i>			Demais Contratos		
	R\$(000)	%	% Acum.	R\$(000)	%	% Acum.
Total sob Análise	58.008			1.016.291		
(-) Cancelamentos	-			666		
(-) Renegociações	810			10.681		
(+) Multa	736			8.705		
(-) Desconto	1.311			14.029		
(-) Parcelas a vencer	43.467			733.270		
Parcelas vencidas e/ou liquidadas	13.155	100,0		266.350	100,0	
Parcelas antecipadas						
Acima de 180 dias	2.884	21,9	21,9	27.686	10,4	10,4
De 151 a 180 dias	134	1,0	22,9	2.026	0,8	11,2
De 121 a 150 dias	135	1,0	24,0	2.160	0,8	12,0
De 91 a 120 dias	133	1,0	25,0	2.294	0,9	12,8
De 61 a 90 dias	130	1,0	26,0	2.510	0,9	13,8
De 31 a 60 dias	141	1,1	27,0	3.429	1,3	15,1
De 16 a 30 dias	74	0,6	27,6	4.171	1,6	16,6
De 1 a 15 dias	294	2,2	29,8	46.550	17,5	34,1
Parcelas liquidadas no vencimento	337	2,6	32,4	46.205	17,3	51,4
Parcelas liquidadas com atraso						
De 1 a 15 dias	884	6,7	39,1	66.234	24,9	76,3
De 16 a 30 dias	557	4,2	43,4	19.840	7,4	83,8
De 31 a 60 dias	1.246	9,5	52,8	19.934	7,5	91,2
De 61 a 90 dias	1.510	11,5	64,3	5.741	2,2	93,4
De 91 a 120 dias	370	2,8	67,1	1.024	0,4	93,8
De 121 a 150 dias	120	0,9	68,0	377	0,1	93,9
De 151 a 180 dias	73	0,6	68,6	213	0,1	94,0
Acima de 180 dias	154	1,2	69,8	398	0,1	94,2
Parcelas vencidas e não liquidadas						
Até 15 dias	749	5,7	75,5	4.578	1,7	95,9
De 16 a 30 dias	450	3,4	78,9	2.417	0,9	96,8
De 31 a 60 dias	668	5,1	83,9	2.925	1,1	97,9
De 61 a 90 dias	390	3,0	86,9	1.102	0,4	98,3
De 91 a 120 dias	281	2,1	89,0	770	0,3	98,6
De 121 a 150 dias	247	1,9	90,9	651	0,2	98,8
De 151 a 180 dias	200	1,5	92,4	544	0,2	99,0
Acima de 180 dias	994	7,6	100,0	2.572	1,0	100,0

Representatividade por Tipo de Baixa

Com o objetivo de identificar o percentual de cada tipo de baixa sob o total das baixas no mês, identificamos os eventos de baixa (baixas por renegociação; baixas por recuperação - BNDU; pré-liquidação de contrato; baixa por liquidação). O resultado obtido está apresentado no quadro 2.12, a seguir:

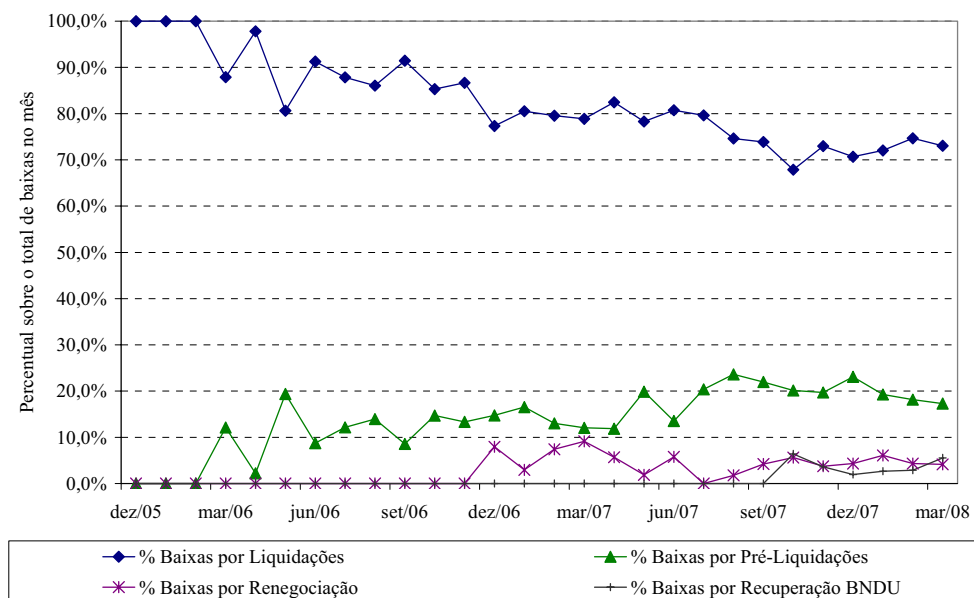
Tabela 2.12 - Movimentação de Baixas

Mês de movimento	Total de Baixas no mês - R\$(000)	Total das Baixas por Liquidações - R\$(000)	Total das Baixas por Pré-Liquidações - R\$(000)	Total das Baixas por Renegociação - R\$(000)	Total das Baixas por Recuperação BNDU - R\$(000)	%Baixas por Liquidações	%Baixas por Pré-Liquidações	% Baixas por Renegociação	% Baixas por Recuperação BNDU
nov/05	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0
dez/05	42	42	-	-	-	100,0	0,0	0,0	0,0
jan/06	138	138	-	-	-	100,0	0,0	0,0	0,0
fev/06	169	169	-	-	-	100,0	0,0	0,0	0,0
mar/06	439	386	53	-	-	87,9	12,1	0,0	0,0
abr/06	452	442	10	-	-	97,8	2,2	0,0	0,0
mai/06	956	771	185	-	-	80,6	19,4	0,0	0,0
jun/06	1.013	925	89	-	-	91,3	8,7	0,0	0,0
jul/06	1.521	1.336	185	-	-	87,8	12,2	0,0	0,0
ago/06	2.039	1.755	284	-	-	86,1	13,9	0,0	0,0
set/06	2.459	2.249	210	-	-	91,5	8,5	0,0	0,0
out/06	3.764	3.211	553	-	-	85,3	14,7	0,0	0,0
nov/06	4.196	3.636	560	-	-	86,7	13,3	0,0	0,0
dez/06	5.229	4.043	771	415	-	77,3	14,7	7,9	0,0
jan/07	6.486	5.223	1.073	190	-	80,5	16,5	2,9	0,0
fev/07	6.438	5.123	838	477	-	79,6	13,0	7,4	0,0
mar/07	8.723	6.879	1.049	795	-	78,9	12,0	9,1	0,0
abr/07	9.067	7.476	1.076	515	-	82,5	11,9	5,7	0,0
mai/07	11.243	8.801	2.233	209	-	78,3	19,9	1,9	0,0
jun/07	11.459	9.251	1.548	661	-	80,7	13,5	5,8	0,0
jul/07	13.809	10.994	2.814	-	-	79,6	20,4	0,0	0,0
ago/07	17.054	12.727	4.027	300	-	74,6	23,6	1,8	0,0
set/07	19.349	14.292	4.246	812	-	73,9	21,9	4,2	0,0
out/07	22.699	15.406	4.564	1.276	1.453	67,9	20,1	5,6	6,4
nov/07	21.585	15.752	4.252	806	776	73,0	19,7	3,7	3,6
dez/07	23.183	16.389	5.351	996	447	70,7	23,1	4,3	1,9
jan/08	27.059	19.495	5.209	1.638	716	72,0	19,3	6,1	2,6
fev/08	26.463	19.758	4.800	1.144	761	74,7	18,1	4,3	2,9
mar/08	<u>30.325</u>	<u>22.150</u>	<u>5.244</u>	<u>1.257</u>	<u>1.674</u>	<u>73,0</u>	<u>17,3</u>	<u>4,1</u>	<u>5,5</u>
Total	<u>277.359</u>	<u>208.816</u>	<u>51.225</u>	<u>11.492</u>	<u>5.826</u>	<u>75,3</u>	<u>18,5</u>	<u>4,1</u>	<u>2,1</u>

No anexo XIII apresentamos a Movimentação das baixas para cada tipo de produto.

O gráfico 2.11 apresenta a representatividade de cada forma de baixa identificada.

Gráfico 2.11 - Representatividade das Formas de Baixa



2.10 Representatividade de Pré-pagamentos e Renegociações de Contratos por Safra de Originação

Com o objetivo de identificar o percentual da pré-liquidação e da renegociação sob o total dos contratos originados em uma safra, foram identificados tais eventos e calculados os percentuais sobre o total originado em cada mês sob análise. O resultado obtido está apresentado no quadro 2.13, a seguir:

Tabela 2.13 - Representatividade de Pré-pagamentos e Renegociações de Contratos

Originação	Total	Pré-Liquidação de Contratos	%	Renegociação	%
nov/05	1.659	190	11,5	153	9,2
dez/05	3.115	331	10,6	182	5,8
jan/06	2.961	551	18,6	151	5,1
fev/06	3.646	675	18,5	39	1,1
mar/06	6.200	1.318	21,3	44	0,7
abr/06	5.659	851	15,0	104	1,8
mai/06	8.433	1.392	16,5	4	0,1
jun/06	11.485	1.302	11,3	567	4,9
jul/06	18.081	2.268	12,5	333	1,8
ago/06	21.657	2.511	11,6	80	0,4
set/06	20.523	2.370	11,5	298	1,5
out/06	24.876	2.928	11,8	20	0,1
nov/06	23.691	2.526	10,7	511	2,2
dez/06	24.274	3.125	12,9	106	0,4
jan/07	27.652	3.086	11,2	366	1,3
fev/07	29.724	2.477	8,3	876	2,9
mar/07	42.302	3.112	7,4	328	0,8
abr/07	41.573	3.365	8,1	309	0,7
mai/07	52.927	4.219	8,0	422	0,8
jun/07	44.383	2.829	6,4	591	1,3
jul/07	57.961	2.403	4,1	674	1,2
ago/07	61.916	2.665	4,3	1.556	2,5
set/07	60.249	808	1,3	512	0,9
out/07	67.147	902	1,3	521	0,8
nov/07	74.610	1.126	1,5	931	1,2
dez/07	76.844	478	0,6	1.152	1,5
jan/08	89.038	778	0,9	423	0,5
fev/08	80.141	486	0,6	239	0,3
mar/08	<u>91.571</u>	<u>153</u>	<u>0,2</u>	<u>-</u>	<u>0,0</u>
Total	<u>1.074.299</u>	<u>51.225</u>	<u>4,8</u>	<u>11.492</u>	<u>1,1</u>

No anexo XIV apresentamos a Representatividade de Pré-pagamentos e Renegociações de Contratos para cada tipo de produto.

3 Descrição dos Procedimentos de Revisão Aplicados

3.1 Base de Dados Sujeita à Análise

A base de dados sujeita à análise nos foi fornecida pela área pela Gerência de Sistemas e Processos da Cedente, contemplando toda a origem de operações no período de 1º de novembro de 2005 a 31 de março de 2008.

3.2 Conciliação da Base de Dados

Com intuito de conciliar a base de dados, aplicamos procedimentos de comparação dos saldos dos arquivos fornecidos pela Cedente, com os respectivos saldos contábeis. Efetuando um comparativo do saldo de contas a receber, conforme balancetes contábeis da Cedente, *versus* o “valor presente” dos contratos da Cedente extraído da base de dados, na data-base 31 de março de 2008.

O resultado desse procedimento está apresentado na tabela 3.1 a seguir.

Tabela 3.1 - Conciliação do Saldo de Contas a Receber em 31 de Março de 2008

Descrição	R\$
Total em aberto geral	796.273.403
(-) Baixas por prejuízo	(5.867.911)
Total em aberto excluindo-se baixas para prejuízo	790.405.493
(-) Rendas a apropriar	(360.532.779)
Total em aberto carteira própria (valor presente)	429.872.714
(-) Saldo contábil	<u>431.021.253</u>
Diferença	1.148.540
Diferença %	0,27%

A aplicação dos procedimentos descritos nessa seção objetivou estabelecer uma base de confiança na qualidade das informações processadas. O resultado desses procedimentos indicou a existência de certas divergências que foram consideradas imateriais pelo Grupo Estruturador no contexto da operação.

4 Descrição do Processo de Crédito

4.1 Processo de Crédito e Cobrança

Para atingir o objetivo descrito no item 2 deste relatório, no que se refere à avaliação dos controles que envolvem a estrutura de crédito e cobrança do Banco Paulista S.A., executamos uma revisão da estrutura de concessão e monitoramento de créditos. Tais informações foram obtidas por indagação à Gerência do Banco Paulista S.A. e em conformidade com informações contidas nos manuais de crédito e cobrança da Cedente, sendo testadas quanto à sua eficácia por meio de procedimentos de avaliações com base em amostragem.

4.2 Estrutura de Crédito

A área de Crédito destinada a veículos é composta pela seguinte estrutura:

- 2 diretores
- 1 gerente geral de crédito e cobrança
- 1 gerente de crédito
- 8 supervisores
- 13 analistas seniores
- 42 analistas Plenos

Tais funcionários são atuantes na matriz do Banco Paulista em São Paulo e em suas 11 filiais, localizadas em São Paulo, Curitiba, Ribeirão Preto, Campinas, Belo Horizonte, São José do Rio Preto, Recife, Uberlândia, Maringá, Bauru e Santo André.

São conveniadas ao Banco Paulista aproximadamente 200 promotoras de vendas, que detêm o contato com cerca de 2.100 lojas/revendas conveniadas ativos (com pelo menos um contrato em aberto).

4.3 Cadastramento de Promotoras de Vendas

As promotoras de vendas são as intermediárias responsáveis pelo relacionamento do Banco Paulista com as lojas/revendas conveniadas. Para a sua contratação, são exigidas, entre outras, as seguintes principais documentações:

- Ficha cadastral pessoa física (sócios) e jurídica, preenchidas e assinadas.
- Cópia do CPF e RG dos sócios e comprovante de residência atualizado.
- Cópia do contrato social da empresa e as respectivas alterações contratuais.
- No caso de sociedade anônima são solicitadas a primeira e a última Atas da Assembléia devidamente registradas nos órgãos competentes, junto das procurações dos acionistas que representam a empresa.
- Cópia do cartão CNPJ.

Adicionalmente, a promotora é submetida a consultas a órgãos de proteção ao crédito (SPC e Serasa), bem como à verificação da regularidade do CNPJ e do CPF dos sócios. Segundo informações obtidas com a administração do Banco Paulista, tais consultas são revalidadas com a periodicidade de um ano.

Não sendo verificadas restrições nesses procedimentos, a promotora de vendas é considerada pré-aprovada. Em seguida, é analisada a viabilidade da parceria, sendo estabelecidas as condições de remuneração da promotora. A documentação solicitada fica armazenada na matriz do Banco Paulista nas pastas das promotoras de vendas e lojas.

Teste de Aderência - KPMG

Com o objetivo de testar a aderência do processo de cadastramento de promotoras apontado, foram verificadas de cinco pastas das promotoras de vendas, sendo apurados os seguintes resultados:

Procedimentos	1	2	3	4	5
Verificação da ficha cadastral	R	R	R	R	R
Verificação do contrato social	R	R	R	R	R
Verificação do cartão CNPJ	R	R	R	R	R
Verificação do CPF e do RG dos sócios	R	R	R	R	R
Verificação do comprovante de residência dos sócios	R	R	R	R	R
Verificação da relação dos bancos com os quais opera	R	R	R	R	R
Verificação dos comprovantes e dados bancários	R	R	R	R	R
Verificação da consulta SPC e Serasa	R	R	R	R	R

Legenda: R - Realizado; NR - Não Realizado; N/A - Não Aplicável

4.4 Fluxo de Crédito

a. Preenchimento da Proposta

O início do processo de concessão de crédito relativo ao financiamento com alienação fiduciária realizado pelo Banco Paulista ocorre no momento em que o cliente aciona a loja/revenda em busca da aquisição de um veículo por meio de um financiamento, ou Crédito Pessoal com Alienação Fiduciária (empréstimo cujo veículo é a garantia da operação).

De posse dos parâmetros preestabelecidos pelo Banco Paulista, a loja/revenda apresenta os planos e as opções disponíveis. Estando o cliente de acordo, ocorre o preenchimento da ficha cadastral, na qual são solicitados os seguintes dados:

Dados da loja

Código/nome da loja
Vendedor
Região
Promotora

Dados do cliente

Nome do cliente
Data de nascimento
CPF
RG
Órgão emissor
UF Documento
Nacionalidade
Naturalidade
UF
Sexo
Estado civil
Nome do pai e da mãe
Grau de instrução
Número de dependentes
e-mail
Endereço de correspondência
Dados do cônjuge

Dados residenciais

Endereço
Telefone
Casa própria ou alugada
Tempo de residência (atual e anterior)

Dados profissionais

Empresa onde trabalha
CNPJ
Data de admissão
Profissão
Cargo
Ocupação
Renda/salário
Outras rendas
Endereço comercial
Empresa anterior
Tempo de serviço

Referências pessoais/comerciais

Referências bancárias

Bens pessoais

Principais dados da garantia e da operação

Garantia financiada
Marca
Tipo de veículo
Situação (novo ou usado)
Ano de fabricação/Ano modelo
Cor
Combustível
Placa
Valor da venda
Valor da entrada
Valor do financiamento

UF da placa
Chassi
Município
Tipo de chassi
Número do certificado
Renavam
UF de licenciamento
Proprietário (loja, PF, PJ)
Quantidade de parcelas
Valor das parcelas
Vencimento primeira parcela

Após o preenchimento da ficha cadastral, os dados do cliente são digitados no sistema Função e enviados por *Web* à promotora de vendas responsável por aquela loja/revenda. A promotora de vendas recebe as informações, executa uma revisão de seus dados e repassa por sistema as informações para análise.

A análise é efetuada na matriz ou nas filiais do Banco Paulista, de acordo com a localidade da promotora de vendas e da alçada de aprovação requerida para aprovação (propostas acima de R\$ 15.000,00 são analisadas na matriz). No caso de veículos pesados, independentemente do valor da operação, as análises são realizadas na matriz.

b. Análise de Crédito

A análise de crédito, realizada pela área de Crédito na matriz ou nas filiais envolve os seguintes procedimentos e consultas:

Consultas Obrigatórias

- Consulta a órgãos de proteção ao crédito (SPC e Serasa).
- Consulta ao SISBACEN para contratos superiores a R\$ 50.000,00.
- Consulta “Risco Interno” (verificação de histórico de cliente com o Banco Paulista, caso tenha sido cliente).
- Confirmação do CPF do cliente no *site* da Receita Federal.
- LT (confirmação do local de trabalho).
- LR (confirmação do local de residência).
- Verificação do valor do veículo conforme tabela Fipe ou Molicar.
- Verificação do percentual mínimo de entrada em relação ao valor do bem, conforme políticas de crédito.
- Verificação do percentual máximo do valor da parcela em relação à renda, conforme políticas de crédito.

Consultas Facultativas, de Acordo com a Necessidade Apontada Pelo Analista

- Consultas a referências bancárias.
- Consultas a outras instituições para verificação do crédito e de eventuais passagens.
- RC (consulta a referências comerciais).
- Contato com o contador da empresa (em caso de o proponente ser microempresário, sócio-proprietário ou autônomo).
- Consulta ao *site* da DATAPREV (no caso de o proponente ser aposentado), verificando seu extrato de benefícios.
- Visita *in loco* para confirmar os dados do cliente.

Consultas Complementares no Caso de Análise de Veículos Pesados

- Consultas ao *site* da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) para confirmar se o proponente possui habilitação para a condução de veículos pesados.

Poderão ainda ser realizadas outras checagens necessárias à análise cadastral pela Internet, por banco de dados ou contatos telefônicos. Adicionalmente, pode ser solicitado pelo analista de crédito o envio de informações complementares, tais como holerites, vistoria do veículo ou outros comprovantes. Tais informações deverão ser apresentadas antes da liberação do crédito.

Teste de Aderência - KPMG

Com o objetivo de testar a aderência aos processos de análises de crédito apontados, foi realizado o acompanhamento de consultas referentes a cinco propostas de financiamento (três relativas a veículos leves e duas a veículos pesados), sendo apurados os seguintes resultados:

	Análises de Crédito				
	1	2	3	4	5*
Consultas obrigatórias					
Consulta a órgãos de proteção ao crédito (SPC e Serasa)	R	R	R	R	R
Consulta ao SISBACEN para valores liberados superiores a R\$ 50.000,00	R	R	R	R	R
Consulta "Risco Interno"	R	R	R	R	R
Confirmação do CPF do cliente no <i>site</i> da Receita Federal	R	R	R	R	R
LT (confirmação do local de trabalho)	R	R	R	R	R
LR (confirmação do local de residência)	R	R	R	R	R
Verificação do valor do veículo conforme tabela Fipe ou Molicar	R	R	R	R	R
Verificação do percentual mínimo de entrada em relação ao valor do bem	R	R	R	R	R
Verificação do percentual máximo do valor da parcela em relação à renda	R	R	R	R	R
Consultas facultativas, de acordo com a necessidade apontada pelo analista					
Consultas a referências bancárias	NR	R	R	R	NR
Consultas a outras instituições para verificação do crédito e de eventuais passagens	NR	R	R	R	NR
RC (consulta a referências comerciais)	R	R	R	R	R
Contato com o contador da empresa	R	R	N/A	N/A	NR
Consulta ao <i>site</i> da DATAPREV	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Visita <i>in loco</i> para confirmar dados do cliente	NR	NR	NR	NR	R
Consultas complementares					
Consultas ao site da ANTT	NR	R	R	R	N/A

Legenda: R - Realizado; NR - Não Realizado; N/A - Não Aplicável

Análise de Crédito 1

Contrato de financiamento de veículo pesado. Até a última análise da mesa de crédito, a decisão de crédito foi favorável ao financiamento. O *status* da proposta é Alçada F, sinalizando que ainda precisa da análise e aprovação de um funcionário com alçada F.

Análise de Crédito 2

Contrato de financiamento de veículo pesado. Até a última análise da mesa de crédito, a decisão de crédito foi favorável ao financiamento. O *status* da proposta é Alçada G, sinalizando que ainda precisa da análise e aprovação de um funcionário com alçada G.

Análise de Crédito 3

Contrato de financiamento de veículo pesado. Até a última análise da mesa de crédito, a decisão de crédito foi favorável ao financiamento. O *status* da proposta é Alçada G, sinalizando que ainda precisa da análise e aprovação de um funcionário com alçada G.

Análise de Crédito 4

Contrato de financiamento de veículo pesado. Até a última análise da mesa de crédito, a decisão de crédito foi favorável ao financiamento. O *status* da proposta é Alçada F, sinalizando que ainda precisa da análise e aprovação de um funcionário com alçada F.

Análise de Crédito 5

Contrato de financiamento de veículo leve. Até a última análise da mesa de crédito, a decisão de crédito foi favorável ao financiamento. O *status* da proposta é Alçada F, sinalizando que ainda precisa da análise e aprovação de um funcionário com alçada F.

c. Aprovação das Propostas

Após a aprovação das propostas, as promotoras de vendas são comunicadas, sendo solicitados às lojas/revendas os seguintes documentos, que constituem condicional à liberação do recurso:

- Cópia do CPF
- Cópia do RG
- Cópia do comprovante de residência
- Autorização de pagamento devidamente assinada
- Outras documentações que tenham sido solicitadas pelo analista de crédito

4.5 Limites de Alçada

As alçadas para liberação de crédito devem ser obedecidas conforme tabela apresentada a seguir.

Função	Limite de Alçada		Descrição da Alçada
	Motos	Veículos (Leves e Pesados)	
Analista de cadastro pleno	até R\$ 5 mil	até R\$ 15 mil	C
Analista de cadastro sênior	até R\$ 6 mil	até R\$ 20 mil	D
Supervisor de cadastro	até R\$ 7,5 mil	até R\$ 40 mil	E
Coordenador de crédito	Até 10 mil	até R\$ 50 mil	F
Gerente de cadastro pleno	até R\$ 12,5 mil	até R\$ 70 mil	G
Gerente de cadastro sênior	até R\$ 25 mil	até R\$ 120 mil	H
Comitê de crédito específico	acima de R\$ 25 mil	acima de R\$ 120.mil	Comitê

Teste de Aderência - KPMG

Com o objetivo de testar a aderência às alçadas apresentadas, foram realizadas cinco tentativas de aprovação de propostas de crédito fora da alçada de cinco funcionários diferentes. Os resultados apurados foram os seguintes:

Função	Limite de Alçada	Proposta (*)	Resultado
Analista de cadastro pleno	C	G	Não aprovado
Analista de cadastro sênior	D	F	Não aprovado
Supervisor de cadastro sênior	E	G	Não aprovado
Gerente de cadastro pleno	G	H	Não aprovado
Gerente de cadastro sênior	H	Alçada diretoria	Não aprovado

(*) Refere-se à esteira de aprovação em que a proposta se encontrava.

Resultados Obtidos

Em todos os casos, quando tentamos aprovar propostas com valores superiores aos limites de alçada do funcionário, elas não puderam ser aprovadas, permanecendo em uma fila de aprovação, em que somente os níveis com alçada superiores poderiam aprová-las.

4.6 Liberação do Crédito

A liberação do crédito ocorre na matriz do Banco Paulista, estando condicionada à aprovação da proposta, bem como ao recebimento das documentações solicitadas às lojas/revendas (conforme visto no item 4.4).

Essas documentações são enviadas por fax ao Banco Paulista que realiza as devidas conferências. Adicionalmente, para determinados contratos (selecionados por amostragem) é feita análise antifraude.

Não havendo restrições, o fluxo prossegue, sendo realizada a inclusão do gravame, alienando o veículo em nome do Banco Paulista, bem como a liberação do crédito.

4.7 Formalização

Em um prazo máximo de dez dias, após a liberação do pagamento, toda a documentação solicitada é enviada pelas promotoras de venda à matriz do Banco Paulista. São solicitados os seguintes itens:

- Ficha cadastral.
- Contrato assinado (CCB), em três vias.
- Cópia do CPF.
- Cópia do RG.
- Comprovante de residência.
- DUT do veículo - Alienação Fiduciária ao Banco Paulista.
- Nota Fiscal, em caso de veículo zero quilômetro.
- Autorização de pagamento preenchida.
- Documentação complementar julgada necessária pela área de Crédito (comprovante de renda, vistoria do veículo etc.).
- Documento com o Custo Efetivo da Transação (CET), assinado pelo cliente para propostas a partir de abril de 2008.

Após as conferências e os apontamentos devidos, todo o processo é levado para arquivamento e custódia. O recebimento dos contratos é realizado por empresa contratada, a ATP, que custodia os contratos de seus clientes na empresa Píer Doc.

Em visita à Píer Doc, foram efetuados os seguintes procedimentos:

- **Levantamento de Dados da Empresa**

A Píer Doc Gestão de Documentos Ltda. está localizada na cidade de Santana de Parnaíba, em São Paulo, à Rua Boa Vista, 31, Bairro Jardim Santa Marta, sendo composta por três galpões em uma área de aproximadamente 1.600 m². Segundo as informações obtidas com a administração da Pierdoc, a empresa conta com mais de 25 funcionários e, aproximadamente, 20 clientes.

• **Identificação de Mecanismos de Segurança**

Os seguintes mecanismos de segurança do ambiente foram identificados:

- Vigilância 24 horas
- Extintores de incêndio
- Hidrantes
- Instalação de sensores de fumaça
- Sensores e alarmes internos ao galpão
- Cerca elétrica

• **Logística no Controle dos Contratos**

Os contratos custodiados na Pierdoc são controlados a partir de um sistema próprio. No caso de entrada ou retirada de documentação, são digitados em sistema os itens de entrada ou saída e o funcionário responsável.

Teste de Aderência - KPMG

Selecionamos uma amostra de 100 contratos identificados a partir da base de dados fornecida pelo Banco Paulista, relacionada no Anexo XV deste relatório. Dessa amostra, foram apresentados os processos e os respectivos documentos arquivados relativos a 100 contratos, sobre os quais foram adotados os procedimentos relacionados a seguir:

Procedimentos	Sem Divergência	Com Divergência	Não Identificado	Comentários
Localização dos Contratos				
Contratos localizados	100	-	-	-
Obrigatórios para Todos os Tipos de Veículos				
Verificação de "CCB"	100	-	-	-
Verificação de "Ficha Cadastral"	98	-	2	i e ii
Identificação de "Valor Liberado"	100	-	-	-
Identificação de "Valor da Parcela"	100	-	-	-
Identificação de "Quantidade de Parcelas"	100	-	-	-
Identificação de "UF do cliente"	100	-	-	-
Verificação do "Comprovante de Residência"	99	-	1	i
Verificação de cópia do "RG e CPF"	99	-	1	i
Verificação de cópia do "DUT"	98	-	2	i e ii
Verificação de "Autorização de Pagamento"	99	-	1	i
Verificação do "Comprovante de Renda"	97	-	3	i e ii
Verificação de "Gravame"	100	-	-	-
Obrigatório Apenas para Veículos Pesados				
Verificação de "Laudo de Vistoria"	18	-	1	iii

- i. O contrato 13-72457/07 está em processo de cobrança judicial; dessa forma, não foi possível apresentar a documentação acessória da operação.

- ii. Documentação não apresentada.
- iii. O laudo de vistoria é um documento obrigatório apenas para os veículos pesados. A amostra continha 19 veículos pesados: 18 apresentaram os respectivos laudos de vistoria e apenas 1 não o apresentava.

5 Procedimentos de Cobrança

O sistema de cobrança do Banco Paulista tem o objetivo de acompanhar e controlar a inadimplência dos Contratos de Financiamento de Veículos Automotores, atuando nesse assunto de forma efetiva e preventiva para minimizar seus efeitos e custos.

5.1 Estrutura de Cobrança

O organograma da área de Cobrança do Banco Paulista contém a seguinte estrutura:

- 1 diretor
- 1 gerente geral de crédito e cobrança
- 1 gerente de cobrança
- 2 supervisores de cobrança
- 4 analistas administrativos
- 1 advogado

5.2 Atendimento Pós-venda

Segundo informações obtidas com a administração do Banco Paulista, para todos os créditos de financiamento de veículos efetuados há o atendimento pós-venda. No prazo de até 10 dias antes do vencimento da primeira parcela do contrato, o cliente é acionado com a finalidade de se verificar se o carnê para pagamento das parcelas foi recebido. Adicionalmente, também é questionado sobre a qualidade dos serviços prestados nas lojas/revendas.

5.3 Etapas de Cobranças das Parcelas Inadimplentes

O movimento de cobrança das parcelas em atraso das Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) segue regras específicas para as seguintes situações de atraso, estabelecidas conforme a ordem cronológica de vencimento das parcelas: (i) situação B1, corresponde à situação de atraso verificada no adimplemento da 1ª parcela devida; (ii) situações B2, B3, B4 ou B5, correspondem às situações de atraso verificadas no adimplemento da 2ª, 3ª, 4ª ou 5ª parcelas devidas; e (iii) situações B6 ou seguintes, correspondem às situações de atraso verificadas no adimplemento da 6ª parcela ou de qualquer das parcelas seguintes a 6ª parcela.

O sistema de cobrança das parcelas dos financiamentos ou Crédito Pessoal com Alienação Fiduciária inadimplentes é composto das seguintes etapas:

- a. **Bancária** - o financiado tem até o prazo do vencimento para pagamento na rede bancária, e até no máximo 10 dias contados do seu vencimento para pagamento do boleto diretamente no Banco Bradesco, que é o responsável pela arrecadação do Banco Paulista. Entre o 5º e o 10º dia de atraso, uma empresa de cobrança terceirizada entra em contato com o cliente.

- b. Amigável** - após o 11º dia de atraso da parcela, a Gerência de Cobrança envia as parcelas inadimplentes a uma empresa de cobrança terceirizada que entra em contato com o financiado buscando uma data para liquidação da pendência. A cobradora depois de firmar um acordo com o financiado envia o boleto para pagamento exclusivamente na rede do Banco Bradesco.
- c. Pré-jurídica** - a partir do 25º, 31º ou 45º dia de atraso (ver item a seguir “Régua de cobrança”), uma empresa de cobrança providenciará a notificação do financiado, iniciando o processo de ajuizamento com o Banco Paulista. A partir do 32º dia, o financiado será negativado no SPC/na Serasa automaticamente pelo sistema.
- d. Jurídica** - após o recebimento da notificação positiva a empresa de cobrança inicia o processo de ajuizamento da ação e paralelamente negocia um acordo amigável ou a devolução do bem.

5.4 Réguas de Cobrança das Operações

Todos os Contratos

- 10 dias antes do primeiro vencimento - Pós-venda interna, com o intuito de verificar se o financiado recebeu o carnê e se foi bem atendido pelo banco.

Regra para Cobrança de Parcelas/Contratos em Atraso - B1

- De 11º a 25º dia - Cobrança extrajudicial externa, com o intuito de verificar/detectar dificuldades, o motivo do não-pagamento ou problemas com o financiamento, como falta de dados para localização do financiado ou uma possível fraude.
- 25º dia - Envio de notificação ao financiado para constituí-lo em mora e possibilitar ação de busca e apreensão do veículo.
- 30º dia - Envio do Relatório de Ocorrência de Cobrança (ROC) informando o motivo do não-pagamento e se o bem e o financiado foram localizados.
- 30º dia - Assessoria externa envia para a Cobrança do Banco Paulista relação das operações para que seja providenciada a documentação necessária para ação judicial.
- 31º dia - Protesto da Cédula de Crédito Bancário, quando a notificação for negativa.
- 32º dia - Negativação no SPC e na Serasa e ajuizamento da operação.
- De 33º a 45º dia - Intensificação da cobrança extrajudicial para evitar ajuizamento da operação.
- 45º dia - Ajuizamento da operação.

A cobrança das parcelas B1 é supervisionada diretamente pela Gerência de Cobrança do Banco Paulista. Todas as dificuldades de cobrança da parcela B1, inclusive de localização dos financiados, são informadas à gerência de cobrança, através do Relatório de Ocorrência de Cobrança (ROC). O ROC consiste em um formulário preenchido pelas empresas de cobrança com os procedimentos adotados e as dificuldades encontradas na localização e na cobrança dos financiados. Esse procedimento visa à reavaliação dos financiamentos concedidos e busca de outras informações que auxiliem na solução do problema, envolvendo, inclusive, a área Comercial.

Regra para Cobrança de Parcelas/Contratos em Atraso - B2, B3, B4 e B5

- De 11° a 30° dia - Cobrança extrajudicial externa, buscando uma solução de pagamento pelo financiado e a localização do bem.
- 31° dia - Envio de notificação ao financiado para constituí-lo em mora e possibilitar ação de busca e apreensão do veículo.
- 32° dia - Negativação no SPC e na Serasa.
- 35° dia - Assessoria externa envia para a Cobrança do Banco Paulista relação das operações para que seja providenciada a documentação necessária para ação judicial.
- 40° dia - Protesto da Cédula de Crédito Bancário, quando a notificação for negativa.
- De 41° a 49° dia - Intensificação da cobrança extrajudicial para evitar ajuizamento da operação.
- 60° dia - Ajuizamento da operação.

Regra para a Cobrança de Parcelas B6 ou Seguintes dos Contratos de Financiamento em Atraso

- De 11° a 31° dia - Cobrança extrajudicial externa, buscando uma solução de pagamento pelo financiado e a localização do bem.
- 32° dia - Negativação no SPC e na Serasa.
- De 33° a 44° dia - Intensificação da cobrança extrajudicial para evitar ajuizamento da operação.
- 45° dia - Envio de notificação ao financiado para constituí-lo em mora e possibilitar ação de busca e apreensão do veículo.
- 50° dia - Assessoria externa envia para a Cobrança do Banco Paulista relação das operações para que seja providenciada a documentação necessária para ação judicial.
- 55° dia - Protesto da Cédula de Crédito Bancário, quando a notificação for negativa.
- 70° dia - Ajuizamento da operação.

Teste de Aderência - KPMG

Com o objetivo de testar a aderência aos processos de cobrança apontados, selecionamos uma amostra de cinco parcelas identificadas a partir da base de dados fornecida pelo Banco Paulista, relacionada abaixo com a situação atual. Dessa amostra, nos foram apresentados os processos de cobrança dos respectivos *logs* das ações tomadas do sistema, sendo apurados os seguintes resultados:

Ações de Cobrança	1	2	3	4	5
Pós-venda	R	R	R	R	R
Cobrança extrajudicial	R	R	R	R	R
Notificação	R	R	R	R	R
Relatório de Ocorrência (ROC)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Documentação para cobrança extrajudicial	R	R	R	R	R
Protesto	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Negativação	R	R	R	R	R
Cobrança extrajudicial	R	PG	R	R	R
Ajuizamento	R	PG	R	R	PG

Legenda: R - Realizado; NR - Não Realizado; PG - Pago; N/A - Não Aplicável

Segue situação atual de cada contrato:

Cliente	Situação Atual
1	O bem foi recuperado, está em BNDU.
2	O cliente pagou a parcela 33 dias após o seu vencimento.
3	O bem foi recuperado, está em BNDU.
4	Parcela continua inadimplente, já foi repassada para uma empresa de cobrança terceirizada.
5	O cliente pagou a parcela 38 dias após o seu vencimento.

5.5 Instrumentos de Cobrança

Devolução Amigável

Havendo interesse por parte do financiado na entrega amigável do veículo ou apreendido judicialmente, o veículo é recolhido ao pátio ou estacionamento credenciado pelo Banco, onde é realizada a vistoria do veículo através do formulário “Laudo de Vistoria - Veículos”.

Se após a venda do veículo o saldo remanescente não for pago, o cliente prossegue como inadimplente com o Banco, continuando seu cadastro negativado no sistema SPC/Serasa.

Descontos

No caso de negociação de dívidas, o Banco Paulista concede descontos aos seus clientes conforme política vigente.

Renegociação

Quando o financiado está inadimplente e sem condições de honrar os próximos pagamentos, o Banco pode propor a renegociação de dívida, visando à regularização da situação do cliente. Também estão marcados como renegociadas na base de dados contratos que tiveram alteração nas datas de vencimento das parcelas. Esse tipo de renegociação ocorre normalmente logo no início da operação e vale para todas as parcelas do contrato.

Busca e Apreensão

São acionados os procedimentos de busca e apreensão nos casos em que não há mais possibilidades de recuperação dos créditos inadimplidos.

5.6 Transferência para Prejuízo

Por Sinistro com o Falecimento do Financiado

O Banco Paulista entende como incobrável e passivo de transferência para prejuízo aquele cujo financiado veio a falecer em razão de sinistro que originou a perda total do bem, o qual não foi coberto por seguro e as tentativas de cobrança do saldo devedor aos familiares se findaram.

Nesse caso, a transferência para prejuízo se dará através de processo específico e devidamente autorizado pela Diretoria.

Os documentos necessários para a composição do processo são:

- Atestado de óbito
- Boletim de ocorrência
- Fotos do bem sinistrado
- CPF e RG
- Planilha de saldo devedor atualizada
- Declaração de familiar (informando a impossibilidade de assumir o saldo devedor)
- Parecer da Gerência Jurídica

Por Fraude Comprovada

O Banco Paulista entende como incobrável e passivo de transferência para prejuízo aquele caso que foi identificado com documentação falsa, montada, furtada ou roubada, envolvendo quadrilhas ou bandos especializados e em processos judiciais nos quais o financiado solicita a desconstituição do contrato.

Da mesma forma, a transferência para prejuízo se dará através de processo específico e devidamente autorizado pela Diretoria.

Os documentos necessários para a composição do processo são:

- Carnê de pagamento devolvido, se possível.
- Carta de cobrança devolvida, se possível.
- Planilha de saldo devedor atualizada.
- Documentos que comprovem o fato (cópia de todo o processo, CPF, RG, Contrato, Comprovantes etc.).
- Esclarecimentos das Gerências de Crédito, Cobrança, gestor da filial e da promotora.
- Parecer da Gerência Jurídica.



Anexo I - Movimentação Mensal por Produto

Origem	Veículos pesados				Veículos leves				C.P. Veículos pesado			
	Somatório do		%	Quantidade de	Somatório do		%	Quantidade de	Somatório do		%	Quantidade de
	Valor das	Valor			Valor das	Valor			Valor das	Valor		
	Parcelas -	Liberado -		Contratos	Parcelas -	Liberado -		Contratos	Parcelas -	Liberado -		Contratos
	R\$(000)	R\$(000)			R\$(000)	R\$(000)			R\$(000)	R\$(000)		
nov/05	1.383	839	84,4%	23	53,5%	171	10,3%	13	66	37	4,0%	3
dez/05	2.317	1.370	75,9%	46	51,1%	318	10,2%	29	403	215	12,9%	7
jan/06	2.118	1.272	71,9%	40	42,6%	462	15,6%	35	281	170	9,5%	9
fev/06	2.815	1.669	78,1%	55	45,8%	389	10,7%	44	296	166	8,1%	9
mar/06	4.487	2.692	73,0%	91	42,5%	1.117	18,0%	92	447	260	7,1%	13
abr/06	3.193	1.890	57,6%	70	27,6%	1.580	27,9%	151	713	398	12,1%	19
mai/06	4.501	2.689	54,5%	95	23,0%	3.060	36,3%	272	560	333	6,6%	18
jun/06	5.859	3.585	52,8%	128	21,3%	4.535	39,5%	406	614	354	5,3%	18
jul/06	8.397	5.105	48,0%	176	19,1%	7.452	41,2%	628	1.298	790	7,2%	27
ago/06	8.972	5.388	42,7%	186	16,2%	10.235	47,3%	817	1.491	908	6,9%	38
set/06	8.965	5.373	45,5%	171	16,1%	9.969	48,6%	793	780	458	3,9%	26
out/06	8.892	5.289	37,0%	172	13,6%	11.772	47,3%	895	2.549	1.549	10,2%	63
nov/06	7.678	4.527	33,6%	146	11,0%	11.962	50,5%	953	2.009	1.210	9,0%	54
dez/06	7.095	4.212	30,4%	122	9,2%	13.268	54,7%	986	1.874	1.102	7,9%	47
jan/07	9.815	5.697	36,2%	177	13,1%	12.652	45,8%	890	3.018	1.828	11,6%	84
fev/07	12.345	7.216	42,4%	218	16,1%	11.776	39,6%	844	3.123	1.845	10,5%	89
mar/07	17.779	10.333	42,5%	304	16,7%	17.101	40,4%	1.130	3.886	2.467	10,1%	104
abr/07	16.896	9.977	41,9%	275	15,1%	17.456	42,0%	1.168	3.384	2.032	8,5%	95
mai/07	23.416	13.698	45,0%	371	17,4%	20.823	39,3%	1.328	4.491	2.732	9,0%	119
jun/07	21.874	12.749	50,0%	340	19,7%	15.445	34,8%	1.005	3.872	2.378	9,3%	102
jul/07	24.061	14.024	42,0%	355	15,7%	25.633	44,2%	1.497	4.206	2.541	7,3%	109
ago/07	24.221	14.258	40,0%	376	15,1%	29.640	47,9%	1.709	4.263	2.562	7,2%	106
set/07	27.474	16.318	46,7%	350	16,2%	26.270	43,6%	1.491	3.597	2.157	6,0%	74
out/07	28.799	16.932	43,8%	385	15,6%	30.284	45,1%	1.704	4.311	2.606	6,7%	108
nov/07	30.827	18.168	42,4%	380	14,2%	35.021	46,9%	1.886	4.473	2.752	6,4%	107
dez/07	32.943	19.240	43,7%	380	14,6%	34.785	45,3%	1.826	5.195	3.183	7,2%	106
jan/08	39.286	22.615	45,3%	464	15,1%	40.120	45,1%	2.084	4.181	2.480	5,0%	116
fev/08	36.391	21.159	46,9%	414	15,5%	34.477	43,0%	1.788	5.084	3.025	6,3%	106
mar/08	43.787	25.229	49,2%	514	17,3%	38.763	42,3%	1.944	4.263	2.524	4,7%	98
Total	466.585	273.514	44,5%	6.824	16,1%	466.536	43,4%	28.408	74.728	45.060	7,0%	1.874

Anexo I - Movimentação Mensal por Produto

C.P. Veículos leves					Moto									
Somatório do			Somatório do		Somatório do			Somatório do		Somatório do			Total	
Valor das Parcelas - RS(000)	%	Valor Liberado - RS(000)	%	Quantidade de Contratos	Valor das Parcelas - RS(000)	%	Valor Liberado - RS(000)	%	Quantidade de Contratos	Valor das Parcelas - RS(000)	%	Valor Liberado - RS(000)	%	Quantidade de Contratos
39	2,4%	20	2,0%	4	-	0,0%	-	0,0%	-	1.659	100,0%	994	100,0%	43
43	1,4%	24	1,3%	6	34	1,1%	19	1,1%	2	3.115	100,0%	1.806	100,0%	90
101	3,4%	52	2,9%	10	10	0,6%	-	0,0%	-	2.961	100,0%	1.770	100,0%	90
133	3,7%	75	3,5%	10	12	0,3%	6	0,3%	2	3.646	100,0%	2.136	100,0%	120
111	1,8%	65	1,8%	12	38	0,6%	21	0,6%	6	6.200	100,0%	3.687	100,0%	214
170	3,0%	94	2,9%	13	4	0,1%	2	0,1%	1	5.659	100,0%	3.281	100,0%	254
312	3,7%	165	3,3%	28	-	0,0%	-	0,0%	-	8.433	100,0%	4.936	100,0%	413
418	3,6%	223	3,3%	31	59	0,3%	32	0,5%	7	11.485	100,0%	6.788	100,0%	600
701	3,9%	385	3,6%	56	61	1,3%	123	1,2%	35	18.081	100,0%	10.635	100,0%	922
601	2,8%	320	2,5%	51	358	1,7%	186	1,5%	54	21.657	100,0%	12.631	100,0%	1.146
635	3,1%	361	3,1%	47	174	0,8%	90	0,8%	24	20.523	100,0%	11.812	100,0%	1.061
1.618	6,5%	944	6,6%	132	45	0,2%	25	0,2%	2	24.876	100,0%	14.299	100,0%	1.266
2.042	8,6%	1.209	9,0%	173	-	0,0%	-	0,0%	-	23.691	100,0%	13.465	100,0%	1.326
2.030	8,4%	1.216	8,8%	169	7	0,0%	4	0,0%	1	24.274	100,0%	13.861	100,0%	1.325
2.150	7,8%	1.254	8,0%	202	17	0,1%	9	0,1%	1	27.652	100,0%	15.738	100,0%	1.354
2.481	8,3%	1.454	8,5%	203	-	0,0%	-	0,0%	-	29.724	100,0%	17.027	100,0%	1.354
3.536	8,4%	2.096	8,6%	282	-	0,0%	-	0,0%	-	42.302	100,0%	24.333	100,0%	1.820
3.794	9,1%	2.223	9,3%	286	43	0,1%	25	0,1%	3	41.573	100,0%	23.810	100,0%	1.827
4.169	7,9%	2.418	7,9%	312	28	0,1%	15	0,1%	2	52.927	100,0%	30.421	100,0%	2.132
3.192	7,2%	1.826	7,2%	279	-	0,0%	-	0,0%	-	44.383	100,0%	25.501	100,0%	1.726
4.061	7,0%	2.366	7,1%	297	-	0,0%	-	0,0%	-	57.961	100,0%	33.411	100,0%	2.238
3.792	6,1%	2.195	6,2%	307	-	0,0%	-	0,0%	-	61.916	100,0%	35.634	100,0%	2.498
2.847	4,7%	1.660	4,8%	234	63	0,1%	34	0,1%	7	60.249	100,0%	34.926	100,0%	2.156
3.622	5,4%	2.060	5,3%	258	131	0,2%	72	0,2%	15	67.147	100,0%	38.653	100,0%	2.470
3.807	5,1%	2.207	5,2%	270	483	0,6%	279	0,6%	58	74.610	100,0%	42.826	100,0%	2.678
3.199	4,2%	1.867	4,2%	200	722	0,9%	399	0,9%	83	76.844	100,0%	44.043	100,0%	2.595
4.397	4,9%	2.467	4,9%	298	1.054	1,2%	590	1,2%	118	89.038	100,0%	49.936	100,0%	3.080
3.195	4,0%	1.793	4,0%	245	995	1,2%	547	1,2%	118	80.141	100,0%	45.070	100,0%	2.671
3.375	3,7%	1.870	3,6%	252	1.383	1,5%	752	1,5%	155	91.571	100,0%	51.292	100,0%	2.963
60.568	5,6%	34.911	5,7%	4.654	5.882	0,5%	3.320	0,5%	696	1.074.299	100,0%	614.724	100,0%	42.456



Anexo II - Movimentação Mensal por Filial

Origem	São Paulo		Campinas		Recife		Ribeirão Preto		Curitiba		Belo Horizonte	
	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%
nov/05	-	0,0%	899	54,2%	-	0,0%	636	38,4%	-	0,0%	123	7,4%
dez/05	-	0,0%	1.971	63,3%	-	0,0%	482	15,5%	-	0,0%	343	11,0%
jan/06	88	3,0%	1.467	49,5%	-	0,0%	574	19,4%	-	0,0%	457	15,4%
fev/06	102	2,8%	1.267	34,7%	-	0,0%	564	15,5%	208	5,7%	580	15,9%
mar/06	311	5,0%	1.850	29,8%	115	1,9%	1.227	19,8%	304	4,9%	890	14,4%
abr/06	671	11,9%	1.393	24,6%	354	6,2%	361	6,4%	548	9,7%	1.025	18,1%
mai/06	1.891	22,4%	2.811	33,3%	449	5,3%	499	5,9%	681	8,1%	799	9,5%
jun/06	3.865	33,7%	2.503	21,8%	640	5,6%	969	8,4%	1.062	9,2%	1.056	9,2%
jul/06	6.564	36,3%	3.623	20,0%	971	5,4%	885	4,9%	1.850	10,2%	2.032	11,2%
ago/06	7.554	34,9%	4.598	21,2%	1.359	6,3%	995	4,6%	2.519	11,6%	1.505	6,9%
set/06	6.972	34,0%	4.886	23,8%	864	4,2%	1.048	5,1%	1.444	7,0%	2.198	10,7%
out/06	7.254	29,2%	6.009	24,2%	1.707	6,9%	719	2,9%	2.585	10,4%	2.665	10,7%
nov/06	7.729	32,6%	4.321	18,2%	1.965	8,3%	983	4,2%	2.214	9,3%	2.739	11,6%
dez/06	7.178	29,6%	4.501	18,5%	2.191	9,0%	1.354	5,6%	2.651	10,9%	2.786	11,5%
jan/07	8.459	30,6%	4.959	17,9%	2.737	9,9%	1.765	6,4%	2.822	10,2%	2.867	10,4%
fev/07	10.223	34,4%	6.199	20,9%	2.821	9,5%	1.434	4,8%	2.202	7,4%	2.529	8,5%
mar/07	12.418	29,4%	9.967	23,6%	4.303	10,2%	1.930	4,6%	3.393	8,0%	4.560	10,8%
abr/07	10.990	26,4%	7.982	19,2%	4.280	10,3%	2.267	5,5%	4.553	11,0%	4.584	11,0%
mai/07	12.677	24,0%	8.001	15,1%	5.768	10,9%	6.263	11,8%	5.078	9,6%	5.554	10,5%
jun/07	10.334	23,3%	6.485	14,6%	6.527	14,7%	6.201	14,0%	3.450	7,8%	3.733	8,4%
jul/07	15.150	26,1%	10.837	18,7%	7.502	12,9%	5.914	10,2%	3.848	6,6%	4.172	7,2%
ago/07	17.687	28,6%	10.364	16,7%	6.211	10,0%	5.970	9,6%	5.258	8,5%	4.971	8,0%
set/07	14.133	23,5%	10.995	18,2%	7.256	12,0%	6.952	11,5%	3.845	6,4%	3.946	6,5%
out/07	19.137	28,5%	10.368	15,4%	6.047	9,0%	8.781	13,1%	4.942	7,4%	3.817	5,7%
nov/07	17.489	23,4%	11.440	15,3%	8.961	12,0%	5.973	8,0%	8.318	11,1%	5.799	7,8%
dez/07	17.723	23,1%	13.420	17,5%	8.652	11,3%	8.238	10,7%	7.565	9,8%	5.055	6,6%
jan/08	18.909	21,2%	15.457	17,4%	8.139	9,1%	11.448	12,9%	8.001	9,0%	6.435	7,2%
fev/08	19.099	23,8%	16.089	20,1%	6.398	8,0%	7.642	9,5%	7.239	9,0%	4.566	5,7%
mar/08	23.208	25,3%	14.245	15,6%	6.823	7,5%	10.374	11,3%	7.278	7,9%	6.216	6,8%
Total	277.815	25,9%	198.906	18,5%	103.039	9,6%	102.448	9,5%	93.857	8,7%	88.002	8,2%



Anexo II - Movimentação Mensal por Filial

Uberlândia		São José do Rio Preto		ABC		Bauru		Marília		Total	
RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%
-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	1.659	100,0%
-	0,0%	203	6,5%	-	0,0%	116	3,7%	-	0,0%	3.115	100,0%
31	1,1%	129	4,4%	-	0,0%	215	7,3%	-	0,0%	2.961	100,0%
574	15,8%	93	2,6%	-	0,0%	257	7,1%	-	0,0%	3.646	100,0%
781	12,6%	200	3,2%	84	1,4%	438	7,1%	-	0,0%	6.200	100,0%
604	10,7%	417	7,4%	121	2,1%	165	2,9%	-	0,0%	5.659	100,0%
485	5,8%	464	5,5%	143	1,7%	197	2,3%	14	0,2%	8.433	100,0%
267	2,3%	488	4,3%	206	1,8%	274	2,4%	155	1,4%	11.485	100,0%
620	3,4%	906	5,0%	237	1,3%	285	1,6%	107	0,6%	18.081	100,0%
376	1,7%	1.559	7,2%	508	2,3%	657	3,0%	28	0,1%	21.657	100,0%
525	2,6%	1.369	6,7%	551	2,7%	507	2,5%	161	0,8%	20.523	100,0%
551	2,2%	1.980	8,0%	577	2,3%	332	1,3%	496	2,0%	24.876	100,0%
300	1,3%	1.825	7,7%	821	3,5%	198	0,8%	597	2,5%	23.691	100,0%
158	0,6%	1.887	7,8%	957	3,9%	114	0,5%	497	2,0%	24.274	100,0%
408	1,5%	2.111	7,6%	1.132	4,1%	170	0,6%	222	0,8%	27.652	100,0%
547	1,8%	2.158	7,3%	1.125	3,8%	86	0,3%	400	1,3%	29.724	100,0%
1.168	2,8%	2.158	5,1%	1.971	4,7%	236	0,6%	198	0,5%	42.302	100,0%
2.573	6,2%	1.963	4,7%	1.795	4,3%	190	0,5%	396	1,0%	41.573	100,0%
3.101	5,9%	3.658	6,9%	1.584	3,0%	568	1,1%	676	1,3%	52.927	100,0%
2.687	6,1%	2.388	5,4%	1.614	3,6%	631	1,4%	333	0,8%	44.383	100,0%
4.678	8,1%	3.543	6,1%	1.708	2,9%	254	0,4%	355	0,6%	57.961	100,0%
4.565	7,4%	3.650	5,9%	1.874	3,0%	929	1,5%	436	0,7%	61.916	100,0%
6.291	10,4%	3.495	5,8%	1.893	3,1%	443	0,7%	999	1,7%	60.249	100,0%
6.348	9,5%	4.217	6,3%	2.726	4,1%	230	0,3%	534	0,8%	67.147	100,0%
6.652	8,9%	4.055	5,4%	3.118	4,2%	1.305	1,7%	1.500	2,0%	74.610	100,0%
6.267	8,2%	4.283	5,6%	3.311	4,3%	1.660	2,2%	671	0,9%	76.844	100,0%
7.238	8,1%	3.979	4,5%	4.154	4,7%	2.969	3,3%	2.308	2,6%	89.038	100,0%
5.614	7,0%	6.069	7,6%	3.442	4,3%	2.305	2,9%	1.679	2,1%	80.141	100,0%
6.467	7,1%	5.603	6,1%	5.472	6,0%	4.067	4,4%	1.820	2,0%	91.571	100,0%
69.878	6,5%	64.851	6,0%	41.121	3,8%	19.798	1,8%	14.583	1,4%	1.074.299	100,0%



Anexo III - Distribuição Mensal por Quantidade de Parcelas

Quantidade de parcelas	Nov-45		Dez-45		Jan-46		Feb-46		Mar-46		Abr-46		Mai-46		Jun-46		Jul-46		Ago-46		Set-46		Out-46		Nov-46		Dez-46	
	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%
3	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
4	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
9	-	0,0%	6	0,2%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	4	0,0%	3	0,0%	5	0,0%	8	0,0%	7	0,0%	12	0,0%	9	0,0%
10	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12	31	0,0%	33	0,0%	58	0,0%	42	0,0%	115	0,0%	77	0,0%	11	0,0%	11	0,0%	448	0,0%	31	0,0%	79	0,0%	104	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
15	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
16	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
17	40	0,0%	8	0,0%	166	0,0%	34	0,0%	355	0,0%	129	0,0%	145	0,0%	295	0,0%	385	0,0%	407	0,0%	484	0,0%	511	0,0%	597	0,0%	477	0,0%
19	20	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
20	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
21	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
22	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
23	-	0,0%	722	23,2%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
24	200	12,5%	-	0,0%	1.000	33,8%	1.269	33,8%	2.129	34,3%	1.925	34,0%	2.296	27,2%	3.330	26,3%	4.882	27,0%	5.211	24,1%	4.380	21,1%	4.804	19,3%	4.200	17,0%	3.921	13,9%
25	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
27	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
28	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
30	118	7,1%	124	4,0%	9	0,0%	104	2,5%	49	0,8%	72	1,2%	140	1,7%	108	0,9%	239	1,6%	594	2,7%	258	1,3%	403	1,6%	456	1,8%	404	1,5%
31	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
33	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
34	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
36	1.160	70,0%	2.181	70,0%	1.719	58,0%	2.185	58,0%	3.751	60,5%	3.856	61,1%	5.665	67,2%	7.304	63,6%	12.017	66,6%	15.059	69,5%	14.183	69,5%	14.964	62,2%	14.620	61,7%	14.751	61,7%
39	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
40	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
41	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
42	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
43	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
44	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
45	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
46	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
47	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
48	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
55	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
56	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
60	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
64	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total	16.580	100,0%	3.115	10,0%	2.361	10,0%	3.646	10,0%	6.200	10,0%	5.659	10,0%	8.433	10,0%	11.485	10,0%	18.081	10,0%	21.657	10,0%	26.523	10,0%	24.876	10,0%	23.691	10,0%	24.274	10,0%
Prazo Médio Paribank	32		32		30		31		31		31		32		31		32		32		33		35		35		35	

Prazo Médio Ponder



Anexo IV - 250 Maiores Contratos

#	Contrato	Somatório do Valor das Parcelas - R\$	Quantidade de Parcelas	Tipo de financiamento
1	47-11590/08	759.543	48	Veiculos pesados
2	47-11585/08	745.767	48	Veiculos pesados
3	47-11578/08	485.544	48	Veiculos pesados
4	47-85773/07	474.308	60	Veiculos pesados
5	47-05924/07	473.401	60	Veiculos pesados
6	47-87023/07	460.136	48	Veiculos pesados
7	39-04823/07	457.576	48	C.P. Veiculos pesado
8	47-05280/07	442.049	60	Veiculos pesados
9	47-15880/08	442.006	60	Veiculos pesados
10	47-00728/07	429.287	60	Veiculos pesados
11	14-13912/08	410.773	60	Veiculos leves
12	47-91828/07	410.103	48	Veiculos pesados
13	47-15097/08	405.498	60	Veiculos pesados
14	47-00281/07	403.706	60	Veiculos pesados
15	47-87027/07	396.792	48	Veiculos pesados
16	47-17421/08	395.848	60	Veiculos pesados
17	47-04312/07	393.120	36	Veiculos pesados
18	47-94369/07	391.804	48	Veiculos pesados
19	47-15657/08	365.732	60	Veiculos pesados
20	46-87224/07	365.112	48	C.P. Veiculos pesado
21	47-12336/08	364.327	60	Veiculos pesados
22	47-03877/07	362.867	48	Veiculos pesados
23	47-02886/07	358.955	48	Veiculos pesados
24	47-06014/07	357.710	60	Veiculos pesados
25	47-85394/07	356.332	48	Veiculos pesados
26	47-90565/07	349.809	60	Veiculos pesados
27	47-97391/07	348.089	60	Veiculos pesados
28	47-14424/08	347.061	60	Veiculos pesados
29	13-04894/07	346.773	36	Veiculos leves
30	46-07073/08	345.406	48	C.P. Veiculos pesado
31	47-87350/07	345.233	48	Veiculos pesados
32	47-12825/08	339.060	48	Veiculos pesados
33	47-85911/07	338.708	48	Veiculos pesados
34	47-07969/08	337.225	48	Veiculos pesados
35	47-08274/08	336.278	60	Veiculos pesados
36	47-05895/07	336.208	60	Veiculos pesados
37	47-86868/07	334.756	60	Veiculos pesados
38	47-07288/06	333.882	48	Veiculos pesados
39	47-99927/07	328.549	60	Veiculos pesados
40	47-07114/08	328.534	48	Veiculos pesados
41	47-85376/07	326.681	60	Veiculos pesados
42	47-05442/07	321.609	48	Veiculos pesados
43	47-09836/08	320.633	48	Veiculos pesados
44	47-01528/07	316.657	48	Veiculos pesados
45	47-13941/08	316.255	60	Veiculos pesados
46	46-04327/07	315.571	48	C.P. Veiculos pesado
47	13-88243/07	311.405	60	Veiculos leves
48	47-05251/07	311.242	60	Veiculos pesados
49	47-07168/08	311.242	60	Veiculos pesados
50	47-93828/07	307.648	60	Veiculos pesados
51	47-04352/07	304.985	48	Veiculos pesados
52	47-94237/07	303.385	48	Veiculos pesados
53	47-00804/07	301.489	48	Veiculos pesados
54	47-17187/08	300.251	60	Veiculos pesados
55	47-97394/07	300.251	60	Veiculos pesados
56	47-12795/08	299.393	60	Veiculos pesados
57	47-94373/07	299.281	36	Veiculos pesados
58	47-94499/07	299.281	36	Veiculos pesados
59	47-94716/07	299.281	36	Veiculos pesados
60	47-15821/08	298.818	48	Veiculos pesados
61	47-16406/08	298.485	60	Veiculos pesados
62	47-06792/08	298.186	48	Veiculos pesados
63	47-13249/08	297.723	48	Veiculos pesados
64	47-11210/08	297.522	48	Veiculos pesados
65	47-00055/07	296.848	48	Veiculos pesados
66	46-02582/06	293.388	24	C.P. Veiculos pesado
67	47-00429/06	292.865	36	Veiculos pesados
68	47-10422/08	291.415	48	Veiculos pesados
69	13-92668/07	287.020	60	Veiculos leves
70	47-06702/08	286.522	48	Veiculos pesados
71	47-94107/07	285.754	48	Veiculos pesados
72	47-98818/07	285.754	48	Veiculos pesados
73	47-10115/08	285.241	60	Veiculos pesados
74	47-00232/07	284.081	60	Veiculos pesados
75	47-00801/07	284.018	48	Veiculos pesados
76	47-02702/07	282.318	48	Veiculos pesados
77	47-01690/07	281.875	48	Veiculos pesados
78	47-07719/06	280.710	48	Veiculos pesados

Anexo IV - 250 Maiores Contratos

#	Contrato	Somatório do Valor das Parcelas - R\$	Quantidade de Parcelas	Tipo de financiamento
79	47-01050/07	280.644	48	Veiculos pesados
80	47-86675/07	280.064	36	Veiculos pesados
81	47-15867/08	279.588	48	Veiculos pesados
82	13-84313/07	279.512	60	Veiculos leves
83	47-99186/07	279.432	48	Veiculos pesados
84	47-17483/08	278.978	60	Veiculos pesados
85	47-89495/07A	278.933	60	Veiculos pesados
86	47-89495/07	278.277	48	Veiculos pesados
87	47-96009/07	278.047	48	Veiculos pesados
88	47-09103/08	277.556	60	Veiculos pesados
89	47-12826/08	277.010	60	Veiculos pesados
90	47-87149/07	276.324	48	Veiculos pesados
91	47-08374/08	276.240	36	Veiculos pesados
92	47-16093/08	276.228	48	Veiculos pesados
93	47-88575/07	275.808	48	Veiculos pesados
94	47-13763/08	275.016	48	Veiculos pesados
95	47-11493/08	274.600	48	Veiculos pesados
96	47-08121/08	274.583	48	Veiculos pesados
97	47-05762/07	269.717	48	Veiculos pesados
98	47-03896/07	269.383	48	Veiculos pesados
99	47-97792/07	267.487	48	Veiculos pesados
100	47-06246/08	265.753	60	Veiculos pesados
101	47-12766/08	265.697	48	Veiculos pesados
102	47-09452/08	265.626	48	Veiculos pesados
103	47-95378/07	265.248	48	Veiculos pesados
104	47-96480/07	262.568	60	Veiculos pesados
105	47-16658/08	261.389	48	Veiculos pesados
106	13-98850/07	260.113	60	Veiculos leves
107	47-90310/07	259.896	24	Veiculos pesados
108	47-80806/07	259.726	48	Veiculos pesados
109	47-83233/07	259.441	48	Veiculos pesados
110	47-08664/08	259.003	48	Veiculos pesados
111	47-11338/08	257.801	60	Veiculos pesados
112	47-01511/07	257.725	60	Veiculos pesados
113	46-00750/07	257.650	24	C.P. Veiculos pesado
114	47-91281/07	257.537	60	Veiculos pesados
115	47-97886/07	257.185	60	Veiculos pesados
116	47-16000/08	257.076	48	Veiculos pesados
117	47-13662/08	256.719	60	Veiculos pesados
118	47-81056/07	256.571	48	Veiculos pesados
119	47-85939/07	254.309	48	Veiculos pesados
120	47-08027/08	254.140	48	Veiculos pesados
121	47-05741/07	253.576	60	Veiculos pesados
122	47-13134/08	253.554	36	Veiculos pesados
123	47-05741/07A	253.544	60	Veiculos pesados
124	47-08420/08A	253.177	60	Veiculos pesados
125	47-00570/07	253.057	48	Veiculos pesados
126	47-96114/07	252.768	48	Veiculos pesados
127	47-12111/08	252.407	48	Veiculos pesados
128	47-97730/07	252.306	48	Veiculos pesados
129	13-95578/07	251.415	60	Veiculos leves
130	47-16728/08	251.304	48	Veiculos pesados
131	47-17509/08	251.182	48	Veiculos pesados
132	47-88515/07	250.944	48	Veiculos pesados
133	39-13019/08	249.351	48	C.P. Veiculos pesado
134	47-00626/06	249.174	36	Veiculos pesados
135	47-16289/08	247.552	48	Veiculos pesados
136	47-92795/07	247.113	48	Veiculos pesados
137	47-92547/07	246.564	36	Veiculos pesados
138	47-07529/08	245.520	60	Veiculos pesados
139	47-69465/07	245.404	48	Veiculos pesados
140	47-12129/08	245.374	48	Veiculos pesados
141	13-99306/07	245.327	60	Veiculos leves
142	47-16167/08	244.970	48	Veiculos pesados
143	47-14772/08	244.719	48	Veiculos pesados
144	46-84312/07	244.584	48	C.P. Veiculos pesado
145	47-91506/07	244.387	60	Veiculos pesados
146	13-99869/07	243.815	60	Veiculos leves
147	47-03887/07	242.458	48	Veiculos pesados
148	13-89348/07	242.258	60	Veiculos leves
149	47-05310/07	241.503	48	Veiculos pesados
150	14-13441/08	240.310	60	Veiculos leves
151	47-92813/07	240.183	48	Veiculos pesados
152	47-08348/08	240.126	48	Veiculos pesados
153	47-15586/08	240.040	60	Veiculos pesados
154	47-14135/08	240.019	48	Veiculos pesados
155	47-15362/08	239.803	48	Veiculos pesados
156	47-99633/07	239.764	48	Veiculos pesados

Anexo IV - 250 Maiores Contratos

#	Contrato	Somatório do Valor das Parcelas - R\$	Quantidade de Parcelas	Tipo de financiamento
157	13-87241/07	239.497	60	Veiculos leves
158	47-04404/07	239.207	60	Veiculos pesados
159	47-01334/07	239.050	60	Veiculos pesados
160	47-00012/05	238.992	36	Veiculos pesados
161	46-84255/07	238.288	36	C.P. Veiculos pesado
162	46-84328/07	238.288	36	C.P. Veiculos pesado
163	47-04436/07	238.283	48	Veiculos pesados
164	46-95376/07	238.054	48	C.P. Veiculos pesado
165	47-14033/08	238.031	60	Veiculos pesados
166	47-10249/08	237.755	48	Veiculos pesados
167	47-06796/08	236.546	48	Veiculos pesados
168	47-02768/06	236.346	36	Veiculos pesados
169	47-02769/06	236.346	36	Veiculos pesados
170	47-11528/08	235.872	60	Veiculos pesados
171	47-05253/07	234.608	60	Veiculos pesados
172	47-02287/07	233.768	48	Veiculos pesados
173	47-75384/07	233.740	36	Veiculos pesados
174	47-82912/07	233.500	48	Veiculos pesados
175	47-08079/08	232.011	60	Veiculos pesados
176	47-09527/08	231.590	48	Veiculos pesados
177	47-14831/08	230.327	48	Veiculos pesados
178	47-87238/07	230.148	48	Veiculos pesados
179	47-06431/08	230.038	48	Veiculos pesados
180	47-02869/07	229.174	48	Veiculos pesados
181	47-83254/07	228.931	48	Veiculos pesados
182	47-97595/07	228.522	48	Veiculos pesados
183	47-76268/07	228.459	48	Veiculos pesados
184	47-07901/06	228.314	48	Veiculos pesados
185	13-89352/07	227.929	60	Veiculos leves
186	47-05853/06	227.647	48	Veiculos pesados
187	47-07526/08	227.450	60	Veiculos pesados
188	47-04148/06	226.690	36	Veiculos pesados
189	14-15208/08	226.678	60	Veiculos leves
190	47-92541/07	226.394	48	Veiculos pesados
191	47-16560/08	226.268	60	Veiculos pesados
192	47-01867/07	226.012	60	Veiculos pesados
193	47-95737/07	225.895	60	Veiculos pesados
194	13-02588/07	225.860	60	Veiculos leves
195	47-62103/06	225.519	48	Veiculos pesados
196	47-94251/07	225.501	48	Veiculos pesados
197	39-81999/07	225.498	48	C.P. Veiculos pesado
198	47-05463/07	225.494	48	Veiculos pesados
199	47-89784/07	225.490	36	Veiculos pesados
200	47-09510/08	224.937	48	Veiculos pesados
201	47-77878/07	224.752	36	Veiculos pesados
202	47-99684/07	224.592	48	Veiculos pesados
203	47-11648/08	224.158	60	Veiculos pesados
204	47-96474/07	223.508	48	Veiculos pesados
205	47-97368/07	223.508	48	Veiculos pesados
206	39-10505/08	222.857	36	C.P. Veiculos pesado
207	47-63108/07	222.623	48	Veiculos pesados
208	47-74737/07	221.447	48	Veiculos pesados
209	47-95319/07	220.997	48	Veiculos pesados
210	47-08420/08	220.876	48	Veiculos pesados
211	47-08489/08	220.824	48	Veiculos pesados
212	47-05558/07	220.493	48	Veiculos pesados
213	13-98599/07	220.328	48	Veiculos leves
214	47-16899/08	220.311	48	Veiculos pesados
215	47-93658/07	220.266	60	Veiculos pesados
216	47-01356/07	220.136	48	Veiculos pesados
217	47-65187/07	220.023	48	Veiculos pesados
218	47-80850/07	219.093	48	Veiculos pesados
219	47-84856/07	217.833	48	Veiculos pesados
220	47-12737/08	217.676	48	Veiculos pesados
221	47-14406/08	217.659	60	Veiculos pesados
222	47-91912/07	217.639	60	Veiculos pesados
223	47-00012/05A	217.440	48	Veiculos pesados
224	47-07493/08	216.992	48	Veiculos pesados
225	47-15595/08	216.484	48	Veiculos pesados
226	47-69091/07	215.983	48	Veiculos pesados
227	47-16688/08	215.969	48	Veiculos pesados
228	47-94156/07	215.968	48	Veiculos pesados
229	47-79259/07	215.899	48	Veiculos pesados
230	47-86556/07	215.853	48	Veiculos pesados
231	47-81660/07	215.848	48	Veiculos pesados
232	47-81696/07	215.848	48	Veiculos pesados
233	47-02609/07	215.816	60	Veiculos pesados
234	47-11896/08	215.755	48	Veiculos pesados



Anexo IV - 250 Maiores Contratos

#	Contrato	Somatório do Valor das Parcelas - R\$	Quantidade de Parcelas	Tipo de financiamento
235	39-01293/07A	215.680	47	C.P. Veiculos pesado
236	13-90588/07	215.315	60	Veiculos leves
237	47-00800/07	215.118	60	Veiculos pesados
238	39-01293/07	213.946	48	C.P. Veiculos pesado
239	47-03826/07	213.622	48	Veiculos pesados
240	14-14483/08	213.430	60	Veiculos leves
241	47-95408/07	213.376	48	Veiculos pesados
242	47-15122/08	213.370	48	Veiculos pesados
243	47-02177/07	213.250	48	Veiculos pesados
244	47-02012/07	213.109	48	Veiculos pesados
245	47-16860/08	213.108	60	Veiculos pesados
246	47-93188/07	213.080	48	Veiculos pesados
247	47-99178/07	212.779	60	Veiculos pesados
248	47-12978/08	212.658	48	Veiculos pesados
249	47-00908/07	212.612	48	Veiculos pesados
250	47-14176/08	212.548	36	Veiculos pesados
Subtotal		68.568.501	6,4%	
Total		1.074.298.942	100,0%	



Anexo V - Movimentação Mensal Ano Veículo

Ano de Fabricação	nov/05 R\$(000)	dez/05 R\$(000)	fev/06 R\$(000)	mar/06 R\$(000)	mai/06 R\$(000)	jun/06 R\$(000)	ago/06 R\$(000)	set/06 R\$(000)	nov/06 R\$(000)	dez/06 R\$(000)
1967	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1969	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1970	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1971	-	-	-	-	-	-	14	77	83	-
1972	-	-	-	-	-	-	46	-	-	-
1973	-	-	-	-	-	25	-	23	64	-
1974	-	68	36	-	-	28	55	79	-	-
1975	-	-	149	80	-	-	35	-	30	86
1976	20	48	177	64	-	34	-	-	185	56
1977	-	-	24	45	70	163	210	52	82	218
1978	-	83	55	-	89	171	141	222	46	21
1979	23	153	140	70	37	233	456	375	75	198
1980	-	-	66	82	106	235	390	379	474	196
1981	33	-	87	6	225	241	252	1.147	171	108
1982	45	7	58	-	131	127	353	235	146	202
1983	49	63	127	192	149	158	74	142	433	131
1984	39	74	71	188	195	274	303	311	279	304
1985	183	104	123	308	361	587	572	423	541	531
1986	161	107	338	270	470	427	667	635	985	485
1987	24	196	122	247	438	327	578	598	976	903
1988	-	77	11	547	670	475	856	905	1.099	1.155
1989	90	169	249	434	370	530	833	1.255	1.178	1.149
1990	97	182	295	393	368	480	1.813	1.339	1.700	1.492
1991	18	34	89	186	521	484	1.041	1.117	884	1.114
1992	26	143	61	263	501	387	848	798	821	1.246
1993	19	201	181	232	459	693	1.272	995	1.069	1.798
1994	23	376	52	356	563	923	1.838	1.464	1.973	1.625
1995	76	662	64	138	398	987	2.076	1.753	2.209	2.086
1996	14	103	103	150	257	444	1.030	1.056	1.973	1.413
1997	178	57	123	442	453	437	1.465	1.235	1.182	1.419
1998	39	-	310	137	202	521	773	1.058	989	955
1999	267	69	32	101	233	259	903	538	742	1.022
2000	222	16	169	454	327	396	1.004	597	1.067	885
2001	-	73	200	101	227	561	595	556	788	705
2002	-	12	31	389	165	177	224	410	722	800
2003	11	9	103	138	210	115	475	167	287	461
2004	-	31	-	144	175	310	216	277	122	650
2005	-	-	-	12	65	37	150	76	229	85
2006	-	-	-	32	-	185	100	230	88	754
2007	-	-	-	-	-	54	-	-	-	17
2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.659	3.115	3.646	6.200	8.433	11.485	21.657	20.523	23.691	24.274
Idade Média	1.992	1.991	1.989	1.992	1.992	1.992	1.993	1.992	1.993	1.994



Anexo V - Movimentação Mensal Ano Veículo

Ano de Fabricação	fev/07 R\$(000)	mar/07 R\$(000)	mai/07 R\$(000)	jun/07 R\$(000)	ago/07 R\$(000)	set/07 R\$(000)	nov/07 R\$(000)	dez/07 R\$(000)	fev/08 R\$(000)	mar/08 R\$(000)	Total R\$(000)
1967	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.019
1969	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.174
1970	-	12	-	-	-	37	-	39	-	-	2.530
1971	-	-	-	20	-	-	-	-	191	-	2.402
1972	120	64	38	115	-	34	19	262	-	94	2.992
1973	21	-	14	-	18	-	76	17	-	80	2.689
1974	106	147	78	219	79	17	151	19	222	123	4.176
1975	185	135	188	-	461	393	83	190	533	58	5.282
1976	217	77	416	138	246	90	577	208	472	626	6.648
1977	191	445	239	247	517	444	293	513	461	518	8.057
1978	290	94	327	540	369	678	788	441	395	758	10.783
1979	336	571	589	472	284	567	888	593	531	683	12.442
1980	712	867	706	773	1.595	360	702	700	1.236	1.265	17.363
1981	192	732	930	798	693	694	1.063	523	1.366	770	16.122
1982	540	631	421	552	528	435	692	845	579	1.026	13.695
1983	250	545	288	468	467	1.064	942	209	620	577	13.063
1984	376	476	480	610	1.292	924	1.294	865	1.095	850	16.732
1985	591	777	1.889	1.454	864	1.372	1.131	1.333	1.228	1.829	25.225
1986	1.254	1.679	1.950	1.600	1.306	2.282	1.882	2.403	2.553	2.024	36.480
1987	1.043	1.022	1.212	2.275	1.255	1.118	1.529	1.971	2.407	2.299	32.157
1988	1.470	1.854	2.400	1.510	2.236	2.395	2.606	1.283	2.399	2.602	42.416
1989	1.490	2.299	1.897	2.058	2.784	1.657	2.189	2.866	2.257	1.932	41.712
1990	1.405	1.774	3.520	2.209	1.826	2.456	2.153	2.347	2.332	3.156	44.770
1991	1.962	1.499	2.329	1.740	2.591	2.317	2.197	2.387	3.457	3.997	46.274
1992	796	1.344	2.229	1.564	2.037	2.101	2.341	2.253	2.905	3.233	38.441
1993	1.427	1.893	2.380	1.976	4.147	1.994	3.354	3.084	3.316	3.169	50.545
1994	1.870	2.492	2.912	2.762	3.650	3.003	4.413	4.731	3.772	5.260	66.419
1995	2.316	2.967	3.641	3.748	5.903	5.103	6.566	7.220	8.548	7.872	96.288
1996	2.331	2.875	3.141	2.979	4.303	4.910	5.110	6.351	5.968	6.446	77.307
1997	2.339	3.092	3.151	3.024	4.348	4.599	5.744	5.684	5.590	6.424	74.372
1998	1.855	2.736	3.110	1.598	1.874	2.538	4.429	2.956	3.784	5.704	54.527
1999	1.126	1.509	1.902	1.963	1.780	2.350	2.305	2.476	3.222	3.979	41.072
2000	981	1.927	2.268	1.901	3.081	3.212	3.385	4.237	3.195	3.849	51.280
2001	595	1.981	1.832	1.477	2.745	1.431	3.685	3.333	2.770	4.809	42.926
2002	277	827	1.484	682	2.051	2.325	2.728	2.500	1.858	2.761	30.455
2003	182	813	1.088	546	937	1.216	1.863	2.480	1.108	3.197	25.687
2004	341	357	1.097	780	1.634	1.750	2.105	2.629	2.030	1.486	26.733
2005	418	662	1.306	886	776	1.465	1.652	1.964	1.796	2.459	21.669
2006	80	426	269	90	472	267	944	1.009	1.011	1.368	13.518
2007	41	700	1.208	610	2.770	2.651	2.669	3.863	3.123	949	28.701
2008	-	-	-	-	-	-	63	64	1.813	3.340	7.662
Total	29.724	42.302	52.927	44.383	61.916	60.249	74.610	76.844	80.141	91.571	1.155.806
Idade Média	1.992	1.993	1.994	1.993	1.994	1.994	1.995	1.995	1.994	1.995	1.994

[illegible]

[illegible]

[illegible]

55

Anexo VIII - Pool Estático - Véculos Leves

[illegible]

[illegible]

Anexo VIII - Pool Estático - Veículos Leves

[illegible]

65

[illegible]

[illegible]

Banco Paulista S.A.
Relatório de Rentão Especial da
Carteira de Direitos Creditórios

336



Anexo VIII - Pool Estático - Vehículos Leves

Parcelas liquidadas de 01 a 90 días	Parcelas liquidadas de 91 a 120 días	Parcelas liquidadas de 121 a 150 días	Parcelas liquidadas de 151 a 180 días	Parcelas liquidadas a más de 180 días	Parcelas vencidas a los 15 días	Parcelas vencidas de 16 a 30 días	Parcelas vencidas de 31 a 60 días	Parcelas vencidas de 61 a 90 días	Parcelas vencidas de 91 a 120 días	Parcelas vencidas de 121 a 150 días	Parcelas vencidas de 151 a 180 días	Parcelas vencidas a más de 180 días	Debito	Meta
-	-	-	-	-	-	36.154	61.527	-	-	-	-	-	4.741	(512)
-	-	-	-	-	-	38.154	59.657	-	-	-	-	-	18.315	(19.534)
11.069	-	-	-	-	36.689	54.259	54.864	13.022	-	-	-	-	36.689	(72.465)
23.828	-	-	-	-	109.583	69.583	69.157	30.684	-	-	-	-	114.786	(102.567)
37.777	-	-	-	-	148.445	87.073	80.019	53.943	-	-	-	-	148.445	(148.445)
69.519	16.351	1.118	-	-	117.297	-	-	-	23.323	15.093	7.135	-	145.729	(134.405)
Parcelas liquidadas de 01 a 90 días	Parcelas liquidadas de 91 a 120 días	Parcelas liquidadas de 121 a 150 días	Parcelas liquidadas de 151 a 180 días	Parcelas liquidadas a más de 180 días	Parcelas vencidas a los 15 días	Parcelas vencidas de 16 a 30 días	Parcelas vencidas de 31 a 60 días	Parcelas vencidas de 61 a 90 días	Parcelas vencidas de 91 a 120 días	Parcelas vencidas de 121 a 150 días	Parcelas vencidas de 151 a 180 días	Parcelas vencidas a más de 180 días	Debito	Meta
-	-	-	-	-	1.128	38.368	-	-	-	-	-	-	3.442	(541)
-	-	-	-	-	17.628	38.368	33.331	-	-	-	-	-	33.331	(33.331)
326	-	-	-	-	148.164	38.368	39.493	11.080	-	-	-	-	25.357	(43.139)
3.841	-	-	-	-	142.694	43.093	62.073	29.116	23.7	-	-	-	52.027	(762.10)
35.777	-	-	-	-	178.445	69.153	62.073	30.116	43.301	9.832	237	-	65.300	(109.024)
35.729	1.361	-	-	-	173.111	69.073	62.073	30.116	43.301	9.832	237	-	65.300	(109.024)
Parcelas liquidadas de 01 a 90 días	Parcelas liquidadas de 91 a 120 días	Parcelas liquidadas de 121 a 150 días	Parcelas liquidadas de 151 a 180 días	Parcelas liquidadas a más de 180 días	Parcelas vencidas a los 15 días	Parcelas vencidas de 16 a 30 días	Parcelas vencidas de 31 a 60 días	Parcelas vencidas de 61 a 90 días	Parcelas vencidas de 91 a 120 días	Parcelas vencidas de 121 a 150 días	Parcelas vencidas de 151 a 180 días	Parcelas vencidas a más de 180 días	Debito	Meta
-	-	-	-	-	1.377	38.362	1.377	-	-	-	-	-	14.062	(3.460)
-	-	-	-	-	138.246	38.362	1.377	-	-	-	-	-	29.567	(2.952)
69	-	-	-	-	172.410	57.554	57.289	16.252	-	-	-	-	43.614	(72.646)
6.971	-	-	-	-	172.410	57.554	57.289	16.252	-	-	-	-	43.614	(72.646)
19.332	2.022	-	-	-	173.571	71.524	88.065	36.465	13.449	790	-	-	94.338	(94.202)
Parcelas liquidadas de 01 a 90 días	Parcelas liquidadas de 91 a 120 días	Parcelas liquidadas de 121 a 150 días	Parcelas liquidadas de 151 a 180 días	Parcelas liquidadas a más de 180 días	Parcelas vencidas a los 15 días	Parcelas vencidas de 16 a 30 días	Parcelas vencidas de 31 a 60 días	Parcelas vencidas de 61 a 90 días	Parcelas vencidas de 91 a 120 días	Parcelas vencidas de 121 a 150 días	Parcelas vencidas de 151 a 180 días	Parcelas vencidas a más de 180 días	Debito	Meta
-	-	-	-	-	95.133	40.926	-	-	-	-	-	-	36.693	(25.529)
-	-	-	-	-	134.533	51.283	41.753	1.172	-	-	-	-	40.844	(63.332)
4.338	-	-	-	-	133.600	70.445	65.166	19.384	-	-	-	-	91.244	(69.928)
Parcelas liquidadas de 01 a 90 días	Parcelas liquidadas de 91 a 120 días	Parcelas liquidadas de 121 a 150 días	Parcelas liquidadas de 151 a 180 días	Parcelas liquidadas a más de 180 días	Parcelas vencidas a los 15 días	Parcelas vencidas de 16 a 30 días	Parcelas vencidas de 31 a 60 días	Parcelas vencidas de 61 a 90 días	Parcelas vencidas de 91 a 120 días	Parcelas vencidas de 121 a 150 días	Parcelas vencidas de 151 a 180 días	Parcelas vencidas a más de 180 días	Debito	Meta
-	-	-	-	-	317	2.7826	-	-	-	-	-	-	59.099	(23.830)
-	-	-	-	-	174.583	59.393	51.282	-	-	-	-	-	77.550	(58.201)
Parcelas liquidadas de 01 a 90 días	Parcelas liquidadas de 91 a 120 días	Parcelas liquidadas de 121 a 150 días	Parcelas liquidadas de 151 a 180 días	Parcelas liquidadas a más de 180 días	Parcelas vencidas a los 15 días	Parcelas vencidas de 16 a 30 días	Parcelas vencidas de 31 a 60 días	Parcelas vencidas de 61 a 90 días	Parcelas vencidas de 91 a 120 días	Parcelas vencidas de 121 a 150 días	Parcelas vencidas de 151 a 180 días	Parcelas vencidas a más de 180 días	Debito	Meta
-	-	-	-	-	99.518	42.262	-	-	-	-	-	-	72.672	(2.150)
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72.672	(16.656)
Parcelas liquidadas de 01 a 90 días	Parcelas liquidadas de 91 a 120 días	Parcelas liquidadas de 121 a 150 días	Parcelas liquidadas de 151 a 180 días	Parcelas liquidadas a más de 180 días	Parcelas vencidas a los 15 días	Parcelas vencidas de 16 a 30 días	Parcelas vencidas de 31 a 60 días	Parcelas vencidas de 61 a 90 días	Parcelas vencidas de 91 a 120 días	Parcelas vencidas de 121 a 150 días	Parcelas vencidas de 151 a 180 días	Parcelas vencidas a más de 180 días	Debito	Meta
-	-	-	-	-	1.250	-	-	-	-	-	-	-	46.334	(5921)

72

[illegible]

Parcela liquidada de 121 a 130 días	Parcela liquidada de 131 a 140 días	Parcela liquidada de 141 a 150 días	Parcela liquidada de 151 a 160 días	Parcela liquidada de 161 a 170 días	Parcela liquidada de 171 a 180 días	Parcela liquidada de 181 a 190 días	Parcela liquidada de 191 a 200 días	Parcela liquidada de 201 a 210 días	Parcela liquidada de 211 a 220 días	Parcela liquidada de 221 a 230 días	Parcela liquidada de 231 a 240 días	Parcela liquidada de 241 a 250 días	Parcela liquidada de 251 a 260 días	Parcela liquidada de 261 a 270 días	Parcela liquidada de 271 a 280 días	Parcela liquidada de 281 a 290 días	Parcela liquidada de 291 a 300 días	Parcela liquidada de 301 a 310 días	Parcela liquidada de 311 a 320 días	Parcela liquidada de 321 a 330 días	Parcela liquidada de 331 a 340 días	Parcela liquidada de 341 a 350 días	Parcela liquidada de 351 a 360 días	Parcela liquidada de 361 a 370 días	Parcela liquidada de 371 a 380 días	Parcela liquidada de 381 a 390 días	Parcela liquidada de 391 a 400 días	Parcela liquidada de 401 a 410 días	Parcela liquidada de 411 a 420 días	Parcela liquidada de 421 a 430 días	Parcela liquidada de 431 a 440 días	Parcela liquidada de 441 a 450 días	Parcela liquidada de 451 a 460 días	Parcela liquidada de 461 a 470 días	Parcela liquidada de 471 a 480 días	Parcela liquidada de 481 a 490 días	Parcela liquidada de 491 a 500 días	Parcela liquidada de 501 a 510 días	Parcela liquidada de 511 a 520 días	Parcela liquidada de 521 a 530 días	Parcela liquidada de 531 a 540 días	Parcela liquidada de 541 a 550 días	Parcela liquidada de 551 a 560 días	Parcela liquidada de 561 a 570 días	Parcela liquidada de 571 a 580 días	Parcela liquidada de 581 a 590 días	Parcela liquidada de 591 a 600 días	Parcela liquidada de 601 a 610 días	Parcela liquidada de 611 a 620 días	Parcela liquidada de 621 a 630 días	Parcela liquidada de 631 a 640 días	Parcela liquidada de 641 a 650 días	Parcela liquidada de 651 a 660 días	Parcela liquidada de 661 a 670 días	Parcela liquidada de 671 a 680 días	Parcela liquidada de 681 a 690 días	Parcela liquidada de 691 a 700 días	Parcela liquidada de 701 a 710 días	Parcela liquidada de 711 a 720 días	Parcela liquidada de 721 a 730 días	Parcela liquidada de 731 a 740 días	Parcela liquidada de 741 a 750 días	Parcela liquidada de 751 a 760 días	Parcela liquidada de 761 a 770 días	Parcela liquidada de 771 a 780 días	Parcela liquidada de 781 a 790 días	Parcela liquidada de 791 a 800 días	Parcela liquidada de 801 a 810 días	Parcela liquidada de 811 a 820 días	Parcela liquidada de 821 a 830 días	Parcela liquidada de 831 a 840 días	Parcela liquidada de 841 a 850 días	Parcela liquidada de 851 a 860 días	Parcela liquidada de 861 a 870 días	Parcela liquidada de 871 a 880 días	Parcela liquidada de 881 a 890 días	Parcela liquidada de 891 a 900 días	Parcela liquidada de 901 a 910 días	Parcela liquidada de 911 a 920 días	Parcela liquidada de 921 a 930 días	Parcela liquidada de 931 a 940 días	Parcela liquidada de 941 a 950 días	Parcela liquidada de 951 a 960 días	Parcela liquidada de 961 a 970 días	Parcela liquidada de 971 a 980 días	Parcela liquidada de 981 a 990 días	Parcela liquidada de 991 a 1000 días																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Anexo IX - Pool Estático - Veículos Pesados

[illegible]

75

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Anexo IX - Pool Estático - Veículos Pesados

[illegible]

[illegible]

82

Série	Origem	Fórmula	Sub-Total Sufra	Parcela Cancelada	Parcela Rinscaldada	Parcela a vencer	Parcela antecipada em 121 a 180 dias	Parcela antecipada em 181 a 360 dias	Parcela antecipada em 361 a 720 dias	Parcela antecipada em 721 a 1080 dias	Parcela antecipada em 1081 a 1440 dias	Parcela antecipada em 1441 a 1800 dias	Parcela antecipada em 1801 a 2160 dias	Parcela antecipada em 2161 a 2520 dias	Parcela antecipada em 2521 a 2880 dias	Parcela antecipada em 2881 a 3240 dias	Parcela antecipada em 3241 a 3600 dias	Parcela antecipada em 3601 a 3960 dias	Parcela antecipada em 3961 a 4320 dias	Parcela antecipada em 4321 a 4680 dias	Parcela antecipada em 4681 a 5040 dias	Parcela antecipada em 5041 a 5400 dias	Parcela antecipada em 5401 a 5760 dias	Parcela antecipada em 5761 a 6120 dias	Parcela antecipada em 6121 a 6480 dias	Parcela antecipada em 6481 a 6840 dias	Parcela antecipada em 6841 a 7200 dias	Parcela antecipada em 7201 a 7560 dias	Parcela antecipada em 7561 a 7920 dias	Parcela antecipada em 7921 a 8280 dias	Parcela antecipada em 8281 a 8640 dias	Parcela antecipada em 8641 a 9000 dias	Parcela antecipada em 9001 a 9360 dias	Parcela antecipada em 9361 a 9720 dias	Parcela antecipada em 9721 a 10080 dias	Parcela antecipada em 10081 a 10440 dias	Parcela antecipada em 10441 a 10800 dias	Parcela antecipada em 10801 a 11160 dias	Parcela antecipada em 11161 a 11520 dias	Parcela antecipada em 11521 a 11880 dias	Parcela antecipada em 11881 a 12240 dias	Parcela antecipada em 12241 a 12600 dias	Parcela antecipada em 12601 a 12960 dias	Parcela antecipada em 12961 a 13320 dias	Parcela antecipada em 13321 a 13680 dias	Parcela antecipada em 13681 a 14040 dias	Parcela antecipada em 14041 a 14400 dias	Parcela antecipada em 14401 a 14760 dias	Parcela antecipada em 14761 a 15120 dias	Parcela antecipada em 15121 a 15480 dias	Parcela antecipada em 15481 a 15840 dias	Parcela antecipada em 15841 a 16200 dias	Parcela antecipada em 16201 a 16560 dias	Parcela antecipada em 16561 a 16920 dias	Parcela antecipada em 16921 a 17280 dias	Parcela antecipada em 17281 a 17640 dias	Parcela antecipada em 17641 a 18000 dias	Parcela antecipada em 18001 a 18360 dias	Parcela antecipada em 18361 a 18720 dias	Parcela antecipada em 18721 a 19080 dias	Parcela antecipada em 19081 a 19440 dias	Parcela antecipada em 19441 a 19800 dias	Parcela antecipada em 19801 a 20160 dias	Parcela antecipada em 20161 a 20520 dias	Parcela antecipada em 20521 a 20880 dias	Parcela antecipada em 20881 a 21240 dias	Parcela antecipada em 21241 a 21600 dias	Parcela antecipada em 21601 a 21960 dias	Parcela antecipada em 21961 a 22320 dias	Parcela antecipada em 22321 a 22680 dias	Parcela antecipada em 22681 a 23040 dias	Parcela antecipada em 23041 a 23400 dias	Parcela antecipada em 23401 a 23760 dias	Parcela antecipada em 23761 a 24120 dias	Parcela antecipada em 24121 a 24480 dias	Parcela antecipada em 24481 a 24840 dias	Parcela antecipada em 24841 a 25200 dias	Parcela antecipada em 25201 a 25560 dias	Parcela antecipada em 25561 a 25920 dias	Parcela antecipada em 25921 a 26280 dias	Parcela antecipada em 26281 a 26640 dias	Parcela antecipada em 26641 a 27000 dias	Parcela antecipada em 27001 a 27360 dias	Parcela antecipada em 27361 a 27720 dias	Parcela antecipada em 27721 a 28080 dias	Parcela antecipada em 28081 a 28440 dias	Parcela antecipada em 28441 a 28800 dias	Parcela antecipada em 28801 a 29160 dias	Parcela antecipada em 29161 a 29520 dias	Parcela antecipada em 29521 a 29880 dias	Parcela antecipada em 29881 a 30240 dias	Parcela antecipada em 30241 a 30600 dias	Parcela antecipada em 30601 a 30960 dias	Parcela antecipada em 30961 a 31320 dias	Parcela antecipada em 31321 a 31680 dias	Parcela antecipada em 31681 a 32040 dias	Parcela antecipada em 32041 a 32400 dias	Parcela antecipada em 32401 a 32760 dias	Parcela antecipada em 32761 a 33120 dias	Parcela antecipada em 33121 a 33480 dias	Parcela antecipada em 33481 a 33840 dias	Parcela antecipada em 33841 a 34200 dias	Parcela antecipada em 34201 a 34560 dias	Parcela antecipada em 34561 a 34920 dias	Parcela antecipada em 34921 a 35280 dias	Parcela antecipada em 35281 a 35640 dias	Parcela antecipada em 35641 a 36000 dias	Parcela antecipada em 36001 a 36360 dias	Parcela antecipada em 36361 a 36720 dias	Parcela antecipada em 36721 a 37080 dias	Parcela antecipada em 37081 a 37440 dias	Parcela antecipada em 37441 a 37800 dias	Parcela antecipada em 37801 a 38160 dias	Parcela antecipada em 38161 a 38520 dias	Parcela antecipada em 38521 a 38880 dias	Parcela antecipada em 38881 a 39240 dias	Parcela antecipada em 39241 a 39600 dias	Parcela antecipada em 39601 a 39960 dias	Parcela antecipada em 39961 a 40320 dias	Parcela antecipada em 40321 a 40680 dias	Parcela antecipada em 40681 a 41040 dias	Parcela antecipada em 41041 a 41400 dias	Parcela antecipada em 41401 a 41760 dias	Parcela antecipada em 41761 a 42120 dias	Parcela antecipada em 42121 a 42480 dias	Parcela antecipada em 42481 a 42840 dias	Parcela antecipada em 42841 a 43200 dias	Parcela antecipada em 43201 a 43560 dias	Parcela antecipada em 43561 a 43920 dias	Parcela antecipada em 43921 a 44280 dias	Parcela antecipada em 44281 a 44640 dias	Parcela antecipada em 44641 a 45000 dias	Parcela antecipada em 45001 a 45360 dias	Parcela antecipada em 45361 a 45720 dias	Parcela antecipada em 45721 a 46080 dias	Parcela antecipada em 46081 a 46440 dias	Parcela antecipada em 46441 a 46800 dias	Parcela antecipada em 46801 a 47160 dias	Parcela antecipada em 47161 a 47520 dias	Parcela antecipada em 47521 a 47880 dias	Parcela antecipada em 47881 a 48240 dias	Parcela antecipada em 48241 a 48600 dias	Parcela antecipada em 48601 a 48960 dias	Parcela antecipada em 48961 a 49320 dias	Parcela antecipada em 49321 a 49680 dias	Parcela antecipada em 49681 a 50040 dias	Parcela antecipada em 50041 a 50400 dias	Parcela antecipada em 50401 a 50760 dias	Parcela antecipada em 50761 a 51120 dias	Parcela antecipada em 51121 a 51480 dias	Parcela antecipada em 51481 a 51840 dias	Parcela antecipada em 51841 a 52200 dias	Parcela antecipada em 52201 a 52560 dias	Parcela antecipada em 52561 a 52920 dias	Parcela antecipada em 52921 a 53280 dias	Parcela antecipada em 53281 a 53640 dias	Parcela antecipada em 53641 a 5400
-------	--------	---------	-----------------	-------------------	---------------------	------------------	--------------------------------------	--------------------------------------	--------------------------------------	---------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	------------------------------------

[illegible]

352

58

354

[illegible]

Banco Paulista S.A.
Relatório de Reunião Especial da
Comissão de Direitos Creditórios

[illegible]

[illegible]

Banco Paulista S.A.
Relatório de Reunião Especial da
Comissão de Direitos Creditórios

[illegible]

Anexo X - Pool Estático - Motos

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

371

104

373

106

375

801

377

110

379

112

381

三



Anexo XIII - Aging List - First Payment Default por produto

Faixas	Veículos leves		Veículos pesados		Demais produtos		Demais Contratos	% Acum.	Total
	First Payment Default	% Acum.	First Payment Default	% Acum.	First Payment Default	% Acum.			
Total sob Análise	17.371		16.366		5.236		1.035.327		1.074.299
(-) Cancelamentos							666		666
(-) Renegociações	34		473		46		10.939		11.492
(+) Multa	230		106		56		9.049		9.441
(-) Desconto	567		321		20		14.431		15.339
(-) Parcelas a vencer em 31 de março de 2008	12.643		12.899		4.664		746.531		776.737
Parcelas vencidas e/ ou liquidadas até 31 de março de 2008	4.356	100,0%	2.779	100,0%	561	100,0%	271.809	100,0%	279.505
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	1.226	28,1%	518	18,6%	66	11,8%	28.760	10,6%	30.570
Parcelas antecipadas de 151 a 180 dias	50	1,1%	34	1,2%	7	1,2%	2.069	0,8%	2.160
Parcelas antecipadas de 121 a 150 dias	47	1,1%	38	1,4%	7	1,3%	2.202	0,8%	2.294
Parcelas antecipadas de 91 a 120 dias	40	0,9%	39	1,4%	7	1,3%	2.340	0,9%	2.427
Parcelas antecipadas de 61 a 90 dias	39	0,9%	40	1,4%	7	1,2%	2.555	0,9%	2.640
Parcelas antecipadas de 31 a 60 dias	35	0,8%	43	1,5%	8	1,5%	3.484	1,3%	3.570
Parcelas antecipadas de 16 a 30 dias	22	0,5%	22	0,8%	3	0,5%	4.199	1,5%	4.245
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	54	1,2%	36	1,3%	6	1,1%	46.748	17,2%	46.843
Parcelas liquidadas no vencimento	37	0,9%	22	0,8%	16	2,8%	46.468	17,1%	46.542
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	100	2,3%	61	2,2%	26	4,7%	66.931	24,6%	67.119
Parcelas liquidadas de 16 a 30 dias	91	2,1%	69	2,5%	13	2,4%	20.223	7,4%	20.397
Parcelas liquidadas de 31 a 60 dias	253	5,8%	236	8,5%	41	7,4%	20.651	7,6%	21.180
Parcelas liquidadas de 61 a 90 dias	316	7,2%	348	12,5%	53	9,5%	6.534	2,4%	7.251
Parcelas liquidadas de 91 a 120 dias	98	2,2%	68	2,5%	14	2,5%	1.214	0,4%	1.394
Parcelas liquidadas de 121 a 150 dias	31	0,7%	29	1,0%	6	1,0%	432	0,2%	497
Parcelas liquidadas de 151 a 180 dias	17	0,4%	17	0,6%	4	0,7%	51,0%	93,8%	286
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	43	1,0%	32	1,1%	33	5,9%	247	0,2%	552
Parcelas vencidas até 15 dias	204	4,7%	222	8,0%	79	14,1%	4.822	1,8%	5.326
Parcelas vencidas de 16 a 30 dias	145	3,3%	116	4,2%	46	8,3%	2.559	0,9%	2.867
Parcelas vencidas de 31 a 60 dias	242	5,6%	183	6,6%	43	7,6%	3.124	1,1%	3.592
Parcelas vencidas de 61 a 90 dias	183	4,2%	103	3,7%	13	2,2%	1.193	0,4%	1.492
Parcelas vencidas de 91 a 120 dias	153	3,5%	83	3,0%	8	1,5%	806	0,3%	1.051
Parcelas vencidas de 121 a 150 dias	139	3,2%	81	2,9%	6	1,0%	672	0,2%	898
Parcelas vencidas de 151 a 180 dias	117	2,7%	62	2,2%	6	1,0%	559	0,2%	744
Parcelas vencidas acima de 180 dias	674	15,5%	279	10,0%	41	7,3%	2.572	0,9%	3.566



Anexo XIII-a - Movimentação das baixas veículos pesados

Mês de movimento	Total de Baixas no mês - R\$(000)	Total das Baixas por Liquidações - R\$(000)	Total das Baixas por Pré-Liquidações - R\$(000)	Total das Baixas por Renegociação - R\$(000)	Total das Baixas por Recuperação BNDU - R\$(000)	% Baixas por Liquidações	% Baixas por Pré-Liquidações	% Baixas por Renegociação	% Baixas por Recuperação BNDU
nov/05	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/05	35	35	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
jan/06	105	105	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
fev/06	130	130	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
mar/06	357	314	43	-	-	87,9%	12,1%	0,0%	0,0%
abr/06	326	326	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
mai/06	550	541	9	-	-	98,4%	1,6%	0,0%	0,0%
jun/06	659	638	21	-	-	96,8%	3,2%	0,0%	0,0%
jul/06	957	877	80	-	-	91,6%	8,4%	0,0%	0,0%
ago/06	1.272	1.152	120	-	-	90,5%	9,5%	0,0%	0,0%
set/06	1.375	1.313	62	-	-	95,5%	4,5%	0,0%	0,0%
out/06	2.249	1.940	309	-	-	86,2%	13,8%	0,0%	0,0%
nov/06	2.071	1.929	142	-	-	93,2%	6,8%	0,0%	0,0%
dez/06	2.456	2.036	256	165	-	82,9%	10,4%	6,7%	0,0%
jan/07	3.308	2.708	436	164	-	81,9%	13,2%	5,0%	0,0%
fev/07	3.178	2.495	357	326	-	78,5%	11,2%	10,3%	0,0%
mar/07	4.162	3.276	321	566	-	78,7%	7,7%	13,6%	0,0%
abr/07	3.993	3.446	309	237	-	86,3%	7,7%	5,9%	0,0%
mai/07	5.551	4.471	1.045	35	-	80,5%	18,8%	0,6%	0,0%
jun/07	5.413	4.421	649	343	-	81,7%	12,0%	6,3%	0,0%
jul/07	6.961	5.610	1.351	-	-	80,6%	19,4%	0,0%	0,0%
ago/07	8.465	6.737	1.653	75	-	79,6%	19,5%	0,9%	0,0%
set/07	9.876	7.241	2.377	258	-	73,3%	24,1%	2,6%	0,0%
out/07	12.695	8.801	2.601	806	487	69,3%	20,5%	6,3%	3,8%
nov/07	10.971	8.206	2.070	491	203	74,8%	18,9%	4,5%	1,9%
dez/07	12.252	8.718	2.689	618	227	71,2%	22,0%	5,0%	1,9%
jan/08	13.547	10.026	2.309	1.143	68	74,0%	17,0%	8,4%	0,5%
fev/08	12.851	9.882	2.007	744	218	76,9%	15,6%	5,8%	1,7%
mar/08	16.261	12.008	2.591	883	780	73,8%	15,9%	5,4%	4,8%
Total	142.026	109.382	23.808	6.853	1.983	77,0%	16,8%	4,8%	1,4%



Anexo XIII-b - Movimentação das baixas - Veículos leves

Mês de movimento	Total de Baixas no mês - R\$(000)	Total das Baixas por Liquidações - R\$(000)	Total das Baixas por Pré-Liquidações - R\$(000)	Total das Baixas por Renegociação - R\$(000)	Total das Baixas por Recuperação BNDU - R\$(000)	% Baixas por Liquidações	% Baixas por Pré-Liquidações	% Baixas por Renegociação	% Baixas por Recuperação BNDU
nov/05	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/05	6	6	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
jan/06	15	15	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
fev/06	24	24	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
mar/06	60	54	6	-	-	90,2%	9,8%	0,0%	0,0%
abr/06	67	67	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
mai/06	324	218	107	-	-	67,1%	32,9%	0,0%	0,0%
jun/06	248	232	16	-	-	93,7%	6,3%	0,0%	0,0%
jul/06	421	388	33	-	-	92,2%	7,8%	0,0%	0,0%
ago/06	751	644	107	-	-	85,8%	14,2%	0,0%	0,0%
set/06	1.027	913	113	-	-	88,9%	11,1%	0,0%	0,0%
out/06	1.464	1.317	147	-	-	89,9%	10,1%	0,0%	0,0%
nov/06	2.054	1.639	299	116	-	79,8%	14,6%	5,7%	0,0%
dez/06	2.568	2.093	448	26	-	81,5%	17,5%	1,0%	0,0%
jan/07	3.235	2.604	480	151	-	80,5%	14,8%	4,7%	0,0%
fev/07	3.121	2.599	379	143	-	83,3%	12,1%	4,6%	0,0%
mar/07	3.981	3.277	453	251	-	82,3%	11,4%	6,3%	0,0%
abr/07	4.173	3.567	451	155	-	85,5%	10,8%	3,7%	0,0%
mai/07	5.347	4.336	725	286	-	81,1%	13,6%	5,3%	0,0%
jun/07	4.861	4.366	496	-	-	89,8%	10,2%	0,0%	0,0%
jul/07	6.298	5.274	862	162	-	83,7%	13,7%	2,6%	0,0%
ago/07	7.743	6.208	1.165	370	-	80,2%	15,0%	4,8%	0,0%
set/07	8.362	7.049	976	337	-	84,3%	11,7%	4,0%	0,0%
out/07	10.845	8.252	1.527	192	874	76,1%	14,1%	1,8%	8,1%
nov/07	10.197	8.207	1.321	193	476	80,5%	13,0%	1,9%	4,7%
dez/07	11.535	9.089	1.771	477	198	78,8%	15,3%	4,1%	1,7%
jan/08	12.568	10.321	1.476	190	581	82,1%	11,7%	1,5%	4,6%
fev/08	12.419	10.336	1.240	350	494	83,2%	10,0%	2,8%	4,0%
mar/08	14.370	11.920	1.680	1	768	83,0%	11,7%	0,0%	5,3%
Total	128.083	105.015	16.276	3.402	3.391	82,0%	12,7%	2,7%	2,6%



Anexo XIII-c - Movimentação das baixas - Crédito Pessoal com Alinação Fiduciária veículos leves

Mês de movimento	Total de Baixas no mês - R\$(000)	Total das Baixas por Liquidações - R\$(000)	Total das Baixas por Pré-Liquidações - R\$(000)	Total das Baixas por Renegociação - R\$(000)	Total das Baixas por Recuperação BNDU - R\$(000)	% Baixas por Liquidações	% Baixas por Pré-Liquidações	% Baixas por Renegociação	% Baixas por Recuperação BNDU
nov/05	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/05	2	2	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
jan/06	4	4	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
fev/06	6	6	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
mar/06	21	17	4	-	-	79,9%	20,1%	0,0%	0,0%
abr/06	18	18	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
mai/06	31	28	3	-	-	91,0%	9,0%	0,0%	0,0%
jun/06	52	40	12	-	-	76,3%	23,7%	0,0%	0,0%
jul/06	131	89	41	-	-	68,3%	31,7%	0,0%	0,0%
ago/06	81	79	2	-	-	97,6%	2,4%	0,0%	0,0%
set/06	84	79	5	-	-	94,1%	5,9%	0,0%	0,0%
out/06	174	148	26	-	-	85,1%	14,9%	0,0%	0,0%
nov/06	258	204	54	-	-	79,0%	21,0%	0,0%	0,0%
dez/06	287	246	42	-	-	85,5%	14,5%	0,0%	0,0%
jan/07	389	359	30	-	-	92,3%	7,7%	0,0%	0,0%
fev/07	430	391	40	-	-	90,8%	9,2%	0,0%	0,0%
mar/07	757	617	140	-	-	81,5%	18,5%	0,0%	0,0%
abr/07	778	666	112	-	-	85,6%	14,4%	0,0%	0,0%
mai/07	1.021	838	165	19	-	82,0%	16,1%	1,8%	0,0%
jun/07	1.324	1.018	297	8	-	76,9%	22,4%	0,6%	0,0%
jul/07	1.513	1.195	317	-	-	79,0%	21,0%	0,0%	0,0%
ago/07	1.854	1.411	438	5	-	76,1%	23,6%	0,3%	0,0%
set/07	1.717	1.343	375	-	-	78,2%	21,8%	0,0%	0,0%
out/07	1.827	1.502	270	14	42	82,2%	14,8%	0,8%	2,3%
nov/07	2.086	1.649	363	-	73	79,1%	17,4%	0,0%	3,5%
dez/07	2.236	1.723	435	56	21	77,1%	19,5%	2,5%	1,0%
jan/08	2.515	1.990	440	18	67	79,1%	17,5%	0,7%	2,7%
fev/08	2.395	1.925	426	-	44	80,4%	17,8%	0,0%	1,8%
mar/08	2.552	2.038	421	24	69	79,9%	16,5%	0,9%	2,7%
Total	24.542	19.625	4.457	144	315	80,0%	18,2%	0,6%	1,3%



Anexo XIII-d - Movimentação das baixas - Crédito Pessoal com Alinação Fiduciária veículos pesados

Mês de movimento	Total de Baixas no mês - R\$(000)	Total das Baixas por Liquidações - R\$(000)	Total das Baixas por Pré-Liquidações - R\$(000)	Total das Baixas por Renegociação - R\$(000)	Total das Baixas por Recuperação BNDU - R\$(000)	% Baixas por Liquidações	% Baixas por Pré-Liquidações	% Baixas por Renegociação	% Baixas por Recuperação BNDU
nov/05	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/05	2	2	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
jan/06	4	4	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
fev/06	6	6	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
mar/06	17	17	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
abr/06	28	18	10	-	-	64,5%	35,5%	0,0%	0,0%
mai/06	95	28	67	-	-	29,5%	70,5%	0,0%	0,0%
jun/06	79	40	39	-	-	50,2%	49,8%	0,0%	0,0%
jul/06	120	89	30	-	-	74,5%	25,5%	0,0%	0,0%
ago/06	135	79	55	-	-	59,0%	41,0%	0,0%	0,0%
set/06	109	79	30	-	-	72,7%	27,3%	0,0%	0,0%
out/06	219	148	70	-	-	67,8%	32,2%	0,0%	0,0%
nov/06	269	204	65	-	-	75,9%	24,1%	0,0%	0,0%
dez/06	271	246	25	-	-	90,8%	9,2%	0,0%	0,0%
jan/07	482	359	123	-	-	74,5%	25,5%	0,0%	0,0%
fev/07	448	391	57	-	-	87,2%	12,8%	0,0%	0,0%
mar/07	750	617	132	-	-	82,4%	17,6%	0,0%	0,0%
abr/07	870	666	204	-	-	76,5%	23,5%	0,0%	0,0%
mai/07	1.153	838	296	19	-	72,7%	25,7%	1,6%	0,0%
jun/07	1.133	1.018	106	8	-	89,9%	9,4%	0,7%	0,0%
jul/07	1.474	1.195	279	-	-	81,1%	18,9%	0,0%	0,0%
ago/07	2.181	1.411	765	5	-	64,7%	35,1%	0,2%	0,0%
set/07	1.848	1.343	505	-	-	72,7%	27,3%	0,0%	0,0%
out/07	1.716	1.502	151	14	50	87,5%	8,8%	0,8%	2,9%
nov/07	2.165	1.649	493	-	23	76,2%	22,8%	0,0%	1,1%
dez/07	2.225	1.723	446	56	-	77,5%	20,0%	2,5%	0,0%
jan/08	2.992	1.990	984	18	-	66,5%	32,9%	0,6%	0,0%
fev/08	3.053	1.925	1.121	-	6	63,1%	36,7%	0,0%	0,2%
mar/08	2.649	2.038	532	24	54	76,9%	20,1%	0,9%	2,0%
Total	26.489	19.625	6.587	144	133	74,1%	24,9%	0,5%	0,5%



Anexo XIII-e - Movimentação das baixas - Motos

Mês de movimento	Total de Baixas no mês - R\$(000)	Total das Baixas por Liquidações - R\$(000)	Total das Baixas por Pré-Liquidações - R\$(000)	Total das Baixas por Renegociação - R\$(000)	Total das Baixas por Recuperação BNDU - R\$(000)	% Baixas por Liquidações	% Baixas por Pré-Liquidações	% Baixas por Renegociação	% Baixas por Recuperação BNDU
nov/05	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/05	1	1	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
jan/06	1	1	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
fev/06	1	1	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
mar/06	3	3	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
abr/06	3	3	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
mai/06	3	3	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
jun/06	4	4	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
jul/06	10	10	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
ago/06	23	23	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
set/06	29	29	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
out/06	30	30	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
nov/06	33	33	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
dez/06	33	33	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
jan/07	33	33	0	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
fev/07	32	32	0	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
mar/07	28	28	0	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
abr/07	32	32	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
mai/07	30	30	0	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
jun/07	37	37	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
jul/07	35	35	0	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
ago/07	56	56	0	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
set/07	41	41	0	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
out/07	36	36	0	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
nov/07	59	52	0	7	-	87,9%	0,0%	12,1%	0,0%
dez/07	65	65	0	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
jan/08	92	92	-	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
fev/08	141	141	0	-	-	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
mar/08	4	-	0	-	4	0,0%	0,4%	0,0%	99,6%
Total	899	888	0	7	4	98,7%	0,0%	0,8%	0,5%



Anexo XIV-a - Movimentação das baixas - Veículos leves

Originação	Total	Pré-liquidação		Renegociação	%
		de contratos	%		
nov/05	171	30	17,3%	-	0,0%
dez/05	318	29	9,2%	-	0,0%
jan/06	462	72	15,6%	-	0,0%
fev/06	389	55	14,1%	-	0,0%
mar/06	1.117	270	24,1%	-	0,0%
abr/06	1.580	251	15,9%	-	0,0%
mai/06	3.060	496	16,2%	4	0,1%
jun/06	4.535	510	11,2%	-	0,0%
jul/06	7.452	847	11,4%	67	0,9%
ago/06	10.235	866	8,5%	47	0,5%
set/06	9.969	935	9,4%	94	0,9%
out/06	11.772	1.209	10,3%	20	0,2%
nov/06	11.962	936	7,8%	139	1,2%
dez/06	13.268	1.002	7,6%	106	0,8%
jan/07	12.652	758	6,0%	271	2,1%
fev/07	11.776	1.067	9,1%	110	0,9%
mar/07	17.101	1.033	6,0%	67	0,4%
abr/07	17.456	832	4,8%	132	0,8%
mai/07	20.823	1.127	5,4%	251	1,2%
jun/07	15.445	490	3,2%	74	0,5%
jul/07	25.633	708	2,8%	325	1,3%
ago/07	29.640	964	3,3%	454	1,5%
set/07	26.270	426	1,6%	90	0,3%
out/07	30.284	240	0,8%	132	0,4%
nov/07	35.021	279	0,8%	371	1,1%
dez/07	34.785	261	0,8%	391	1,1%
jan/08	40.120	227	0,6%	69	0,2%
fev/08	34.477	233	0,7%	186	0,5%
mar/08	38.763	123	0,3%	-	0,0%
Total	466.536	16.276	3,5%	3.401	0,7%

Anexo XIV-b - Representatividade de renegociação e pré-liquidação de contratos - Refinanciamento veículos leves

Originação	Total	Pré-liquidação de contratos	%	Renegociação	%
nov/05	39	5	13,5%	-	0,0%
dez/05	43	13	30,7%	-	0,0%
jan/06	101	31	31,0%	-	0,0%
fev/06	133	11	8,2%	-	0,0%
mar/06	111	33	29,4%	-	0,0%
abr/06	170	30	17,9%	-	0,0%
mai/06	312	43	13,8%	-	0,0%
jun/06	418	56	13,4%	-	0,0%
jul/06	701	129	18,4%	-	0,0%
ago/06	601	114	19,0%	5	0,9%
set/06	635	129	20,3%	-	0,0%
out/06	1.618	329	20,3%	-	0,0%
nov/06	2.042	205	10,0%	-	0,0%
dez/06	2.030	311	15,3%	-	0,0%
jan/07	2.150	328	15,3%	-	0,0%
fev/07	2.481	358	14,4%	-	0,0%
mar/07	3.536	411	11,6%	-	0,0%
abr/07	3.794	452	11,9%	43	1,1%
mai/07	4.169	493	11,8%	27	0,6%
jun/07	3.192	221	6,9%	-	0,0%
jul/07	4.061	305	7,5%	-	0,0%
ago/07	3.792	131	3,5%	-	0,0%
set/07	2.847	105	3,7%	70	2,4%
out/07	3.622	73	2,0%	-	0,0%
nov/07	3.807	45	1,2%	-	0,0%
dez/07	3.199	41	1,3%	-	0,0%
jan/08	4.397	36	0,8%	-	0,0%
fev/08	3.195	20	0,6%	-	0,0%
mar/08	3.375	-	0,0%	-	0,0%
Total	60.568	4.457	7,4%	144	0,2%

Anexo XIV-c - Representatividade de renegociação e pré-liquidação de contratos - Veículos pesados

Originação	Total	Pré-liquidação de contratos	%	Renegociação	%
nov/05	1.383	142	10,3%	153	11,0%
dez/05	2.317	230	9,9%	47	2,0%
jan/06	2.118	415	19,6%	125	5,9%
fev/06	2.815	586	20,8%	39	1,4%
mar/06	4.487	897	20,0%	44	1,0%
abr/06	3.193	436	13,7%	104	3,3%
mai/06	4.501	739	16,4%	-	0,0%
jun/06	5.859	636	10,9%	567	9,7%
jul/06	8.397	1.026	12,2%	144	1,7%
ago/06	8.972	1.255	14,0%	28	0,3%
set/06	8.965	1.167	13,0%	204	2,3%
out/06	8.892	1.001	11,3%	-	0,0%
nov/06	7.678	894	11,6%	372	4,8%
dez/06	7.095	1.316	18,5%	-	0,0%
jan/07	9.815	1.452	14,8%	95	1,0%
fev/07	12.345	692	5,6%	695	5,6%
mar/07	17.779	1.322	7,4%	246	1,4%
abr/07	16.896	1.690	10,0%	134	0,8%
mai/07	23.416	2.083	8,9%	63	0,3%
jun/07	21.874	1.806	8,3%	518	2,4%
jul/07	24.061	1.137	4,7%	349	1,5%
ago/07	24.221	1.129	4,7%	821	3,4%
set/07	27.474	202	0,7%	207	0,8%
out/07	28.799	315	1,1%	382	1,3%
nov/07	30.827	575	1,9%	351	1,1%
dez/07	32.943	103	0,3%	760	2,3%
jan/08	39.286	484	1,2%	354	0,9%
fev/08	36.391	48	0,1%	53	0,1%
mar/08	43.787	30	0,1%	-	0,0%
Total	466.585	23.808	5,1%	6.853	1,5%

**Anexo XIV-d - Representatividade de renegociação e
pré-liquidação de contratos Crédito Pessoal com Alinação Fiduciár
Crédito Pessoal com Alinação Fiduciária veículos pesados**

Originação	Total	Pré-liquidação de contratos	%	Renegociação	%
nov/05	66	14	20,8%	-	0,0%
dez/05	403	56	13,8%	135	33,4%
jan/06	281	33	11,6%	26	9,3%
fev/06	296	24	8,0%	-	0,0%
mar/06	447	108	24,2%	-	0,0%
abr/06	713	132	18,5%	-	0,0%
mai/06	560	114	20,3%	-	0,0%
jun/06	614	100	16,3%	-	0,0%
jul/06	1.298	239	18,4%	122	9,4%
ago/06	1.491	252	16,9%	-	0,0%
set/06	780	132	17,0%	-	0,0%
out/06	2.549	377	14,8%	-	0,0%
nov/06	2.009	491	24,4%	-	0,0%
dez/06	1.874	491	26,2%	-	0,0%
jan/07	3.018	549	18,2%	-	0,0%
fev/07	3.123	360	11,5%	71	2,3%
mar/07	3.886	347	8,9%	15	0,4%
abr/07	3.384	390	11,5%	-	0,0%
mai/07	4.491	516	11,5%	82	1,8%
jun/07	3.872	312	8,1%	-	0,0%
jul/07	4.206	253	6,0%	-	0,0%
ago/07	4.263	440	10,3%	280	6,6%
set/07	3.597	75	2,1%	146	4,1%
out/07	4.311	275	6,4%	-	0,0%
nov/07	4.473	220	4,9%	209	4,7%
dez/07	5.195	73	1,4%	-	0,0%
jan/08	4.181	32	0,8%	-	0,0%
fev/08	5.084	184	3,6%	-	0,0%
mar/08	4.263	-	0,0%	-	0,0%
Total	74.728	6.587	8,8%	1.086	1,5%

Anexo XIV-e - Representatividade de renegociação e pré-liquidação de contratos - Motos

Originação	Total	Pré-liquidação de contratos	%	Renegociação	%
nov/05	-	-	0,0%		0,0%
dez/05	34	4	11,5%		0,0%
jan/06	-	-	0,0%		0,0%
fev/06	12	-	0,0%		0,0%
mar/06	38	10	26,0%		0,0%
abr/06	4	1	37,5%		0,0%
mai/06	-	-	0,0%		0,0%
jun/06	59	-	0,0%		0,0%
jul/06	234	27	11,6%		0,0%
ago/06	358	23	6,5%		0,0%
set/06	174	7	4,3%		0,0%
out/06	45	12	26,5%		0,0%
nov/06	-	-	0,0%		0,0%
dez/06	7	6	75,0%		0,0%
jan/07	17	-	0,0%		0,0%
fev/07	-	-	0,0%		0,0%
mar/07	-	-	0,0%		0,0%
abr/07	43	-	0,0%		0,0%
mai/07	28	-	0,0%		0,0%
jun/07	-	-	0,0%		0,0%
jul/07	-	-	0,0%		0,0%
ago/07	-	-	0,0%		0,0%
set/07	63	-	0,0%		0,0%
out/07	131	-	0,0%	7	5,5%
nov/07	483	6	1,3%		0,0%
dez/07	722	-	0,0%		0,0%
jan/08	1.054	-	0,0%		0,0%
fev/08	995	-	0,0%		0,0%
mar/08	1.383	-	0,0%		0,0%
Total	5.882	97	1,6%	7	0,1%

Anexo XV -Amostra para Verificação dos Contratos

Contrato	Produto
13-12798/08	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-01630/06	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-78005/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
10-08305/06	C.P. VEICULOS LEVES PF
39-64989/07	C.P. VEICULOS PESADO PF
13-02228/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-06298/06	FIN. VEICULOS LEVES PF
47-95755/07	FIN. VEICULOS PESADO PF
13-08067/08	FIN. VEICULOS LEVES PF
14-09592/08	FIN UTILITARIOS PF
10-96327/07	C.P. VEICULOS LEVES PF
13-81527/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-92574/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-87453/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-08014/06	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-63422/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
10-15846/08	C.P. VEICULOS LEVES PF
13-95734/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
10-66829/07	C.P. VEICULOS LEVES PF
14-03859/07	FIN UTILITARIOS PF
10-83256/07	C.P. VEICULOS LEVES PF
13-00502/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
39-92932/07	C.P. VEICULOS PESADO PF
47-06802/08	FIN. VEICULOS PESADO PF
13-05894/06	FIN. VEICULOS LEVES PF
14-17385/08	FIN UTILITARIOS PF
13-08159/06	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-04704/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
10-08196/06	C.P. VEICULOS LEVES PF
13-07636/06	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-90972/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-98627/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
10-84688/07	C.P. VEICULOS LEVES PF
47-71341/07	FIN. VEICULOS PESADO PF
13-66015/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
10-11336/08	C.P. VEICULOS LEVES PF
13-03116/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
47-87225/07	FIN. VEICULOS PESADO PF
13-91332/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
47-01306/06	FIN. VEICULOS PESADO PF
13-98200/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-14860/08	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-03955/07	FIN. VEICULOS LEVES PF



Anexo XV -Amostra para Verificação dos Contratos

Contrato	Produto
10-69743/07	C.P. VEICULOS LEVES PF
10-92571/07	C.P. VEICULOS LEVES PF
13-04548/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-72457/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-88598/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-07525/06	FIN. VEICULOS LEVES PF
39-89728/07	C.P. VEICULOS PESADO PF
39-09202/08	C.P. VEICULOS PESADO PF
47-76787/07	FIN. VEICULOS PESADO PF
13-08097/06	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-85891/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
10-92069/07	C.P. VEICULOS LEVES PF
13-03977/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
47-07854/06	FIN. VEICULOS PESADO PF
13-12938/08	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-07541/08	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-92814/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-68551/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-90062/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
10-91359/07	C.P. VEICULOS LEVES PF
39-15178/08	C.P. VEICULOS PESADO PF
47-67632/07	FIN. VEICULOS PESADO PF
13-09973/08	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-00370/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-89688/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-02269/06	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-83911/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
39-82679/07	C.P. VEICULOS PESADO PF
13-93044/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-07296/06	FIN. VEICULOS LEVES PF
39-87155/07	C.P. VEICULOS PESADO PF
13-13228/08	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-74560/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
47-03219/07	FIN. VEICULOS PESADO PF
47-08931/08	FIN. VEICULOS PESADO PF
13-95407/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-96253/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-98194/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-88230/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-68073/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-93348/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-14206/08	FIN. VEICULOS LEVES PF
14-09909/08	FIN UTILITARIOS PF



Anexo XV -Amostra para Verificação dos Contratos

Contrato	Produto
13-85759/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
47-17029/08	FIN. VEICULOS PESADO PF
13-13119/08	FIN. VEICULOS LEVES PF
10-90814/07	C.P. VEICULOS LEVES PF
10-03588/07	C.P. VEICULOS LEVES PF
47-17260/08	FIN. VEICULOS PESADO PJ
13-75427/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-63093/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-88937/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
10-02600/07	C.P. VEICULOS LEVES PF
13-01053/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-02667/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-79672/07	FIN. VEICULOS LEVES PF
13-79671/07	FIN. VEICULOS LEVES PF

ANEXO IV

Este Anexo IV é parte integrante do “Prospecto da 1ª Distribuição Pública de Cotas da 1ª Série de Emissão do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II”

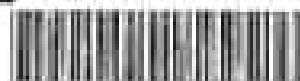
ESTATUTO SOCIAL DO BANCO PAULISTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

JUCESP

JUCESP PROTOCOLO
1052964/07-2

COLEGIADA



2007

BANCO MULLISTA S.A.

CNPJ 61.820.817/0001-09

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA
EM 15 DE DEZEMBRO DE 2006.

LOCAL: Sede Social, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355 - 2º andar - São Paulo, às 10:00 horas. CONVOCAÇÃO: Publicação de editais dispensada, conforme faculta o Artigo 124 Parágrafo 4º da Lei 6404/76, em razão do comparecimento dos acionistas representando a totalidade do Capital Social. QUORUM: Acionistas representando a totalidade do Capital Social. INSTALAÇÃO: Instalada pelo Sr. Alvaro Augusto Vidigal. COMPOSIÇÃO DA MESA: Escolhido o Sr. Horacio Amaral Junior para Presidente da mesa, o qual convidou a nam, Alvaro Augusto Vidigal para Secretário. ORDEM DO DIA: deliberar sobre as seguintes propostas da Diretoria: I) elevação do capital social de R\$ 32.300.000,00 (trinta e dois milhões e trezentos mil reais) para R\$ 33.900.000,00 (trinta e três milhões e novecentos mil reais) em moeda corrente, mediante a emissão de 1.600.000 (um milhão e seiscentas mil) ações sem valor nominal, todas nominativas, divididas em 800.000 ações ordinárias e 800.000 ações preferenciais, a serem subscritas e integralizadas neste ato pelos acionistas na mesma proporção de sua participação societária. Em decorrência do aumento de capital proposto, o Artigo 5º do Estatuto Social passará a ter a seguinte redação: "Artigo 5º - O Capital Social é de R\$ 33.900.000,00 (trinta e três milhões e novecentos mil reais), dividido em 120.045.000 (cento e vinte milhões e quarenta e cinco mil) ações sem valor nominal, todas nominativas, divididas em 60.022.500 ações ordinárias e 60.022.500 ações preferenciais. II) Alteração do Artigo 19 do Estatuto Social, que passará a ter a seguinte redação: "Artigo 19 - O lucro líquido do exercício, após dedução de prejuízo de exercícios anteriores, se houver, e das provisões usuais e permitidas pela legislação, terá a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) para constituição do Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; b) pagamento de dividendos aos acionistas de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) ou, alternativamente, de juros sobre o capital próprio; c) pagamento de participação no lucro aos empregados e administradores em percentual definido anualmente pela assembleia geral; d) o saldo remanescente terá a destinação que lhe dar a Assembleia Geral". - DELIBERAÇÕES: I) Aprovado o aumento de capital conforme proposto, passando, em consequência, o Artigo 5º "caput" do Estatuto Social a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O Capital Social é de R\$ 33.900.000,00 (trinta e três milhões e novecentos mil reais), dividido em 120.045.000 (cento e vinte milhões e quarenta e cinco mil) ações sem valor nominal, todas nominativas, divididas em 60.022.500 ações ordinárias e 60.022.500 ações preferenciais"; II) Aprovada a alteração do Artigo 19 do Estatuto Social, passando a vigor com a seguinte redação: "Artigo 19 - O lucro líquido do exercício, após dedução de prejuízo de exercícios anteriores, se houver, e das provisões usuais e permitidas pela legislação, terá a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) para constituição do Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; b) pagamento de dividendos aos acionistas de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) ou, alternativamente, de juros sobre o capital próprio; c) pagamento de participação no lucro aos empregados e administradores em percentual definido anualmente pela assembleia geral; d) o saldo remanescente terá a destinação que lhe dar a Assembleia Geral".



Figure 1. The effect of the number of trials on the number of correct responses. The number of correct responses was significantly higher than the number of incorrect responses for all groups. The number of correct responses was significantly higher than the number of incorrect responses for all groups. The number of correct responses was significantly higher than the number of incorrect responses for all groups.

APPOINTMENT You are
a candidate for the 2000-01
session in a graduate
program. You are
interested in the
program. Please
contact the
program.

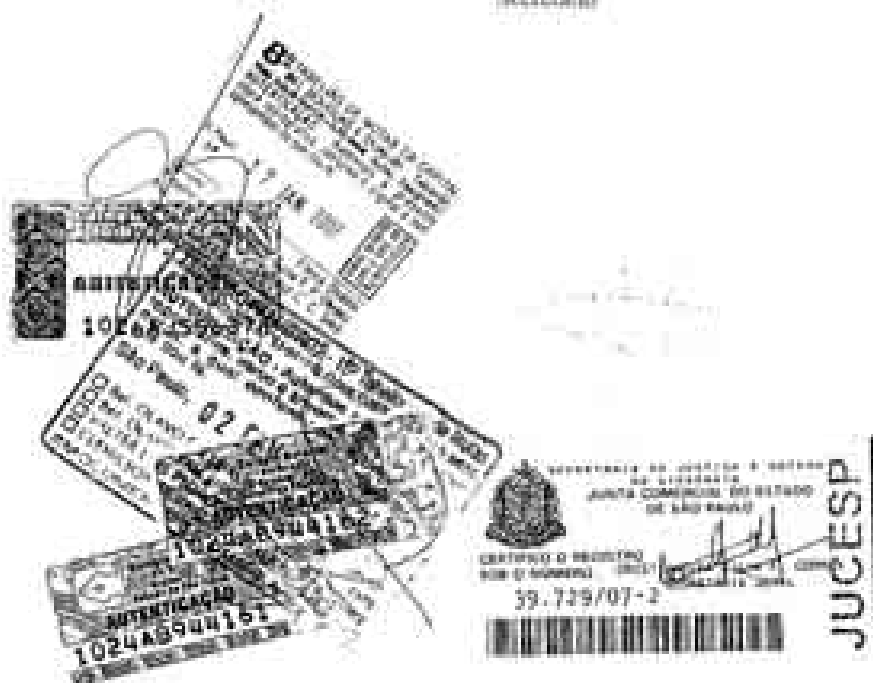


JUCESP

juros sobre o capital próprio; c) pagamento de participação no lucro aos empregados e administradores em percentual definido anualmente pela assembleia geral; d) o saldo remanescente terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral." - ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata que depois de lida e aprovada foi assinada por todos os acionistas presentes; (ass) Alvaro Augusto Vidigal, Henrique Amado Junior, Francisco Cauby Vidigal e Sonia Maria Lima de Freitas, por mim secretário e pelo Sr. Presidente. - A PRESENTE ATA É CÓPIA FIEL DA LAVRADA EM LIVRO PRÓPRIO

Alvaro Augusto Vidigal

Secretário



CONFIDENTIAL

RECEBUEMOS DO SENADO
REPUBLICA ARGENTINA
EM 01 DE ABRIL DE 1974
CONFIDENTIAL

ATTESTAÇÃO de que o documento se autenticou
e encontra-se no Arquivo Central do Brasil em processo
regular e a reprodução a respeito das suas
partes e conteúdo de acordo com o original.
PARTICULAR DE INSCRIÇÃO DO SENADO PARAGUAY
Em 01 de Abril de 1974, em São Paulo - SP

8º IMPRESSO DE NOTAS DE CREDITO
do SENADO do Brasil - 1974
Pelo SENADO - SENADO - SENADO
Pelo SENADO - SENADO - SENADO
Pelo SENADO - SENADO - SENADO
Pelo SENADO - SENADO - SENADO

17 JAN 1974

AMINISTRACAO
1026A556783

RECEBUEMOS DO SENADO
REPUBLICA ARGENTINA
EM 01 DE ABRIL DE 1974
CONFIDENTIAL

RECEBUEMOS DO SENADO
REPUBLICA ARGENTINA
EM 01 DE ABRIL DE 1974
CONFIDENTIAL



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Doc/GTSP1-2007/

00183

17 JAN 2007

INSTITUIÇÃO

Banco Paulista S.A.

30007

ENDEREÇO:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355 - Jardim Paulista-

CIDADE/UF

CEP 01451-901 São Paulo (SP)

ATO

AGE de 15.12.2006

PROCESSO N°

0601359705

DATA DE CANCELAMENTO

09 JAN 2007

ASSUNTOS APROVADOS POR ESTE ÓRGÃO

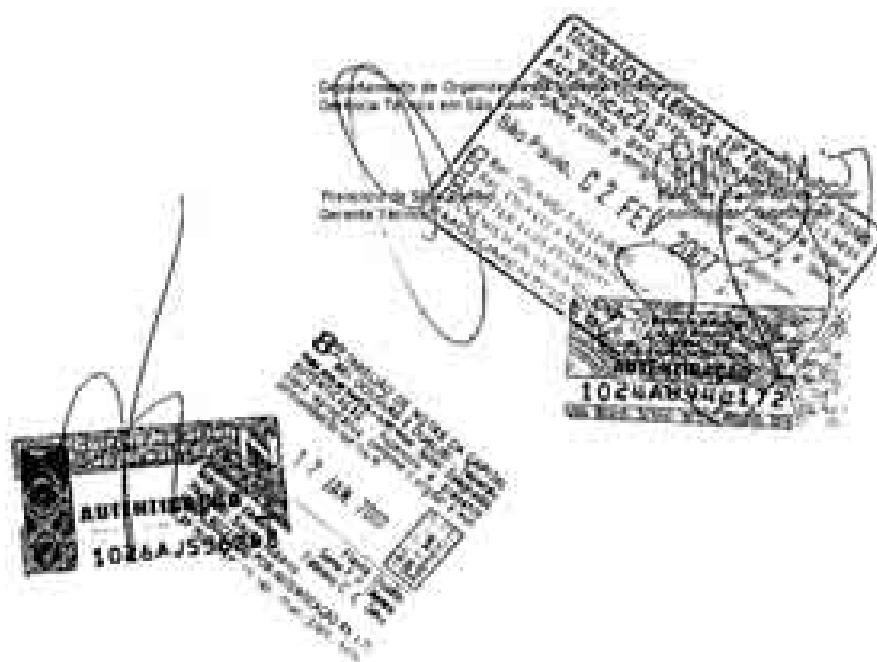
1. Alteração do capital para R\$ 35.900.000,00.
2. Reforma estatutária.

OBSERVAÇÕES

Não há

EXEMPLOS DE USO

- Documento relativo ao ato para fins de arquivamento no registro do comércio.



ANEXO V

Este Anexo V é parte integrante do “Prospecto da 1ª Distribuição Pública de Cotas da 1ª Série de Emissão do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II”

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO PAULISTA RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 2005, 2006 E 2007 E AOS TRIMESTRES ENCERRADOS EM 31 DE MARÇO DE 2007 E 2008

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



BANCO PAULISTA

SOCOPA - CORRETORA PAULISTA

Demonstrações Financeiras
Exercício 2005

Relatório da Diretoria

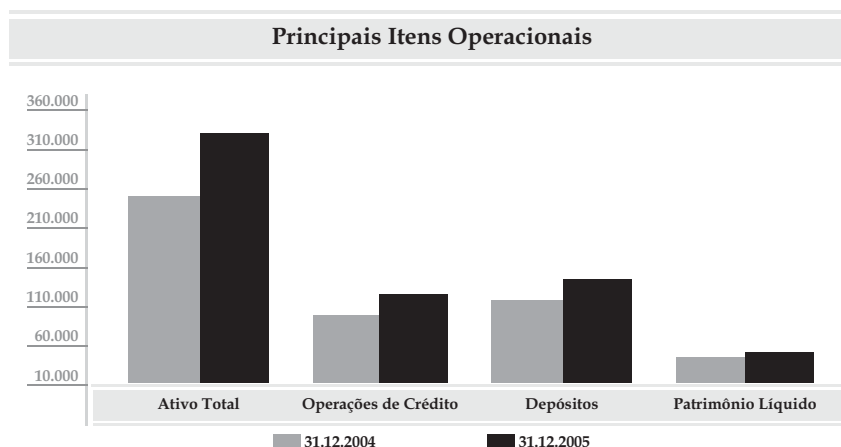
Apresentamos os destaques de nossas atividades no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 e as respectivas demonstrações financeiras e parecer dos auditores independentes. (*)

O Banco Paulista manteve seu foco de atuação voltado para o "middle market", procurando oferecer aos clientes produtos e serviços de qualidade. Seu esforço mercadológico tem se concentrado na ampliação da base de clientes, com diversificação e pulverização de riscos.

Neste exercício o Banco continuou buscando o incremento das operações da carteira de câmbio, tendo se mantido entre os maiores bancos em volume de operações em moeda estrangeira - no mercado primário - e em quantidade de operações (fonte: Banco Central do Brasil). Ao mesmo tempo procurou dar forte impulso às operações de crédito pessoal consignado para aposentados e pensionistas do INSS, para funcionários públicos federais, estaduais e municipais e para empregados de empresas privadas.

Em 31 de dezembro de 2005 os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" somavam R\$ 10.332 mil (2004 - R\$ 8.003 mil). Em consonância com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - Circular nº 3.068 de 8/11/2001 - esta Administração declara que a instituição tem capacidade financeira para manutenção dos títulos classificados naquela categoria.

Os principais itens operacionais apresentam a seguinte evolução (em R\$ mil):



Agradecemos o apoio e a confiança de nossos clientes, funcionários e colaboradores.

A Diretoria

(*) As demonstrações financeiras completas, com suas notas explicativas, auditadas pela KPMG Auditores Independentes, foram publicadas no jornal "O Estado de São Paulo" e no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", em 22 de fevereiro de 2006.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

ATIVO	Paulista		Paulista Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Circulante	270.279	211.854	291.819	236.828
Disponibilidades	7.510	1.255	7.514	1.294
Em moeda nacional	518	641	522	680
Em moeda estrangeira	6.992	614	6.992	614
Aplicações interfinanceiras de liquidez	36.192	15.234	36.192	15.234
Aplicações em operações compromissadas	35.233	13.381	35.233	13.381
Aplicações em depósitos interfinanceiros	959	1.853	959	1.853
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	86.681	85.238	89.611	87.978
Carteira própria - livres	26.241	30.740	26.241	33.112
Vinculados a operações compromissadas	53.185	47.320	53.185	47.320
Vinculados ao Banco Central	1.312	1.210	1.312	1.210
Instrumentos financeiros derivativos	8	5	8	244
Vinculados a prestação de garantias	5.935	5.963	8.865	6.092
Relações interfinanceiras	347	604	347	604
Créditos vinculados	347	604	347	604
Operações de crédito	91.158	77.318	91.158	77.318
Operações de crédito - setor privado	94.772	81.292	94.772	81.292
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.614)	(3.974)	(3.614)	(3.974)
Outros créditos e outros valores e bens	48.391	32.205	66.997	54.400
Carteira de câmbio	41.066	28.411	41.066	28.411
Rendas a receber	177	3	972	658
Negociação e intermediação de valores	-	-	16.640	20.461
Imposto de renda a compensar	1.099	1.139	2.233	2.131
Créditos tributários	1.767	1.895	1.767	1.895
Diversos	4.634	1.009	4.698	1.107
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(352)	(252)	(379)	(263)
Realizável a longo prazo	23.908	7.650	24.744	8.328
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	4.718	6.305	4.718	6.305
Vinculados a prestação de garantias	4.718	6.305	4.718	6.305
Operações de crédito	17.355	494	17.355	494
Operações de crédito - setor privado	18.043	519	18.043	519
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(688)	(25)	(688)	(25)
Outros créditos e outros valores e bens	1.835	851	2.671	1.529
Créditos tributários	722	382	722	382
Diversos	1.113	469	1.949	1.147
Permanente	29.160	24.583	19.196	16.206
Investimentos	26.439	22.295	16.085	13.611
Participação em controlada no país	25.763	21.644	-	-
Outros investimentos	676	651	16.085	13.611
Imobilizado	2.721	2.288	3.111	2.595
Imóveis de uso	2.792	2.792	2.792	2.792
Outras imobilizações de uso	3.529	2.690	4.850	3.808
Depreciações acumuladas	(3.600)	(3.194)	(4.531)	(4.005)
Total do ativo	323.347	244.087	335.759	261.362

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Paulista		Paulista Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Circulante	236.741	167.495	247.542	183.581
Depósitos	107.044	88.121	91.725	74.849
Depósitos à vista	12.145	10.171	12.036	10.003
Depósitos interfinanceiros	22.437	21.089	7.227	7.985
Depósitos a prazo	72.446	56.852	72.446	56.852
Depósitos para investimentos	16	9	16	9
Obrigações por operações compromissadas	69.141	47.208	69.141	47.208
Captações no mercado aberto				
Carteira própria	53.139	47.208	53.139	47.208
Carteira de terceiros	16.002	-	16.002	-
Relações interdependências e interfinanceiras	239	20	239	20
Recursos em trânsito de terceiros	239	20	239	20
Obrigações por empréstimos e repasses	25.129	11.400	25.129	11.400
Empréstimos no exterior	25.092	11.071	25.092	11.071
Repasses do país instituições oficiais	37	39	37	39
Repasses do exterior	-	290	-	290
Outras obrigações	35.188	20.746	61.308	50.104
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	50	43	50	43
Carteira de câmbio	29.456	17.889	29.456	17.889
Fiscais e previdenciárias	907	1.004	2.083	2.454
Negociação e intermediação de valores	-	-	23.863	26.742
Diversas	4.775	1.810	5.856	2.976
Exigível a longo prazo	40.532	35.937	42.143	37.126
Depósitos	34.749	25.213	34.749	25.213
Depósitos a prazo	34.749	25.213	34.749	25.213
Obrigações por empréstimos e repasses	-	6.672	-	6.672
Repasses do país - instituições oficiais	-	36	-	36
Repasses do exterior	-	6.636	-	6.636
Outras obrigações	5.783	4.052	7.394	5.241
Fiscais e previdenciárias	5.783	4.052	7.394	5.241
Patrimônio líquido	46.074	40.655	46.074	40.655
Capital social - domiciliados no país	31.000	26.140	31.000	26.140
Aumento de capital	1.300	4.860	1.300	4.860
Reserva de capital	95	76	95	76
Reservas de lucros	1.422	1.067	1.422	1.067
Lucros acumulados	12.257	8.512	12.257	8.512
Total do passivo	323.347	244.087	335.759	261.362

Demonstrações de Resultados

(Em milhares de reais)

		Paulista		Paulista Consolidado	
	Semestre	Exercícios findos em 31 de Dezembro			
	findo em 31 de				
	Dezembro de 2005	2005	2004	2005	2004
Receitas da intermediação financeira	30.404	53.514	42.184	55.771	44.176
Operações de crédito	17.114	29.044	18.312	29.063	18.395
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	10.585	21.049	16.972	22.139	18.218
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(32)	(53)	2	1.092	663
Resultado de operações de câmbio	2.737	3.474	6.898	3.477	6.900
Despesas da intermediação financeira	(18.724)	(32.931)	(25.695)	(30.611)	(23.861)
Operações de captações no mercado	(16.378)	(30.245)	(20.554)	(27.808)	(18.698)
Empréstimos, cessões e repasses	(1.286)	(1.361)	(2.847)	(1.361)	(2.847)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.060)	(1.325)	(2.294)	(1.442)	(2.316)
Resultado bruto da intermediação financeira	11.680	20.583	16.489	25.160	20.315
Outras receitas (despesas) operacionais	(7.489)	(12.927)	(8.694)	(16.552)	(11.423)
Receita de prestação de serviços	3.483	6.480	4.160	28.020	23.827
Despesas de pessoal	(5.458)	(10.486)	(9.555)	(16.809)	(15.480)
Outras despesas administrativas	(5.282)	(9.101)	(5.060)	(24.567)	(18.137)
Despesas tributárias	(1.696)	(2.965)	(2.456)	(5.691)	(5.131)
Resultado de participação em controlada	2.192	4.119	3.679	-	-
Outras receitas operacionais	100	621	1.256	4.113	4.323
Outras despesas operacionais	(828)	(1.595)	(718)	(1.618)	(825)
Resultado operacional	4.191	7.656	7.795	8.608	8.892
Resultado não operacional	26	55	48	55	48
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	4.217	7.711	7.843	8.663	8.940
Imposto de renda e contribuição social	318	(263)	(69)	(1.172)	(1.138)
Provisão para imposto de renda	(141)	(415)	(351)	(1.088)	(1.129)
Provisão para contribuição social	9	(80)	(123)	(316)	(414)
Ativo fiscal diferido	450	232	405	232	405
Participação no lucro	(232)	(347)	(406)	(390)	(434)
Lucro líquido do semestre/exercício	4.303	7.101	7.368	7.101	7.368
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social - R\$	36,33	59,95	62,90		

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

	Capital	Aumento	Reserva	Reservas	Lucros	Total
	Realizado	de Capital	de Capital	de Lucros -	Acumulados	
			Subvenção	Legal		
			para			
			Investimento			
Saldos em 31 de dezembro de 2003	26.140	-	52	699	7.979	34.870
Aumento de capital						
Com lucros	-	3.660	-	-	(3.660)	-
Em espécie	-	1.200	-	-	-	1.200
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	24	-	-	24
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.368	7.368
Destinações do lucro						
Reserva legal	-	-	-	368	(368)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(2.807)	(2.807)
Saldos em 31 de dezembro de 2004	26.140	4.860	76	1.067	8.512	40.655
Aprovação do Aumento de Capital	4.860	(4.860)	-	-	-	-
Aumento de capital em espécie	-	1.300	-	-	-	1.300
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	19	-	-	19
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.101	7.101
Destinações do lucro						
Reserva legal	-	-	-	355	(355)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(3.001)	(3.001)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	31.000	1.300	95	1.422	12.257	46.074
Saldos em 30 de junho de 2005	31.000	-	99	1.207	11.170	43.476
Aumento de capital em espécie	-	1.300	-	-	-	1.300
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	(4)	-	-	(4)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	4.303	4.303
Destinações do lucro						
Reserva legal	-	-	-	215	(215)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(3.001)	(3.001)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	31.000	1.300	95	1.422	12.257	46.074

Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

(Em milhares de reais)

		Paulista		Paulista Consolidado	
	Semestre findo em 31 de Dezembro de 2005	Exercícios findos em 31 de Dezembro			
		2005	2004	2005	2004
Origens dos recursos	319.069	79.132	73.377	75.916	77.110
Lucro líquido do semestre/exercício	4.303	7.101	7.368	7.101	7.368
Ajustes ao lucro líquido	(1.911)	(3.592)	(3.254)	(1.801)	(1.404)
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	-	(2.449)	(1.987)
Resultado de participação em controlada	(2.192)	(4.119)	(3.679)	-	-
Depreciação	281	527	425	648	583
Recursos dos acionistas					
Aumento de capital em espécie	1.300	1.300	1.200	1.300	1.200
Recursos de terceiros originários de:					
Aumento dos subgrupos do passivo	26.314	73.841	61.390	68.978	63.273
Depósitos	14.807	28.459	27.520	26.412	24.510
Obrigações por operações compromissadas	11.265	21.933	30.629	21.933	30.629
Relações interfinanceiras e interdependências	-	219	-	219	-
Obrigações por empréstimos e repasses	242	7.057	2.123	7.057	2.123
Outras obrigações	-	16.173	1.118	13.357	6.011
Redução dos subgrupos do ativo	288.990	402	6.553	258	6.553
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.666	-	5.265	-	5.265
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	144	-	-	-
Relações interfinanceiras e interdependências	227	258	1.288	258	1.288
Outros créditos e outros valores e bens	281.097	-	-	-	-
Alienação de bens	73	80	120	80	120
Imobilizado de uso	73	80	120	80	120
Aplicações de recursos	314.940	72.877	74.481	69.696	78.278
Juros sobre capital próprio	3.001	3.001	2.807	3.001	2.807
Inversões em:	612	1.047	602	1.250	716
Investimentos	-	6	25	6	25
Imobilizado de uso	612	1.041	577	1.244	691
Aumento dos subgrupos do ativo	28.835	68.829	70.366	65.445	73.702
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	20.958	-	20.958	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	18.283	-	56.550	47	58.389
Operações de crédito	10.552	30.701	9.839	30.700	9.839
Outros créditos e outros valores e bens	-	17.170	3.977	13.740	5.474
Redução dos subgrupos do passivo	282.492	-	706	-	1.053
Relações interfinanceiras e interdependências	477	-	706	-	706
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	-	347
Outras obrigações	282.013	-	-	-	-
Aumento/(redução) das disponibilidades	4.129	6.255	(1.104)	6.220	(1.168)
Modificações na posição financeira					
Disponibilidades:					
No início do semestre/exercício	3.381	1.255	2.359	1.294	2.462
No fim do semestre/exercício	7.510	7.510	1.255	7.514	1.294
Aumento/(redução) das disponibilidades	4.129	6.255	(1.104)	6.220	(1.168)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Paulista S.A. é uma sociedade de capital fechado, constituído sob a forma de banco comercial. Seu foco de atuação é concentrado em operações de crédito para pessoas jurídicas, CDC consignado, financiamento de veículos e em operações de câmbio, basicamente em operações de comércio exterior e financeiro. Através de sua subsidiária integral Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. atua na intermediação de operações junto à bolsas de Valores de São Paulo - Bovespa, de Mercadorias & Futuros - BM&F e na administração de fundos e clubes de investimento.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco Paulista S.A. (Paulista) e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Paulista S.A. e sua controlada integral Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. (Consolidado) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes emanadas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e os valores das transações entre o Paulista e a empresa Controlada foram eliminados.

Os títulos e valores mobiliários, que de acordo com a Circular nº 3068/01 do Bacen foram classificados em "títulos para negociação", estão sendo apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Essas demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas utilizadas na obtenção de determinados saldos contábeis tais como, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para passivos contingentes e a mensuração de determinados ativos a valor de mercado. Os saldos efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

3) DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS E CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

a. Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência considerando-se o critério pro rata dia. As operações de natureza financeira são atualizadas pelo método exponencial, com exceção das operações com títulos descontados e operações relacionadas com o exterior, cujo método de atualização é linear. Estão atualizadas até a data do balanço as operações pós-fixadas e aquelas em moedas estrangeiras.

b. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados e valorizados conforme segue:

- **Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de serem ativos e freqüentemente negociados, registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado, tendo como contrapartida o resultado do período.
- **Títulos disponíveis para venda** - Títulos que podem ser negociados, contudo não adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados, sendo registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado, tendo como contrapartida conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de manter-se em carteira até seu vencimento, considerando a capacidade financeira da instituição, registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e quando de algum indicativo de perda definitiva, constituído provisão para perdas

c. Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos onde o banco atua fundamentalmente como intermediário, têm os valores a receber ou pagar registrados em outros créditos/outras obrigações, sendo valorizados de acordo com o prazo de fluência da operação.

As operações com instrumentos financeiros derivativos próprios, são classificadas de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não, conforme Circular nº 3082 do Bacen. Os instrumentos financeiros, de acordo com a referida circular, são valorizados tomando-se por base seu valor de mercado.

d. Operações de crédito

As operações de crédito são registradas pelo seu valor de realização e valorizadas com base no indexador e na taxa contratada da operação, sendo suas rendas reconhecidas pro rata dia em resultado. As operações com atraso superior a 60 dias são valorizadas da mesma forma, sendo que as receitas são registradas em rendas a apropriar.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída observando-se os parâmetros definidos pela Resolução nº 2.682 do Bacen, que determina:

- A classificação das operações em nove diferentes níveis de riscos (AA - H), que levam em consideração o valor das operações, as garantias existentes, as características dos clientes, o nível de atraso das operações, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, entre outros fatores;
- As operações de crédito em atraso classificadas em "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial;
- As operações renegociadas são mantidas no nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas em "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando de seu efetivo recebimento; e
- A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é apurada levando-se em consideração a classificação das operações de crédito em seus respectivos níveis de risco e é julgada, pela Administração, com base em sua experiência passada, conjuntura econômica e os riscos globais da carteira, suficiente para cobrir as prováveis perdas.

e. Imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, bem como a provisão para imposto de renda e contribuição social e demais impostos e contribuições foram constituídos tomando-se por base a legislação vigente e as seguintes alíquotas:

- Imposto de renda - 10%
- Adicional de imposto de renda - 15%
- PIS - 0,65%
- COFINS - 4%
- Contribuição social sobre o lucro líquido - 9%

f. Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, em base pro rata dia.

g. Permanente

Demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação em sociedade controlada, avaliada pelo método da equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, como segue: imóveis de uso - 4%, sistemas de processamento de dados e de transporte - 20% e demais contas - 10%.
- Os títulos patrimoniais das bolsas de valores e de mercadorias são demonstrados como outros investimentos ao valor nominal, atualizados pelos valores fornecidos pelas bolsas, e registrados em contrapartida de reserva de capital no patrimônio líquido.

h. Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos no exterior

Estão demonstrados pelo valor da exigibilidade e incluem, quando aplicável, os encargos até a data do balanço, reconhecidos de forma pro rata dia.

i. Outros passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos dos encargos e das variações monetárias em base pro rata dia incorridos.

As provisões para perdas em processos judiciais são constituídas considerando-se a opinião dos assessores jurídicos do Banco, a natureza das ações, sua complexidade, o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante e a experiência da Administração. Dessa forma, a Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas prováveis nos respectivos processos judiciais.

4) CONTROLES DE GERENCIAMENTO DE RISCO

A administração do Paulista adota políticas consideradas conservadoras. Neste contexto, quando necessário, os riscos são tratados conforme abaixo descrito:

a. Risco de mercado

O Paulista utiliza a metodologia "value-at-risk" para mensurar o risco de mercado (taxas de juros). Essa metodologia é baseada em técnicas de simulação e análise dos cenários. O "value-at-risk" é calculado diariamente, considerando todos os ativos expostos à variação das taxas de juros. Os cenários históricos utilizados permitem a correlação entre os ativos e as suas classes. No caso de taxas de juros tem sido utilizado o modelo previsto pelo Banco Central do Brasil (Circular nº 2.972).

b. Risco de crédito

O Paulista adota um conjunto rigoroso de procedimentos de análise de crédito e classificação de riscos, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento, natureza de suas operações, nas garantias prestadas, cronograma da dívida, qualidade dos ativos e cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor econômico, mercado, especialização, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. A aprovação dos créditos é de competência do Comitê de Crédito - formado por membros da Diretoria Executiva e da alta gerência. Os créditos são acompanhados e revisados constantemente.

c. Risco de liquidez

O Paulista mantém uma forte estrutura de capital, com baixo grau de alavancagem e alta liquidez. Ainda, protegendo a liquidez o Paulista zela por uma elevada diversificação e baixa concentração de valores, de devedores e depositantes.

d. Limites operacionais

O Banco Paulista apura seus limites de patrimônio líquido exigido de forma consolidada, dentro dos parâmetros previstos na Resolução nº 2.099 de 17 de agosto de 1994 do Banco Central do Brasil e normativos posteriores. A relação entre o patrimônio líquido apurado na forma consolidada e o total dos ativos ponderados é de 24,48%.

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (PAULISTA E CONSOLIDADO)
a. Títulos e valores mobiliários

Por natureza e faixas de vencimento:

Títulos	Títulos a Valores Contábeis					
	Sem Vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	2005	Total 2004
Títulos para Negociação	6	63.981	17.073	-	81.059	83.535
Letras Financeiras do Tesouro	-	63.981	17.073	-	81.053	83.499
Ações de Companhias Abertas	6	-	-	-	6	36
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	5.613	2.236	2.482	10.332	8.003
Letras Financeiras do Tesouro	-	5.613	2.236	2.482	10.332	8.003
Total Paulista	6	69.594	19.309	2.482	91.391	91.538
Títulos para Negociação de Empresa Controlada	-	-	2.930	-	2.930	1.778
Fundos de Interm. Financeira - BM&F	-	-	-	-	-	495
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	2.930	-	2.930	1.202
Ações de Companhias Abertas	-	-	-	-	-	81
Títulos Mantidos até o Vencimento de Empresa Controlada	-	-	-	-	-	723
Certificados de Depósito Bancário	-	-	-	-	-	723
Total Consolidado	6	69.594	22.239	2.482	94.321	94.039

Por natureza, valor do custo de aquisição e de mercado e parâmetros utilizados:

Títulos	Consolidado		
	Custo de Aquisição (a)	Valor de Mercado (b)	Ajuste a Valor de Mercado
Títulos para Negociação	83.921	83.989	68
Letras Financeiras do Tesouro - Carteira Própria	24.418	24.434	16
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculados a Compromissos de Recompra	53.174	53.185	11
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculados ao Banco Central	1.299	1.312	13
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculados à Prestação de Garantias	5.024	5.052	28
Ações de Companhias Abertas - Carteira Própria	6	6	-
Títulos Mantidos até o Vencimento (c)	10.332	10.299	(32)
Letras Financeiras do Tesouro - Carteira Própria	1.801	1.801	1
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculados à Prestação de Garantias	8.531	8.498	(33)

(a) Nos casos de títulos de renda fixa, refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e no caso das ações custo de aquisição.

(b) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido através dos preços do mercado secundário divulgados pela ANDIMA; o das ações pela cotação média disponível no último pregão do mês ou, na falta desta, a cotação mais recente em pregões anteriores publicados no Boletim Diário de cada Bolsa.

(c) A classificação na categoria mantidos até o vencimento está condicionada à capacidade financeira do Paulista em mantê-los até o resgate. A decisão da Administração, está baseada no fluxo de caixa projetado e no seu alto nível de liquidez. O ajuste a valor de mercado é meramente informativo, não estando registrado na contabilidade, nos termos da Circular Bacen nº 3.068/01.

b. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender às necessidades de seus clientes.

Em 31 de dezembro de 2005 as operações de "swap", que possuem vencimento em até um ano, estavam distribuídas conforme abaixo:

Tipo	Paulista e Consolidado		Paulista Consolidado	
	Posição Própria		Intermediação - Posição de Terceiros	
	Valor Original do Contrato	Valor a Receber (Mercado)	Valor Original do Contrato	Valor a Receber
Ativo				
DI	1.000	985	110.084	138.094
DOL	1.000	1.050	31.084	28.146
IGPM	-	-	29.000	35.271
PRÉ	12.529	12.591	50.000	57.549
Subtotal	14.529	14.626	220.168	259.060
Passivo				
DI	13.529	13.589	110.084	138.094
DOL	1.000	1.029	31.084	28.146
IGPM	-	-	29.000	35.248
PRÉ	-	-	50.000	57.485
Subtotal	14.529	14.618	220.168	258.973
Total	-	8	-	87

6) OPERAÇÕES DE CRÉDITO (PAULISTA E CONSOLIDADO)
a. Composição da carteira de crédito por tipo de operações e prazos de vencimento

Níveis de Risco	Parcelas Vencidas (1)	A vencer				Total de Operações 2005	Total de Operações 2004
		1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Operações de Crédito	1.421	64.545	13.390	15.416	18.043	112.815	81.810
Empréstimos	790	38.173	6.921	3.566	1.626	51.076	42.607
Conta Garantida	212	16.675	659	-	-	17.546	26.880
CDC	300	5.330	4.710	7.811	14.271	32.422	2.698
Duplicatas	4	597	-	-	-	601	1.095
Notas Promissórias	-	701	-	-	-	701	433
Resolução 63	-	-	-	-	-	-	3.371
Financiamentos - Finame	-	38	-	-	-	38	76
Aquisição de Direitos							
Cred. c/ Coobrigação	105	616	573	890	943	3.127	246
Vendor	-	-	-	-	-	-	105
Compror	-	474	-	-	-	474	82
Financiamento de Veículos	10	354	326	560	1.202	2.452	76
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	-	1.587	201	2.589	-	4.377	3.319
Financiamentos Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	822
Outros Créditos	-	-	-	-	1	1	-
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	25	9.103	1.744	-	-	10.872	11.690
Total Operações com Característica de Concessão de Crédito	1.446	73.648	15.134	15.416	18.043	123.687	93.500
Avais e Fianças (2)		4.097	1.392	11.979	298	17.766	17.550
Total com Avais e Fianças	1.446	77.745	16.526	27.395	18.341	141.453	111.050

(1) Parcelas vencidas a partir de quinze dias.

(2) Contabilizados em Contas de Compensação.

b. Composição da carteira de operações de crédito e da provisão para perdas nos correspondentes níveis de risco

<u>Nível de Risco</u>	<u>Crédito de</u> <u>Curso Normal</u>	<u>Crédito de</u> <u>Curso Anormal (1)</u>	<u>Saldo Total</u> <u>2005</u>	<u>Saldo Total</u> <u>2004</u>	<u>Provisões</u> <u>2005</u>	<u>Provisões</u> <u>2004</u>
AA	-	-	-	-	-	-
A	15.307	-	15.307	3.546	77	17
B	60.698	1.074	61.772	38.233	927	972
C	35.313	3.603	38.916	47.125	1.557	1.692
D	4.673	59	4.732	2.765	473	280
E	1.626	62	1.688	312	506	94
F	47	27	74	388	37	194
G	354	48	402	432	281	303
H	5	791	796	699	796	699
Total	118.023	5.664	123.687	93.500	4.654	4.251

(1) Contratos com parcelas vencidas a partir de quinze dias.

c. Composição da carteira de crédito por tipo de cliente e atividade econômica

	<u>2005</u>		<u>2004</u>	
	<u>Operações</u> <u>de Crédito</u>	<u>Participação</u> <u>no Total</u>	<u>Operações</u> <u>de Crédito</u>	<u>Participação</u> <u>no Total</u>
Pessoa Física	38.619	31,2%	4.891	5,2%
Pessoa Jurídica	85.068	68,8%	88.609	94,8%
Indústria	56.493	45,7%	49.104	52,5%
Comércio	6.097	4,9%	9.767	10,5%
Outros Serviços	22.478	18,2%	29.738	31,8%
Total	123.687	100,0%	93.500	100,0%

d. Movimentação da provisão para operações de crédito

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Saldo Inicial da Provisão	4.251	2.472
(+) Adições	1.325	2.294
(-) Baixas	(922)	(515)
Saldo Final da Provisão	4.654	4.251

e. Risco de crédito por cliente (maiores devedores)

	<u>2005</u>		<u>2004</u>	
	<u>Valor</u>	<u>% Carteira</u>	<u>Valor</u>	<u>% Carteira</u>
Maior	5.636	4,6	5.518	5,9
10 maiores	35.945	29,1	27.633	29,6
20 maiores	50.501	40,8	41.586	44,5

f. Montante de operações renegociadas e recuperadas

Em 31 de dezembro de 2005, o montante de operações de crédito renegociadas era de R\$ 92 (R\$ 1.051 - 2004).

Neste exercício, foram recuperados créditos, anteriormente baixados contra provisão, no montante de R\$ 328 (R\$ 69 - 2004).

7) OUTROS CRÉDITOS E OUTROS VALORES E BENS
a. Carteira de câmbio (Paulista e Consolidado)

	<u>2005</u>		<u>2004</u>	
	<u>Outros</u> <u>Créditos</u>	<u>Outras</u> <u>Obrigações</u>	<u>Outros</u> <u>Créditos</u>	<u>Outras</u> <u>Obrigações</u>
Câmbio comprado a liquidar	33.722	-	20.288	-
Direitos sobre venda de câmbio	7.481	-	8.716	-
Câmbio vendido a liquidar	-	7.237	-	8.701
Obrigações por compra de câmbio	-	33.035	-	20.813
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	(194)	-	(614)	-
Adiantamentos sobre contrato de câmbio	-	(10.816)	-	(11.668)
Outros	57	-	21	43
	41.066	29.456	28.411	17.889

Do saldo de adiantamentos sobre contrato de câmbio, R\$ 9.651 (2004 - R\$ 8.269) referem-se a letras entregues e R\$ 1.165 (2004 - R\$ 3.399) a mercadorias embarcadas (letras a entregar).

b. Negociação e intermediação de valores (Consolidado)

	2005		2004	
	<u>Outros</u> <u>Créditos</u>	<u>Outras</u> <u>Obrigações</u>	<u>Outros</u> <u>Créditos</u>	<u>Outras</u> <u>Obrigações</u>
Caixa de registro e liquidação	10.793	6.372	11.753	325
Devedores/credores - conta "liquidações pendentes"	5.760	16.864	8.708	25.752
Oper. com ativos financ.a liquidar	-	162	-	191
Intermediação de swap	87	-	-	-
Comissões e corretagens a pagar	-	465	-	474
Total	16.640	23.863	20.461	26.742

c. Outros créditos diversos (Paulista e Consolidado)

Outros créditos diversos no ativo circulante e realizável a longo prazo representam, basicamente, devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 1.113 - consolidado R\$ 1.949 (2004 - R\$ 469 - consolidado R\$ 1.125), impostos e contribuições a compensar no montante de R\$ 1.099 - consolidado R\$ 2.233 (2004 - R\$ 1.139 - consolidado R\$ 2.131) e despesas antecipadas R\$ 2.795 (comissões amortizadas pelo prazo dos contratos de crédito).

8) INVESTIMENTOS
a. Participação em sociedade controlada Socopa Sociedade Corretora Paulista S.A.

(1) Informações sobre a controlada

	2005	2004
Capital social	7.540	7.540
Patrimônio líquido	25.763	21.644
Lucro líquido do exercício	1.670	1.693
Atualização dos títulos patrimoniais	2.449	1.986
Quantidade de ações possuídas	1.200	1.200
Participação - %	100	100

No Paulista o resultado de equivalência patrimonial contempla a participação no resultado e a atualização dos títulos patrimoniais da Controlada. No Consolidado a atualização dos títulos patrimoniais foi reclassificada para "Outras Receitas Operacionais"

b. Outros investimentos (Consolidado)

Representados, principalmente, por títulos patrimoniais da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), no montante de R\$ 5.748 (2004 - R\$ 4.680), da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) R\$ 7.595 (2004 - R\$ 6.510) e de ações da Companhia Brasileira de Ações e Custódia (CBLC) R\$ 1.872 (2004 - R\$ 1.596) e da Câmara de Liquidação e Custódia (CETIP) R\$ 402 (2004 - R\$ 364).

9) DEPÓSITOS (PAULISTA E CONSOLIDADO)
Maiores depositantes (por grupo econômico)

	2005		2004	
	<u>À Vista</u>	<u>A Prazo</u>	<u>À Vista</u>	<u>A Prazo</u>
Maior	2.602	17.727	1.256	18.740
10 maiores	7.200	62.979	4.590	53.480
20 maiores	8.474	80.831	6.074	65.992

Faixas de Vencimento

<u>Descrição</u>	<u>Sem</u> <u>Vencimento</u>	<u>1 a</u> <u>90 dias</u>	<u>91 a</u> <u>180 dias</u>	<u>181 a</u> <u>360 dias</u>	<u>Acima de</u> <u>360 dias</u>	2005	2004
Depósitos	12.161	51.414	26.681	16.788	34.749	141.793	113.334
À Vista	12.145	-	-	-	-	12.145	10.171
A Prazo	-	30.145	26.681	15.620	34.749	107.195	82.065
Interfinanceiros	-	21.269	-	1.168	-	22.437	21.089
Outros	16	-	-	-	-	16	9

10) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES DO EXTERIOR (PAULISTA E CONSOLIDADO)

Os empréstimos no exterior de pré-exportação, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio de compra de moedas estrangeiras relativas a adiantamentos sobre contratos de câmbio, estão sujeitos a taxas de juros pré-fixadas de 5,5% a 7% ao ano (2004 - 8,5% a 10,5%). As obrigações por empréstimo têm vencimento, basicamente, até 24 de maio de 2006 (2004 - 25 de julho de 2005).

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES (PAULISTA E CONSOLIDADO)

Outras obrigações diversas no passivo circulante representam basicamente a provisão para pagamentos a efetuar no montante de R\$ 1.633 - consolidado R\$ 2.547 (2004 - R\$ 936 - consolidado R\$ 1.795) e provisão para passivos contingentes no montante de R\$ 437 - consolidado R\$ 588 (2004 - R\$ 162 - consolidado R\$ 287).

No exigível a longo prazo, outras obrigações fiscais e previdenciárias referem-se a provisões para processos fiscais em discussão.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social do Banco está representado por 118.445.000 (2004 - 117.145.000) ações nominativas, sem valor nominal, divididas em 59.573.500 (2004 - 58.572.500) ações ordinárias e 59.572.500 (2004 - 58.572.500) ações preferenciais.

Conforme Assembléia Geral Extraordinária de 16 de dezembro de 2005 foi deliberada a elevação do capital social de R\$ 31.000 para R\$ 32.300 com integralização em dinheiro pelos acionistas. Esse aumento de capital está em processo de aprovação pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade na distribuição de dividendos. Às ações de qualquer espécie é atribuído um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária brasileira. Em 16 de dezembro de 2005 foram pagos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 3.001, deduzido o imposto de renda na fonte de R\$ 450. Tendo em vista o pagamento de juros sobre capital próprio, não está sendo proposta a distribuição de dividendos.

13) CONTAS DE RESULTADO NO EXERCÍCIO

Outras Despesas Administrativas

	2005		2004	
	Paulista	Consolidado	Paulista	Consolidado
Aluguéis	227	787	275	785
Comunicações	695	1.785	635	1.598
Materiais	273	657	227	634
Processamento de Dados	1.280	2.915	1.339	2.589
Sistema Financeiro	486	7.015	439	6.153
Serviços Técnicos Especializados	3.215	7.399	1.141	4.225
Transportes	360	627	468	707
Outras	2.565	3.382	536	1.446
Total	9.101	24.567	5.060	18.137

Outras receitas e despesas operacionais referem-se, principalmente, a variações monetárias e cambiais e receita de recuperação de encargos e despesas. Outras receitas operacionais no consolidado incluem, também, receita de bônus concedido pela BOVESPA e BM&F sobre o volume operado.

O resultado não operacional refere-se a lucros na alienação de valores e bens.

14) IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (PAULISTA)

a. Demonstração da apuração do imposto de renda e da contribuição social

Exercício findo em 31.12.2005

	2005		2004	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social deduzidos das participações	7.364	7.364	7.437	7.437
Equivalência patrimonial da controlada	(4.119)	(4.119)	(3.680)	(3.680)
Juros sobre capital próprio	(3.001)	(3.001)	(2.807)	(2.807)
Outras adições e exclusões	1.938	629	(503)	(748)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	397	397	1.752	1.752
Compensação de prejuízos fiscais	(774)	-	(660)	-
Base negativa de contribuição social	-	(381)	-	(587)
Base de cálculo	1.805	889	1.539	1.367
IRPJ e CS apurados	427	80	360	123
Deduções incentivos fiscais	(13)	-	(9)	-
IRPJ e CS provisionados	415	80	351	123

b. Origem e expectativa de realização dos créditos tributários

Com base em estudo técnico da Administração, a expectativa de realização por exercício é a seguinte:

Diferenças Temporárias	Expectativa de Realização					Saldo	Valor
	2006	2007	2008	2009	2010	2005	Presente
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.549	-	-	-	-	1.549	1.321
Passivos contingentes	-	-	88	-	634	722	342
Prejuízo Fiscal exercício 1999	134	-	-	-	-	134	114
Base negativa de CSSL 1999	22	-	-	-	-	22	19
CSSL - MP 2.158-35 - artigo 8º	63	-	-	-	-	63	53
Total	1.768	-	88	-	634	2.490	1.849

O valor presente do crédito tributário é calculado com base na taxa média de Captação de CDI/SELIC. Mês de dezembro de 2005 de 17,20% a.a.

c. Movimentação

	2005	2004
Saldo no início do exercício	2.276	1.913
Adições de passivos contingentes	321	28
Provisão para crédito de liquidação duvidosa, Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSSL	(89)	376
Efeitos MP. 2.158-35 - art. 8º	(19)	(41)
Saldo no fim do exercício	2.489	2.276
Representatividade créditos tributários/Patrimônio Líquido (%)	5,4%	5,6%

15) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	2005	2004
Depósitos à vista	676	1.073
Depósitos interfinanceiros	15.209	13.104
Depósitos a Prazo	40.488	34.035
Valores a receber de sociedades ligadas	6	5

As operações com as partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco.

16) CUSTÓDIA DE VALORES (CONSOLIDADO)

Encontram-se custodiadas em bolsas de valores em nome de clientes, 5.872 mil ações (2004 - 10.081), registradas em conta de compensação pelo valor unitário referencial de R\$ 1,00 cada uma.

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a. O Banco é patrocinador de plano de aposentadoria complementar aos seus funcionários, administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A., na forma de contribuição definida. As contribuições no exercício totalizaram R\$ 1.565 (2004 - R\$ 946).

b. Desde janeiro de 2005 os fundos de investimento estão sendo administrados pela controlada, cujos patrimônios líquidos, em 31 de dezembro de 2005, totalizavam R\$ 22.175 (2004 - R\$ 6.280).

c. As operações decorrentes de contratos de cessão de crédito que foram efetuadas com cláusula de coobrigação montam R\$ 2.354.

Diretoria Executiva

ALVARO AUGUSTO VIDIGAL
Diretor-Presidente

HOMERO AMARAL JUNIOR
Diretor Vice-Presidente

EVERARDO PEDRO PALAMIM
Diretor

GERSON LUIZ MENDES DE BRITO
Diretor

TARCÍSIO RODRIGUES JOAQUIM
Diretor

GERSON LUIZ MENDES DE BRITO
Contador – CRC 1SP112144/O-0

Parecer dos Auditores Independentes

Aos
Diretores e Acionistas do
BANCO PAULISTA S.A.
São Paulo – SP

Examinamos os balanços patrimoniais do Banco Paulista S.A. e os balanços patrimoniais consolidados do Banco Paulista e sua controlada, levantados em 31 de dezembro de 2005 e 2004, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco e de sua controlada; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco e sua controlada, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Paulista S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Paulista e sua controlada em 31 de dezembro de 2005 e 2004, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



14 de fevereiro de 2006

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador – CRC 1SP167455/O-0



Relatório da Diretoria

O exercício de 2005 foi bastante positivo para a Socopa - Corretora Paulista, que cresceu em termos de participação de mercado. Mesmo com pequena redução no volume operado na BM&F, obteve um crescimento na receita total da ordem de 8%.

Em resumo, os números são os seguintes:

<u>Receitas</u>	<u>2004</u>	<u>% s/ Total</u>	<u>2005</u>	<u>% s/ total</u>	<u>Var %</u>
Bovespa	8.443.323	42,7%	9.243.857	43,4%	9,5%
BM&F	3.603.929	18,2%	3.065.710	14,4%	-14,9%
Aluguel	1.306.804	6,6%	2.086.063	9,8%	59,6%
Câmbio	4.965.194	25,1%	5.363.102	25,2%	8,0%
Outras	1.471.682	7,4%	1.528.145	7,2%	3,8%
Total	19.790.932	100,0%	21.286.877	100,0%	7,6%

A Socopa administrava, em dezembro de 2005, recursos de terceiros no total de R\$128,1 milhões, assim distribuídos:

<u>Recursos Adm.</u>	<u>2005</u>	<u>% s/ total</u>
Fundos	34.316.554,05	26,79%
Carteiras	12.785.646,07	9,98%
Clubes	81.005.452,37	63,23%
Total	128.107.652,49	100,00%

A imagem institucional se consolidou, através da participação da corretora em diversos eventos institucionais e da divulgação de seus trabalhos técnicos tanto pela imprensa especializada como pelas grandes empresas de comunicação nacional.

Agradecemos o apoio e a confiança de nossos clientes, funcionários e colaboradores.

A Diretoria

(*) As demonstrações financeiras completas, com suas notas explicativas, auditadas pela KPMG Auditores Independentes, foram publicadas no jornal "O Estado de São Paulo" e no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" em 22 de fevereiro de 2006".

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

	2005	2004
ATIVO		
Circulante	36.865	38.262
Disponibilidades	112	207
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.210	13.104
Aplicações em depósitos interfinanceiros	15.210	13.104
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.930	2.739
Livres	-	2.371
Vinculados à prestação de garantias	2.930	129
Instrumentos financeiros derivativos	-	239
Outros créditos e outros valores e bens	18.613	22.212
Rendas a receber	796	656
Negociação e intermediação de valores	16.640	20.461
Diversos	1.204	1.106
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(27)	(11)
Realizável a longo prazo	836	667
Outros créditos e outros valores e bens	836	667
Diversos	836	667
Permanente	15.799	13.266
Investimentos	15.409	12.960
Imobilizado de uso	390	306
Total do ativo	53.500	52.195
PASSIVO		
Circulante	26.126	29.362
Outras obrigações	26.126	29.362
Fiscais e previdenciárias	1.176	1.450
Negociação e intermediação de valores	23.863	26.742
Diversas	1.087	1.170
Exigível a longo prazo	1.611	1.189
Outras obrigações	1.611	1.189
Fiscais e previdenciárias	1.611	1.189
Patrimônio líquido	25.763	21.644
Capital social	7.540	7.540
Reserva de capital	13.059	10.610
Reserva de lucros	469	386
Lucros acumulados	4.695	3.108
Total do passivo	53.500	52.195

Demonstrações de Resultados

(Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31 de <u>Dezembro de 2005</u>	Exercícios findos em 31 de Dezembro <u>2005</u>	<u>2004</u>
Receitas da intermediação financeira	2.565	4.676	3.765
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.721	3.527	3.103
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	843	1.146	660
Resultado de operações de câmbio	1	3	2
Despesas da intermediação financeira	(95)	(118)	(23)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(95)	(118)	(23)
Resultado bruto da intermediação financeira	2.470	4.558	3.742
Outras receitas (despesas) operacionais	(957)	(1.936)	(953)
Receita de prestação de serviços	10.640	21.540	19.668
Despesas de pessoal	(3.236)	(6.323)	(5.925)
Outras despesas administrativas	(7.711)	(15.466)	(13.077)
Despesas tributárias	(1.371)	(2.726)	(2.676)
Outras receitas operacionais	735	1.062	1.164
Outras despesas operacionais	(14)	(23)	(107)
Resultado operacional	1.513	2.622	2.789
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.513	2.622	2.789
Imposto de renda e contribuição social	(563)	(909)	(1.068)
Provisão para imposto de renda	(420)	(673)	(777)
Provisão para contribuição social	(143)	(236)	(291)
Participação no lucro	(26)	(43)	(28)
Lucro líquido do semestre/exercício	924	1.670	1.693
Lucro por ação do capital social no fim do semestre/exercício - R\$	770,38	1.391,57	1.410,83

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva de Capital</u>	<u>Reserva de Lucros - Legal</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2003	7.540	8.624	301	1.500	17.965
Atualização de títulos patrimoniais	-	1.986	-	-	1.986
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.693	1.693
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	-	85	(85)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2004	7.540	10.610	386	3.108	21.644
Atualização de títulos patrimoniais	-	2.449	-	-	2.449
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.670	1.670
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	-	83	(83)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2005	7.540	13.059	469	4.695	25.763
Saldos em 30 de junho de 2005	7.540	11.791	423	3.817	23.571
Atualização de títulos patrimoniais	-	1.268	-	-	1.268
Lucro líquido do semestre	-	-	-	924	924
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	-	46	(46)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2005	7.540	13.059	469	4.695	25.763

Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

(Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31 de <u>Dezembro de 2005</u>	Exercícios findos em 31 de Dezembro	
		2005	2004
Origens de recursos	8.743	5.220	6.746
Lucro líquido do semestre/exercícios	924	1.670	1.693
Ajuste ao lucro líquido	62	120	157
Depreciação	62	120	157
Recursos de terceiros originários de			
Aumento do subgrupo do passivo	-	-	4.896
Outras obrigações	-	-	4.896
Diminuição dos subgrupos do ativo	7.757	3.430	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros			
derivativos	4.375	-	-
Outros créditos e outros valores e bens	3.382	3.430	-
Aplicações de recursos	8.733	5.315	6.650
Inversão em:	138	204	114
Imobilizado de uso	138	204	114
Aumento dos subgrupos do ativo	4.610	2.297	6.189
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	191	1.839
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.610	2.106	2.850
Outros créditos e outros valores e bens	-	-	1.500
Redução dos subgrupos do passivo	3.985	2.814	347
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	347
Outras obrigações	3.985	2.814	-
Aumento (redução) das disponibilidades	10	(95)	96
Modificações na posição financeira			
Disponibilidades			
No início do semestre/exercícios	102	207	111
No fim do semestre/exercícios	112	112	207
Aumento (redução) das disponibilidades	10	(95)	96

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Socopa – Sociedade Corretora Paulista S.A., é uma sociedade de capital fechado que atua de forma integrada com seu controlador Banco Paulista S.A., sendo suas principais operações a intermediação de negócios junto às bolsas de valores, de mercadorias e futuro e no mercado de balcão, bem como a distribuição de títulos e valores mobiliários, a intermediação de operações de câmbio e a administração de clubes e fundos de investimentos.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Socopa – Sociedade Corretora Paulista S.A. foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes emanadas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Essas demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas utilizadas na obtenção de determinados saldos contábeis tais como, a provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, a provisão para passivos contingentes e a mensuração de determinados ativos a valor de mercado. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência considerando-se o critério pro rata dia. As operações de natureza financeira são atualizadas pelo método exponencial. Estão atualizadas até a data do balanço as operações pós-fixadas.

b. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados e valorizados conforme segue:

- **Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado, tendo como contrapartida o resultado do período.
- **Títulos disponíveis para venda** - Títulos que podem ser negociados, contudo não adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado, tendo como contrapartida conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de manter-se em carteira até seu vencimento, considerando a capacidade financeira da instituição, registrados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço e quando de algum indicativo de perda definitiva, constituído provisão para perdas.

c. Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos onde a corretora atua fundamentalmente como intermediário, têm os valores a receber ou pagar registrados em outros créditos/outras obrigações, sendo valorizados de acordo com a fluência do prazo da operação.

d. Imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS (Ativo e Passivo)

A provisão para imposto de renda e contribuição social e demais impostos e contribuições foram constituídos tomando-se por base a legislação vigente e as seguintes alíquotas:

- Imposto de renda - 10%
- Adicional de imposto de renda - 15%
- PIS - 0,65%
- COFINS - 4%
- Contribuição social sobre o lucro líquido - 9%

e. Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, em base pro rata dia.

f. Permanente

Demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Os títulos patrimoniais das bolsas de valores e de mercadorias são demonstrados como outros investimentos ao valor nominal, atualizados pelos valores fornecidos pelas bolsas, e registrados em contrapartida de reserva de capital no patrimônio líquido.
- Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, como segue: imóveis de uso - 4%, sistemas de processamento de dados e de transporte - 20% e demais contas - 10%.

g. Outros passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis e acrescidos dos encargos e das variações monetárias em base pro rata dia.

As provisões para perdas em processos judiciais são constituídas considerando-se a opinião dos assessores jurídicos da corretora, a natureza das ações, sua complexidade, o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante e a experiência da Administração. Dessa forma, a Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas prováveis nos respectivos processos judiciais.

4) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a.1. Por natureza e faixa de vencimento

Títulos	Títulos a Valores Contábeis		
	De 1 a 3 anos	2005	Total 2004
Títulos para Negociação	2.930	2.930	1.777
Fundos de Interm. Financeira - BM&F	-	-	495
Letras Financeiras do Tesouro	2.930	2.930	1.202
Ações de Companhias Abertas	-	-	80
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	723
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	-	-	723
Total	2.930	2.930	2.500

a.2. Por natureza, valor do custo de aquisição e de mercado e parâmetros utilizados:

Titulos	Custo de Aquisição (a)	Valor de Mercado (b)	Ajuste a Valor de Mercado
Títulos para negociação			
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculados a Prestação de Garantias	2.921	2.930	9

(a) Refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(b) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido através dos preços do mercado secundário divulgados pela ANDIMA.

5) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Corretora opera como intermediária na contratação de instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender às necessidades de seus clientes.

Em 31 de dezembro de 2005 as operações de “swap”, que possuem vencimento em até um ano, estavam distribuídas conforme abaixo:

Tipo	Posição de Terceiros	
	Valor Original do Contrato	Valor a Receber
Ativo		
DI	110.084	138.094
DOL	31.084	28.146
IGPM	29.000	35.271
PRÉ	50.000	57.549
Subtotal	220.168	259.060
Passivo		
DI	110.084	138.094
DOL	31.084	28.146
IGPM	29.000	35.248
PRÉ	50.000	57.485
Subtotal	220.168	258.973
Total	-	87

6) OUTROS CRÉDITOS

a) Negociação e intermediação de valores

	2005		2004	
	Outros Créditos	Outras Obrigações	Outros Créditos	Outras Obrigações
Caixa de registro e liquidação	10.793	6.372	11.753	325
Devedores/credores – conta “liquidações pendentes”	5.760	16.864	8.708	25.752
Oper. com ativos financ. a liquidar	-	162	-	191
Operações com swap	87	-	-	-
Comissões e corretagens a pagar	-	465	-	474
Total	16.640	23.863	20.461	26.742

b) Diversos

Outros créditos - diversos representam, basicamente, devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 836 (2004 - R\$ 656) e impostos a compensar no montante de R\$ 1.134 (2004 - R\$ 978).

7) INVESTIMENTOS

Representados, principalmente, por títulos patrimoniais da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) no montante de R\$ 5.748 (2004 – R\$ 4.680), da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) R\$ 7.585 (2004 – R\$ 6.500) e de ações da Companhia Brasileira de Liquidações e Custódia (CBLC) R\$ 1.872 (2004 – R\$ 1.596). A atualização dos valores dos títulos patrimoniais, reconhecidos em reservas de capital, no exercício foi de R\$ 2.449 (2004 – R\$ 1.986).

8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

No passivo circulante, outras obrigações diversas representam, basicamente, pela provisão de férias no montante de R\$ 345 (2004 – R\$ 287), valores a pagar de assessoria técnica no montante de R\$ 287 (2004 – R\$ 280) e provisão para contingências trabalhistas no montante de R\$ 151 (2004 – R\$ 125).

No exigível a longo prazo, obrigações fiscais e previdenciárias referem-se processos fiscais em discussão.

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é representado por 1.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Aos acionistas é atribuído um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária. No exercício não foram provisionados dividendos.

10) OUTRAS CONTAS DE RESULTADO NO EXERCÍCIO

a. Outras despesas administrativas referem-se, substancialmente, a despesas de aluguéis R\$ 560 (2004 – R\$ 510), despesas de comunicação R\$ 1.089 (2004 – R\$ 963), despesas de processamento de dados R\$ 1.635 (2004 – R\$ 1.250), despesas com serviços do sistema financeiro R\$ 6.530 (2004 – R\$ 5.714), despesas com serviços técnicos especializados R\$ 4.184 (2004 – R\$ 1.411) e outras R\$ 1.468 (2004 – R\$ 3.229).

b. Outras receitas operacionais referem-se, principalmente, a recuperação de encargos e despesas no montante de R\$ 297 (2004 – R\$ 207), a bônus concedidos pela BOVESPA referente à campanha de estímulo ao aumento de negócios no montante de R\$ 420 (2004 – R\$ 244), a variações monetárias ativas no montante de R\$ 114 e a juros sobre capital recebidos no montante de R\$ 150 (2004 – R\$ 106).

11) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstração da apuração do imposto de renda e da contribuição social no exercício

	2005	2004
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social e Deduzidos das Participações	2.579	2.761
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	118	23
Outras adições e exclusões	144	479
Lucro Tributável	2.841	3.263
Imposto de renda e contribuição social apurados	909	1.098

12) TRANSAÇÕES COM A CONTROLADORA

	2005	2004
Disponibilidades	109	168
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.210	13.104
Valores a pagar a sociedades ligadas	6	5

As operações com a Controladora foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco.

13) CUSTÓDIA DE VALORES

Encontram-se custodiadas em bolsas de valores em nome de clientes 5.872 mil ações (2004 – 10.081), registradas em conta de compensação pelo valor unitário referencial de R\$ 1,00 cada.

14) OUTRAS INFORMAÇÕES

a. A Corretora é responsável pela administração de fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos totalizavam R\$ 22.175 (2004 – R\$ 41.490).

b. A Socopa é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar aos seus funcionários desde julho de 2003, administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A., na forma de contribuição definida. As contribuições no exercício totalizaram R\$ 155 (2004 – R\$ 391).

Diretoria Executiva

ALVARO AUGUSTO VIDIGAL
Diretor

HOMERO AMARAL JUNIOR
Diretor

ALVARO AUGUSTO DE FREITAS VIDIGAL
Diretor

GERSON LUIZ MENDES DE BRITO
Diretor

MARCOS ANTONIO MONTEIRO DE BARROS JUNIOR
Diretor

GERSON LUIZ MENDES DE BRITO
Contador - CRC 1SP112144/O-0

Parecer dos Auditores Independentes

Aos
Diretores e Acionistas da
SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.
São Paulo - SP

Examinamos os balanços patrimoniais da Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2005 e 2004 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Corretora; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Corretora, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2005 e 2004, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

14 de fevereiro de 2006



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador - CRC 1SP167455/O-0

**São Paulo**

R. Boa Vista, 254 - 2º andar - Centro - 01014-907- São Paulo/SP
Tel.: (11) 3117-6000 - Fax: (11) 3117-6028

R. Funchal, 129 - 6º andar - Vila Olímpia - 04551-060 - São Paulo/SP
Tel./Fax: (11) 3049-6000

Campinas

R. Sacramento, 126 - 19º andar - Centro - 13010-210 - Campinas/SP
Tel.: (19) 2103-8550/2103-8590 - Fax: (19) 2103-8562/2103-8599

Rio de Janeiro

Av. Nilo Peçanha, 50 - 11º andar - sala 1101 - Centro - 20020-100 - Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (21) 3974-3617/2240-3838 - Fax: (21) 2240-3955

www.bancopaulista.com.br
faleconosco@bancopaulista.com.br

www.socopa.com.br
socopa@socopa.com.br

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VI

Este Anexo VI é parte integrante do “Prospecto da 1ª Distribuição Pública de Cotas da 1ª Série de Emissão do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II”

DECLARAÇÕES DOS DISTRIBUIDORES E DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

Banco Itaú BBA S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 4º andar (parte), inscrito no CNPJ/MF sob n.º 17.298.092/0001-30, neste ato representado nos termos de seu Estatuto Social, na qualidade de coordenador líder da distribuição pública das cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II (respectivamente, “Oferta” e “Fundo”), inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 09.343.597/0001-41, vem, nos termos do artigo 56, parágrafos 1º e 5º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que: (1) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (a) as informações prestadas pelo Fundo e pela Instituição Administradora sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o período de distribuição, e que integram o prospecto da Oferta, sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (2) o prospecto da Oferta contém as informações necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das cotas seniores ofertadas, do Fundo e do Banco Paulista S.A., suas atividades, situação econômico-financeira e os riscos inerentes às suas atividades e ao investimento no Fundo, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 13 de junho de 2008

Banco Itaú BBA S.A.



Nome: **Fernando Fortes**
Cargo: **Chief Investment Banking**



Nome: **Antonio Calheiros**
Cargo: **Managing Director**



DECLARAÇÃO

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.384.738/0001-98, neste ato representada na forma do seu contrato social, por seus representantes legais abaixo assinados, na qualidade de instituição administradora do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista - Veículos II" ("Fundo"), nos termos do art. 56, §5º, da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da Comissão de Valores Mobiliários, vem, em seu próprio nome e em nome do Fundo, declarar que: (i) o Prospecto da distribuição pública de cotas seniores ("Cotas Seniores") do Fundo ("Oferta") (a) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; (b) contém as informações relevantes sobre a Oferta das Cotas Seniores, do Fundo e de suas atividades e situação econômico-financeira, bem como sobre os riscos inerentes ao investimento nas Cotas Seniores, necessárias ao conhecimento pelos investidores; e (ii) as informações relativas ao Fundo prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Cotas Seniores no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

São Paulo, 16 de junho de 2008.



VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.

Instituição Administradora do

"Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista - Veículos II"

Paulo Sérgio Oliveira Filho

Maria Cássia Koehn



ANEXO VII

*Este Anexo VII é parte integrante do “Prospecto da 1ª Distribuição Pública de Cotas da 1ª Série de Emissão do
“Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II”*

CONTRATO DE CESSÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

Pelo presente Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, doravante denominado simplesmente “Contrato”,

BANCO PAULISTA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.820.817/0001-09, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante designada simplesmente “Cedente”,

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA – VEÍCULOS II, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído em 18 de janeiro de 2008, com seu regulamento registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 09.343.597/0001-41, neste ato representado na forma de seu regulamento por sua instituição administradora, **VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.384.738/0001-98, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil conforme ato declaratório nº 5805, de 19 de janeiro de 2000, neste ato representada, nos termos de seu contrato social, doravante designado simplesmente “Fundo”;

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA., sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, acima qualificada, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, doravante designada “Instituição Administradora”; e

CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade com sede na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar parte, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.868.597/0001-40, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente “Custodiante”;

Cada uma das partes também denominada individualmente “Parte”, e conjuntamente “Partes”;

CONSIDERANDO QUE:

- i) o Cedente é instituição financeira que concede Financiamentos aos Devedores, cujas parcelas representam os Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo;
- ii) o Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, destinado preponderantemente à aplicação em Direitos Creditórios, nos termos da Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, e da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM, conforme alterada, bem como de acordo com a política de investimento estabelecida no Regulamento;
- iii) o Fundo pretende adquirir e o Cedente pretende alienar os Direitos Creditórios, nos termos deste Contrato;
- iv) o Custodiante é o responsável, nos termos do artigo 38 da Instrução nº 356/01, da CVM, do Contrato de Custódia e do item 7.3 do Regulamento, pela prestação dos serviços de custódia para o Fundo, o que inclui, dentre outras funções, a validação dos Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade; e
- v) a cessão dos Direitos Creditórios é elemento essencial da operação de securitização em cujo contexto se insere o Fundo, e nesse contexto se dará a determinação do valor a ser pago pelos Direitos Creditórios Cedidos.

RESOLVEM as Partes celebrar o presente Contrato, que se regerá de acordo com as seguintes cláusulas e condições.

1. DEFINIÇÕES

1.1 Os termos iniciados em letras maiúsculas e utilizados neste Contrato, estejam no singular ou no plural, terão os significados que lhes é atribuído no Anexo I ao presente Contrato.

2. OBJETO DA CESSÃO

2.1 Os Direitos Creditórios decorrentes das operações de Financiamento são o objeto da promessa de cessão regulada por este Contrato. É admitida a cessão ao Fundo de parcelas que não representem a totalidade dos Financiamentos desde que satisfeitas as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade previstos no Regulamento.

2.2 Nos termos dos artigos 287 e 893 do Código Civil, a cessão de Direitos Creditórios compreende, além da cessão do direito de recebimento de titularidade do Cedente, decorrente das operações de CDC Veículos e Crédito Pessoal aos Devedores, a cessão de todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações inerentes aos Direitos Creditórios.

3. PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

3.1 Por meio deste Contrato, o Cedente compromete-se, em caráter irrevogável e irretratável, durante a vigência deste Contrato, a ceder ao Fundo Direitos Creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza.

3.2 A Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, a qualquer tempo durante o prazo de vigência do Fundo, em regime de melhores esforços, promete adquirir Direitos Creditórios do Cedente até o limite da capacidade aquisitiva do Fundo, observado o disposto no Regulamento.

3.3 A consumação da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo é condicionada à satisfação cumulativa das seguintes condições precedentes: (i) enquadramento dos Direitos de Creditórios aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão; e (ii) formalização da cessão nos termos da cláusula 4 deste Contrato.

4. PROCEDIMENTO DE CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

4.1 A cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo deve observar o seguinte procedimento:

- i) o Cedente comunica à Instituição Administradora sua intenção de ceder Direitos Creditórios ao Fundo e, concomitantemente, solicita ao SNG, com cópia para o Custodiante, o Arquivo SNG, do qual deverá constar relação dos chassis de todos os veículos alienados fiduciariamente em favor do Cedente;
- ii) em até 1 (um) dia útil, a Instituição Administradora envia resposta ao Cedente informando se o Fundo pretende ou não adquirir Direitos Creditórios; caso a

Instituição Administradora informe que o Fundo pretende adquirir Direitos Creditórios, a resposta ao Cedente deverá conter também (a) o montante de que o Fundo dispõe para aquisição de Direitos Creditórios, e (b) a taxa de cessão que a Instituição Administradora pretende aplicar na aquisição dos Direitos Creditórios;

- iii) o SNG, em até 3 (três) dias úteis contados da recebimento da solicitação referida no subitem “i” acima, envia o Arquivo SNG para o Cedente e para o Custodiante;
- iv) caso a Instituição Administradora informe ao Cedente que o Fundo pretende adquirir Direitos Creditórios, o Cedente, por meio de Pessoas Autorizadas, e até às 11h30 (onze horas e trinta minutos) do primeiro dia útil seguinte ao recebimento do Arquivo SNG, envia ao Custodiante Lista de Direitos Creditórios, em arquivo eletrônico, da qual deverão constar apenas Direitos Creditórios que atendam as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade e em volume compatível com as disponibilidades do Fundo, conforme informado pela Instituição Administradora, sendo certo que o envio ao Custodiante da Lista de Direitos Creditórios caracterizará a oferta irrevogável e irretratável de cessão ao Fundo dos Direitos Creditórios nela relacionados;
- v) no mesmo dia útil do recebimento da Lista de Direitos Creditórios referida no subitem acima, o Custodiante (a) envia arquivo eletrônico para o SERASA do qual constam os dados necessários para a consulta de inadimplência dos Devedores dos Direitos Creditórios arrolados na Lista de Direitos Creditórios, de forma a verificar o atendimento do Critério de Elegibilidade do item 10.1 (vii) do Regulamento; e (b) verifica se os Direitos Creditórios arrolados na Lista de Direitos Creditórios se enquadram nos demais Critérios de Elegibilidade;
- vi) caso o SERASA responda a consulta formulada pelo Custodiante até às 14h00 (quatorze horas) do dia seguinte ao envio do arquivo com os dados dos Devedores, o Custodiante encaminha ao Cedente e à Instituição Administradora, neste mesmo dia, relatório informando (a) quais Direitos Creditórios atenderam aos Critérios de Elegibilidade, e (b) o preço de cessão dos Direitos Creditórios, calculado de acordo com a taxa de cessão informada pela Instituição Administradora, tendo como referência a data em que for

ocorrer a liquidação da respectiva cessão;

- vii) caso o SERASA responda a consulta formulada pelo Custodiante após às 14h00 (quatorze horas) do dia útil seguinte ao envio do arquivo com os dados dos Devedores, o Custodiante enviará o relatório mencionado no subitem anterior no dia útil seguinte ao recebimento da resposta do SERASA;
- viii) até às 18h00 (dezoito horas) do dia de recebimento do relatório elaborado pelo Custodiante discriminando os Direitos Creditórios que atenderam aos Critérios de Elegibilidade, o Cedente, por meio de Pessoas Autorizadas, enviará ao Agente de Recebimento um arquivo com a Lista de Direitos Creditórios a serem cedidos, solicitando a troca de titularidade da cobrança dos títulos que representam os Direitos Creditórios a serem cedidos do Cedente para o Fundo;
- ix) no primeiro dia útil seguinte ao envio, pelo Cedente, do arquivo referido no subitem (viii) acima, o Custodiante efetuará a confirmação da troca de titularidade da cobrança dos títulos que representam os Direitos Creditórios, com base no arquivo retorno disponibilizado pelo Agente de Recebimento; o pagamento pela cessão será realizado, nos termos deste Contrato, somente em relação aos títulos que efetivamente tiverem sua titularidade para fins de cobrança alterada em favor do Fundo;
- x) no mesmo dia útil em que houver a confirmação referida no subitem (ix) acima, o Cedente deverá imprimir três vias do Termo de Cessão contendo a relação dos Direitos Creditórios cuja titularidade tenha sido alterada em favor do Fundo, providenciar a assinatura de todas as vias por seus legítimos representantes, relacionados no Anexo V, e as encaminhar à Instituição Administradora, juntamente com o recibo contendo o valor efetivamente recebido pela cessão dos Direitos Creditórios, conforme modelo que consta no Anexo III deste Contrato;
- xi) no mesmo dia útil do recebimento das vias do Termo de Cessão devidamente assinadas pelos representantes do Cedente relacionados no Anexo V deste Contrato, e caso as aprove, a Instituição Administradora deverá autorizar o Custodiante a efetuar o pagamento dos Direitos Creditórios; o Custodiante por sua vez, se informado até às 16h00 (dezesseis horas), deverá fazer o pagamento até às 18h00 (dezoito horas) do mesmo dia útil; e

- xii) recebidas as vias do Termo de Cessão devidamente assinadas pelo Cedente, a Instituição Administradora, se as tiver aprovado, deverá providenciar em até 5 (cinco) dias úteis a assinatura de todas as vias por seu representante legal, e encaminhar uma delas ao Cedente e outra ao Custodiante.

4.1.1 Ressalvado o disposto na cláusula 15 abaixo, a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo é irrevogável e irrevogável, implicando na transferência para o Fundo, em caráter definitivo, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, respectivos juros, multas, e demais encargos eventualmente existentes, bem como os direitos, prerrogativas, privilégios, todos os acessórios e instrumentos que os representam, indicando respectivos anexos e garantias constituídas.

4.1.1.1 O Cedente não tem qualquer responsabilidade em relação à eventual insolvência dos Devedores, isto é, a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo opera-se sem coobrigação. Não obstante, o Cedente é responsável pela correta constituição e pela existência e autenticidade dos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos do artigo 295 do Código Civil.

4.1.2 Toda e qualquer cessão de Direitos Creditórios efetuada entre o Cedente e o Fundo será realizada de acordo com as disposições deste Contrato. Em caso de divergência ou contradição entre o Termo de Cessão e este Contrato, prevalecerá o Termo de Cessão exclusivamente no que se referir à taxa de cessão, preço de aquisição, e volume de Direitos Creditórios adquiridos. Com relação aos demais direitos e obrigações e procedimentos prevalece o disposto neste Contrato.

4.2 A cessão dos Direitos Creditórios será eficaz a partir da assinatura pelas Partes do Termo de Cessão, o qual será parte integrante do presente Contrato a partir da referida data.

4.3 O Cedente arcará com todos os custos e despesas decorrentes do registro dos Termos de Cessão. A Instituição Administradora deverá enviar ao Cedente comprovantes das despesas de registro efetivamente incorridas, previamente ao seu reembolso.

4.4 Previamente à cessão dos primeiros R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo, o Custodiante se compromete a realizar auditoria por amostragem da carteira de Direitos Creditórios do Cedente passíveis de cessão ao Fundo, sendo que essa auditoria deverá ocorrer com no máximo

30 (trinta) dias de antecedência de cada cessão, de acordo com o seguinte procedimento:

- i) o Cedente deverá encaminhar ao Custodiante Lista de Direitos Creditórios, em arquivo eletrônico, da qual deverão constar apenas Direitos Creditórios que atendam as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade e em volume compatível com o que será captado pelo Fundo com a 1ª emissão de Cotas Seniores da 1ª série;
- ii) da Lista de Direitos Creditórios referida no subitem (i) acima, o Custodiante seleciona uma amostra de Direitos Creditórios para verificação de lastro e das Condições de Cessão conforme o item 10.3 do Regulamento e, em até 1 (um) dia útil do recebimento da Lista de Direitos Creditórios, envia ao Cedente lista dos Direitos Creditórios selecionados;
- iii) o Cedente, a partir do recebimento da lista dos Direitos Creditórios selecionados, prepara a documentação necessária à verificação do lastro em até 5 (cinco) dias úteis, sendo certo que decorrido este prazo o Custodiante não aceitará mais nenhum documento e fará a verificação sobre a documentação disponibilizada até o encerramento desse período;
- iv) o Custodiante, após ser notificado pelo Cedente de que a documentação solicitada nos termos do subitem (iii) acima já está devidamente preparada e à disposição, deverá efetuar a verificação do lastro dos Direitos Creditórios selecionados, em até 4 (quatro) dias úteis, sendo que os critérios para a seleção da amostra e a metodologia de validação serão os definidos no Anexo VII do Regulamento; e
- v) caso o Fundo não tenha utilizado os R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) captados com a 1ª emissão das Cotas Seniores da 1ª série para aquisição de Direitos Creditórios em período de até 30 (trinta) dias contados da conclusão da análise referida no subitem (iv) acima, o procedimento deverá ser refeito, nos termos descritos neste item.

5. CONTRAPRESTAÇÃO E FÓRMULA DE CÁLCULO DO PREÇO DE CESSÃO

5.1 Pela aquisição dos Direitos Creditórios, será pago pelo Fundo ao Cedente, à vista, na data de aquisição dos Direitos Creditórios, o preço calculado pelo

Custodiante, conforme taxa indicada no Termo de Cessão. O Custodiante, por conta e ordem do Fundo, efetuará, mediante prévia autorização da Instituição Administradora, o pagamento pelos Direitos Creditórios Cedidos, em moeda corrente nacional, por meio de crédito em conta corrente de titularidade do Cedente, salvo se de outra forma solicitado por escrito pelo Cedente no mesmo ato da assinatura do Termo de Cessão.

5.2 A contraprestação pela cessão dos Direitos Creditórios devida pelo Fundo será calculada de acordo com a fórmula abaixo salvo se diversamente estabelecido no Termo de Cessão:

$$PC = \sum_{i=1}^n \frac{VN_i}{TC_i}$$

sendo que,

PC = preço de cessão;

VN_i = valor nominal de cada Direito Creditório;

TC_i = taxa da cessão, calculada da seguinte forma:

$$TC_i = \left[(1 + TDI_i)^{\frac{n}{252}} * (1 + Sobretaxa)^{\frac{n}{252}} * (1 + EE)^{\frac{n}{252}} \right]$$

TDI_i = cotação da Taxa DI futura divulgada pela CETIP mais próxima ao prazo de cada parcela do Financiamento e expressa na forma de percentual ao ano, na respectiva data de cessão, com duas casas decimais;

n = dias úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório e a data de cessão;

$Sobretaxa$ = Spread aplicado sobre a Taxa DI, definido no Suplemento de cada Série; e

EE = Excesso de Spread, conforme definido no Anexo I deste Contrato.

5.2.1 A fórmula estabelecida acima considera a menor taxa de cessão que

poderá ser praticada pela Instituição Administradora na aquisição de Direitos Creditórios do Cedente. Não obstante, é facultado à Instituição Administradora e ao Cedente, desde que em comum acordo, estabelecer taxa de cessão mais elevada na cessão de Direitos Creditórios, a qual deverá constar no respectivo Termo de Cessão. Em qualquer hipótese, a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo deverá ser realizada a taxas de mercado, nos termos do disposto no artigo 8º, parágrafo 3º, inciso II da Instrução nº 356/01, da CVM.

6. COMPROMISSOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CEDENTE

6.1 O Cedente somente cederá ao Fundo Direitos Creditórios que se enquadrem nos Critérios de Elegibilidade, os quais serão verificados pelo Custodiante, e nas Condições de Cessão, as quais serão verificadas pelo Cedente. O Custodiante também fará a verificação de Condições de Cessão, por amostragem, conforme previsto no item 10.3 do Regulamento: (i) previamente à cessão ao Fundo, exclusivamente na hipótese tratada no item 4.4 acima; e (ii) posteriormente à cessão ao Fundo, ao final de cada bimestre calendário.

6.1.1 Fica desde já acordado que o Fundo terá direito de preferência na aquisição de Direitos Creditórios sobre quaisquer terceiros, com exceção do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos”, obrigando-se o Cedente a fazer constar tal preferência em qualquer novo contrato de cessão de direitos creditórios que venha a celebrar.

6.1.2 O Cedente obriga-se a ceder ao Fundo exclusivamente Direitos Creditórios cujos Devedores estejam integralmente adimplentes em relação a qualquer dívida que tenham com o Cedente, sejam ou não originadas dos Direitos Creditórios objeto de cessão.

6.2 Sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades atribuídas ao Cedente neste Contrato, o Cedente será responsável:

- i) pela correta constituição e, quando constituídos, pela existência e autenticidade dos respectivos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos do artigo 295 do Código Civil;

- ii) por assegurar a inexistência de quaisquer ônus ou gravames sobre os Direitos Creditórios Cedidos;
- iii) por eventuais exceções apresentadas pelos Devedores dos Direitos Creditórios Cedidos contra o Cedente e/ou cessionário, nos termos do artigo 294 do Código Civil; e
- iv) pela diferença positiva, se houver, entre o valor a receber da parcela relativa ao Direito Creditório liquidado antecipadamente (trazido a valor presente pela taxa de cessão aplicada ao valor de face dos Direitos Creditórios Cedidos para determinar seu preço de cessão ao Fundo) e a quantia paga na liquidação antecipada que deverá ser paga no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do pagamento antecipado efetuado pelo Devedor.

6.3 Sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades previstas neste Contrato, o Cedente também se obriga a:

- i) ceder Direitos Creditórios ao Fundo, sempre que assim solicitado pela Instituição Administradora e desde que os tenha disponíveis, nos termos deste Contrato e do Regulamento;
- ii) ceder ao Fundo somente Direitos Creditórios em conformidade com as Condições de Cessão, e emendar seus melhores esforços para que os Direitos Creditórios oferecidos à cessão estejam em conformidade com os Critérios de Elegibilidade;
- iii) comunicar à Instituição Administradora sobre o início de qualquer processo administrativo ou judicial de que tenha conhecimento que, em conjunto com os demais existentes, possa de qualquer modo onerá-lo, como réu inclusive, em montante superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- iv) comunicar à Instituição Administradora caso venha a inadimplir obrigações que em conjunto alcancem montante superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- v) comunicar à Instituição Administradora a ocorrência de protestos de títulos de crédito de sua responsabilidade de que venha a ter conhecimento que, em conjunto, tenham valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

- vi) diligenciar e tomar todas as medidas necessárias para que seus diretores, funcionários, prepostos, agentes e correspondentes cumpram a política de concessão de crédito descrita no Regulamento;
- vii) comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão definidos neste Contrato;
- viii) permitir ao Custodiante e à Instituição Administradora, e quaisquer terceiros por esta indicados, o acesso e a retirada de quaisquer Documentos Comprobatórios, sempre que solicitado com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- ix) não transferir ou baixar as garantias registradas no SNG relacionadas a Financiamentos que tenham dado origem a Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, exceto nas hipóteses de substituição da garantia, observado o disposto no item 6.4 abaixo;
- x) comunicar à Instituição Administradora e ao Custodiante, em até 5 (cinco) dias úteis após o término de cada mês calendário, todas as substituições de garantias registradas no SNG, referentes a Financiamentos que tenham dado origem a Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, ocorridas no mês anterior;
- xi) permitir à empresa de auditoria indicada pela Instituição Administradora, desde que notificado com 3 (três) dias de antecedência, o acesso a todos os documentos, arquivos e dados necessários para avaliar o desempenho da carteira de Direitos Creditórios, quer seja do Fundo quer seja do Cedente;
- xii) durante todo o período em que houver Cotas Seniores em circulação, não receber pagamentos de Direitos Creditórios até o vencimento ou vencidos até 10 (dez) dias contados do vencimento do respectivo Direito Creditório, devendo, caso receba tais valores por qualquer razão, repassá-los ao Fundo, em até 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento;
- xiii) repassar ao Fundo, em até 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento, os valores recebidos pelo Cedente em virtude da cobrança dos Direitos Creditórios vencidos há 11 (onze) dias ou mais, contados dos respectivos vencimentos;

- xiv) não ceder ao Fundo Direitos Creditórios caso tal ato configure fraude contra credores, fraude de execução, fraude de execução fiscal ou ainda fraude falimentar;
- xv) comunicar o Fundo sobre o início de qualquer procedimento administrativo ou judicial de que tenha conhecimento que possa de qualquer modo prejudicar a liquidez, certeza ou pontual pagamento de Direitos Creditórios Cedidos, em montante superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- xvi) informar o Fundo sobre a ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão, imediatamente após tomar conhecimento de tal fato;
- xvii) adotar todas as providências para manter válidas e eficazes as declarações contidas no item 12.1 abaixo, e a manter o Fundo informado de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a invalidade da declaração;
- xviii) encaminhar ao Fundo, no prazo de 3 (três) dias contados da data em que estiverem disponíveis ao público, quaisquer deliberações societárias que possam, em qualquer medida, afetar o cumprimento de qualquer de suas obrigações assumidas neste Contrato;
- xix) encaminhar ao Fundo, no dia útil imediatamente seguinte à data do recebimento da citação, cópia de pedido ou de comunicação sobre decretação de intervenção ou liquidação extrajudicial ou Regime de Administração Especial Temporária ou, ainda, de falência contra si apresentado por terceiros;
- xx) encaminhar ao Fundo, no dia útil imediatamente seguinte à respectiva deliberação, cópia de qualquer proposta de pedido relacionado a insolvência, dissolução e/ou liquidação aprovada por seus órgãos societários;
- xxi) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- xxii) efetuar, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os respectivos lançamentos contábeis correspondentes à cessão irrevogável e irretratável dos Direitos Creditórios ao Fundo;

- xxiii) fornecer, a qualquer tempo, todas as informações solicitadas pela agência de classificação de risco das Cotas Seniores em circulação, em especial aquelas relacionadas aos Direitos Creditórios e às condições econômico-financeiras do Cedente;
- xxiv) não outorgar procuração para quaisquer terceiros conferindo poderes para alterar ou baixar os registros no SNG relativos a veículos que tenham sido alienados fiduciariamente em garantia de Financiamentos que originaram Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;
- xxv) outorgar procuração ao Fundo, a cada cessão de Direitos Creditórios, conforme modelo constante do Anexo II deste Contrato;
- xxvi) informar o Fundo sobre qualquer alteração de seus representantes legais, que se encontram listados no Anexo VI do presente Contrato;
- xxvii) não substituir, para fins de concessão de financiamento, a CCB por instrumento ou contrato sem prévia aprovação de Assembléia Geral; e
- xxviii) não ceder a terceiros parcelas com vencimento anterior à data de resgate das Cotas Seniores que estejam em circulação e que sejam originadas de Financiamentos que também tenham dado origem a Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;
- xxix) recomprar os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo originados dos Financiamentos que pretende renegociar, nos termos do item 10.1.3 abaixo, previamente à renegociação, ou em no máximo 10 (dez) dias úteis contados da data da respectiva renegociação;
- xxx) encaminhar à Instituição Administradora, a cada 30 (trinta) dias a contar da data da celebração do primeiro Termo de Cessão, relatório em que deverá constar (a) andamento dos processos judiciais ou da cobrança extrajudicial, conforme o caso e (b) subcontratados responsáveis pela cobrança;
- xxxi) na renegociação das condições do Financiamento, nos termos do item 10.1.3 abaixo, não elevar, em nenhuma hipótese, a taxa de juros ou as penalidades estabelecidas na respectiva CCB; e

xxxii) somente oferecer em cessão ao Fundo Direitos Creditórios que constavam na última Lista de Direitos Creditórios por ele apresentada, referida no item 4.4 (i) acima, até que o volume total de cessões ao Fundo, a contar da Data de Subscrição Inicial, atinja R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

6.4 O Cedente poderá substituir o veículo dado em garantia de Financiamento que deu origem a Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, sem necessidade de autorização prévia do Fundo ou de qualquer terceiro, desde que a reserva de alienação fiduciária do novo veículo dado em garantia seja devidamente registrada no SNG em favor do Cedente e que o Valor de Mercado de tal veículo represente na data de substituição da garantia, no mínimo:

- i) 110% (cento e dez por cento) do valor financiado na data da concessão do Financiamento, para veículos com até 5 (cinco) anos contatos a partir de 31 de dezembro do ano do modelo; ou
- ii) 120% (cento e vinte por cento) do valor financiado na data da concessão do Financiamento, para veículos com mais de 5 (cinco) anos contatos a partir de 31 de dezembro do ano do modelo.

6.5 É permitido aos Devedores, a qualquer tempo, pagar antecipadamente os Financiamentos obtidos, inclusive os que originaram Direitos Creditórios Cedidos. Nessa hipótese, o Cedente deverá repassar ao Fundo os recursos recebidos dos Devedores, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da efetuação do pagamento antecipado, e pagar ao Fundo a diferença a que se refere o item 6.2 (iv) acima.

7. DEPÓSITO E GUARDA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

7.1 Nos termos estabelecidos no Contrato de Depósito, o Cedente, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil, será o fiel depositário de todos os Documentos Comprobatórios que sejam relacionados aos Direitos Creditórios Cedidos.

7.2 O Cedente compromete-se a guardar todos os Documentos Comprobatórios com o máximo cuidado e diligência, em nome e por conta do Fundo e do Custodiante.

7.3 Os Documentos Comprobatórios ficarão na posse do Cedente nos locais indicados no Anexo V, que deverá guardá-los na qualidade de fiel depositário, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data de liquidação de cada um dos Financiamentos.

7.3.1 Em caso de alteração dos locais de armazenamento dos Documentos Comprobatórios, o que poderá ocorrer a qualquer tempo a exclusivo critério do Cedente, este deverá informar a Instituição Administradora, por escrito, os novos locais de guarda dos Documentos Comprobatórios, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de referida alteração.

7.3.2 Uma vez decorrido o prazo referido no item 7.3 acima em relação a determinado documento, o Cedente deixará de ser responsável pela sua guarda e conservação, devendo notificar o Custodiante e o Fundo do término do prazo para que estes o instruem sobre a destinação do referido documento. O Cedente obriga-se a observar as instruções que lhe der o Custodiante e/ou a Instituição Administradora quanto à destinação do referido documento.

7.4 Pelo depósito previsto nesta cláusula, o Cedente fará jus a remuneração equivalente a R\$ 1.000,00 (mil reais) por ano, não tendo direito a repassar ao Fundo eventuais custos despendidos no exercício de tal função.

7.5 A Instituição Administradora, o Custodiante e o Auditor poderão, a qualquer tempo, desde que solicitado com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, verificar e analisar, por amostragem ou não, os Documentos Comprobatórios.

7.6 O Cedente compromete-se a observar as ordens de restituição dos Documentos Comprobatórios dadas pelo Custodiante e/ou pela Instituição Administradora, observando ainda as eventuais indicações de dia, horário e local estabelecidas.

7.7 O Cedente obriga-se a entregar ao Custodiante os Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios Cedidos, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação.

7.8 O Cedente poderá subcontratar terceiros para efetuar a guarda física da documentação relativa aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, sem prejuízo de sua responsabilidade como fiel depositário.

8. COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

8.1 O Cedente será responsável por imprimir e entregar os boletos de cobrança aos Devedores, por viabilizar e permitir que o Agente de Recebimento realize as transferências dos recursos recebidos a título de pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos para conta corrente de titularidade do Fundo, e pelo repasse dos recursos que eventualmente venha a receber em pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos para conta corrente de titularidade do Fundo.

8.2 O Custodiante deverá encaminhar à Instituição Administradora e ao Cedente, a cada 30 (trinta) dias a contar da data da celebração do primeiro Termo de Cessão, relatório em que deverá constar a inadimplência dos Direitos Creditórios Cedidos que permaneçam na carteira do Fundo, contendo, no mínimo as seguintes informações em relação a cada Direito Creditório Cedido inadimplente: (i) totalidade da dívida; e (ii) valores eventualmente recuperados.

8.3 O Cedente neste ato é contratado como Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos há 11 (onze) dias, inclusive, contados das respectivas datas de vencimento.

8.3.1 O Cedente está autorizado a subcontratar terceiros para desempenhar parcial ou integralmente as atividades de cobrança judicial e/ou extrajudicial para as quais foi contratado nos termos da cláusula 8.3 acima. Nessa hipótese, o Cedente será integral e exclusivamente responsável por atos e condutas do terceiro que subcontratar.

8.4 O Fundo e o Cedente nomeiam o Banco Bradesco S.A., em caráter irrevogável e irretratável, durante todo o prazo de vigência e como condição essencial para a celebração deste Contrato, nos termos do artigo 684 do Código Civil, como agente de recebimento da totalidade dos recursos provenientes do pagamento dos Direitos Creditórios. Sem prejuízo do disposto anteriormente, o Cedente poderá, sem necessidade de prévia anuência, substituir o Agente de Recebimento, a qualquer tempo, por um dos seguintes bancos: Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A. Caso exerça essa faculdade, o Cedente obriga-se a assegurar que o Agente de Recebimento substituto se compromete a cumprir as funções a ele atribuídas nos termos do presente Contrato, do Regulamento e do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores.

8.5 A partir da data de assinatura do primeiro Termo de Cessão e até o pagamento integral das Cotas Seniores, e observado o disposto na cláusula 6.3 (xi) e (xii) acima, o Cedente deve assegurar que a totalidade dos valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios por ele recebidos seja direcionada para conta corrente de titularidade do Fundo.

8.6 O Agente de Recebimento fica, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores, constituído como fiel depositário de quaisquer valores por eles recebidos, a qualquer título, referentes aos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil.

8.7 O Fundo compromete-se a devolver ao Cedente quaisquer valores recebidos a maior que não sejam diretamente relacionados aos Direitos Creditórios. Taxa relativa à cobrança via boleto e recursos decorrentes de parcelas que não tenham sido cedidas ao Fundo são exemplos de valores recebidos a maior que deverá ser devolvido ao Cedente.

8.8 É possível a cessão parcial de Direitos Creditórios originados de Financiamentos ao Fundo, observados, além dos Critérios de Elegibilidade e das Condições de Cessão, as condições adicionais previstas na cláusula 2.1 deste Contrato. Na hipótese de execução de dívida relacionada a cédula de crédito bancário que tenha originado créditos de titularidade tanto do Fundo como do Cedente, o Fundo e o Cedente, independentemente de quem exerça a cobrança, comprometem-se a destinar o valor eventualmente recuperado por meio de cobrança extrajudicial ou judicial primeiramente à satisfação dos créditos de titularidade do Fundo, e posteriormente à satisfação do crédito do Cedente.

8.9 Pelo exercício da cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, o Cedente não fará jus a qualquer remuneração, e não terá direito a repassar ao Fundo eventuais custos despendidos no exercício de tal função.

9. NOTIFICAÇÃO DOS DEVEDORES

9.1 As Partes acordam que a notificação dos Devedores, para os fins do artigo 290 do Código Civil, não será necessária, pois o procedimento para cobrar os Direitos Creditórios não sofrerá alteração após a cessão promovida pelo presente Contrato.

9.2 Sem prejuízo do disposto acima, o Fundo poderá a qualquer momento notificar por escrito os Devedores sobre a cessão pactuada neste Contrato e/ou nos Termos de Cessão, conforme modelo constante do Anexo IV, que constitui parte integrante do presente Contrato, sendo que os custos relativos a esta notificação serão pagos pelo Cedente mediante a apresentação de Documentos Comprobatórios da respectiva despesa.

10. FACULDADE DE RECOMPRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS

10.1 Observado o disposto na Cláusula 10.1.2 abaixo, o Cedente poderá, a seu exclusivo critério, recomprar os Direitos Creditórios Cedidos a qualquer momento, mediante o pagamento, ao Fundo do valor das respectivas parcelas vencidas e vincendas, corrigidas ou trazidas a valor presente, nos termos da fórmula abaixo:

$$PR = \sum_{i=1}^n \frac{VN_i}{TR_i}$$

sendo que,

PR = preço de recompra;

VN_i = valor nominal de cada Direito Creditório;

TR_i = taxa da recompra, calculada da seguinte forma:

$$TR_i = \left[(1 + TDI_i)^{\frac{n}{252}} * (1 + Sobretaxa)^{\frac{n}{252}} * (1 + EE)^{\frac{n}{252}} \right]$$

TDI_i = cotação da Taxa DI futura divulgada pela CETIP mais próxima ao prazo de cada parcela do financiamento e expressa na forma de percentual ao ano, na respectiva data de cessão, com duas casas decimais;

n = dias úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório e a data de recompra.

$Sobretaxa$ = Spread aplicado sobre a Taxa DI, definido no Suplemento de cada Série.

EE = Excesso de Spread, conforme definido no Anexo I deste Contrato.

10.1.1 Caso o valor obtido com a aplicação da fórmula acima descrita seja inferior ao valor contábil do respectivo Direito Creditório Cedido, na eventual Recompra deverá ser utilizado o valor contábil do respectivo Direito Creditório Cedido, ao invés da fórmula acima, ressalvada a hipótese do item 10.1.1.1 abaixo.

10.1.1.1 Será admitida a Recompra de Direitos Creditórios Cedidos por valor inferior ao contábil exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

10.1.2 Desde que não esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada, o Cedente somente poderá recomprar, a cada período de 30 (trinta) dias, Direitos Creditórios cujo valor contábil corresponda a no máximo 1% (um por cento) do PL do Fundo, limitado a 20% (vinte por cento) do volume total captado com a emissão de Cotas pelo Fundo durante seu prazo de existência.

10.1.3 Observado o disposto no item 10.1.2 acima, caso o Cedente deseje conceder moratória, abatimento, desconto, alteração da data de vencimento e/ou dos termos, condições e procedimentos de pagamento relativos aos Financiamentos cujos Direitos Creditórios sejam, na totalidade ou em parte, de titularidade do Fundo, o Cedente deverá recomprar a totalidade dos Direitos Creditórios relativos a tais Financiamentos, nos termos da presente cláusula.

10.2 O Fundo não estará obrigado a revender ao Cedente Direitos Creditórios (i) em desacordo com o disposto nesta cláusula; (ii) caso os novos Direitos Creditórios não atendam aos Critérios de Elegibilidade ou às Condições de Cessão; ou (iii) caso a revenda ou permuta resulte em desenquadramento do Fundo com relação à Razão Mínima prevista no Regulamento.

10.3 O pagamento do valor da Recompra deverá ser feito à vista, em moeda corrente nacional ou por meio da oferta de permuta de Direitos Creditórios, no 2º (segundo) dia útil subsequente ao recebimento pelo Cedente da manifestação da Instituição Administradora a que se refere o item 10.3.1 abaixo.

10.3.1 Caso se proceda à permuta de Direitos Creditórios, será aplicável o procedimento de verificação de atendimento aos Critérios de Elegibilidade e de formalização da cessão a que se refere o item 4.1 e itens acima.

10.4 Caso venha exercer a faculdade atribuída no item 10.1 acima, o Cedente deverá notificar o Fundo, por escrito, por meio de carta ou correio eletrônico com aviso de recebimento, sobre a sua decisão de exercer a Recompra, informando os Direitos Creditórios Cedidos que pretende recomprar do Fundo, bem como o preço de Recompra dos respectivos Direitos Creditórios Cedidos, que deverá ser determinado nos termos do item 10.1 e seguintes, acima.

10.4.1 O Fundo deverá manifestar-se com relação à Recompra no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da notificação do Cedente a que se refere o item 10.4 acima. O Fundo não efetuará a Recompra caso haja erro no cálculo do preço de Recompra até que este seja solucionado.

10.5 Sem prejuízo da opção referida no item 10.1 acima, o Cedente e seus controladores, controladas ou sociedades sob controle comum, terão o direito de primeira recusa caso a Instituição Administradora deseje alienar quaisquer dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo para qualquer terceiro. Neste caso, o preço de aquisição dos respectivos ativos deverá ser igual ou superior ao preço de compra oferecido à Instituição Administradora pelo Direito Creditório, o qual, em nenhuma hipótese, poderá ser vil.

11. REGISTRO

11.1 A Instituição Administradora deverá requerer o registro do presente Contrato em até 20 (vinte) dias a contar da data da sua assinatura, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos situado na Cidade de São Paulo, sendo que o Cedente arcará com todos os custos e despesas decorrentes de tal registro. Em até 5 (cinco) dias úteis após a obtenção do registro, a Instituição Administradora deverá encaminhar documento comprobatório de tal registro ao Cedente, bem como os comprovantes das despesas de registro efetivamente incorridas.

11.2 A obrigação de registro prevista no item acima se aplicará também aos Termos de Cessão, sendo que os custos e despesas também deverão ser arcados pelo Cedente. A Instituição Administradora deverá enviar ao Cedente comprovantes das despesas de registro efetivamente incorridas, previamente ao seu reembolso.

12. DECLARAÇÕES DAS PARTES

12.1 O Cedente, devidamente representado no presente Contrato, declara e assegura ao Fundo e ao Custodiante que, na data de assinatura deste Contrato e de cada Termo de Cessão que:

- i) é uma instituição financeira devidamente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, legitimamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;
- ii) a celebração deste Contrato e dos Termos de Cessão e a assunção e o cumprimento das obrigações deles decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e das autorizações societárias aplicáveis, e têm plena eficácia, em especial as relativas à cessão dos Direitos Creditórios Cedidos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos contratuais, legais e estatutários necessários para tanto;
- iii) os signatários do presente Contrato e seus respectivos Anexos e dos Termos de Cessão têm poderes para assumir, em nome do Cedente, as obrigações estabelecidas no Contrato e nos Termos de Cessão, bem como para outorgar mandatos a terceiros, se for o caso;
- iv) sua situação econômica, financeira e patrimonial refletida nas demonstrações financeiras exigidas pela legislação societária e/ou pelas normas regulamentares da CVM, até a data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa, que possa prejudicar sua solvência e o cumprimento das suas obrigações decorrentes deste Contrato;
- v) a celebração deste Contrato e dos Termos de Cessão, a assunção e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarreta, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (a) de quaisquer contratos ou instrumentos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato e/ou do Termo de Cessão dos quais o Cedente ou suas Partes Relacionadas sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas, (b) de qualquer norma legal ou regulamentar a que o Cedente ou suas Partes Relacionadas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas, estejam sujeitos; e (c) de qualquer ordem ou decisão judicial ou administrativa de que tenha conhecimento, ainda que liminar, que

afete o Cedente, suas Partes Relacionadas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas;

- vi) os Direitos Creditórios têm lastro em Financiamentos devidamente contratados e documentados e não foram ou serão cedidos, gravados ou dados em garantia a qualquer terceiro;
- vii) os Direitos Creditórios oferecidos à cessão, nos termos deste Contrato, são de sua legítima e exclusiva titularidade, estando livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que possam obstar a cessão prometida e o pleno gozo e uso, pelo Fundo, de todos os direitos, garantias e prerrogativas relacionados aos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos deste Contrato, e todos os Financiamentos foram contratados com estrita observância aos termos e às condições da política de concessão de crédito descrita no Regulamento;
- viii) seus sistemas internos de gestão e controle do processo de concessão de crédito, que deram e darão origem aos Direitos Creditórios não permitem e dispõem de controles que não permitem ou permitirão a oferta ao Fundo de Direitos Creditórios sem lastro, em duplicidade ou vinculados a qualquer outro negócio jurídico;
- ix) o Cedente ou terceiros por ele contratados encontram-se na posse dos respectivos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios oferecidos à cessão e permanecerão com a guarda e depósito dos mesmos até o encerramento do prazo de vigência deste Contrato;
- x) somente oferecerá à cessão ao Fundo Direitos Creditórios que atendam às Condições de Cessão;
- xi) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações exigíveis ao funcionamento do Cedente foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados;
- xii) não tem conhecimento de qualquer avença que impeça, proíba ou condicione, a qualquer título, a cessão dos Direitos Creditórios do Cedente ao Fundo ou do Fundo para terceiros;

- xiii) observará os padrões contábeis mínimos exigidos pela legislação aplicável, indicando em seus registros contábeis e suas demonstrações financeiras a cessão dos Direitos Creditórios Cedidos;
- xiv) a partir da assinatura deste Contrato, não concederá crédito ou financiamento a Devedores que apresentem qualquer registro de inadimplência superior a R\$ 100,00 (cem reais) junto ao SPC, à SERASA, ou junto às demais entidades que compõem o sistema de proteção ao crédito;
- xv) a cessão de Direitos Creditórios nos termos deste Contrato não estabelece, direta ou indiretamente, qualquer relação de consumo entre o Cedente e o Fundo, entre o Cedente e o Custodiante, assim como entre o Fundo e os Devedores; e
- xvi) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental de que tenha conhecimento que possa vir a causar impacto adverso relevante em suas condições financeiras ou suas atividades.

12.2 A Instituição Administradora, devidamente representada na forma de seus atos constitutivos, declara e garante, na data de assinatura deste Contrato e do Termo de Cessão, que:

- i) o Fundo é um condomínio legitimamente constituído, regularmente registrado sob a forma de condomínio fechado e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios;
- ii) é uma sociedade legitimamente constituída, em funcionamento de acordo com a legislação aplicável, e autorizada pela CVM a prestar serviços de administração de fundos;
- iii) a celebração deste Contrato e a assunção das obrigações dele decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;
- iv) as pessoas que assinam este Contrato e respectivos Anexos e os Termos de Cessão em nome da Instituição Administradora têm poderes para assumir em seu próprio nome ou, conforme o caso, por conta e ordem do Fundo, as obrigações nele estabelecidas;

- v) a celebração deste Contrato e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (a) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato dos quais a Instituição Administradora ou suas Partes Relacionadas sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas, (b) de qualquer norma legal ou regulamentar a que a Instituição Administradora, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas, estejam sujeitos, e (c) de qualquer ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete a Instituição Administradora ou suas Partes Relacionadas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; e
- vi) encontra-se técnica e operacionalmente habilitada e autorizada a prestar os serviços de administração do Fundo, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos do Regulamento, dos demais documentos relacionados ao Fundo e da legislação aplicável.

12.2.1 O Cedente e a Instituição Administradora se comprometem a manter verdadeiras todas as declarações constantes nos itens anteriores durante o período de vigência do presente Contrato.

13. EVENTOS DE REVISÃO

13.1 Para os efeitos deste Contrato e do Regulamento, são considerados Eventos de Revisão quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) comprovação de que o Cedente tenha reiterada e dolosamente oferecido ao Fundo Direitos Creditórios em desacordo com as Condições de Cessão;
- ii) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possam comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- iii) caso tenham sido apresentados para protesto ou tenham sido protestados títulos emitidos pelo Cedente ou sacados contra o Cedente, ou suas Partes

Relacionadas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;

- iv) caso seja ajuizada contra o Cedente, ou suas Partes Relacionadas, ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- v) modificações estatutárias que alterem o objeto social do Cedente e que possam impactar no regular cumprimento das obrigações do Cedente nos termos deste Contrato;
- vi) alteração do controle acionário, direto ou indireto, do Cedente;
- vii) caso se verifique falha, erro, incorreção ou inveracidade em quaisquer das declarações prestadas pelo Cedente nos termos deste Contrato, que possam comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas;
- viii) caso o Cedente ou suas Partes Relacionadas se encontre inadimplente no cumprimento de obrigações pecuniárias cujo valor total seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- ix) caso o Cedente deixe de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central do Brasil e do CMN;
- x) ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos Direitos Creditórios;
- xi) descumprimento pelo Cedente de qualquer de suas obrigações estabelecidas neste Contrato e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte que não seja um Evento de Revisão, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 5 (cinco) dias

úteis contados do envio, pela Instituição Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento;

- xii) na hipótese de descumprimento da obrigação de recompra de Direitos Creditórios originados de Financiamentos renegociados no prazo estabelecido no item 6.3 (xxix) acima, seguida de recusa em recomprar tais Direitos Creditórios em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento, pelo Cedente, de requerimento da Instituição Administradora nesse sentido;
- xiii) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens do Cedente ou de suas Partes Relacionadas de valor superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais, considerados em conjunto);
- xiv) caso o Custodiante verifique que o Cedente efetuou a substituição de qualquer garantia relacionada a Financiamento que tenha dado origem a Direitos Creditórios de titularidade do Fundo sem observância do disposto no item 6.4 deste Contrato;
- xv) descumprimento da obrigação do Cedente de informar à Instituição Administradora e ao Custodiante sobre a substituição de qualquer garantia relacionada a Financiamento que tenha dado origem a Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, nos termos do item 6.3 (x) deste Contrato;
- xvi) caso o Custodiante verifique, por amostragem, que há Direitos Creditórios Cedidos cuja garantia não esteja devidamente registrada no SNG e o Cedente não corrigir ou justificar adequadamente esse fato, no exclusivo entendimento da Instituição Administradora, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data do recebimento, pelo Cedente, de notificação por escrito com tal solicitação;
- xvii) recompra, a cada período de 30 (trinta) dias, de Direitos Creditórios cujo valor contábil corresponda a percentual igual ou superior a 1% (um por cento) do PL do Fundo; e
- xviii) recompra de Direitos Creditórios cujo valor contábil corresponda a percentual igual ou superior a 20% (vinte por cento) do volume total captado com a emissão de Cotas pelo Fundo durante seu prazo de existência.

13.2 Os Eventos de Revisão são considerados Eventos de Avaliação. Diante desse fato, na ocorrência de qualquer dos eventos descritos no item 13.1 acima, o Fundo deverá adotar os procedimentos indicados no Regulamento para Eventos de Avaliação.

13.3 O Cedente deverá notificar, por escrito, a Instituição Administradora e o Custodiante da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Revisão indicados acima imediatamente após tomar conhecimento de sua ocorrência.

14. RESILIÇÃO

14.1 Este Contrato poderá ser resilido de forma imediata pelo Fundo e pela Instituição Administradora, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificar sua decisão, exclusivamente nas seguintes hipóteses: (i) ocorrência de qualquer Evento de Revisão, nos termos deste Contrato, ou de um Evento de Liquidação Antecipada, nos termos do Regulamento; (ii) caso não existam mais Cotas Seniores em circulação; (iii) a liquidação do Fundo; (iv) intervenção ou liquidação extrajudicial do Cedente, de acordo com o disposto na Lei nº 6.024, de 15 de dezembro de 1976; (v) declaração judicial da dissolução e/ou liquidação do Cedente; e (vi) existência de evidência concreta de que o Cedente tenha tido conhecimento de um Evento de Revisão e não tenha informado tal fato ao Fundo.

14.2 Sem prejuízo do acima disposto, o Cedente poderá informar à Instituição Administradora sua intenção de encerrar os procedimentos de cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da data prevista para encerramento da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, hipótese em que será aplicado o disposto nos itens 24.8 e 24.8.1 do Regulamento.

14.3 O Cedente somente poderá resilir unilateralmente este Contrato de Cessão sem aplicação do disposto nos itens 24.8 e 24.8.1 do Regulamento após o resgate integral das Cotas Seniores que estejam em circulação.

15. DA RESOLUÇÃO E DA NULIDADE DA CESSÃO

15.1 Considerar-se-á resolvida a cessão de qualquer Direito Creditório, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Cedente e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses:

- i) caso o Cedente, se interpelado pela Instituição Administradora, não apresente esclarecimentos referentes a qualquer inexatidão nas informações fornecidas, relativas ao Direito Creditório Cedido ou ao registro no SNG, em até 5 (cinco) dias úteis;
- ii) caso o Direito Creditório seja reclamado por qualquer terceiro comprovadamente titular de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo;
- iii) caso seja verificada a falsidade ou inexatidão de quaisquer das declarações do item 12.1 acima ou das informações constantes na Lista de Direitos Creditórios enviada por arquivo eletrônico ao Custodiante, que afete o Direito Creditório Cedido;
- iv) caso inexistam os documentos necessários à cobrança extrajudicial e/ou judicial do Devedor de Direito Creditório inadimplente;
- v) caso o Cedente não entregue ao Custodiante os Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios Cedidos, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados de sua solicitação;
- vi) caso a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo configure fraude contra credores, fraude de execução, fraude de execução fiscal ou ainda fraude falimentar;
- vii) caso seja verificada que a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo tenha ocorrido com inobservância do Cedente às Condições de Cessão, ou
- viii) caso o Devedor se recuse a realizar o pagamento de qualquer parcela do Financiamento sob alegação de fraude na contratação do Financiamento e tais alegações não sejam contestadas pelo Cedente de forma satisfatória, a critério da Instituição Administradora, em até 10 (dez) dias contados da solicitação de esclarecimento encaminhada ao Cedente, por escrito, pela Instituição Administradora.

15.1.1 Sem prejuízo da resolução da cessão, o Cedente deverá notificar à Instituição Administradora e ao Custodiante, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado da data em que aquele tomar conhecimento do evento.

15.2 Considerar-se-á nula a cessão de qualquer Direito Creditório, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Cedente e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses:

- i) caso o Direito Creditório Cedido não seja de titularidade do Cedente no momento da cessão;
- ii) caso o Direito Creditório Cedido seja originário de Financiamento cujo valor correspondente não tenha sido entregue ao Devedor ou pago ao proprietário ou ao vendedor do respectivo bem financiado, até a data da cessão;
- iii) caso o Direito Creditório Cedido seja originário de Financiamento por qualquer motivo declarado nulo;
- iv) caso o Custodiante verifique a nulidade ou inexistência de lastro do respectivo Direito Creditório Cedido; ou
- v) caso seja declarada, por decisão judicial, a nulidade ou inexistência da CCB que lastreia o respectivo Direito Creditório Cedido.

15.3 Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos eventos referidos nos itens 15.1 e 15.2 acima, o Cedente ficará obrigado a restituir ao Fundo os valores recebidos por negócio resolvido ou declarado nulo, até o 3º (terceiro) dia útil imediatamente após (i) o recebimento pelo Cedente de notificação de ocorrência de Condição Resolutiva da Cessão ou Condição de Nulidade da Cessão, conforme o caso; ou (ii) notificação do Cedente à Instituição Administradora e ao Custodiante nos termos do item 15.1.1 deste Contrato. O pagamento será efetuado exclusivamente em moeda corrente nacional, pelo valor presente do Direito Creditório Cedido, conforme contabilizado pelo Custodiante. Sobre os valores restituídos ao Fundo por negócio resolvido ou declarado nulo que superarem 5% (cinco por cento) do PL do Fundo a cada período de 30 (trinta) dias será acrescida multa compensatória de 10% (dez por cento), a ser calculada pelo Custodiante. O Cedente deverá pagar a multa compensatória referida acima em até 3 (três) dias úteis contados do recebimento de notificação da Instituição Administradora com solicitação expressa nesse sentido.

16. MULTAS E INDENIZAÇÃO

16.1 A Parte inadimplente se obriga a indenizar integral e imediatamente em

moeda corrente nacional a Parte prejudicada, bem como seus administradores e prepostos, por qualquer prejuízo que estes venham a sofrer em decorrência do atraso ou descumprimento, pela Parte inadimplente, seus empregados ou quaisquer prepostos, de qualquer obrigação oriunda deste Contrato, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

16.2 O inadimplemento por quaisquer das Partes das obrigações, de qualquer natureza, previstas neste Contrato, apenas ensejará a penalidade na forma do item 16.3 abaixo se a outra Parte comprovar a ocorrência de culpa, dolo ou má-fé da Parte inadimplente no tocante ao descumprimento de tais obrigações.

16.3 Sem prejuízo da indenização devida em caso de inadimplemento de qualquer uma das cláusulas do presente Contrato, a Parte prejudicada poderá exigir da Parte inadimplente a execução específica da obrigação devida, conforme a cláusula 17 abaixo.

16.4 Sem prejuízo da indenização de todos os prejuízos ou danos comprovadamente causados a outra Parte não inadimplente e execução específica da obrigação descumprida, a Parte que inadimplir as obrigações de fazer ou não fazer previstas neste Contrato e não sujeitas ao prêmio previsto nos itens 24.8 e 24.8.1 do Regulamento, estará sujeita à multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) até que seja sanado o inadimplemento, valor este que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura deste Contrato, pela variação acumulada do IGP-M/FGV, por dia de atraso no cumprimento de tais obrigações, sem prejuízo do disposto acima, e da cobrança de perdas e danos incorridos pelo Fundo em decorrência de tal inadimplemento.

16.5 Sem prejuízo da indenização de todos os prejuízos ou danos comprovadamente causados a Parte não inadimplente e execução específica da obrigação descumprida, a Parte que inadimplir as obrigações pecuniárias previstas neste Contrato estará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação pecuniária inadimplida, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

16.6 O Cedente não será considerado inadimplente e, por esse motivo, não estará sujeito a qualquer penalidade tratada na presente cláusula 16, caso deixe de ceder Direitos Creditórios ao Fundo em razão de eventos alheios a sua vontade e decorrentes exclusivamente de condições adversas de mercado.

17. TUTELA ESPECÍFICA

17.1 As Partes reconhecem desde já que este contrato constitui título executivo extrajudicial, para todos os fins e efeitos do artigo 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

17.2 Sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas deste Contrato, as obrigações de fazer e de não fazer previstas neste Contrato serão exigíveis, se não houver estipulação de prazo específico, no prazo de 10 (dez) dias contado do recebimento da respectiva notificação enviada pela Parte prejudicada. Será facultada à Parte prejudicada ainda a adoção das medidas judiciais necessárias, tais como (i) tutela específica ou (ii) obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o artigo 461, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil, sem prejuízo do disposto na cláusula 16 acima.

17.3 Caso alguma das Partes descumpra qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer previstas neste Contrato, e, notificada para sanar tal inadimplemento, deixe de fazê-lo no prazo, a Parte prejudicada, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, poderá requerer, com fundamento no artigo 273 combinado com o artigo 461 e seus parágrafos, ambos do Código de Processo Civil, a tutela específica da obrigação inadimplida, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no item 16.4 acima ou, a seu juízo, promover execução da obrigação de fazer, com fundamento nos artigos 632 e seguinte do Código de Processo Civil.

17.4 Para os fins desta cláusula, as Partes desde já expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada no item 17.2 acima, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação.

17.5 Para todos os fins e efeitos de direito, tendo em vista a natureza única e exclusivamente patrimonial das obrigações assumidas perante terceiros pelo Fundo com vistas à aquisição dos Direitos Creditórios, o Cedente reconhece, desde já, a relevância de qualquer pedido judicial de tutela antecipada feito com base nas disposições desta cláusula, assim como a caracterização do dano iminente para o Fundo na hipótese do descumprimento de qualquer das obrigações do Cedente decorrentes deste Contrato.

18. FORO

18.1 As Partes neste ato elegem o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa exclusão de qualquer outro, ainda que privilegiado, como competente para dirimir quaisquer dúvidas e/ou questões oriundas deste Contrato ou dos Termos de Cessão.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 Este Contrato se tornará eficaz na data de sua assinatura e vigorará até o pagamento integral dos titulares das Cotas Seniores ou até o momento em que seja resilido por qualquer das Partes, nos termos da cláusula 14 deste Contrato.

19.2 Todas as notificações decorrentes deste Contrato deverão ser feitas por escrito e serão consideradas eficazes: (i) quando entregues pessoalmente à pessoa a ser notificada, mediante protocolo; (ii) após 5 (cinco) dias contados da postagem de carta com aviso de recebimento à pessoa a ser notificada; ou (iii) no caso de comunicações feitas por fax ou por correio eletrônico, na data de recebimento da confirmação de que a mensagem foi efetivamente recebida, seja por recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente, seja diretamente pelo destinatário por meio de telefonema gravado. Na hipótese referida no subitem (iii) acima, os respectivos originais deverão ser encaminhados ao destinatário em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem eletrônica ou do fax. Para efeito de qualquer notificação, observar-se-ão os dados abaixo fornecidos pelas Partes, que poderão ser alterados por notificação enviada aos demais:

BANCO PAULISTA S.A.

At.: Rafael Durer

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 2º andar

01452-002 – São Paulo – SP

Fax nº: (11) 3299-2322

Correio eletrônico: rafael@bancopaulista.com.br

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA – VEÍCULOS II

At.: Antonio Navatta Cabrera

Av. Roque Petroni Jr., nº 999, 10º andar

04707-910 – São Paulo, SP

Telefone: (11) 5185-1636

Fax nº: (11) 5185-1757

Correio eletrônico: antonio.cabrera@vam.com.br

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.

At.: Antonio Navatta Cabrera

Av. Roque Petroni Jr., nº 999, 10º andar

04707-910 – São Paulo, SP

Telefone: (11) 5185-1636

Fax nº: (11) 5185-1757

Correio eletrônico: antonio.cabrera@vam.com.br

CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

At.: Pedro Luiz Guerra

Av. Paulista, nº 1.111 – 12º Andar – Sala 4

01311-920 – São Paulo – SP

Fax nº: (11) 4009-7029

Correio eletrônico: pedro.guerra@citigroup.com

19.3 Qualquer alteração ao presente Contrato somente será considerada válida e eficaz se feita por escrito, assinada por todas as Partes, e registrada nos termos da cláusula 11 acima.

19.4 As Partes celebram este Contrato em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

19.5 Os Anexos a este Contrato são dele parte integrante e inseparável. Em caso de dúvidas entre o Contrato e seus Anexos prevalecerão as disposições do Contrato, dado o caráter complementar dos Anexos. Não obstante, reconhecem as Partes a unicidade e incindibilidade das disposições do Contrato e dos Anexos, que deverão ser interpretadas de forma harmônica e sistemática, tendo como parâmetro a natureza do negócio celebrado entre as Partes.

19.6 Os direitos de cada Parte previstos neste Contrato: (i) são cumulativos com outros direitos previstos em lei, a menos que expressamente os excluam; e (ii) só admitem renúncia por escrito e específica. O não exercício, total ou parcial, de qualquer direito decorrente do presente Contrato, ou dos Termos de Cessão, não implicará novação da obrigação ou renúncia ao respectivo direito por seu titular.

19.7 Se qualquer disposição deste Contrato, ou dos Termos de Cessão, for considerada inválida e/ou ineficaz, as Partes deverão emendar seus melhores esforços para substituí-la por outra de conteúdo similar e com os mesmos efeitos. A eventual invalidade e/ou ineficácia de uma ou mais cláusulas não afetará as demais disposições do presente Contrato ou dos Termos de Cessão.

19.8 As Partes se comprometem a empregar seus melhores esforços para resolver através de negociações qualquer disputa ou controvérsia relacionada a este Contrato ou aos Termos de Cessão.


19.9 As Partes se obrigam a guardar segredo sobre as informações confidenciais adquiridas por força do presente Contrato, durante e após seu período de duração. São informações confidenciais todos os documentos e informações relativas aos negócios das Partes que não sejam de conhecimento público.

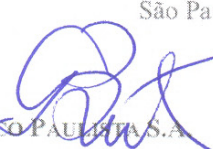
19.10 O presente Contrato constitui o único e integral acordo entre as Partes com relação aos assuntos aqui tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

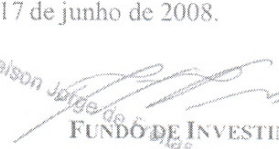
19.11 Salvo disposição em contrário prevista neste Contrato, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos.


E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

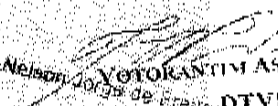
São Paulo, 17 de junho de 2008.



Everardo Pedro Palamim
Diretor

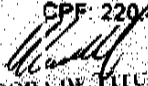

BANCO PAULISTA S.A.
Gerson Luiz Mendes de Brito


Nelson Jorge de F. Silva
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS PAULISTA – VEÍCULOS II


Paulo Geraldo Oliveira Filho

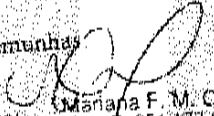

Nelson Jorge de Freitas
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT
DTVM LTDA.


Leandro Vilela
RG: 22.433.260-0
CPF: 28.173.1708-77


Paulo Castilho
RG: 28.726.593-6
CPF: 220.477.578-94

CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Testemunhas


Nome: Mariana F. M. Camargo
CPF: 251.173.523-82
R.G.: 19.428.153-x

Nome:

R.G.:



ANEXO I

Este Anexo é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios” celebrado em 17 de junho de 2008, entre Banco Paulista S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II, Votorantim Asset Management DTVM Ltda. E Citibank DTVM S.A.

GLOSSÁRIO

Agente de Cobrança	O Cedente foi contratado como Agente de Cobrança e poderá subcontratar terceiros para o exercício de atividades relacionadas à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos.
Agente de Recebimento	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12.
Assembléia Geral	Assembléia Geral de cotistas do Fundo.
Arquivo SNG	É o arquivo eletrônico “Acervo Chassis SNG”, gerado pelo SNG mediante solicitação do Cedente, do qual consta relação dos chassis de todos os veículos alienados fiduciariamente em favor do Cedente.
Auditor	KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, ou quem vier a lhe suceder.

CCB	Cédula de Crédito Bancário, conforme definida pela Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e regulamentação aplicável.
CDC Veículos	Crédito direto ao consumidor, concedido pelo Cedente, para aquisição de veículos, com a alienação da propriedade fiduciária em garantia do veículo financiado em seu favor.
Cedente	Banco Paulista S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.820.817/0001-09, cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo.
Cessão Parcial	Cessão de parcelas vincendas de cada Financiamento que não correspondam à totalidade das parcelas vincendas deste, desde que observadas as condições definidas na Cláusula 2.1 deste Contrato.
Cessão Total	Refere-se à cessão da totalidade das parcelas vincendas de cada Financiamento.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
Código de Processo Civil	Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.
Condições de Cessão	Requisitos dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo pelo Cedente,

	estabelecidos no item 10.2 do Regulamento.
Condições Resolutivas da Cessão	As condições previstas no item 15.1 do Contrato.
Contrato	O presente “Contrato de Promessa Cessão de Direitos Creditórios”.
Contrato de Custódia	Contrato de prestação de serviços de custódia firmado entre o Custodiante e a Instituição Administradora, com a interveniência-anuência do Cedente, que contém descrição dos serviços de custódia a serem prestados pelo Custodiante.
Contrato de Prestação de Serviços de Recebimento e Pagamento de Valores	Contrato celebrado entre o Cedente, o Fundo e o Agente de Recebimento, que regula o desempenho de suas atividades em favor do Fundo.
Cotas	Correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo. As Cotas são divididas em duas classes, Sênior e Subordinada.
Cotas Seniores	Todas as cotas emitidas pelo Fundo que não se subordinam às Cotas Subordinadas, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotas Subordinadas	As que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Crédito Pessoal	Empréstimos de recursos realizados pelo Cedente a pessoas físicas e jurídicas,

garantidos pela alienação fiduciária de veículos ao respectivo mutuante.

Critérios de Elegibilidade

São as características necessárias dos Direitos Creditórios para sua aquisição pelo Fundo, previstas no item 10.1 do Regulamento, cuja observância deverá ser verificada pelo Custodiante.

Custodiante

Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade com sede na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar parte, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.868.597/0001-40.

CVM

Comissão de Valores Mobiliários.

Devedores

Pessoas físicas ou jurídicas, devedoras dos Direitos Creditórios Cedidos.

Direitos Creditórios

São parcelas dos Financiamentos concedidos aos Devedores pelo Cedente.

Direitos Creditórios Cedidos

São os Direitos Creditórios cedidos pelo Cedente ao Fundo.

Documentos Comprobatórios

Ficha cadastral do Devedor, a CCB, em que constam as condições de contratação de Financiamento e os documentos pessoais do Devedor, se pessoa física, ou documentos societários do Devedor, se pessoa jurídica, e do veículo alienado fiduciariamente em garantia, entre outros, se houver, que foram analisados para a concessão do Financiamento.

Eventos de Avaliação

Aqueles definidos no item 24.1 do

	Regulamento, cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios bem como convocação imediata de Assembléia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como Evento de Liquidação.
Evento(s) de Liquidação	Aqueles definidos no item 24.2 do Regulamento, cuja ocorrência enseja a convocação de Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos cotistas do Fundo e a interrupção da aquisição de Direitos Creditórios.
Eventos de Revisão	São Eventos de Avaliação definidos no item 13.1 deste Contrato.
Excesso de <i>Spread</i>	5% (cinco por cento) ao ano, base 252 dias úteis.
Financiamento	Financiamentos do Cedente a pessoas físicas ou jurídicas nas modalidades de CDC Veículos ou Crédito Pessoal, que originarão os Direitos Creditórios que poderão ser ofertados ao Fundo, nos termos deste Contrato de Cessão. Os Financiamentos serão representados por CCB.
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II.
Instituição Administradora	Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira,

	com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.384.738/0001-98.
IGP-M/FGV	Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
Lista de Direitos Creditórios	Lista de Direitos Creditórios oferecidos à cessão, a ser preparada pelo Cedente em arquivo eletrônico.
Partes	São as partes do presente Contrato, quais sejam, o Cedente, a Instituição Administradora, o Custoditante e o Fundo.
Partes Relacionadas	Em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa jurídica; e/ou (iv) sociedades sob o mesmo controle que tal pessoa jurídica.
Pessoas Autorizadas	Pessoas autorizadas pelo Cedente a realizar as comunicações relativas ao procedimento de cessão, tratado no item 4.1 acima, que estão relacionadas no Anexo VI abaixo.
Recompra	Faculdade do Cedente de recomprar os Direitos Creditórios Cedidos, nos termos da cláusula 10 deste Contrato.
Regulamento	Regulamento do Fundo registrado no 10º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo e

suas respectivas alterações.

SERASA

Serasa S.A., sociedade que realiza a inserção dos nomes de pessoas físicas ou jurídicas inadimplentes no cadastro do Serviço de Proteção ao Crédito.

SNG

Sistema Nacional de Gravames.

Sobretaxa

Spread aplicado sobre a Taxa DI, definido no Suplemento de cada Série.

SPC

Serviço de Proteção ao Crédito

Taxa DI

Taxa diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP.

Termo de Cessão

Instrumento mediante o qual os Direitos Creditórios advindos dos Financiamentos serão cedidos ao Fundo pelo Cedente e que deve ser elaborado de acordo com o modelo do Anexo II.

Valor de Mercado

É o valor médio de mercado estabelecido pelas tabelas Molicar ou FIPE ou, na falta destes, pela cotação apurada pelo Cedente.

ANEXO II

Este Anexo é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios” celebrado em 17 de junho de 2008, entre Banco Paulista S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II, Votorantim Asset Management DTVM Ltda. e Citibank DTVM S.A.

MODELO DO TERMO DE CESSÃO

“TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

Pelo presente Termo de Cessão de Direitos Creditórios, doravante denominado simplesmente “Termo de Cessão”,

BANCO PAULISTA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.820.817/0001-09, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente “Cedente”; e

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA – VEÍCULOS II, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído em 18 de janeiro de 2008, com seu regulamento registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 09.343.597/0001-41, neste ato representado na forma de seu regulamento por sua instituição administradora (“Instituição Administradora”), **VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.384.738/0001-98, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil conforme ato declaratório nº 5805, de 19 de janeiro de 2000, neste ato representada, nos termos de seu contrato social, doravante designado simplesmente “Fundo”;

cada uma das partes também denominada individualmente “Parte”, e conjuntamente “Partes”;

CONSIDERANDO QUE:

- i) *em 17 de junho de 2008 as Partes celebraram “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios” (o “Contrato”); o presente Termo de Cessão está sujeito às cláusulas do Contrato, constituindo parte integrante do mesmo a partir da data de sua assinatura; os termos e expressões com iniciais em maiúsculas utilizados neste instrumento terão o significado que lhes é atribuído no Contrato; e*
- ii) *após a realização de todos os procedimentos descritos no item 4.1 do Contrato, o Cedente deseja ceder, e o Fundo deseja adquirir, os Direitos Creditórios especificados na lista anexa a este Termo de Cessão;*

as Partes desejam realizar a cessão de Direitos Creditórios, conforme abaixo:

1. *O Cedente declara que (i) a cessão dos Direitos Creditórios descritos na lista anexa, na presente data, não configura fraude contra credores, fraude de execução, fraude de execução fiscal ou ainda fraude falimentar; (ii) os Direitos Creditórios descritos na lista anexa estão em conformidade com as Condições de Cessão estabelecidas no Regulamento; e (iii) todas as declarações constantes do item 12.1 do Contrato permanecem verdadeiras.*

2. *A Instituição Administradora declara que permanecem verdadeiras todas as suas declarações constantes do item 12.2 do Contrato.*

3. *A lista descrevendo os Direitos Creditórios a serem cedidos, impressa, está anexa ao presente termo, na qual consta também a taxa de cessão aplicada à cessão.*

3.1 *O Fundo deverá efetuar o pagamento ao Cedente relacionado à presente cessão por meio de depósito na conta corrente nº 8811-3, mantida pelo Cedente no 611, agência 001.*

4. *A presente cessão é feita em caráter irrevogável e irretratável, e será registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de assinatura do Termo de Cessão.*

5. *O Cedente, neste ato, nomeia e constitui o Fundo como seu bastante procurador, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 684 e 685 do Código Civil brasileiro, com poderes especiais para, em seu nome, a qualquer tempo:*

(i) requerer e/ou retirar os documentos relacionados aos Direitos Creditórios ora cedidos, que se encontrem sob a custódia do Cedente, ou de quaisquer outras empresas, podendo o Fundo utilizá-los para qualquer finalidade, especialmente a cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos Creditórios ora cedidos; (ii) endossar, a qualquer tempo, em favor do Fundo ou de quem este indicar, as cédulas de crédito bancário que tenham originado os Direitos Creditórios ora cedidos; (iii) transferir a titularidade da alienação fiduciária de automóveis em garantia dos Direitos Creditórios cedidos neste ato para conta no Sistema Nacional de Gravames (“SNG”) do Fundo ou de quem este indicar; (iv) efetuar, perante o SNG, a baixa do registro que esteja em nome do Cedente da alienação fiduciária de automóveis dados em garantia dos Direitos Creditórios ora cedidos; e (v) representar o Cedente perante o SNG, podendo executar todos os atos que se façam necessários ao exercício dos poderes aqui conferidos e aos direitos conferidos por lei, pelo Contrato de Cessão e pelo Regulamento. A outorga de poderes ora efetuada constitui-se como mandato “em causa própria”, nos termos do artigo 685 do Código Civil, não sendo revogável pelo Cedente, e ficando o Fundo exonerado da obrigação de prestar contas ao Cedente. A Instituição Administradora, na qualidade de representante do Fundo, está autorizada a praticar todos e quaisquer atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato. Esta procuração admite substabelecimento, com reserva de poderes, e resolver-se-á de pleno direito quando da liquidação do Fundo.

São Paulo, [DATA] de 2008.

[ASSINATURAS]”

ANEXO III

Este Anexo é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios” celebrado em 17 de junho de 2008, entre Banco Paulista S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II, Votorantim Asset Management DTVM Ltda. e Citibank DTVM S.A.

MODELO DO RECIBO DE PAGAMENTO

“RECIBO DE PAGAMENTO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

Por este Recibo de Pagamento de Direitos Creditórios (“Recibo”),

BANCO PAULISTA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.820.817/0001-09, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente “Cedente”, **DECLARA** ter recebido do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA – VEÍCULOS II**, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído em 18 de janeiro de 2008, com seu regulamento registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 09.343.597/0001-41, representado na forma de seu regulamento por sua instituição administradora (“Instituição Administradora”), **VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.384.738/0001-98, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil conforme ato declaratório nº 5805, de 19 de janeiro de 2000 (“Fundo”), a quantia de R\$[QUANTIA] ([POR EXTENSO]) como pagamento pela cessão ao Fundo dos Direitos Creditórios individualizados no termo de cessão, celebrado entre o Cedente e o Fundo em [DATA], nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios celebrado entre o Fundo, o Cedente, a Instituição Administradora e o Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em 17 de junho de 2008. Em virtude deste pagamento, o Cedente confere ao Fundo a mais plena, irrevogável e integral quitação, nada mais podendo reclamar com relação ao pagamento dos Direitos Creditórios relacionados em referido termo de cessão.

São Paulo, [DATA] de [ANO].

[ASSINATURA DO BANCO PAULISTA]”

ANEXO IV

Este Anexo é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios” celebrado em 17 de junho de 2008, entre Banco Paulista S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II, Votorantim Asset Management DTVM Ltda. e Citibank DTVM S.A.

MODELO DE NOTIFICAÇÃO AOS DEVEDORES

“[CIDADE], [DATA]

*Ref.: Cessão de Direitos Creditórios decorrentes de empréstimo
CCB n° [COMPLETAR]*

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que o “Banco Paulista S.A.” cedeu ao “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II” os créditos decorrentes da CCB n° [COMPLETAR], firmada por V.Sa.

[Não obstante, informamos que referidas parcelas devidas por V.Sa. continuarão sendo cobradas da forma como pactuado no contrato n° [COMPLETAR].

ou

[Informamos ainda que a respectiva cobrança não mais será efetuada por [AGENTE DE COBRANÇA OU TERCEIRO CONTRATADO], mas sim por [DENOMINAÇÃO DO AGENTE DE COBRANÇA SUBSTITUTO]. Maiores detalhes do procedimento de cobrança serão breve e oportunamente informados a V.Sa. pelo novo agente de cobrança.]

Por fim, os demais termos e condições do empréstimo não sofrerão qualquer alteração.

Permanecemos à disposição de V.Sa. para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PAULISTA – VEÍCULOS II

(NOME DO DIRETOR RESPONSÁVEL DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA)”

ANEXO V

Este Anexo é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios” celebrado em 17 de junho de 2008, entre Banco Paulista S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II, Votorantim Asset Management DTVM Ltda. e Citibank DTVM S.A.

LOCAIS AUTORIZADOS PARA DEPÓSITO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

- 1. ATP- TECNOLOGIA E PRODUTOS S/A, empresa com sede na Rua Cajuru, 681, Belenzinho, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP:03057-000.*

ANEXO VI

Este Anexo é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios” celebrado em 17 de junho de 2008, entre Banco Paulista S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II, Votorantim Asset Management DTVM Ltda. e Citibank DTVM S.A.

LISTA DE PESSOAS AUTORIZADAS DO CEDENTE

As pessoas autorizadas do Cedente são as seguintes:

- i) Álvaro Augusto Vidigal, brasileiro, separado judicialmente, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.605.386, inscrito no CPF/MF sob o n.º 039.214.338-00;
- ii) Everardo Pedro Palamim, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.187.839, inscrito no CPF/MF sob o n.º 047.405.568-04;
- iii) Gerson Luiz Mendes de Brito, brasileiro, separado judicialmente, contabilista, portador da Cédula de Identidade RG n.º 5.720.162-6, inscrito no CPF/MF sob o n.º 037.453.768-20; e
- iv) Tarciso Rodrigues Joaquim, brasileiro, separado judicialmente, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 17.583.677, inscrito no CPF/MF sob o n.º 086.062.468-40.

Os representantes do Cedente, que deverão assinar o Termo de Cessão sempre em 2 (dois), são os seguintes:

- i) Álvaro Augusto Vidigal, brasileiro, separado judicialmente, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.605.386, inscrito no CPF/MF sob o n.º 039.214.338-00;
- ii) Everardo Pedro Palamim, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.187.839, inscrito no CPF/MF sob o n.º 047.405.568-04;

- iii) Gerson Luiz Mendes de Brito, brasileiro, separado judicialmente, contabilista, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.720.162-6, inscrito no CPF/MF sob o nº 037.453.768-20; e
- iv) Tarciso Rodrigues Joaquim, brasileiro, separado judicialmente, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.583.677, inscrito no CPF/MF sob o nº 086.062.468-40.

ANEXO VIII

*Este Anexo VIII é parte integrante do “Prospecto da 1ª Distribuição Pública de Cotas da 1ª Série de Emissão do
“Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II”*

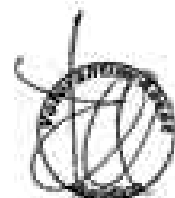
SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES

1. O presente documento constitui o suplemento nº 1 (um) ("Suplemento") referente às Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série emitidas nos termos do regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Paulista – Veículos II", do qual este Suplemento é parte integrante ("Regulamento"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.343.597/0001-41 e administrado por Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.384.738/0001-98, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Instituição Administradora").
2. Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento, 100.000 (cem mil) Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada, na data da primeira subscrição de Cotas da presente Série ("Data de Subscrição Inicial").
3. Na subscrição de Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série em data diversa da Data de Subscrição Inicial será utilizado o valor da Cota de mesma Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências, calculado conforme o disposto no Regulamento.
4. A remuneração das Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série será calculada de acordo com a cláusula 15 do Regulamento, e com a fórmula definida no item 1.1 do Anexo V do Regulamento, e terá Sobretaxa equivalente a 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.
5. A partir do 6º (sexto) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorra a Data de Subscrição Inicial, desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série serão amortizadas em 37 (trinta e sete) pagamentos mensais e sucessivos, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VA_n = \frac{VACS}{(38 - n)}$$



sendo que:

VA_n = valor da n-ésima amortização;

VACS = valor da Cota Sênior da 1ª (primeira) Série na data de amortização; e

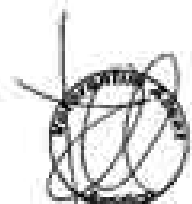
n = número da amortização corrente; por exemplo, para cálculo da primeira amortização n será igual a 1, para cálculo da segunda amortização, n será igual a 2, e assim sucessivamente.

5.1 Para as Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série, as amortizações deverão ocorrer no mesmo dia do mês da Data de Subscrição Inicial, ou no primeiro dia útil subsequente. Se a Data de Subscrição Inicial ocorrer, por exemplo, no dia 2 (dois) de determinado mês, todas as amortizações deverão ocorrer no dia 2 (dois) do mês para as quais estão programadas ou, caso o dia 2 (dois) não seja dia útil, no primeiro dia útil subsequente.

5.2 As Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série deverão ser resgatadas na última Data de Amortização de Cotas Seniores, que corresponde a data do término de duração das Cotas desta Série, pelo seu respectivo valor contábil, calculado conforme disposto no Regulamento.


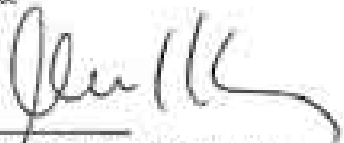
6. Os termos definidos utilizados não expressamente definidos neste Suplemento terão significado idêntico ao que lhes é atribuído no Regulamento.

7. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições deste Suplemento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições do Regulamento. As Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série terão os poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídos às demais Séries em circulação, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como a remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.



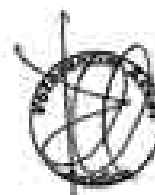
8. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no 10º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo.

São Paulo, 13 de junho de 2008.

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.
Instituição Administradora

PAULO GERALDO DE OLIVEIRA FILHO e MARTA CIBELLA KNECHT



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)